

**O despertar do Ártico no panorama
geopolítico:
A militarização russa como ameaça à estabilidade
regional**

Ana Laura Marnoto Figueiredo

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Relações Internacionais
(2º ciclo de estudos ou mestrado integrado)

Orientador: Prof. Doutora Liliana Domingues Reis Ferreira

outubro de 2023

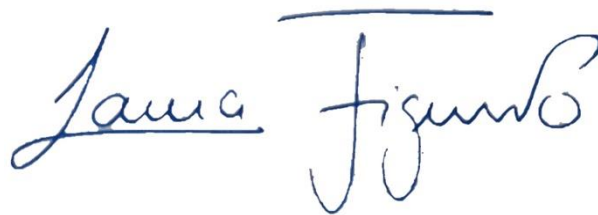
Folha em branco

Declaração de Integridade

Eu, Ana Laura Marnoto Figueiredo, que abaixo assino, estudante com o número de inscrição M11470 do Mestrado em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o **Código de Integridades da Universidade da Beira Interior**.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, que em particular atendi à exigida referência de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assumindo assim na íntegra as responsabilidades da autoria.

Universidade da Beira Interior, Covilhã 9 /10 /2023

A handwritten signature in blue ink, reading "Ana Laura Marnoto Figueiredo". The signature is written in a cursive style with a horizontal line above the name.

Folha em branco

Agradecimentos

“Feeling gratitude and not expressing it is like wrapping a present and not giving it.”

William Arthur Ward

A entrega desta dissertação representa um momento extraordinariamente importante na minha vida, tendo sido possível graças ao contributo de várias pessoas, às quais expresso o meu profundo agradecimento.

Em primeiro lugar, agradeço à Universidade da Beira Interior e ao corpo docente do Mestrado em Relações Internacionais pela confiança demonstrada, pelo apoio prestado e por dois anos desafiantes, mas extremamente gratificantes.

Gostaria de deixar um profundo agradecimento à minha orientadora, a Professora Doutora Liliana Reis, pelo tempo disponibilizado no acompanhamento da minha investigação. Obrigada por me ter inculcado o rigor científico e por me inspirar a fazer sempre mais e melhor. Foi uma honra ter sido sua aluna e foi absolutamente um privilégio poder ter sido orientada por si no âmbito desta dissertação.

Ao meu pai, a quem devo tudo e a quem dedico esta investigação. Aquilo que gostaria de dizer simplesmente não cabe em palavras.

Ao meu irmão por quem nutro uma imensa admiração, um profundo orgulho e uma imensurável estima. Um companheiro de sempre e para sempre.

À Beatriz e ao Victor, a minha casa longe de casa.

À Lúcia, um presente que a Covilhã me deu e que levo comigo.

À Maria, à Mariana e à Marta pelo interesse que sempre demonstraram na minha investigação, mas essencialmente obrigada pelo vosso apoio e pela vossa amizade de tantos anos.

À Beatriz, à Carolina, à Francisca, à Inês e à Joana, amigas que mesmo longe estão sempre perto.

Por fim, mas não menos importante, um agradecimento a mim própria pela dedicação, pelo empenho e pela resiliência na concretização da presente investigação.

Folha em branco

Resumo

Desde o final da Guerra Fria que o Ártico permaneceu uma região na qual as tensões políticas tinham um valor muito residual, havendo uma enorme primazia pela manutenção da estabilidade, cooperação e paz. Esta particularidade do Ártico ser, aparentemente, uma região imune às tensões políticas que marcam a natureza anárquica do sistema internacional foi conotada com o termo *Excepcionalismo Ártico*. Quando, a propósito da expedição científica russa Arktika 2007, a Federação Russa decide implantar uma bandeira de titânio no fundo do Oceano Ártico, muito próximo do Pólo Norte, foi um claro sinal para o sistema internacional que a era em que o Ártico detinha a capacidade de resistir às ambições estratégicas dos Estados podia estar perto do fim. A abundância de recursos naturais, nomeadamente petróleo e gás natural; o acesso à *Northern Sea Route* que conecta a Ásia Oriental com a Europa Ocidental de uma forma muito mais eficiente do que qualquer outra rota marítima e o facto de ser a única região que reúne fisicamente os EUA, a Federação Russa e a China, têm contribuído para o retorno do Ártico como prioridade estratégica dos Estados.

A Federação Russa enquanto o maior Estado Ártico tem assumido uma postura particularmente assertiva e, em algumas circunstâncias, fraturante com o *status quo* da região. A presente investigação pretende realizar uma análise à militarização russa no Ártico enquanto objeto das preocupações securitárias dos restantes sete Estados Árticos (em breve todos Estados Membros da Aliança Atlântica). Mesmo que as capacidades militares russas alocadas ao Ártico sirvam propósitos defensivos, a sua capacidade de rapidamente se converterem em meios ofensivos constituem uma ameaça à estabilidade da região. Realisticamente, um conflito no Ártico não é, aparentemente, um prospecto desejável pelo Kremlin. Contudo, determinadas atividades militares desenvolvidas no Ártico mostram algum revisionismo, assim como um instrumento de projeção de poder e uma afirmação da Federação Russa enquanto grande potência e ator dominante na região.

Esta investigação conclui que um conflito militar no Ártico pode ocorrer fruto de tensões internas ou pelo alastramento de tensões exógenas à região. Uma escalada vertical de tensões políticas e militares pode surgir através da disputa territorial para garantia do acesso a reservas de hidrocarbonetos; do aumento da navegabilidade da *Northern Sea Route*, e a tensão política decorrente da sua internacionalização, ou devido à tensão dilemática que encerra o dilema de segurança. Já uma escalada horizontal veria um conflito que surge fora do Ártico chegar à região através do alastramento de tensões políticas para a região e ativação das capacidades militares *in situ*. Neste segundo

cenário, a região do Báltico poderá ser o *ground zero* para o primeiro conflito militar no Ártico, sensivelmente 30 anos após o fim da Guerra Fria.

Palavras-chave

Ártico; conflito; tensão política; capacidades militares; Federação Russa; Dilema de Segurança; estratégia; geopolítica

Abstract

Since the end of the Cold War, the Arctic stayed as a region where political tensions had a very residual meaning, as there was a primacy for political stability, cooperation and peace. The distinctiveness of the Arctic as a political region to apparently be immune to political tensions in an anarchic international system was known as the *Arctic Exceptionalism*. However, during the Russian scientific expedition Arktika 2007, the Russian Federation planted a Russian flag made of titanium on the bottom of the seabed, close to the North Pole. This was a clear warning to the international system that the era of exceptionalism in the Arctic as its ability to resist the states' strategic ambitions may be coming to an end. The abundance of natural resources, namely oil and natural gas; the access to the Northern Sea Route which connects East Asia to Western Europe much more efficiently than any other maritime route and the fact that is the only political region where the USA, the Russian Federation and China physically meet, are strong contributors to the return of the Arctic as a strategic priority to Western states.

The Russian Federation, the largest state in the Arctic, has been assuming a particularly assertive approach towards the region and, in some circumstances, has been showing a fracturing divergence to the *status quo* that is typically associated with the Arctic region. The present investigation aims to study the Russian militarization in the Arctic as an object of security concern to the remaining seven Arctic states (soon to be seven NATO allies). Even if the military capabilities allocated to the Arctic region serve a defensive purpose, its ability to rapidly switch to an offensive purpose is threatening to the political stability of the region and an active trigger to the security dilemma. Realistically a military conflict in the Arctic is not a desirable prospect for the Kremlin. However, there are certain Russian military activities executed in the Arctic that may reveal some revisionism and may act as an instrument of power projection to confidently claim a great power status in the region.

A military threat in the Arctic may result from internal political tensions or from an exogenous conflict that spreads into the region. A vertical escalation may occur through territorial disputes to claim full control over hydrocarbon reserves, due to increased navigability of the Northern Sea Route and the divergence between Arctic states over its navigability status, or even the culmination of the security dilemma. On the other hand, a vertical escalation would see a military conflict or severe political tensions outside the Arctic come to the region through military geographical expansion, geopolitical spill-over or the deployment of capabilities already *in situ*. In this second scenario, the Baltic political region could be the ground zero to the first military conflict in the Arctic, sensibly 30 years after the end of the Cold War.

Keywords

Arctic; conflict, political tension; military capabilities; Russian Federation; Security Dilemma; strategy; geopolitics

Índice

LISTA DE TABELAS.....	XIII
LISTA DE ACRÓNIMOS	XV
INTRODUÇÃO	1
MOTIVAÇÃO E PERTINÊNCIA DA INVESTIGAÇÃO.....	1
ENQUADRAMENTO EPISTEMOLÓGICO	4
METODOLOGIA.....	7
PERGUNTA DE INVESTIGAÇÃO	8
OBJETIVOS.....	8
ESTRUTURA.....	9
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL.....	11
1.1. SISTEMA INTERNACIONAL.....	13
1.2. PODER	14
1.3. ALIANÇAS	16
1.4. BALANÇA DE AMEAÇA	17
1.5. DILEMA DE SEGURANÇA	20
CAPÍTULO II - ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-LEGAL E GOVERNANÇA DO ÁRTICO.....	24
2.1. DEFINIÇÃO DO ÁRTICO	24
2.2. MAPEAMENTO DA GOVERNAÇÃO DO ÁRTICO	26
CAPÍTULO III - A IMPORTÂNCIA DO ÁRTICO PARA A RÚSSIA.....	31
3.1. O VALOR SIMBÓLICO DO ÁRTICO PARA A RÚSSIA.....	31
3.2. OS INTERESSES ESTRATÉGICOS DA RÚSSIA NO ÁRTICO	33
3.2.1 O ACESSO A RECURSOS NATURAIS.....	34
3.2.2 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO DA RÚSSIA	36
3.2.3 PROTEÇÃO AMBIENTAL DO ÁRTICO NA AGENDA RUSSA	38
3.2.4 DESENVOLVIMENTO DA NORTHERN SEA ROUTE (NSR).....	41
3.3 ESTRATÉGIAS DA FEDERAÇÃO RUSSA PARA O ÁRTICO	45
<i>FOUNDATIONS OF STATE POLICY OF THE RUSSIAN FEDERATION IN THE ARCTIC IN THE PERIOD UP TO 2020 AND BEYOND (SETEMBRO DE 2008)</i>	45
<i>STRATEGY FOR THE DEVELOPMENT OF THE ARCTIC ZONE OF THE RUSSIAN FEDERATION TOWARDS 2030 (FEVEREIRO DE 2013)</i>	46
<i>BASIC PRINCIPLES OF THE STATE POLICY OF THE RUSSIAN FEDERATION FOR THE ARCTIC UNTIL 2035 (MARÇO DE 2020)</i>	48
CAPÍTULO IV - MILITARIZAÇÃO DO ÁRTICO E DESAFIOS FUTUROS.....	54
4.1. A NORTHERN FLEET: UMA PRIORIDADE PARA A DEFESA E DISSUAÇÃO NUCLEAR DA FEDERAÇÃO RUSSA NO ÁRTICO .	57
4.2. AMEAÇAS HÍBRIDAS RUSSAS NO ÁRTICO	62
4.3. UM RETORNO GRADUAL DA NATO E DOS EUA AO ÁRTICO?	64
4.4 CHINA: COMPETIDOR ESTRATÉGICO DA RÚSSIA NO ÁRTICO?	69
CONCLUSÃO	74
BIBLIOGRAFIA.....	79
ANEXOS.....	101
ANEXO I - A RECONFIGURAÇÃO GEOPOLÍTICA DO ÁRTICO DURANTE A I GUERRA MUNDIAL	102
FINLÂNDIA.....	102
ISLÂNDIA.....	104
SVALBARD	105

ANEXO II - A DISPUTA DO ÁRTICO DURANTE A II GUERRA MUNDIAL	107
CRIAÇÃO DE ROTAS MARÍTIMAS.....	107
A IMPORTÂNCIA DO ALASCA E DA GRONELÂNDIA PARA OS EUA.....	111
A PRESENÇA NORTE AMERICANA NA GRONELÂNDIA	112
ANEXO III - A GUERRA FRIA E A CONSOLIDAÇÃO DA DISPUTA NO ÁRTICO	114
UM LOCAL PRIVILEGIADO PARA A DISSUAÇÃO NUCLEAR	114
A GRONELÂNDIA COMO VANTAGEM ESTRATÉGICA PARA OS ALIADOS	115
CAMP CENTURY: UMA ALDEIA MILITAR DEBAIXO DE GELO.....	117
A PRESENÇA DA NORTHERN FLEET.....	119
ATIVIDADE NUCLEAR.....	120
ANEXO IV - SISTEMA DE GOVERNAÇÃO DO ÁRTICO	123
ANEXO V – RECURSOS MINERAIS E ENERGÉTICOS NO ÁRTICO	124
ANEXO VI – EXTENSÃO DE GELO MARÍTIMO NO ÁRTICO.....	125
ANEXO VII – COMPARAÇÃO DO TRAJETO DA ROTA MARÍTIMA PELO CANAL DO SUEZ E PELA NSR ...	125
ANEXO VIII - DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DE ALGUMAS BASES MILITARES RUSSAS AO LONGO DA NSR	126
ANEXO IX - BASTION OF DEFENSE.....	127
ANEXO X – DISTRIBUIÇÃO DAS CAPACIDADES MILITARES RUSSAS NO ÁRTICO	130
ANEXO XI - SVALBARD	131
ANEXO XII – EXERCÍCIOS MILITARES DA ALIANÇA ATLÂNTICA NO ÁRTICO	134
JOINT VIKING 2023.....	134
COLD RESPONSE 2022	134
TRIDENT JUNCTURE	135
ANEXO XIII - O DESPERTAR DOS EUA PARA A REALIDADE SECURITÁRIA DO ÁRTICO	139

Lista de Tabelas

Tabela 1: Níveis de governação do Ártico	30
--	----

Folha em branco

Lista de Acrónimos

AEPS	Arctic Environmental Protection Strategy
AHDR	Arctic Human Development Report
AMAP	Arctic Monitoring and Assessment Programme
CA	Conselho do Ártico
CAFF	Conservation of Arctic Fauna and Flora
EPPR	Emergency Prevention, Preparedness and Response
EUA	Estados Unidos da América
ICBM	Intercontinental Ballistic Missile
NATO	North Atlantic Treaty Organization
NORAD	North America Aerospace Defence
NSR	Northern Sea Route
OC	Ocean Conservancy
OSCE	Organization for Security and Co-operation in Europe
PIB	Produto Interno Bruto
SLBM	Submarine Launched Ballistic Missile
UNCLOS	United Nations Convention of the Law of the Sea
ZEE	Zona Económica Exclusiva

Folha em branco

Introdução

Esta investigação que aqui é apresentada enquadra-se no âmbito do Mestrado em Relações Internacionais e resulta do trabalho apresentado para a obtenção do grau de Mestre na mesma área científica pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade da Beira Interior, tendo como título: “O despertar do Ártico no panorama geopolítico: a militarização russa como ameaça à estabilidade regional”.

A decisão da Federação Russa de colocar uma bandeira de titânio no fundo do Oceano Ártico no Pólo Norte em Agosto de 2007, a retoma das patrulhas aéreas e marítimas no Ártico, bem como a publicação do primeiro documento oficial com uma estratégia nacional sólida para o Ártico Russo marcaram, entre outros acontecimentos, o início de uma nova era para a região do Ártico. Esta mudança no comportamento russo levou a que alguns académicos ocidentais acusassem rapidamente a Política Externa adotada pela Rússia para o Ártico sob o fundamento de que a mesma demonstrava tendências expansionistas, agressivas e um exemplo de uma diplomacia assente na intimidação e demonstração de poder (Kraska, 2009, p. 1117; Schepp & Traufetter, 2009a; Willett, 2009, p. 53). Devido à sua fragilidade económica e ao atraso tecnológico, comparativamente a outros Estados Árticos, a Rússia apoia-se na construção de um ator militarmente forte e recorre frequentemente a meios militares coercivos e intimidatórios, de forma a controlar a narrativa e proteger os interesses nacionais na região (Sergunin & Konyshev, 2015), representando uma ameaça à estabilidade política que tem caracterizado o ambiente geopolítico do Ártico desde o fim da Guerra Fria.

Motivação e Pertinência da Investigação

A história do Ártico acompanhou os maiores conflitos militares do século XX. Ainda que durante a I e II Guerra Mundial, o Ártico tenha tido um papel importante no estabelecimento de determinadas vantagens competitivas, foi durante o período da Guerra Fria que o Ártico revelou, na sua plenitude, a sua real capacidade estratégica tendo levado a que ambos os blocos em confronto colocassem a região como uma prioridade nas respetivas agendas. A razão para esta alteração prende-se, em grande medida, com o facto de a trajetória mais curta para o lançamento de armas nucleares ser, precisamente, pelo Ártico, tornando a região essencial para a dissuasão nuclear (Mikkola, 2019). O discurso de Mikhail Gorbachev em Murmansk em 1987 redefiniu a região do Ártico como uma “zona de paz e cooperação”, abrindo o precedente para a institucionalização da tese do excecionalíssimo sobre o território ártico. O conceito é uma construção auto-imposta pelos Estados, na qual os Estados Árticos entendem a região como uma cujo nível de tensão política é muito residual, sem repercussões na estabilidade regional. Com efeito, o Ártico passou a ser uma região na qual a competição entre os Estados costeiros deve ser reprimida em prol da cooperação despolitizada (Boulègue, 2019). Contudo, a era do

excepcionalíssimo do Ártico está, gradualmente, a caminhar para o seu fim. O Ártico não pode mais ser percebido como uma região isolada dos estímulos e tensões verificadas no sistema internacional, nem tanto é uma região imune às pressões colocadas pela relação política particularmente tensa entre a Federação Russa e o Ocidente.

Se com o colapso da União Soviética, o Ártico desapareceu da agenda política do Kremlin, sendo mais um constrangimento político do que propriamente uma vantagem estratégica, este desinteresse no Ártico prolongou-se até meados da década de 2000, quando começou a ser identificada uma nova redirecção da atenção política da Federação Russa para a região. Em determinadas situações ou sob algumas circunstâncias, a política russa para o Ártico tem sido considerada confusa, alternando entre a cooperação e a competição. (Center for Strategic and International Studies, 2018). Para o Kremlin, o nível de ameaça que a presença da NATO representa, de modo geral, para os interesses russos não permite uma desvinculação do Ártico do que se passa noutras regiões e, neste sentido, o que se passa no Ártico raramente se circunscreve à região em si.

Para o Kremlin e para a comunidade académica russa mais conservadora, o Ártico é essencialmente russo e está predestinado a regressar à Rússia (Dugin, 2015). Para além do profundo simbolismo atribuído ao Ártico, este é um território que tem um valor estratégico imensurável. O relatório elaborado pela United States Geological Survey¹ prevê que cerca de 30% das reservas mundiais de gás natural e 13% das reservas de petróleo estão, efetivamente no Ártico, sendo este apenas um relatório preliminar devido à dificuldade de precisar a dimensão e a localização dos reservatórios (Morgunova & Westphal, 2016, p. 17). Quando este relatório foi publicado em 2008, alimentou uma corrida ao Ártico. A procura pela garantia no controlo destes reservatórios é uma prioridade assente em todas as estratégias já publicadas pelo Kremlin, uma vez que a economia russa é extremamente dependente da capacidade de extração e exportação de hidrocarbonetos. A *Northern Sea Route* é uma segunda prioridade para o Kremlin. Esta rota assegura o trajeto mais curto entre a Ásia Oriental e a Europa Ocidental, algo que poderá também ser um dos objetivos estratégicos implícitos da China na região, e uma das possíveis razões para a cooperação económica com a Federação Russa².

Para esta investigação, é incontornável não mencionar a “operação militar” russa na Ucrânia e as consequências que a mesma não só pode trazer para o Ártico, como as que atualmente já se verificam. No dia 3 de Março de 2022, uma semana após o início da invasão russa, foi publicada uma declaração conjunta dos restantes sete Estados Árticos a propósito da decisão de suspender de imediato todas as atividades do Conselho do Ártico (CA) por tempo indeterminado.

¹ (Bird et al., 2008)

² A China em 2018 autoproclamou-se um “Estado próximo do Ártico”, assumindo o interesse na região. Neste momento, a presença da China passa por assumir um papel mais ativo na governança da região, nomeadamente através de uma participação mais ativa no Conselho do Ártico, a entidade governamental mais importante e a única que reúne os oito Estados Árticos.

“The core principles of sovereignty and territorial integrity, based on international law, have long underpinned the work of the Arctic Council, a forum which Russia currently chairs. In light of Russia’s flagrant violation of these principles, our representatives will not travel to Russia for meetings of the Arctic Council. Additionally, our states are temporarily pausing participation in all meetings of the Council and its subsidiary bodies, pending consideration of the necessary modalities that can allow us to continue the Council’s important work in view of the current circumstances.”

(U.S. Department of State, 2022)

A decisão de suspender a atividade do CA prende-se essencialmente com o facto de a guerra na Ucrânia ir, profundamente, contra os valores defendidos pelo Conselho assim como ter criado graves impedimentos à continuação da cooperação internacional com a Rússia no âmbito regional do Ártico. Esta decisão surge, precisamente, durante o mandato russo na presidência do Conselho e deixou a região sem a sua principal organização intergovernamental.

Na manhã do dia 18 de Maio de 2022, a Suécia e a Finlândia anunciaram simultaneamente o pedido de adesão à NATO. Se durante a II Guerra Mundial, a Suécia e a Finlândia adotaram posicionamentos diferentes (tendo a Finlândia participado no conflito e a Suécia mantido a sua neutralidade), durante a Guerra Fria ambos os Estados adotaram uma política de não alinhamento militar, a mesma que perdurou até 2022.

Os interesses militares da Federação Russa no Ártico são, declaradamente, defensivos, nomeadamente a defesa dos ativos nucleares russos localizados no Ártico, a defesa da integridade territorial, a proteção dos investimentos económicos empreendidos (especialmente os que dizem respeito aos projetos de extração de petróleo e gás natural ³), assim como a garantia do controlo absoluto do tráfego na Northern Sea Route. Não obstante, o Kremlin tem determinados objetivos ofensivos com a militarização do Ártico russo. O primeiro é o uso da sua supremacia regional para projeção de poder e possibilitar a afirmação incontestável da Rússia como grande potência, se não global pelo menos regional. A concretização deste objetivo é, particularmente, observada na atividade militar russa desenvolvida no Atlântico Norte, por via da Greenland-Iceland-UK Gap (Bermudez et al., 2020). O segundo objetivo ofensivo é o recurso a atividades militares de carácter híbrido para intimidação dos restantes Estados Árticos, nomeadamente os Estados Nórdicos. Os instrumentos de ameaça híbridos gozam da sua natureza ambígua para encaixar uma “zona cinzenta” no espectro da dicotomia entre guerra e paz. A Noruega, caracterizada como os “olhos da NATO no Ártico”, está particularmente atenta a este tipo de ameaça (Åtland, 2017).

Atualmente, e atendendo ao afastamento dos EUA, a Noruega lidera o esforço da Aliança Atlântica no Ártico. A Gronelândia, região autónoma dinamarquesa, recebe a base militar aérea de Thule e a Islândia detém não só o sistema de defesa aérea da NATO, como também a base aérea norte-americana US Keflavik, representando uma ponte estratégia essencial entre a América do Norte e a Europa Ocidental (NATO, 2022b). Simultaneamente, existem Estados Aliados que, embora

³ Sendo aqueles de maior dimensão os projetos Yamal LNG e o Vostok Oil.

não tenham território no Ártico, estabelecem fortes relações com a região como é o caso do Reino Unido ou da França. Já entre o Canadá e os EUA existe uma forte divergência relativamente ao papel e ao nível de presença da NATO no Ártico, sendo que o Canadá prefere a não interferência da Aliança Atlântica na região e os EUA apelam à necessidade de redefinir o Ártico como uma região abrangida pelo âmbito securitário da NATO e um reenquadramento formal na agenda da Aliança (E. Buchanan, 2022). De facto, uma preocupação securitária no Ártico começou gradualmente a regressar ao Congresso norte-americano que, em 2022, publicou o documento mais recente da Estratégia Nacional específica para a região do Ártico (The White House, 2022b). No mesmo documento é referido que o conflito militar na Ucrânia “*augmentou a tensão geopolítica no Ártico*” e “*criou novos riscos para um conflito não intencional*”, algo que é igualmente constatado na Estratégia Nacional Norte-Americana (The White House, 2022a). Contudo, o facto de o Ártico não ter sido uma prioridade estratégica ou securitária, quer para a NATO como para os EUA desde o fim da Guerra Fria, constitui uma fragilidade ao nível da discrepância de meios militares no Ártico comparativamente com a Federação Russa. Na hipótese de um aumento das tensões políticas provocar, efetivamente, uma crise securitária no Ártico, a ausência e atraso de meios militares ocidentais, relativamente à presença e superioridade militar russa na região, vulnerabiliza bastante a ação da Aliança (Gronholt-Pederson & Fouche, 2020). Ainda que a NATO tenha uma capacidade militar coletiva superior, a Federação Russa dispõe da vantagem de ter os meios militares e nucleares *in situ* e com um nível de prontidão elevado. Num cenário pouco provável (mas possível) do surgimento de um conflito militar entre a Rússia e a NATO numa região que não o Ártico, pode ser contemplada uma possível tentativa de incursão russa pelos territórios finlandeses e noruegueses a partir do Norte. Isto porque por um lado parte do território destes Estados pertenceu outrora à Rússia, mas seria principalmente como uma manobra militar para proteger a todo o custo os ativos nucleares localizados na Península de Kola. Uma abordagem mais recente da forma como um ataque a estes Estados poderia ocorrer passa pelo lançamento de mísseis de elevada precisão sobre infraestruturas de extrema importância estratégica, como bases militares (sejam estas terrestres, aéreas ou marítima), ou infraestruturas de grande relevância económica como aquelas que estão ao serviço de exploração de hidrocarbonetos (Wall & Wegge, 2023).

Enquadramento Epistemológico

O Ártico é a região do planeta que está a aquecer mais depressa, sendo estimado que a região tenha um aumento na sua temperatura média três a quatro vezes mais do que a média global (AMAP, 2021). Desta forma, a alteração das características físicas do Ártico que, invariavelmente, conduzem a uma reconfiguração geoestratégica dos Estados, multiplicaram os estudos e investigações na academia nos últimos anos.

Na academia russa, os estudos sobre o Ártico recaem essencialmente sobre três tradições teóricas: a escola geopolítica, a escola nacionalista e a escola institucionalista (Sukhankin et al., 2021). A escola geopolítica reúne o consenso dos seus membros no que respeita a uma visão comum do

Ártico como uma arena geopolítica na qual competem grandes potências. A própria linguagem utilizada é exemplificativa de um sentimento de hostilidade relativamente ao Ocidente. Palavras como “estratégia”, “conquista”, “soberania”, “potencial de conflito”, “superioridade”, “grandeza”, “ameaça”, entre outras são frequentemente utilizadas. A escola geopolítica russa baseia o seu argumento na degradação da situação político-militar no Ártico, na constatação do aumento da competição dos Estados por recursos na região e no desejo de outros atores em comprometer a posição de superioridade política da Federação Russa alcançada no Ártico. Contudo, alguns autores consideram o clima de competição no Ártico apenas como uma peça de um jogo geopolítico muito mais vasto e complexo (e um que, para ser compreendido, terá de ser integrado nas dinâmicas políticas do próprio sistema internacional), existindo o consenso que a competição regional verificada pode não ser, por si, suficiente para gerar um conflito militar no Ártico. Autores como Alexander Khramchikhin (Khramchikhin, 2021) e Valery Zhuravel (Zhuravel, 2020) pertencem a esta escola de pensamento.

A escola nacionalista russa está primeiramente associada ao grupo ultra-conservador russo, Izborsk Club, sendo que vários autores nacionalistas pertencem ao grupo ou estiveram outrora associados. Esta escola de pensamento defende a elevação da Federação Russa no Ártico como uma potência revisionista, expansionista e com uma intenção profundamente imperialista. O grupo de académicos russos nacionalistas defende o aumento da militarização no Ártico de forma a adotar uma política assertiva e proativa na resistência às tentativas de encurralamento por parte do Ocidente. Alguns membros da escola nacionalista russa são inclusive bastante críticos nas políticas adotadas pelo Kremlin, por faltar às mesmas assertividade e confiança, ou mesmo pela cedência injustificada do Kremlin em algumas ocasiões, por exemplo aquando da estipulação dos termos do acordo celebrado com a Noruega em 2010 para o fim às disputas territoriais no Mar de Barents (UN, 2010). A postura dos nacionalistas russos relativamente ao Ártico é justificada, também, por um profundo simbolismo histórico associado à crença que o Ártico por si é russo e à Rússia terá de voltar (Rozanov, 2016). Teóricos defensores desta escola de pensamento são Alexander Dugin (Dugin, 2016), Alexander Mazharov (Mazharov, 2020), Vyacheslav Shtyrov (Shtyrov, 2018) e Alexander Prokhanov (Prokhanov, 2017).

A última escola do pensamento russo que analisa a militarização russa no Ártico é a escola institucionalista e a mesma descreve a estratégia russa no Ártico como pragmática e mensurada ao nível dos interesses russos na região. O reconhecimento do aumento da militarização e da execução de algumas práticas militares, por vezes questionáveis do ponto de vista das normas internacionais, são lidas na ótica de uma combinação de fatores que o justificam. Entre estes fatores pode contemplar-se a própria cultura política russa, profundamente enraizada na elite política atual, que tendencialmente demoniza o Ocidente e vitimiza a Rússia, assim como a memória de experiências negativas que a Federação Russa teve previamente com o Ocidente e que acaba inevitavelmente por se perpetuar numa permanente desconfiança. A escola institucionalista defende também que a hostilidade e agressividade de determinados comportamentos russos verificados noutras regiões, como a Síria, a Ucrânia ou a Geórgia não são transponíveis para o Ártico uma vez que, para a Federação Russa um conflito no Ártico iria

comprometer os próprios interesses na região. Os principais autores russos que se alinham com a corrente institucionalista são Alexander Sergunin e Valery Konyshev, que contam com várias publicações em conjunto (Sergunin & Konyshev, 2014, 2015), e Dmitri Trenin (Trenin, 2020).

Na academia, os estudos sobre a estratégia russa para o Ártico dividem-se essencialmente entre duas grandes escolas do pensamento: a escola neorealista e a escola neoliberal. A corrente teórica neorealista, atendendo aos pressupostos teóricos que a suportam, adquire uma postura mais severa relativamente às reais intenções russas e à crescente assertividade na postura e comportamento da Federação Russa no Ártico. Da mesma forma, a corrente neorealista interpreta a entrada gradual da China e os interesses estratégicos que Pequim pode ter na região com grande desconfiança. Para os neorealistas, a postura russa no Ártico é caracterizada pelo “*reversionismo*”, “*hostilidade*”, “*imprevisibilidade*” e “*agressividade*”, colocando invariavelmente em causa a estabilidade da região pelo desequilíbrio da balança de poder que regula as dinâmicas políticas intrínsecas ao Ártico. Sob a ótica da lente neorealista, as ações de Moscovo no Ártico são puramente guiadas pela competição geopolítica e justificadas quer pela anarquia do sistema internacional e quer pela crença que o Ocidente, nomeadamente a NATO e os EUA, representam a maior ameaça para a segurança nacional da Federação Russa. Deste modo, o neorealismo ocidental é uma escola que prioriza o regresso da NATO e dos EUA ao Ártico, tal como a adoção de uma postura mais assertiva destes atores de forma a proteger os próprios interesses na região assim como servir como um real obstáculo ao expansionismo russo no Ártico. A militarização russa no Ártico para os neorealistas tem efetivamente intenções ofensivas e serve como um instrumento de projeção de poder e intimidação para os restantes Estados Árticos, que vêm nas atividades militares russas uma ameaça direta à sua segurança. Entre outros, os autores ocidentais mais proeminentes desta escola do pensamento são Pavel Baev (Baev, 2019), Pavel Devyatkin (Devyatkin, 2022), Michael Paul (Kluge & Paul, 2020; Paul, 2022a, 2023; Paul & Swistek, 2022a, 2022b) e Paul Goble (Goble, 2021, 2023).

Por fim, o neoliberalismo institucional reconhece que a Federação Russa detém no Ártico território soberano, aprovado internacionalmente, assim como interesses vitais para a sua economia e estabilidade social e, como tal, tem o direito de os proteger. Para os académicos neoliberais, a militarização russa no Ártico serve puramente interesses defensivos. Ainda que não neguem o investimento na reabilitação das capacidades militares deixadas no Ártico após o fim da Guerra Fria, os autores reforçam que dificilmente estes meios serão aplicados na coerção militar ou intimidação dos Estados vizinhos. A escola neoliberal institucional ocidental defende que a Federação Russa tem sido promotora da cooperação internacional na região e do cumprimento das normas legais internacionais através, por exemplo, da UNCLOS relativamente à gestão das reivindicações territoriais. Paralelamente, é ressalvado que, considerando os interesses económicos absolutamente essenciais para a sua economia, um conflito militar na região seria algo indesejável aos olhos do Kremlin e será algo que a Federação Russa tentará evitar. A escola neoliberal estuda o crescimento da relevância geopolítica do Ártico, principalmente através do contributo de Troy Bouffard and Whitney Lackenbauer (Sukhankin et al., 2021), Elana Rowe e Helge Blakkisrud (Rowe & Blakkisrud, 2014), Andreas Østhagen

(Østhagen, 2016, 2021), Mathieu Boulègue (Boulègue, 2017, 2022), Elizabeth Buchanan (E. Buchanan, 2022; E. Buchanan & Boulègue, 2019; E. K. Buchanan, 2017), Kari Roberts (Roberts, 2010, 2015) e Marlène Laruelle (Laruelle, 2020). Todos os autores enfatizam que embora a Federação Russa seja o Estado que estrategicamente mais investe no Ártico, ainda enfrenta fortes constrangimentos para alcançar a hegemonia regional.

À medida que o Ártico vai adquirindo uma relevância cada vez maior no seio da comunidade académica internacional, no panorama académico nacional verifica-se também um aumento gradual do número de investigações publicadas centradas na evolução da situação geopolítica da região. Sandra Balão (Balão, 2012, 2015, 2016), o Coronel Eduardo Ferrão (Ferrão, 2013), João Leal (Leal, 2012) e Tomé Ribeiro Gomes (Gomes, 2022) são alguns dos autores portugueses cujas investigações recaem sobre a geoestratégia e geopolítica do Ártico, ainda que sob diferentes dimensões e enquadramentos. Maria Raquel Freire, embora não limite a sua obra à região do Ártico contribui imensamente para a compreensão da identidade da Política Externa russa durante a presidência de Vladimir Putin (Freire, 2011). Neste enquadramento epistemológico é também relevante mencionar as investigações conduzidas em Portugal no âmbito das dissertações de mestrado. Neste sentido, faço menção aos trabalhos de investigação desenvolvidos por Carolina Sofia Nóbrega da Silva (da Silva, 2018), Ana Rita Pereira Baptista (Baptista, 2015), Mario Kindler (Kindler, 2021), Valter de Carvalho Cláudio (Claudio, 2016) e Rúben Manuel de Castro Pereira (Pereira, 2014).

Metodologia

As Relações Internacionais pertencem a uma área científica na qual a investigação é fortemente marcada pela contestação e pluralidade metodológica. Desta forma, tal como existe uma diversidade de abordagens teóricas para explicar os fenómenos políticos que ocorrem no sistema internacional, também existe uma pluralidade de métodos de pesquisa que são escolhidos de acordo com o objeto de estudo e as exigências específicas de cada investigação (Lamont, 2022, p. 12).

A presente investigação privilegiará uma abordagem qualitativa, atendendo que os dados recolhidos e tratados ao serviço deste estudo são dessa natureza. Ao contrário de uma investigação quantitativa, os métodos qualitativos encaram a interação do investigador com o objeto de estudo como parte explícita do conhecimento, em detrimento da sua exclusão. Deste modo, a subjetividade do investigador e dos sujeitos estudados faz parte do processo de investigação (Flick, 2005, p. 6) . Ainda que os dados recolhidos para a investigação sejam, maioritariamente, qualitativos prevê-se a recolha de dados quantitativos para melhor suportar, complementar e validar a investigação. Após uma reflexão sobre as ramificações científicas que poderiam ser tomadas com esta investigação, concluiu-se que o método que melhor se adapta à particularidade do objeto de estudo e às características da investigação será o Estudo de Caso.

O Estudo de Caso que suporta esta investigação assenta na recolha de dados, feita através de fontes secundárias, sendo a técnica de recolha dos mesmos a análise documental de natureza dedutiva, complementada com a análise de conteúdo. Dentro do tipo de dados qualitativos recolhidos estão fontes primárias, como documentos oficiais e documentos legislativos relevantes para a compreensão da dinâmica geopolítica do Ártico. Estes dados foram recolhidos maioritariamente a partir dos websites governamentais e a partir de arquivos online. Esta análise documental será alargada a fontes secundárias, como artigos académicos, relatórios e monografias. A análise de conteúdo, incidirá essencialmente sobre notícias, documentários, análise de discurso e leitura da transcrição de algumas entrevistas. Atendendo ao tema desta investigação, a última exige uma análise de documentos oficiais russos e, tendo em consideração o facto de a investigadora não possuir conhecimentos linguísticos da língua russa, foram encontradas algumas limitações ao nível das barreiras linguísticas. O Kremlin não possui uma tradução oficial dos seus documentos publicados, havendo por isso uma dependência das traduções por autoria de terceiros.

Pergunta de Investigação

A formulação de uma pergunta de investigação é crucial para o seu sucesso, já que providencia a orientação necessária ao investigador para conseguir uma investigação objetiva e que ofereça um contributo concreto para a comunidade científica. A pergunta de investigação é, igualmente, crucial no desenho da pesquisa, assim como na definição da metodologia aplicada no decurso da própria investigação (Bryman, 2005, p. 6). Deste modo, esta investigação procurará responder à seguinte pergunta:

De que forma a militarização russa no Ártico, entre 2007 e 2023, desafia a estabilidade da região?

O intervalo temporal que se entendeu apropriado para conduzir este estudo, foi o que está compreendido entre o ano de 2007 e o ano de 2023. Esta decisão advém do facto de 2007 ter sido o ano da polémica expedição russa ao Pólo Norte que resultou na implantação da bandeira russa no fundo do Oceano Ártico, um gesto que pode ser interpretado como revisionista e uma alteração do comportamento russo no Ártico.

Objetivos

O objetivo geral desta dissertação é o estudo do Ártico como uma região que, não só não é imune a tensões e conflitos, como o seu contexto geopolítico apresenta alguns fatores que tornam a região mais suscetível a tensões políticas que podem ameaçar a estabilidade e segurança da região. Esta investigação pretende compreender o carácter ímpar do Ártico enquanto ativo estratégico, político, económico e militar para a Federação Russa. Atendendo à configuração geopolítica da

região, entende-se que este é o Estado Ártico que mais facilmente pode apresentar um comportamento disruptivo com o *status quo*. Desta forma, torna-se imperativo estudar o modo como a Política Externa russa se reflete no comportamento do Kremlin na região. Pretende-se que a investigação procure discriminar os principais interesses que a Federação Russa detém no Ártico e de que modo estes justificam as medidas adotadas, nomeadamente a militarização russa no Ártico. Posteriormente, é importante analisar a militarização russa enquanto fator de destabilização política no Ártico. Neste ponto, a investigação procurará perceber se a militarização russa no Ártico responde a motivações estritamente defensivas ou por outro lado, ainda que de modo implícito, carrega um carácter ofensivo. Atendendo ao facto de os Estados serem entidades vulneráveis ao ambiente que os rodeia, esta investigação procura também avaliar a evolução do dilema de segurança⁴ e ao modo como este responde diretamente às pressões securitárias impostas pela atividade russa no Ártico.

Estrutura

A investigação inicia-se com um capítulo para o Enquadramento Teórico-Conceptual, de forma a providenciar a base teórica necessária para suportar o resto da investigação, complementada com a apresentação de um Enquadramento Histórico-Legislativo no qual é feito um levantamento da participação e relevância do Ártico durante os maiores conflitos mundiais do século XX. Para este estudo, e não obstante a delimitação temporal da problemática, foi necessário mapear a importância do Ártico para a I Guerra Mundial, a II Guerra Mundial e a Guerra Fria pela dimensão e atores envolvidos.

De seguida, o Capítulo II é dedicado à Política Externa russa no Ártico. Neste capítulo é feita uma análise do valor simbólico do Ártico para a Federação Russa e, posteriormente, o estudo concreto da evolução da Política Externa russa na região, atendendo aos seus interesses nacionais; estratégias adotadas e prioridades estratégicas. Por fim, é feita uma breve análise do interesse e participação chinesa, assim como a relação entre Moscovo e Pequim no contexto regional do Ártico.

O último capítulo pretende analisar a doutrina militar russa e como a mesma se aplica à militarização do Ártico. Neste capítulo é feito um levantamento dos meios militares russos no Ártico, especificamente os que se encontram alocados à *Northern Fleet*, assim como uma análise do retorno do Bastião de Defesa e da utilização de instrumentos de ameaça híbridos pela Federação Russa no Ártico. O Capítulo III também recupera a questão de Svalbard, abordada no Enquadramento Histórico-Legislativo, por ser uma zona com elevado potencial de tensões políticas e militares associadas à gestão territorial do arquipélago. Por fim, uma investigação centrada nas dinâmicas geopolíticas e na dimensão securitária do Ártico terá, necessariamente, de ser complementada pelo segundo lado da mesma moeda: a reação e resposta dos restantes

⁴ “Given the irreducible uncertainty about the intentions of others, security measures taken by one actor are perceived by others as threatening; the others take steps to protect themselves; these steps are then interpreted by the first actor as confirming its initial hypothesis that the others are dangerous; and so on in a spiral of illusory fears and “unnecessary” defences” (Snyder, 1997, p. 17).

Estados Árticos, em particular dos EUA e da NATO. A última que, com a adesão da Finlândia e a aguardada adesão sueca, se tornará o principal ator que, quer pela sua dimensão e quer pelo seu poder, pode ameaçar a supremacia da Rússia no Ártico.

Capítulo I – Enquadramento Teórico-Conceptual

O Realismo clássico é uma teoria das relações internacionais que, embora tenha tido especial projeção durante o século XX, nomeadamente após a II Guerra Mundial e durante todo o período da Guerra Fria, traduz o culminar do pensamento teórico dominante no quadro das relações internacionais ao longo de vários séculos.

Se recuarmos ao período helénico encontramos uma das principais obras da teoria realista através do historiador e general grego Tucídides – “A Guerra do Peloponeso” representa o registo literário de um conflito de enorme importância histórica, estratégica e política. De facto, a obra ficaria eternizada por ser uma ode a histórias de heroísmo e brutalidade, vitórias e derrotas, genialidade e estupidez, honra e vergonha (Viotti Paul R & Kauppi Mark V., 2010). A fragilidade do ser humano está em destaque nesta guerra, que colocou em confronto Atenas e Esparta, mas esta fragilidade também é evidente nas guerras que lhe sucederam, sendo esta a razão para a longevidade e relevância da obra. No decorrer da “Guerra do Peloponeso”, o autor é muito explícito na razão que desencadeou o confronto entre as duas civilizações: a iminência de um desequilíbrio na balança de poder que, até então, vigorava, como ilustram as seguintes citações:

“What made war inevitable was the growth of Athenian power and the fear which this caused in Sparta.” (Warner, 1972, p. 49)

“The growth of the power of Athens, and the alarm this inspired in Lacedaemon, made war inevitable.” (Crawley, 1982, p. 14)

Ainda que para alguns autores (A. M. Eckstein, 2003) , as palavras de Tucídides possam ser interpretadas como uma exposição parcimoniosa e elegante das causas da guerra do Peloponeso, as mesmas foram interpretadas por grande parte dos realistas de forma literal. Assim, um dos maiores contributos da obra de Tucídides foi a constatação que a causa real ou subjacente a uma guerra assenta no medo decorrente de um desequilíbrio na balança de poder. Esparta receava perder o papel hegemónico durante o período helenístico e, com base neste receio, reforçou a capacidade militar do seu exército, desencadeando uma resposta imediata do seu opositor, Atenas, que respondeu de forma equiparada para se proteger.

Aproximadamente um século antes de Thucydides, a “Arte da Guerra” pelo autor e estratega militar chinês Sun Tzu, expõe os principais princípios de *realpolitik* que os Estados devem adotar de forma a sair vitoriosos de uma guerra. A ideia de *realpolitik* implantada por Sun Tzu foi recuperada vinte e dois séculos depois pelo filósofo político italiano Niccolò Machiavelli. Em “O Príncipe” (príncipe neste caso representa a autoridade política ou o líder de Estado), Machiavelli ressalva que, antes de qualquer outra questão, um líder de Estado deve adotar o pragmatismo (largando por sua vez o idealismo), não temendo usar o poder que lhe está inerente para atingir

os objetivos a que se propõe (Ishiyama & Breuning, 2011), sendo que o principal é, sem surpresa, a maximização do seu poder e assegurar a sobrevivência do seu Estado. Mais tarde, o filósofo inglês Thomas Hobbes, que partilha com Machiavelli uma conceção antropológica pessimista, introduz pela primeira vez o conceito de “anarquia”. No “Leviatã” (1651), Hobbes constata o estado anárquico do sistema internacional, descrevendo-o como um estado de “guerra de todos contra todos” (Hobbes, 2009, Capítulo 13).

O contributo de Hans Morgenthau apresenta-se, como um dos mais relevantes para este quadro teórico e para a própria disciplina das Relações Internacionais, consolidando o Realismo Clássico. Hans Morgenthau, defende que o Estado, tal como o ser humano, tem o desejo inato de ser dominante relativamente a outros, o que leva inevitavelmente à guerra (Walt, 1998). Morgenthau realçava a vantagem de haver um sistema clássico, multipolar e com equilíbrio na balança de poder, observando com apreensão a escalada de tensão entre os Estados Unidos da América e o Bloco Soviético durante a Guerra Fria (Dean & Vasquez, 1976). No seu livro, “Política entre as Nações”, Morgenthau apresenta logo no seu primeiro capítulo os seis princípios que hoje se entendem como basilares da teoria realista e que ajudam a explicar o fenómeno da guerra entre Estados. O primeiro princípio apresentado, defende que os Estados são governados sob leis objetivas que, por sua vez, têm a sua raiz na natureza humana. O segundo princípio refere que os líderes políticos pensam e agem em função da procura pela satisfação dos próprios interesses e maximização do poder. Partindo deste segundo princípio, Morgenthau explica que embora a força dominante para qualquer indivíduo ou Estado seja a defesa dos próprios interesses, a natureza do poder exercido para os conseguir depende do ambiente político e cultural existente. Esta constatação perfaz o terceiro princípio. O quarto princípio corresponde à questão da moralidade e o mesmo dita que os valores morais universais não podem ser aplicados sem serem filtrados pelas circunstâncias concretas de tempo e de espaço, pois de outra forma não passam de “formulações abstratas”. Ou seja, os valores morais pela sua condição ética não têm qualquer relevância para os Estados, mas podem adquiri-la se funcionarem como instrumento ou estratégia para a maximização do poder no sistema. Nas Relações Internacionais, a anarquia do sistema é o espaço ideal para que os piores aspetos da natureza humana sejam revelados à luz do egoísmo, ambição e crueldade dos Estados (Donnelly, 2000). Herbert Butterfield coloca-o de uma forma brilhante:

“The difference between civilization and barbarism is a revelation of what is essentially the same human nature when it works under different conditions.” (Butterfield, 1950)

O penúltimo princípio apresentado enuncia que não há um Estado cujas aspirações morais sejam universalmente aceites. O último princípio do realismo de Hans Morgenthau é a constatação que, embora possam existir outras esferas de análise, o realismo político rege-se sempre pela máxima que a avaliação de um curso de ação não deve ser feita pelos efeitos que a mesma pode ter noutros contextos, mas sim nos efeitos do poder adquirido ou perdido pelo Estado (Morgenthau, 1985).

O Realismo ganharia especial proeminência nos EUA após o período da II Guerra Mundial graças aos contributos teóricos de Hans Morgenthau que procurava determinar a razão da prevalência do fenómeno da guerra entre Estados. Durante a Guerra Fria, segundo o cientista político norte-americano Richard Lebow, o Realismo tornou-se um pedido de ajuda aos líderes de Estado para que pudessem reconhecer a necessidade de aprender a coexistir num mundo em que se a oposição de interesses e valores não fosse controlada, levaria invariavelmente à tensão política e ao possível confronto militar (Lebow, 2013).

Nos textos realistas clássicos é possível aferir uma primazia entre a condição psicológica que liga o realismo à racionalidade. Desta forma, o realismo não pretende apenas ensinar o que pensar, mas também como pensar (Rathbun, 2019). A procura pelos interesses nacionais num sistema internacional hostil é a concretização dessa racionalidade que define a teoria. A qualidade do “real” no realismo encontra-se efetivamente aqui: observar pragmaticamente o sistema como o próprio se apresenta, com todas as suas brutalidades, ameaças e injustiças, e atendendo à hostilidade e aos perigos que nos rodeiam ser ainda capaz de ter a racionalidade de salvaguardar os interesses nacionais (Mearsheimer, 2013) A Teoria realista enfatiza os constrangimentos colocados pela condição humana e pela ausência de uma autoridade internacional suprema e punitiva no comportamento dos Estados no sistema internacional (anarquia), sendo imperativo para a sobrevivência destes a procura incessante pelo poder e pela segurança que o mesmo pode oferecer (Gilpin, 1986). Apesar de existirem posições diferenciadas entre os realistas, existe uma base comum imutável: estão unidos pela crença que o poder em si é absolutamente essencial para a política internacional e para a sobrevivência dos Estados que procuram sempre a defesa dos seus próprios interesses e se assumem como os únicos atores no sistema internacional (Pashakhanlou, 2017).

1.1. Sistema Internacional

Para os realistas, o sistema internacional em que os Estados se inserem e interagem é anárquico. A condição de anarquia não se revela no sentido da desordem ou do caos, mas no de não existir uma hierarquia definida, nem uma autoridade detentora da capacidade de exercer poder punitivo sobre o comportamento dos atores e que regule o último. No realismo, os únicos atores presentes no sistema são os Estados, sendo que os restantes intervenientes não são considerados relevantes para análise. O realismo não ignora a existência de outros atores no sistema, mas assume que os Estados são o ator primário para explicar os fenómenos internacionais. Isto por duas razões: a primeira é o facto de os Estados possuírem interesses nacionais egoístas que procuram satisfazer e isso explica a sua motivação para garantir a sobrevivência e a eventual cooperação (quando esta é um requisito incontornável para a primeira) e a segunda é que a autoridade dos Estados tem a capacidade de controlo da população, regular os indivíduos e as suas interações assim como a capacidade de restringir e condicionar a sociedade de uma forma que mais nenhum ator consegue (Krasner, 1999; Lake, 2009). Neste ambiente de enorme incerteza e hostilidade, o grande objetivo dos Estados é o de garantir a própria sobrevivência e para tal, a única forma de o garantir, é através

da procura e acumulação de poder e de influência sobre os restantes atores. Num mundo em que os Estados estão entregues a si próprios e em que não existe nenhuma autoridade acima destes que constranja o seu comportamento, é lógico, racional e prudente a procura por incrementos sucessivos de poder, de forma a manter ou melhorar a sua posição relativamente a outros Estados (que nesta ótica serão sempre rivais/competidores pela mesma posição no sistema). Por último, os Estados são soberanos e exercem o direito de serem independentes e autónomos assim como o direito de serem os únicos de exercer total autoridade sob o seu território, população e recursos. Ainda que o nível de poder que cada Estado detenha possa ser diferente, absolutamente nenhum tem a capacidade de domínio relativamente a um segundo que afirme a sua soberania.

Ainda que o Realismo seja pautado por um elevado grau de racionalidade, há uma emoção que está subentendida na teoria e que explica, em parte, o comportamento dos atores (Estados). O medo é uma reação espontânea que advém de uma percepção de ameaça e que desencadeia uma resposta imediata de defesa (Halperin et al., 2011). Neste sentido, o medo é um fator importante a considerar quando analisamos o comportamento dos Estados sob a lente da teoria realista. O receio e a imprevisibilidade inerente à ação de outros Estados do sistema, mantém os restantes em permanente alerta, observando com pessimismo e agindo quando a mesma ameaça coloca em causa a própria soberania e segurança. Importante salientar que a um Estado que esteja em permanente conflito, não se entende que seja movido pelo medo, mas por outros motivos. O medo está normalmente associado a Estados que mantêm o *staus-quo* no sistema, mas que reagem pontualmente com revisionistas para assegurar a sua segurança.

1.2. Poder

O poder é um elemento tangível e apresentar-se-á como uma unidade de medida que distingue os Estados no sistema internacional. O facto de os Estados estarem inseridos num sistema anárquico implica que a única forma de sobreviver e prosperar é conduzindo uma série de ações que proporcionem incrementos significativos de poder relativamente aos outros atores (Estados). Desta forma, um Estado que detenha um grau de poder irrefutável é um Estado com fraca probabilidade de ser seriamente ameaçado por outros porque, atendendo ao desequilíbrio de forças, não é sensato atacar um Estado, cujas capacidades militares, tecnológicas, económicas e diplomáticas sejam superiores, correndo o elevado risco de sair perdedor e lesado. Ainda que o conceito de poder seja central na teoria realista, a sua definição semântica não reúne o consenso de todos os realistas. Para alguns, poder é um conceito que se trata de forma absoluta, ou seja, a concentração de capacidades militares, económicas, tecnológicas, diplomáticas, entre outras, enquanto para outros, a mensuração de poder é relativa, sendo o poder dos Estados avaliado em comparação com outros atores no mesmo sistema (Viotti Paul R & Kauppi Mark V., 2010). Ainda assim, é possível aceitar que uma forma subtil (mas eficaz) de poder pode ser a influência que um determinado Estado exerce no sistema e sob outros atores de forma a coagir outro(s) Estado(s) a alinhar as políticas internacionais com as suas. A demonstração de prontidão em usar as suas capacidades militares e/ou económicas, caso necessário, ou o grau de influência exercido para

controlar o comportamento de outros atores, são formas de dissuasão conhecidas pelos Estados para manter o status de grande potência (quer a nível internacional como a nível regional) e garantirem ou aumentarem a sua quota de poder no sistema.

Num sistema internacional anárquico, no qual reina uma competição eterna, e em que os Estados detêm diferentes meios de concretização e defesa dos interesses individuais, instala-se a Balança de Poder. Num sistema de plena autoajuda, os atores que não zelam pelos seus interesses nem pela sua posição arriscam comprometer a sua segurança e a sua relevância no próprio sistema, expondo-se a perigos e ameaças. Isto é, se o sistema internacional se caracteriza pela condição anárquica, assume-se que os Estados não podem recorrer a nenhuma instância governamental superior que os ajude a defender os seus interesses e direitos. Para este efeito, os atores estão inteiramente dependentes do seu poder, capacidades e recursos, assim como qualquer outro tipo de estratégia que possam encontrar (Donnelly, 2000). O medo e a incerteza que os Estados sentem, leva a que estes procurem soluções e comportamentos alinhados que favoreçam uma balança de poder que lhes proporcione a segurança que procuram. Segundo Waltz, a Balança de Poder revela a premissa de que se existem alguns Estados cujo grau de poder e influência no sistema é suficiente para garantir não só a sua sobrevivência como a daqueles que consigo se aliarem, então é possível observar um grupo de Estados que abdicam diretamente da procura dos seus interesses individuais para se alinharem com um Estado mais poderoso que lhes possa oferecer um grau de segurança que sozinhos não conseguiriam atingir. A teoria da Balança de Poder aplica-se apenas quando existem Estados dispostos a ceder parte dos seus interesses e Estados que, pelo contrário, não abdicam dos seus, mas que permitem o alinhamento (Waltz, 1979, p. 118). Os últimos proporcionam a segurança que os primeiros procuram e, em troca do seu alinhamento, garantem mais poder no sistema. A teoria da Balança de Poder observa a sociedade internacional como um espaço desigual: poder de uns *versus* insegurança de outros e é nesta iniquidade que reside a necessidade e pertinência da criação de alianças.

O balanceamento de forças no sistema internacional permite manter sob controlo a ascensão de poder de um determinado ator e prevenir a formação de hegemonias, ajudando os Estados a preservar a sua identidade, integridade e independência assim como serve de ferramenta para dissuasão de conflito militar (Sheehan, 2005). O objetivo primário da Balança de Poder é evitar o triunfo e o domínio de uma grande potência e assegurar a segurança individual dos Estados mais vulneráveis que, de outra forma estariam expostos ao perigo que reside na acumulação unilateral de poder. A Balança de Poder está, em grande parte, alinhada com a teoria realista das Relações Internacionais porque as suposições que ambas retiram da natureza do sistema internacional e dos seus atores são idênticas. A Balança de Poder, tal como o Realismo, pressupõe que os Estados são atores individuais que, no mínimo procuram a própria sobrevivência e no máximo o domínio geral do sistema. Para tal, usam os mecanismos e capacidades aos seu dispor para atingir os fins a que se propõem, podendo estes ser de carácter doméstico (aumento das capacidades militares, económicas, tecnológicas individuais do próprio Estado) ou sistémicos (através de alianças com outros atores ou conjunto de atores) (Fritz & Sweeney, 2004)

1.3. Alianças

As alianças são, por definição, uma resposta coletiva a uma determinada ameaça iminente. No entanto, Stephen Walt sugere que o tipo de resposta induzida por este mecanismo pode ser distinto (tanto na causa como no resultado) e é fonte de um forte desacordo entre quem estuda este comportamento dos Estados. Para Glenn Snyder, o processo de aliança pode definir-se como a associação formal entre Estados para o uso ou constrangimento de força militar dentro de um determinado contexto e direcionado a um ou mais Estados fora da aliança (Snyder, 1997). Glenn Snyder ainda acrescenta que para se distinguir este fenómeno de um mero alinhamento tático, é importante entender que as alianças têm de ser um acordo formal em que fique explícito as contingências em que recursos militares serão empreendidos coletivamente para deter uma ameaça comum. Desta forma as alianças cumprem sempre um propósito militar e reúnem exclusivamente Estados na sua constituição. Associações ou regimes para o desenvolvimento e cooperação económica, muitas vezes conotados como “alianças” não podem ser consideradas como tal. As alianças podem ser classificadas com base em vários critérios. O primeiro é a sua dimensão. Normalmente as alianças tendem a ter uma dimensão reduzida para que o propósito e a capacidade sinérgica da aliança não se percam com um número demasiado elevado de membros, já que a cada membro da aliança está associado um incremento na complexidade da última⁵. A NATO é um exemplo de uma aliança de índole defensiva já que oferece uma maior segurança aos seus membros perante uma possível ameaça externa. Contudo, uma aliança defensiva para uns pode ser facilmente interpretada como ofensiva para outros, tal como observado por exemplo na forma como a Rússia condena e se posiciona relativamente à possibilidade de alargamento da NATO. Este diferencial entre as reais intenções de criação de uma aliança e a ameaça percebida por outros Estados é uma evidencia da capacidade que as alianças podem ter de acionar o dilema de segurança. Um último critério para definir as alianças é a sua caracterização em unilaterais, bilaterais e multilaterais. Na maior parte dos casos, as alianças são bilaterais ou multilaterais, mas podem ocorrer alianças unilaterais quando um Estado se compromete a defender um segundo (sendo a aliança o vínculo desse compromisso), mas o último não tem qualquer responsabilidade ou obrigação perante o primeiro (Snyder, 1997). Glenn Snyder aponta ainda que existem duas fases na vida de uma aliança: a sua formação e a sua manutenção. Ambas requerem um elevado esforço no diálogo e na capacidade de negociação dos seus membros. Na fase de formação ocorre a negociação das normas que definirão o âmbito e os termos em que a aliança irá operar. A fase de manutenção é caracterizada pelos processos coletivos e unilaterais empreendidos pelos Estados para manter a aliança estável e preparada para qualquer ameaça que possa surgir no sistema internacional. A fase de manutenção inclui também a necessidade de revisão do contrato de formação e, caso necessário, a sua atualização.

⁵ Uma exceção a esta preferência por alianças com poucos membros é a Aliança Atlântica, criada em 1949, com doze membros fundadores, aos quais se juntaram mais dezanove. Em resposta à NATO, a criação do Pacto de Varsóvia pela União Soviética pretendia a criação de uma organização equiparada à Aliança Atlântica, assim como usar a mesma oportunidade para exercer poder imperial sob os restantes membros.

No sistema internacional, existem três estratégias para os Estados acumularem mais poder relativo: armamento, expansão do território em que são soberanos e a formação de alianças (Snyder, 1984). Se vários Estados se aliarem em oposição a um Estado mais forte estamos perante um fenómeno de balanceamento. Se outrora se aliarem ao Estado mais forte, considera-se um mecanismo de *bandwagoning* (Walt, 1985). O mecanismo de balanceamento revela uma índole mais conservadora dos Estados que procuram minimizar uma ameaça comum e o *bandwagoning* ocorre num contexto de maior competitividade e de maximização dos interesses individuais sobre a segurança coletiva (Wohlforth et al., 2007).

Para Stephen Walt (1985), os processos de balanceamento ou de *bandwagoning* são respostas coletivas dos Estados exclusivamente em função da variante “poder”. Para o professor e cientista político, esta visão é profundamente limitada, já que não contempla outros fatores relevantes que são considerados pelos líderes políticos aquando identificação de potenciais aliados. Assim, em detrimento da criação exclusiva de alianças em função da variável poder, Walt acredita que é mais correto o alinhamento de Estados com ou contra uma potência que represente a maior ameaça à sobrevivência dos Estados e à estabilidade do sistema. O trabalho desenvolvido por Stephen Walt permitiu uma segunda abordagem na análise do mecanismo de aliança dos Estados, defendendo uma balança, não de poder, mas de ameaça.

1.4. Balança de Ameaça

Stephen Walt desenvolveu a teoria da Balança de Ameaça entre 1985 e 1987, período final da Guerra Fria e em que ainda se verifica um nível extraordinário de tensões diplomáticas e uma precária sensação de segurança no sistema internacional, dividido entre dois blocos antagónicos liderados pelos EUA e pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Estes dois blocos em confronto são o produto de alianças entre Estados que, ao sentirem o incremento de tensões no sistema internacional se aliam para deter uma ameaça comum. A teoria da Balança de Ameaça surge no contexto epistemológico do realismo defensivo, que argumenta que o próprio sistema internacional é punitivo para os Estados que procuram a maximização do poder uma vez que, sendo detetado um desequilíbrio, semelhante ao que acontece com qualquer sistema biológico, o próprio sistema irá lutar para restabelecer o equilíbrio. Atendendo ao mencionado, podemos depreender que a teoria da Balança de Ameaça é uma teoria reativa, no sentido em que primeiro surge o estímulo (ameaça) e só depois é possível ver o desencadeamento de uma resposta coletiva dos Estados ao primeiro (Person, 2017).

Para compreender a dinâmica da Balança de Ameaça é importante compreender o que é que os Estados entendem como ameaça. No âmbito das Relações Internacionais, não se entende “ameaça” como um conceito concreto e fechado, mas sim um que encaixa subjetividade e que está dependente de um conjunto de variáveis. Stephen Walt aquando elaboração e publicação do seu trabalho teórico sobre a teoria da Balança de Ameaça, descreve os quatro fatores que afetam o

nível de percepção de ameaça que os Estados possuem relativamente aos restantes: poder agregado, proximidade geográfica, capacidade ofensiva e intenção ofensiva. (Walt, 1985). O poder agregado dos Estados prende-se com o conjunto de capacidades que podem ser colocadas em perseguição ou defesa dos interesses individuais do Estado que as detenha. Exemplos destas capacidades são as capacidades militares, tecnológicas, económicas, a própria população ou o nível de industrialização. A proximidade geográfica é o segundo fator enunciado por Walt, já que a projeção de poder estatal tende a diminuir quando a distância geográfica, por seu lado, aumenta. Assim, um Estado que seja percebido como ameaça para aqueles que lhe estão próximos pode não ter o mesmo impacto naqueles que mais distantes de si se encontram. Neste caso, a demonstração do poder para intimidação não está tão presente e, no caso de realmente existir uma preparação ofensiva, a distância beneficia o tempo de reação do Estado-alvo. A capacidade e intensão ofensiva perfazem os dois últimos fatores para classificar o nível de ameaça que os Estados podem encontrar no sistema. A capacidade ofensiva de um Estado são os meios que esse Estado tem para iniciar e conduzir uma real ofensiva militar. Quanto maiores e mais sofisticados forem esses meios, maior a ameaça que o Estado representa para outros. Ainda que para Walt, não haja nenhuma preferência na importância que cada um destes fatores, *ceteris paribus*, Estados com maior capacidade ofensiva criam com maior probabilidade um nível de insegurança suficiente para o surgimento de alianças entre os restantes Estados que, seja por se sentirem ofensivamente mais deficitários ou por as capacidades que têm serem de carácter maioritariamente defensivo preferem uma abordagem coletiva para a detenção da ameaça. Por fim, a intensão ofensiva é igualmente motivo de alarme para os atores. Um Estado, ainda que não possua a capacidade ofensiva, se se mostrar agressivo e ameaçar o equilíbrio do sistema pode criar nos restantes a necessidade de reposicionamento (Walt, 1987). O reconhecimento desta intenção ofensiva por parte dos Estados é um dado fulcral na compreensão do seu comportamento quando se decidem pelo balanceamento para enfrentar uma ameaça comum no sistema. Ainda que Stephen Walt tome estas quatro dimensões como iguais no que toca à sua importância para a teoria, na comunidade académica existe um conjunto de investigadores que vê a intensão ofensiva como mais pertinente quando se estuda a percepção de ameaça no sistema internacional. (Bock et al., 2015). Andreas Bock, Ingo Henneberg e Friedrich Plank usam o exemplo russo para aplicar a teoria de Walt: a Rússia não só é influenciada como dominada pela ameaça que o Ocidente (EUA, UE e NATO) representa. No caso específico da ameaça representada pelos EUA no Ártico, usando as quatro fontes de ameaça enunciadas por Walt (agregação de poder, proximidade geográfica, capacidades ofensivas e intensão ofensiva), a percepção de ameaça é incontornável para a Rússia. Para o caso da NATO, os quatro fatores também estão presentes e justificam, portanto, a extrema insegurança que a Rússia sente perante a Aliança.

Barry Buzan, da Escola de Copenhaga, que se distancia do Realismo, mas que importa acomodar para a compreensão do fenómeno em análise, classifica as ameaças presentes no sistema internacional em quatro categorias: ameaças militares, políticas, económicas e ambientais (Buzan, 1983). As ameaças militares encaixam no sentido mais clássico de ameaça e ocupam uma categoria especial pelo uso da força que lhes está implícito. O uso da força implica uma rutura

clara na relação de paz entre Estados e ultrapassa o limite previsto da sua interação na esfera política, económica ou social para o ambiente mais rígido e altamente competitivo da guerra. As ameaças militares são as mais temidas pelos Estados também porque, quando acionadas, num curto espaço de tempo destroem o progresso político, cultural e social conseguidos com esforço de várias gerações.

“Military actions not only strike at the very essence of the state's basic protective functions but also threaten damage deep down through the layers of social and individual interest which underlie and are more permanent than the state's superstructures.”

(Buzan, 1983)

As ameaças de cariz militar podem ser indiretas, no sentido de não serem dirigidas diretamente à integridade do Estado em questão, mas responsáveis por comprometer os seus interesses individuais no sistema internacional como dano colateral. Um exemplo claro é precisamente o uso de armas de destruição maciça que, embora possam ser lançadas sobre um Estado em particular, as consequências e os danos que lhe estão associados são sentidos pelos países que, geograficamente, estão mais expostos.

A segunda categoria de ameaça engloba as ameaças de cariz político. As ameaças militares têm, muitas das vezes, um propósito político como a anexação de território, a mudança governamental, manipulação política entre outros. No entanto, há fins políticos que são atingidos exclusivamente por meios políticos. Ameaças políticas ocorrem quando um determinado Estado interfere nos assuntos domésticos de um segundo e podem ser consideradas intencionais (quando é possível isolar a intensão do primeiro Estado em alterar o curso de ação de uma política interna de um segundo) ou estruturais (quando a natureza da própria situação pede a intervenção de outro Estado).

As ameaças económicas são, para Barry Buzan, talvez a categoria mais difícil de identificar porque a sua relação com a segurança nacional é difícil de ser delineada. A economia nacional é uma parte integrante da sobrevivência do Estado e o vínculo de ligação entre todos os seus setores institucionais. Assim, um abalo na economia tem repercussões a vários níveis institucionais internos, sendo que, no caso de o Estado alvo das ameaças económicas ser regionalmente um ator-chave, o abalo económico pode transitar para outros Estados, que do primeiro dependem. Ainda que a segurança económica não seja tão clara como acontece com outras categorias, quando comparamos a diferença no padrão securitário dos países desenvolvidos com aquele que existe em países em desenvolvimento, percebemos como a segurança económica é vital para garantir outros tipos de segurança (Stone, 2009). De forma geral, a capacidade militar de um Estado depende diretamente da sua capacidade económica e quando a segunda é ameaçada, a capacidade de resposta fica comprometida e a vulnerabilidade de um Estado exposta. O crescimento e expansão económica de um Estado pode também ameaçar os restantes, que temendo que a própria segurança seja comprometida, agem individual ou coletivamente para garantirem a manutenção da sua posição no sistema internacional. Barry Buzan menciona que as ameaças

também podem ser de carácter ambiental. Neste caso, a fonte de ameaça é externa aos Estados, aos seus interesses ou às interações que estabelecem entre si⁶.

Por fim, a teoria da Balança de Ameaça define o balanceamento como uma estratégia utilizada pelos Estados, desenhada para contrariar uma percepção de ameaça através de meios militares (*hard-balancing*) ou não-militares (*soft-balancing*), com âmbito interno ou externo e cujo objetivo final é reduzir o nível de ameaça e manter ou restabelecer a segurança no sistema (Bock & Henneberg, 2013). O propósito absoluto que suporta o comportamento de balanceamento é a procura de segurança através do enfraquecimento do poder detido por um determinado Estado ou aliança de Estados. A teoria da Balança de Ameaça poderá ter uma importância extraordinária na compreensão da geopolítica do Ártico atualmente. A visão de Stephen Walt do comportamento dos Estados quando estes se encontram sob ameaça poderá ser aplicável ao ambiente geopolítico ártico e ao dilema de segurança que tem sido levantado na região e que pode comprometer a sua segurança e estabilidade.

1.5. Dilema de Segurança

Os principais contributos para o entendimento do fenómeno do dilema de segurança foram dados por Herbert Butterfield, John Herz e Robert Jervis. Herbert Butterfield apoia a sua tese do dilema de segurança na fragilidade da natureza do ser humano. Para este autor, o medo é a causa maior para o dilema de segurança e este surge a partir do “pecado universal da humanidade”. Para Butterfield a sociedade é por natureza corrupta e maliciosa, sendo imperativo não depositar fé na natureza humana pois a mesma é tanto uma heresia como um completo desastre (Butterfield, 1950). Esta crença alinha-se com o princípio basilar da Teoria Realista de que a realidade internacional é uma projeção da realidade espiritual do ser humano. Herbert Butterfield acreditava que o dilema de segurança é a causa universal para o conflito entre dois ou mais Estados, mesmo que nenhum dos intervenientes tivesse a verdadeira intenção de infligir o outro:

“The greatest war in history can be produced without the intervention of any great criminals who might be out to do deliberate harm in the world. It could be produced between two powers, both of which were desperately anxious to avoid a conflict of any sort.” (Butterfield, 1951)

⁶ Tal como ameaças militares ou económicas, as ameaças ambientais podem devastar fisicamente um Estado, ao ponto de colocar em causa a própria existência. Crises naturais como terremotos, cheias, secas ou pandemias podem desencadear uma crise humanitária que rapidamente pode escalar para um conflito militar ou uma guerra civil. Buzan defende que embora exista uma parte da ameaça ambiental que pertence à responsabilidade individual e coletiva dos Estados, existe sempre um grau de imprevisibilidade nestes fenómenos que condiciona a resposta dos Estados às catástrofes naturais sofridas. As ameaças ambientais são um desafio à definição clássica de segurança e pressionam a comunidade internacional a olhar para este tipo de fenómenos, não como acontecimentos isolados, mas como ameaças reais à segurança nacional dos Estados.

De forma sistemática, a proposta teórica de Butterfield para o dilema de segurança é que este é um mecanismo puramente baseado no medo (condição imposta pela natureza humana) e que exige um elevado grau de desconfiança permanente em relação às intenções de terceiros, mas que, no fundo, não é intencional (é um produto das circunstâncias e não da real intenção maliciosa dos Estados). O historiador defende ainda que o dilema de segurança (nome eternizado não por Butterfield mas pelo seu sucessor, John Herz), ainda que não intencional, pode efetivamente causar consequências devastadoras e é a principal causa para todos os conflitos humanos. Esta última generalização é posteriormente criticada por Herz e Jervis. Para estes autores, a causa primária para o dilema de segurança não reside no medo, mas na própria estrutura e natureza anárquica do sistema internacional. Para John Herz, quer o ser humano seja pacífico e cooperante ou agressivo e competidor, é a incerteza e a ansiedade relativamente às intenções dos seus vizinhos que o coloca neste dilema de segurança (Herz, 1951). Para Herz, o dilema de segurança respeita a seguinte definição:

“Groups and individuals who live alongside each other without being organized into a higher unity . . . must be . . . concerned about their security from being attacked, subjected, dominated, or annihilated by other groups and individuals. Striving to attain security from such attacks, they are driven to acquire more and more power in order to escape the effects of the power of others. This, in turn, renders the others more insecure and compels them to prepare for the worst. Because no state can ever feel entirely secure in such a world of competing units, power competition ensues, and the vicious circle of security and power accumulation is on.” (Herz, 1951)

John Herz introduz o fator estrutural do sistema para justificar o comportamento dos Estados quando os mesmos agem sob o Dilema de Segurança. O instinto de auto-ajuda e de sobrevivência é o catalisador para a competição por mais poder relativo no sistema. Num sistema sem “unidade superior”, os atores são os únicos responsáveis pela sua própria sobrevivência e, na identificação de uma possível ameaça, procuram sobreviver a um perigo que pode, no limite, nem existir, mas cuja perceção é suficiente para desencadear um mecanismo de ação defensiva por parte dos Estados. Herz entende o dilema de segurança pelo cumprimento de seis aspetos: (1) o dilema de segurança é o resultado da anarquia do sistema internacional (a falta de uma “unidade superior”); (2) a causa direta do dilema de segurança é o medo e a incerteza dos atores relativamente às reais intenções de terceiros; (3) a sobrevivência dos Estados depende da sua capacidade de escapar à armadilha que o dilema de segurança representa e, para isso, dependem da acumulação de poder no sistema o que, por si, estabelece uma cadeia competitiva entre os atores; (4) paradoxalmente a acumulação de poder para salvaguardar a própria sobrevivência pode fazer precisamente o contrário e criar um clima de tensão e desconfiança sobre as reais intenções dos Estados por detrás da sua procura pelo aumento incremental de poder; (5) o dilema de segurança pode explicar alguns conflitos mas não é a razão universal para a guerra entre Estados e, finalmente, (6) a dinâmica que faz girar o dilema de segurança é um ciclo vicioso e autoalimentado (Tang, 2009). O ênfase dado por John Herz ao carácter paradoxal e trágico da procura incremental de

poder num sistema onde reina a anarquia sugere que, para Herz, o dilema de segurança não é intencional, mas uma consequência da exigência do próprio sistema.

Richard Jervis compila os contributos teóricos de Herbert Butterfield e de John Herz e reformula o dilema de segurança, dando-lhe finalmente o destaque dentro da disciplina das Relações Internacionais.

“The heart of the security dilemma argument is that an increase in one state’s security can make others less secure, not because of misperceptions or imaged hostility, but because of the anarchic context of international relations.” (Jervis, 2017, p. 76)

“Even if they can be certain that the current intentions of other states are benign, they can neither neglect the possibility that the others will become aggressive in the future nor credibly guarantee that they themselves will remain peaceful.” (Jervis, 2001)

Richard Jervis concentra o dilema de segurança em sete elementos fundamentais: (1) o dilema de segurança tem origem estrutural, ou seja, na natureza anárquica do sistema internacional ; (2) a incerteza e o medo dos Estados relativamente às intenções (presentes e/ou futuras) de terceiros no mesmo sistema é o catalisador para o dilema de segurança; (3) é baseado em ações de carácter puramente defensivo e, desta forma, não-intencional; (4) produz um decréscimo na segurança individual; (5) um dos efeitos possíveis decorrentes da ativação do dilema de segurança, tão involuntário quanto trágico é a eclosão de um conflito militar; (6) ainda que possa causar a guerra, tal como Herz, Jervis defende que o dilema de segurança não é a causa universal para todas as guerras e (7) a dinâmica inerente à ativação do dilema de segurança é auto-imposta e assemelha-se a uma espiral (Tang, 2009). Shiping Tang, compilou os principais contributos teóricos de Butterfield, Herz e Jervis e encontrou, segundo o mesmo, a melhor e mais precisa formulação para o dilema de segurança. Uma vez que não foi criada por si, mas sim uma derivação das definições originais, Tang apelidou a sua abordagem “BHJ”:

“Under a condition of anarchy, two states are defensive realist states—that is, they do not intend to threaten each other’s security. The two states, however, cannot be sure of each other’s present or future intentions. As a result, each tends to fear that the other may be or may become a predator. Because both believe that power is a means toward security, both seek to accumulate more and more power. Because even primarily defensive capability will inevitably contain some offensive capability, many of the measures adopted by one side for its own security can often threaten, or be perceived as threatening, the security of the other side even if both sides merely want to defend their security. Consequently, the other side is likely to take countermeasures against those defensive measures. The interaction of these measures and countermeasures tends to reinforce their fears and uncertainties about each other’s intentions, leading to a vicious cycle in which each accumulates more power without necessarily making itself more secure, through a self-reinforcing or positive feedback mechanism. This vicious cycle can also lead to unnecessary thus tragic conflicts—threats of war or war. The severity of the

security dilemma can be regulated by both material factors and psychological factors.”
(Tang, 2009)

Da última formulação tiram-se as três condições imprescindíveis para o dilema de segurança: (1) a natureza anárquica do sistema internacional (que traz consigo a incerteza, o medo e a necessidade de zelar pela própria segurança e sobrevivência), (2) a genuína ausência de intenções maliciosas e, por fim, (3) a acumulação de poder (que pode incluir capacidades ofensivas) por parte dos atores (Estados) como condição básica para a sua sobrevivência. Ainda que possam existir outros fatores relevantes para o dilema de segurança, segundo Tang, os mesmos são apenas responsáveis pela dimensão ou gravidade do mesmo e não a causa *per si*. Tang coloca esta condição da seguinte maneira: os três fatores mencionados são, cumulativamente, o que classifica verdadeiramente uma determinada situação de tensão diplomática, um dilema de segurança, enquanto qualquer outro fator (ainda que proeminentemente presente) não perfaz um dilema de segurança, caso os três supramencionados não se verifiquem. O autor faz ainda menção à falácia de que pode existir uma relação de causalidade entre a anarquia, a verificação do dilema de segurança e o desencadeamento de uma guerra. Pelo contrário, ainda que possa realmente ser uma possível sucessão trágica de eventos, não existe uma ligação direta e inquestionável entre os três acontecimentos, mas sim uma possível cadeia lógica que nos leva da condição de anarquia para a eclosão de uma guerra. Desta forma, a condição de anarquia do sistema leva a que se gere um clima de tensão diplomática baseado na incerteza e no medo da ação de outros atores (Estados) que os leva à procura incessante por frações incrementais de poder (competição), o que por si vai ativar o dilema de segurança. O dilema de segurança, por si, pode levar à guerra através de uma espiral de acontecimentos uma vez que, no sistema anárquico o esforço para a detenção de um determinado comportamento de um Estado, leva muitas vezes a círculos viciosos de ataque recíproco (Zagare & Kilgour, 1998).

Capítulo II - Enquadramento Histórico-Legal e Governança do Ártico

2.1. Definição do Ártico

“Ártico” deriva de *arktos*, vocábulo grego para “urso”, uma referência direta para a constelação da Ursa Maior pela particularidade de ser precisamente a partir do hemisfério celestial Norte que é melhor observada (Han et al., 2020). O Ártico é uma região onde a mitologia encontra a realidade, nomeadamente na figura do urso polar que hoje ainda é o principal símbolo da região (Rodríguez, 2019).

Para a comunidade académica, o continente ártico pode encaixar uma de várias definições possíveis, atendendo à área disciplinar em causa. A delimitação mais consensual e utilizada na presente investigação é a que define o Ártico como a área terrestre e marítima que se situa a Norte do Círculo Ártico (66° 33' N) (Congressional Research Service, 2021) e que engloba as massas continentais dos seguintes Estados: Canadá, Dinamarca (por virtude da Gronelândia), EUA, Finlândia, Islândia, Noruega, Rússia e Suécia. Paralelamente, o AMAP (Arctic Monitoring and Assessment Programme) adaptou este limite para a área acima do Círculo Ártico (66°32' N), a norte de 62° N na Ásia e 60° N na América do Norte, modificado para incluir a cadeia das ilhas vulcânicas das Aleutas, a baía de Hudson e uma parte importante do Atlântico Norte, nomeadamente o Mar de Labrador (AMAP, 1998, p. 10).

A área do Círculo Ártico (latitude compreendida entre 66.5° e 90°) é aproximadamente 21 milhões de km², representando 3% da superfície total da Terra. Complementariamente, a região do Ártico caracteriza-se por ser uma zona em que o sol se posiciona acima da linha do horizonte 24 horas pelo menos uma vez (normalmente durante o solstício de Verão) e abaixo do horizonte por 24 horas continuamente, pelo menos uma vez por ano (normalmente durante o solstício de Inverno) (Marsh & Kaufman, 2013, p. 23).

Os diferentes critérios para as diversas definições podem ser divididos em algumas categorias: as classificações do Ártico atendendo às suas características físicas ou com base no índice de Desenvolvimento Humano, apresentado em 2004 no Relatório Oficial de Desenvolvimento Humano do Ártico, ao abrigo do Programa de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas⁷. A definição dos limites geográficos do Ártico de acordo com fatores de ordem humana, em teoria, permitiria ultrapassar os obstáculos trazidos pelos fatores físicos como a necessidade de considerar características políticas, económicas, sociais, culturais e linguísticas para definir os limites do continente (Han et al., 2020). A definição humana do Ártico pode ser feita com base

⁷ A apresentação dos resultados deste relatório foi uma prioridade durante a presidência islandesa do Conselho do Ártico (AHDR, 2004) entre 2002 e 2004.

no índice desenvolvido no relatório acima mencionado; nas divisões administrativas dos oito Estados Árticos (Duhaime & Caron, 2008) ou atendendo às suas comunidades indígenas.

A definição mais usada e também aquela que se apresenta como a mais precisa é aquela que usa coordenadas geográficas, uma vez que é uma unidade internacionalmente reconhecida para a localização geográfica de um objeto na Terra. Contudo, é também comum ver a delimitação da área do Ártico através da observação da cessação do crescimento de árvores, resultado da natureza estéril do *permafrost* que cobre a área ártica. O *permafrost* considera-se a superfície do solo, sedimentos ou rochas que se encontram permanentemente a uma temperatura abaixo de zero graus Celsius (NSIDC, 2023). A esta definição ficou associado o nome de “Linha de árvores” ou geomorfológica/ ecológica (Koivurova, 2008). A grande limitação deste critério é apenas poder ser usado em plataformas continentais, sendo que a área marítima no Ártico não pode ser desvalorizada. Adicionalmente, são também conhecidas as definições pela linha isotérmica (que delimita o Ártico como a zona em que se registam temperaturas iguais ou inferiores a dez graus Celsius durante o mês mais quente na região, normalmente Julho (O’Rourke, 2012). Ainda que este seja um critério que possa ser usado tanto em plataforma continental como marítimas, tem a particularidade de excluir a Suécia, a Finlândia e grande parte do território dos Estado do Alasca (Congressional Research Service, 2021). Em qualquer uma das definições existentes para o Ártico, o Pólo Norte marca, aparentemente, o limite regional superior. A origem de diversas definições, atendendo a vários critérios prende-se efetivamente com a fluidez do limite a Sul do continente. Ainda que o Ártico seja visto como um espaço único, pode ser dividido de várias formas. Ao contrário da Antártida, cujas delimitações geográficas são lógicas e quase inquestionáveis, no Ártico é difícil adotar uma abordagem única e definitiva devido à heterogeneidade que se verifica. Com efeito, verifica-se que a adoção de um determinado critério em detrimento de todos os outros é feita, academicamente, num alinhamento com a área disciplinar em causa, e pelos Estados num alinhamento com os seus interesses. De facto, a autoproclamação da China, Estado-observador do CA, como um “Estado próximo do Ártico” (The State Council of the People’s Republic of China, 2018), pode ser um resultado da falta de clareza e de uma definição única dos limites geográficos do Ártico.

Para a história regional do Ártico, a I Guerra Mundial não representou um momento tão relevante como a II Guerra Mundial ou, principalmente, como o período da Guerra Fria. Ainda assim, é na conclusão da I Guerra Mundial que acontecem alguns acordos que definem a soberania e independência de alguns territórios e aproximam a configuração geopolítica àquela que hoje o continente Ártico oferece, como se pode observar no **ANEXO I**.

A II Guerra Mundial reconfigurou o continente ártico, realçando o potencial estratégico que reside num território esquecido durante séculos. A prova de que este seria um conflito no qual o Ártico teria uma relevância superior ocorre logo no início do conflito com a deteção de um submarino nazi nas águas do Atlântico Norte (Roucek, 1983). Este acontecimento foi responsável por alargar, pela primeira vez, um conflito militar para o Ártico, onde os objetivos e estratégias eram muito particulares às condições climáticas específicas que se verificavam nesta região do planeta e que desafiavam permanentemente o sucesso das operações militares. Após o desfecho da II Guerra

Mundial, a região do Ártico, sofreu alterações significativas ao nível da sua relevância estratégica e política, a este respeito ver o **ANEXO II**.

Se durante o próprio conflito da II Guerra Mundial, a importância da região começava a ser traçada, especialmente na zona do Mar de Barents e do Mar da Noruega (zona de especial tensão entre o exército alemão, que anteriormente tinha invadido a Noruega, e a União Soviética), durante a Guerra Fria o potencial político, militar, estratégico e económico do Ártico foi evidente e incontornável. A II Guerra Mundial no Ártico concentrou a área de confronto abaixo do círculo ártico, mas a Guerra Fria expandiu a zona de conflito para zonas, até ao momento, intocadas por qualquer tensão ou conflito militar, como se pode constatar no **ANEXO III**.

2.2. Mapeamento da Governação do Ártico

Simbólica ou literalmente, foi o discurso de Murmansk em 1987 que apresentou uma nova era para o Ártico, direcionada para a paz e cooperação internacional, desencadeando uma resposta de desmilitarização soviética no território (Käpylä & Mikkola, 2015a), à qual os EUA responderam em igual medida. Após o colapso da União Soviética em Dezembro de 1991, os membros da NATO presentes no círculo polar ártico relaxaram as suas medidas de resposta militar na região, já que não viam na Rússia o mesmo nível de ameaça que era levantado pela precedente União Soviética. Ainda assim, a Rússia manteve-se dependente do armamento nuclear que detinha no Ártico, exigindo por parte dos seus países vizinho alguma monitorização e cautela. O primeiro passo para a desnuclearização do Ártico foi dado com a assinatura do tratado START I ao abrigo do Protocolo de Lisboa a 23 de Maio de 1992 entre o presidente norte-americano George W. Bush e o presidente da União Soviética Mikhail Gorbachev. O tratado START II foi assinado a 3 de Janeiro de 1993 e pretendia complementar o primeiro com o estabelecimento de novos limites para o arsenal nuclear de ambas as partes. O tratado START II foi ratificado pelo Senado norte-americano a 26 de Setembro de 1996 e pelo Parlamento Russo a 14 de Abril de 2000. No entanto, a 14 de Abril de 2002, a Rússia declarou a saída e anulação do tratado START II, em resposta à saída dos EUA do tratado sobre Mísseis Antibalísticos. Já o tratado START I, permaneceu válido até ao ano de 2009, tendo sido substituído por um novo tratado com o mesmo âmbito (o tratado Novo START), celebrado entre o presidente Barack Obama e o homólogo russo, Dimitri Medvedev. O último foi alvo de renovação, permanecendo legalmente válido até ao dia 5 de Fevereiro de 2026. Ainda assim, à luz da presente tensão diplomática entre o Ocidente e a Federação Russa decorrente da operação militar russa no território ucraniano, a Federação Russa tem oferecido alguma resistência na abertura das suas instalações nucleares para a inspeção prevista ao abrigo do tratado. Esta resistência culminou no anúncio da suspensão da participação de Moscovo naquele que é hoje o último tratado bilateral existente sobre o controlo de armas nucleares que vincula dos EUA e a Federação Russa. Os tratados START I e START II, contribuíram para uma desnuclearização parcial do Ártico e permitiram uma mudança no paradigma securitário do continente. A perceção e identificação de ameaça no Ártico transitou daquilo que se considerava anteriormente uma preocupação securitária tradicional para um conjunto de preocupação não-

tradicionais, nas quais se encaixa a ameaça ambiental à qual o continente ártico é particularmente vulnerável.

O primeiro organismo governamental ártico surgiu em Junho de 1991, resultado do trabalho do diplomata finlandês Esko Rajakoski com o suporte do governo canadiano. A criação do AEPS (Arctic Environmental Protection Strategy) é o primeiro organismo governamental circumpolar ártico que conseguiu reunir os oito Estados Árticos (o Canadá, a Dinamarca, os EUA, a Finlândia, a Islândia, a Noruega, a Suécia e a Rússia). Anteriormente apenas Organizações Não-Governamentais e governos locais estavam ativamente envolvidos na criação de um sistema funcional que protegesse a região e as populações indígenas das ameaças, particularmente as de índole ambiental, que colocavam em causa a segurança individual, coletiva e sistémica. Para Rajakoski, a pertinência da criação da AEPS estava assente em quatro aspetos: melhorar as relações entre os Estados Árticos, principalmente entre o Ocidente e a Rússia; colmatar uma lacuna existente no que respeita à inexistência de um instrumento legal que controle as operações circumpolares árticas; a necessidade de fomentar a cooperação e desenvolvimento científico na região e uma consciencialização sobre a vulnerabilidade do continente às consequências das ameaças ambientais a que a região do Ártico pode estar sujeita (Huebert, 1999). Desta forma, a AEPS foi o principal fórum para a discussão contínua de assuntos relacionados com a preservação ambiental do Ártico. Contudo, o sucesso da AEPS foi comprometido pela falta de investimento dos Estados signatários, tendo sido o Canadá e a Noruega os Estados que mais contribuíram para a AEPS mas nem o seu contributo foi suficiente para a manutenção deste organismo no plano da governança do Ártico. Em sua substituição surge o Conselho do Ártico (CA) a 19 de Setembro de 1996, que hoje permanece o fórum intergovernamental primário para a discussão de assuntos e matérias relacionadas com a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável da região.

O documento fundador do Conselho do Ártico foi a Declaração de Ottawa, assinada em 1996 pelos oito Estados árticos que, através da sua jurisdição nacional e do alcance da lei internacional, se tornam os principais atores governamentais do continente ártico. Adicionalmente, encontramos no Artigo 2º do mesmo documento a inclusão de membros permanentes, categoria que permite englobar organizações representativas das populações indígenas do Ártico. A inclusão desta categoria permite a participação ativa e total consultação destas organizações relativamente a medidas discutidas e/ou aprovadas em conselho. Neste momento existem seis organizações representativas de populações indígenas com o estatuto de Membro Permanente. Paralelamente, no Artigo 3º da mesma declaração, está prevista a participação de membros observadores em que se incluem outros Estados que não são detentores de território no continente ártico, organizações intergovernamentais e interparlamentares, assim como organizações não governamentais (Ottawa Declaration, 1996). O Conselho do Ártico conta, neste momento, com 13 Estados Observadores (dos quais 5 são Estados Asiáticos e 8 são Estados Europeus), assim como 13 organizações intergovernamentais/interparlamentar e 12 organizações não governamentais como Membros Observadores do Conselho do Ártico (The Arctic Council, 2021).

O âmbito do CA está descrito no Artigo 1º e pode resumir-se à responsabilidade de assumir um compromisso para com a promoção da cooperação, coordenação e interação entre os Estados do

Ártico e entre estes e as populações indígenas da região, com vista ao desenvolvimento sustentável e à proteção ambiental (Käpylä & Mikkola, 2015a). Para o cumprimento deste fim, ficam excluídos da agenda do CA temas relacionados com políticas de segurança militar ou outros assuntos com implicações geopolíticas. Esta é uma característica distintiva deste fórum, resultado da relutância inicial dos EUA em aderir ao CA atendendo ao *modus operandi* preferencial dos EUA em gerir os assuntos relacionados com o Ártico numa ótica bilateral. Com a entrada da administração de Bill Clinton, os EUA cederam ligeiramente as condições de entrada no CA mas mantiveram claro que não suportariam o conselho se assuntos securitários fizessem parte do alcance do mesmo. O governo canadiano, que foi responsável pelos esforços catalisados para criação do CA, aceitou as condições propostas devido ao facto de encontrar na participação norte-americana um dado essencial para a sobrevivência da organização. O Canadá foi o primeiro Estado a assumir a presidência do Conselho nos primeiros dois anos, entregando de seguida a responsabilidade aos EUA. Este sistema de presidência rotativa bianual permanece em vigor até hoje sendo que, neste momento o Conselho do Ártico está suspenso à luz dos eventos da operação militar russa na Ucrânia. O mandato da presidência do Conselho estava entregue à Rússia entre 2021 e 2023. Se, aquando do momento de génese do conselho, as questões securitárias podiam ser substituídas por questões relacionadas com a preservação ambiental da região, hoje é cada vez mais perceptível que a degradação e insegurança ambiental trazem consigo um conjunto de preocupações securitárias tradicionais que têm de ser discutidas abertamente por todos os intervenientes. Neste sentido, é importante que o Conselho do Ártico, como organização de referência na governança regional, se adapte aos novos desafios que o século XXI encarrega.

O CA é o um fórum de alto nível e o principal meio para a cooperação, coordenação e interação dos Estados Árticos na proteção da região. O CA é, na maior parte dos casos, um organismo que produz normas internacionais não vinculativas e sempre com base no consenso absoluto entre os atores e membros permanentes do conselho. Ainda que esta forma de operar prime pelo respeito por todos os intervenientes envolvidos, implica uma dificuldade acrescida devido à lentidão que muitas vezes acompanha o processo de aprovação e formalização normativa. O CA não tem personalidade legal autónoma, mas ainda assim conseguiu formalizar três acordos internacionais legalmente vinculativos que contam com a assinatura dos oito Estados Árticos. O primeiro é o Acordo para a Cooperação nas Operações de Busca e Salvamento Aeronáuticas e Marítimas, assinado em 2011 e que estabelecia essencialmente a área destinada à responsabilidade de cada Estado para este tipo de operações humanitárias. O segundo acordo vinculativo, produzido pelo CA, foi assinado em 2013 e dizia respeito à proteção ambiental marítima, nomeadamente à cooperação na preparação e resposta para a poluição marítima resultante da atividade petrolífera. Este acordo foi sustentado pela criação de um fórum secundário para a fiscalização e regulação da extração de petróleo *offshore* em 2015. O terceiro e último acordo foi um cujo principal objetivo era o de estimular a cooperação científica internacional na região do Ártico. Foi assinado pelos oito Estados em 2017 e pretende a facilitação no acesso a áreas de investigação científica; plataformas; infraestruturas; instalações; materiais; amostras; dados e equipamento, assim como promover a partilha de dados entre as equipas multidisciplinares que operam no Ártico. Este

tratado também ambiciona discutir o papel do Ártico na educação, formação académica e profissional, tal como a cooperação com outras partes para além dos oito Estados-Árticos (German Arctic Office, 2020). Paralelamente a estes acordos, que são o resultado do trabalho desenvolvido pelo CA e pelos seus respetivos grupos de trabalho, é relevante mencionar a importância que a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar para o quadro governamental do Ártico. Assinado em 1989, este acordo teve um impacto particular na região, já que cinco dos oito Estados do Ártico são Estados Costeiros que viram o seu direito à exploração dos recursos marítimos regulado por este documento. O último elabora que o Oceano Ártico, assim como os mares que lhe estão subjacentes, estão sujeitos à soberania dos Estados que, desta forma, passam a controlar exclusivamente as respetivas Zonas Económicas Exclusivas (ZEE), numa extensão de 200 milhas náuticas a partir da sua linha costeira. Desde a ratificação deste tratado, a Comissão das Nações Unidas para os Limites das Plataformas Continentais tem recebido constantes submissões oficiais dos Estados para a extensão das respetivas ZEE no Ártico. A delimitação das plataformas continentais dos Estados é uma matéria complexa e sujeita a negociações bilaterais, mas tem decorrido até ao momento de forma cooperante entre os Estados. A convenção de 1989 não é de âmbito regional, mas sim internacional. O documento com cerca de 320 artigos foi assinado por 168 Estados. A administração Reagan nunca ratificou o documento e, até ao momento, os EUA estão fora da convenção. Hoje, pode-se argumentar que as razões para a ausência dos EUA do acordo foram mais de natureza ideológica do que prática. Na altura da assinatura e ratificação do tratado, ainda durante a fase final da Guerra Fria, Ronald Reagan entendeu a convenção como um apelo à globalização, partilha de recursos e um passo mais próximo da doutrina comunista, profundamente defendida e aplicada pela União Soviética e longe dos ideais defendidos pelo modelo capitalista norte-americano. Este entendimento de cedência ao comunismo não era partilhado pelos elementos da oposição, muitos deles académicos que entendiam as consequências da ausência da ratificação deste acordo em particular, que excluía os EUA de vários benefícios, nomeadamente aqueles associados à liberdade de navegação (Malaver, 2021).

A governança do Ártico pauta-se pelo seu carácter excecional, reunindo características dificilmente observadas noutros contextos regionais, reflexo das particularidades da sua geografia e etnografia. Mas como é que essa excecionalidade se reflete na governança do continente? Em primeiro lugar, a governança do Ártico é menos hierárquica e mais descentralizada, sendo que as políticas adotadas normalmente partem do local para o regional e não como tradicionalmente se observa noutras regiões. Para este facto, é relevante salientar que ainda que assim o seja, as organizações e governos sub-nacionais dependem intrinsecamente de financiamento dos Estados para concretização das propostas. Tal como mencionado anteriormente, a governança no Ártico prima pelo consenso entre todas as partes, sendo que a procura pelo consenso pode atrasar os processos de decisão. Esta abordagem inclusiva produz um regime hierárquico mais horizontal, no qual o processo de decisão é partilhado não só por Estados e organizações indígenas, como também inclui a participação de atores pouco convencionais neste registo como entidades privadas. O sector privado, principalmente quando se trata de indústrias monopolizadas, aceitam

a responsabilidade que, noutros contextos regionais, estaria entregues aos Estados, como a criação de emprego, a educação, o acesso a cuidados de saúde e ao desenvolvimento de determinadas infraestruturas. Um segundo ator não-convencional que participa no processo de governança regional do Ártico é o sector militar que, tal como o sector privado, estimula a criação de emprego (principalmente em cidades onde estão estabelecidas bases militares), o desenvolvimento de infraestruturas e instalações de apoio militar como pistas de descolagem, portos, assim como redes de abastecimento de energia e de água à população. Paralelamente, um traço distintivo da governança do Ártico é a importância que a comunidade epistémica tem para o aconselhamento sobre determinadas matérias. Mais uma vez, esta particularidade advém das características da região, profundamente direcionada para o desenvolvimento e cooperação científica (Käpylä & Mikkola, 2015a). A discussão de assuntos de índole militar e securitária ainda não têm lugar na agenda da governança do Ártico, sendo esta um espelho de ideias; ideais e ações que se materializam em instrumentos bilaterais de execução de *soft power* para manutenção da estabilidade, cooperação e desenvolvimento sustentável (Heininen et al., 2015). De uma forma breve e sistemática são apresentados de seguida os vários patamares de governança presentes no Ártico:

Âmbito	Organismos Governamentais
Local	Municípios e Associações Indígenas
Sub-nacional	Regiões autónomas, territórios, estados (Alasca), repúblicas, províncias e condados
Nacional	Estados-árticos (Canadá, Dinamarca, EUA, Federação Russa, Finlândia, Islândia Noruega, Suécia)
Sub-regional	Barents Euro Arctic Council, Arctic Five, Nordic Council, Inuit Circumpolar Council, Saami Council;
Regional	Arctic Council, Northern Forum, Arctic Military Environmental Cooperation Program
Internacional	International Maritime Organization (IMO), UN Commission on the Limits of the Continental Shelf (UNCLOS)

Tabela 1: Níveis de governação do Ártico

Fonte: Arctic Yearbook 2015 (Heininen et al., 2015, p. 14)

Ao contrário da Antártida, um continente sem dono e regido por um único tratado, a governança do Ártico implica um nível de complexidade e interseccionalidade distinto e um sistema profundamente adaptado às características da região, como se pode observar no **ANEXO IV**.

Capítulo III - A importância do Ártico para a Rússia

A Rússia é o maior e o mais populoso Estado Ártico. Com uma extensão costeira de 24 140 km que acompanha o Oceano Ártico até este encontrar o estreito de Bering, permitindo o acesso ao Oceano Pacífico, o Ártico Russo conta com uma população residente de aproximadamente 2.5 milhões de pessoas (The Arctic Institute, 2022). A população total do Ártico estima-se que esteja próxima das 4 milhões de pessoas (Bogoyavlenskiy, 2004) perfazendo metade da população ártica, de nacionalidade russa. Devido à severidade das condições climáticas que desafiam a permanência e a sobrevivência do ser humano nesta zona do planeta, apenas uma pequena fração populacional dos oito Estados Árticos vive na área geográfica que corresponde à região ártica. A costa ártica russa cobre mais de metade da área correspondente ao Oceano Ártico (53%), englobando o Mar de Barents, o Mar de Kara, o Mar de Lapvet e o Mar da Sibéria Oriental. Pelo facto de o Ártico Russo ser tão extenso e abranger uma área marítima igualmente impressionante, é inevitável que se encontrem várias ilhas e arquipélagos próximos que caem sobre a soberania russa. Alguns dos exemplos mais proeminentes são os arquipélagos de Novaya Zemlya no Mar de Kara, Severnaya Zemlya no Mar de Lapvet e as Novas Ilhas da Sibéria no Mar da Sibéria Oriental. A nordeste do arquipélago norueguês de Svalbard encontram-se as ilhas de Franz Josef Land, situadas a apenas 950 km do Pólo Norte (o ponto mais próximo do Pólo Norte é o cabo de Fligely, na ilha de Rudolf a 911 km do Pólo Norte). Segundo o Instituto do Ártico, o Ártico Russo é a segunda zona mais fria do planeta (seguindo-se à Antártida), apresentando temperaturas médias entre -20° C e -40° C durante o Inverno, e temperaturas máximas entre 15° C a 25° C durante o Verão. No dia 20 de Junho de 2020 foi atingido o record absoluto na temperatura máxima registada no Ártico (38°C), na cidade russa de Verkhoyansk, mostrando de forma clara como o aquecimento global está a ser particularmente sentido na região do Ártico.

3.1. O Valor Simbólico do Ártico para a Rússia

O Ártico tem um valor simbólico excepcional para a Rússia e os discursos que têm surgido no seio da elite política, e em parte da elite académica russa, têm tido uma nota patriótica e nacionalista muito particular⁹. A Rússia define o Ártico como a região onde as ambições de Vladimir Putin em colocar a Rússia como uma irrevogável grande potência podem ser alcançadas, graças também ao esforço histórico em marcar a presença e domínio no continente (Klimenko, 2016). A recuperação do interesse e do debate sobre o Ártico está profundamente baseado em ideais patrióticos e nacionalistas fundamentados pela doutrina realista das Relações Internacionais. O reaparecimento do Ártico na agenda da política externa russa surge em 2007, ano da polémica expedição científica do navio *Akademik Fedorov* ao Pólo Norte. A expedição foi suportada pelo governo russo através da disponibilização de um quebra-gelo nuclear (de nome *Russia*) que

⁹ (Dugin, 2016; Mazharov, 2020; Prokhanov, 2013, 2017; Rozanov, 2016; Shtyrov, 2018)

acompanhou o *Akademik Fedorov* e permitiu a viabilidade da viagem ao abrir caminho para a sua passagem. A expedição também foi acompanhada de helicópteros MiG-8. (Staun, 2017)¹⁰. Contudo, esta expedição ficou para sempre associada à implantação de uma bandeira de titânio¹¹ da Federação Russa no fundo do Oceano Ártico, na crista submarina Lomonosov, que a Rússia alega ainda pertencer à sua plataforma continental. Implantada a uma profundidade de 4261 metros, foi um marco simbólico da iniciativa russa na reivindicação do território do Pólo Norte (neste momento *terra nullius*). A missão foi conduzida por Artur Chilingarov através do lançamento de dois submersíveis tripulados (Mir-1 e Mir-2), ambos com uma capacidade de alcance de 6000 metros de profundidade (Sagalevich, 2018). Foi um evento internacionalmente mediático e polêmico, mas internamente respondeu aos apelos patrióticos e relembrou a memória antiga de exploradores russos nas suas viagens ao serviço da nação. Na chegada ao aeroporto Chilingarov foi efetivamente recebido como um herói e elogiado pelo próprio presidente, Valdimir Putin fruto do risco, audácia e heroísmo da missão. Artur Chilingarov, em vários momentos afirma que “o Ártico pertence à Rússia” e que “não abdicaremos do Ártico para ninguém” (Nilsson & Christensen, 2019). Numa nota mais contida, Putin optou na altura por um discurso público mais alinhado com a lei internacional, salientando que continua a existir a necessidade de aprovação e reconhecimento internacional das reivindicações russas do território do Pólo Norte. Internacionalmente, o gesto foi interpretado como uma provocação e ameaça da Rússia. O ministro dos negócios estrangeiros canadiano, Peter Mackay acusou a Rússia de se comportar como um país explorador do século XV, enquanto o porta-voz do Departamento de Estado norte-americano, Tom Casey, assegurou que “uma bandeira de metal, de borracha ou até um lençol colocado no fundo do oceano pela Rússia não tem qualquer repercussão legal no desenvolvimento da sua reivindicação territorial” (New York Times, 2007). Moscovo ironizou e comparou a implantação da bandeira russa no fundo do Pólo Norte com a colocação da bandeira norte-americana na superfície da Lua em 1969 (Scheffran, 2009).

As palavras de Chilingarov alimentaram a academia mais conservadora e nacionalista russa¹², na qual surgem autores como Alexander Dugin, um dos maiores defensores de que o Ártico é por direito um território russo (Laruelle, 2006). Os membros da academia e da elite política russa que

¹⁰ A expedição exigiu uma tripulação de cerca de 350 pessoas, entre as quais o investigador russo, Artur Chilingarov. Chilingarov é também um antigo membro de Estado e um importante representante para Putin nos assuntos relacionados com o Ártico e com a Antártida. O propósito anunciado para a realização da expedição prendia-se com a necessidade de recolha de elementos geológicos essenciais para suportar cientificamente a proposta da Rússia para o alargamento da sua plataforma continental no Ártico para além das 200 milhas náuticas estabelecidas na Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar, que a Rússia assinou a 10 de Dezembro de 1982 e ratificou a 12 de Março de 1997.

¹¹ Material conhecido pela sua resistência, tanto estrutural como aos efeitos decorrentes da exposição prolongada a elementos de degradação natural.

¹² A este respeito, destaco particularmente Alexander Dugin, “*Last War Of The World-Island: The Geopolitics Of Contemporary Russia*” (2015); Mikhail Yuriev, “The Third Empire: Russia as It Ought to Be” (2006); Artur Indzhiyev, “*The Battle for the Arctic*” (2011) .

se alinham com a visão defendida por Dugin percebem o Ártico como uma região na qual a Rússia pode recuperar alguma da sua influência e afirmar-se como grande potência. Nesta tradição, um confronto com o Ocidente é inevitável e o Ártico é um cenário, mais que possível, provável para um futuro conflito (Dugin, 2015, p. 11). Para Aleksandr Bobdunov, antigo líder da União da Juventude da Eurásia (uma organização política nacionalista, neste momento presidida por Alexander Dugin) defende a ideia de que o patriotismo está intrinsecamente ligado a uma vertente espiritual. Desta forma, a importância do Ártico excede a sua relevância económica ou estratégica já que se eleva a um símbolo de resiliência, heroísmo e um elemento central da identidade russa (Laruelle, 2012).

A expedição russa ao Pólo Norte marcou de alguma forma o início de uma nova abordagem do Kremlin relativamente ao Ártico. Um ano depois, a 18 de Setembro de 2008, o presidente russo Dmitry Medvedev ¹³, aprovou o primeiro documento ilustrativo da estratégia russa para o Ártico. Coincidentemente, a publicação deste documento oficial ocorre muito próxima do início da invasão russa sobre o Estado soberano da Geórgia a 7 de Agosto de 2008. A estratégia foi interpretada como uma forma de assegurar os Estados, principalmente os Estados Árticos, que as intenções russas na região não comprometem a política de paz e estabilidade nem a transição discreta para uma postura russa gradualmente mais revisionista, na afirmação e defesa dos seus interesses. A Rússia foi um dos primeiros Estados a divulgar uma estratégia específica para o Ártico. A 14 de Junho de 2001, já estava aprovado um rascunho daquele que viria a ser o documento que explicitava os principais interesses da Federação Russa no Ártico e as principais estratégias adotadas para a sua concretização. Este primeiro rascunho, intitulado “Foundations of the State Policy of the Russian Federation in the Arctic” levou sensivelmente mais sete anos e um novo presidente para ser publicado (Heininen et al., 2014). Apenas a Noruega se antecipou quando divulgou a sua estratégia, intitulada “High North Strategy”, a 1 de Dezembro de 2006 (Norwegian Ministry of Foreign Affairs, 2006).

3.2. Os interesses Estratégicos da Rússia no Ártico

Para Vladimir Putin, o Ártico representa a concentração de, praticamente, todos os elementos essenciais para a segurança nacional – ao nível militar, político, económico, tecnológico e ambiental (Paul, 2022b). A estratégia russa para o Ártico de 2008 a 2020 permitiu uma melhor compreensão de como a Rússia percebe o Ártico e quais são os seus principais interesses na região. Estes podem agrupar-se em quatro categorias: o acesso a recursos naturais, o desenvolvimento socioeconómico do Ártico Russo, a proteção ambiental do Ártico e o desenvolvimento da Northern Sea Route como um importante canal de transporte de mercadorias, tanto ao nível interno como internacional.

¹³ Atual vice-presidente do Conselho de Segurança russo.

3.2.1 O Acesso a Recursos Naturais

O ano de 2008 foi o ano em que também foi publicado um dos relatórios que mais contribuiu para a mudança do paradigma geopolítico relativamente ao Ártico. A agência governamental United States Geological Survey (USGS) publicou um relatório geológico extremamente promissor no que respeita a existência de vastos reservatórios de hidrocarbonetos no Ártico (Bird et al., 2008). Segundo o estudo conduzido pela USGS, cerca de 13% do total das reservas de petróleo por descobrir no planeta estão concentradas no Ártico, assim como um terço do gás natural e um quinto do gás natural liquefeito do mundo (Morgunova & Westphal, 2016). Em termos práticos, o total das reservas de hidrocarbonetos do Ártico que estão ainda por descobrir refletem-se em, aproximadamente, 90 biliões de barris de petróleo; 1 669 triliões de metros cúbicos de gás natural e cerca de 44 biliões de barris de gás natural liquefeito. O relatório também conclui que 84% do volume destes reservatórios encontra-se *offshore* nas plataformas continentais dos cinco Estados Árticos Costeiros. Adicionalmente, o relatório da USGS permitiu antecipar que 70% das reservas de gás natural podem estar concentradas em três províncias: West Siberian Basin; East Barents Basin e na zona *offshore* do Estado do Alasca. A totalidade das reservas de hidrocarbonetos no Ártico (entre as reservas conhecidas e as prováveis) pode chegar aos 240 biliões de barris de petróleo e o volume equivalente em gás natural. A constatação que a região possa conter reservas muito significativas de hidrocarbonetos e outros recursos de elevado valor económico, como se observa no **ANEXO V**, aumentou consideravelmente a atenção política e colocou o Ártico como uma das prioridades estratégicas dos Estados. A entrada do Ártico na agenda política russa é oficializada com a publicação da estratégia russa para o Ártico, em 2008. Como visto anteriormente, esta estratégia teve um rascunho aprovado em 2001 pelo que, não se descarta a hipótese de a Rússia já conhecer o potencial energético do Ártico antes da publicação dos resultados do relatório geológico da USGS.

Sendo a Rússia o maior Estado do Ártico é, também, o Estado que potencialmente detém as maiores reservas em termos cumulativos. O Ártico é a zona da Federação russa mais produtiva no que respeita aos combustíveis fósseis. Geólogos russos já descobriram mais de 200 reservas de petróleo e gás natural no Ártico Russo, localizadas essencialmente no Mar de Kara e no Mar de Barents. Estas são reservas que a Rússia espera vir a explorar num futuro próximo. Para além dos recursos energéticos, o Ártico Russo também é rico em minerais com elevado valor económico. A indústria mineira russa produz a partir do Ártico diamante (99% da produção nacional), platina (98%), níquel e cobalto (80% da produção nacional individualmente), crómio e magnésio (90%), cobre (60%), ouro (40%) e metais raros (50%-90%) (Dobretsov & Pokhilenko, 2010). Por fim, os recursos biológicos que o Ártico oferece são de enorme importância. Podem ser encontradas mais de 150 espécies de peixe no Ártico com um enorme valor económico, não só para satisfazer a procura interna como para a sua exportação (Sergunin & Konyshev, 2014).

A economia russa é extremamente dependente da capacidade de exploração de hidrocarbonetos, particularmente os que se localizam no Ártico. A Federação Russa é o terceiro maior produtor de petróleo e o segundo maior produtor de gás natural do mundo, sendo que a maioria dos depósitos naturais conhecidos se situam na zona na Sibéria Oriental e da Sibéria Ocidental. Ainda que parte

da produção esteja destinada ao consumo interno, é na exportação de hidrocarbonetos que a Federação Russa concentra 45% do seu orçamento federal. Em 2021, a Federação Russa produzia, em média, 10.5 milhões de barris de petróleo diariamente, dos quais quase metade (4.7 milhões de barris) eram destinados à exportação, sendo a China o maior importador (1.6 milhões de barris por dia) (IEA, 2022). Atendendo ao facto de 80% do gás natural e 17% do petróleo russo provirem efetivamente da região, é espectável que o Ártico continue a representar uma peça tão importante para o *puzzle* da estratégia nacional russa. Contudo, a atividade de exploração e transporte de combustíveis fósseis no Ártico é uma operação tão complexa como dispendiosa. A mesma implica *a priori* um estudo geológico pormenorizado de forma a localizar com exatidão os reservatórios naturais, a sua dimensão, perceber a viabilidade da extração e calcular o nível de risco da operação. Para além das atividades científicas necessárias antes de se iniciar a atividade extrativa, é importante considerar que este é um processo extremamente demorado (o período decorrido entre a descoberta e de um novo reservatório de gás natural ou petróleo e o início da produção de hidrocarbonetos é, em média, 28.5 anos no Ártico Russo, mas apenas 14 para projetos conduzidos nas reservas norueguesas (Morgunova & Westphal, 2016)). Adicionalmente ao tempo que é exigido para iniciar a produção de hidrocarbonetos, é importante considerar que o investimento financeiro para toda a operação é extraordinariamente avultado. Neste momento existem mais de 100 projetos para a construção de portos marítimos, aeroportos, rotas de transporte, *pipelines*, estruturas de processamento, centrais nucleares, equipamentos tecnológicos, cujo valor total é de, aproximadamente, 12.5 biliões de euros (Wittmann, 2020).

A exploração de hidrocarbonetos no Ártico é mais do que uma oportunidade, é uma necessidade para a economia russa. Para otimização do processo e decréscimo nos custos, a Federação Russa tem de abdicar de o fazer totalmente com recurso a capital próprio insuficiente e ceder à entrada de capital estrangeiro. A política externa russa no Ártico rege-se por um carácter mais fechado e alguma resistência na entrada de outros atores na exploração, tanto dos seus recursos como da Northern Sea Route (NSR). Ainda que estejam a ser aprovados novos projetos para o desenvolvimento do Ártico Russo, existem vários que se encontram estagnados por se encontrar pouca esperança no seu desenvolvimento já que os mesmos implicam o financiamento a partir da liberalização do acesso de empresas estrangeiras, algo a que o Kremlin é extremamente sensível.

No alinhamento da política de Vladimir Putin para o controlo dos recursos energéticos no Ártico, o governo russo colocou empresas com capital público na linha da frente para a sua exploração. No ano de 2008, uma alteração à lei da exploração deste tipo de recursos definiu que apenas empresas com um capital público superior a 50% e um período de atividade igual ou superior a 5 anos, são autorizadas a conduzir projetos de exploração e produção de hidrocarbonetos no Ártico. Desta forma, as entidades elegíveis foram substancialmente reduzidas para apenas duas: a Gazprom e a Rosneft, que ainda hoje são as principais operadoras em projetos com hidrocarbonetos no Ártico-russo (Klimeno, 2014).¹⁴

¹⁴ Uma consequência adicional a esta revisão na lei da exploração de combustíveis fósseis foi o facto de empresas privadas russas ou empresas com capital estrangeiro que queiram investir na exploração de

3.2.2 Desenvolvimento socioeconómico da Rússia

A exploração de hidrocarbonetos e o desenvolvimento da NSR são os principais interesses da Federação Russa no Ártico. Os restantes objetivos, ainda que reúnam importância para o Kremlin, são objetivos que, no fim, convergem para a celebração dos primeiros. O desenvolvimento do sector industrial e socioeconómico da zona russa no Ártico é um parâmetro que tem recebido alguma atenção nas estratégias oficiais divulgadas pelo Kremlin. Na zona do Ártico Russo localizam-se 46 cidades cuja população é igual ou superior a 5000 pessoas e 4 com uma população residente com mais de 100 000 pessoas. Estatisticamente, com 1% da população russa, a região contribui para 20% do PIB russo e 22% das exportações nacionais (Schepp & Traufetter, 2009b; Walsh & Dean, 2022a). Este é um recorde estabelecido entre os países do Ártico uma vez que, é extremamente desafiante assegurar a segurança num ambiente que não foi concebido para receber o ser humano.

A recuperação e o desenvolvimento da zona russa do Ártico têm sido um dos objetivos delineados nas estratégias oficiais para a região e tem sido um esforço conjunto feito pelo Kremlin e por empresas privadas. Estes planos pretendem o retorno do Ártico Russo como uma zona economicamente desenvolvida, assim como incluem a modernização e o reforço das infraestruturas que têm sofrido uma degradação muito mais rápida do que o esperado devido às alterações climáticas derivadas do aquecimento global. Segundo o relatório da AMAP (Arctic Monitoring and Assessment Programme), o Ártico está a aquecer três vezes mais depressa que a média global e, por conseguinte, a Rússia é o território que tem registado o aumento mais significativo (AMAP, 2021). Um estudo meteorológico conduzido pelo Serviço Federal Russo para a Hidrometeorologia e Monitorização Ambiental concluiu que desde 1998, a costa russa aumentou a sua temperatura média em cerca de 5 °C (Devyatkin, 2022). O aumento da temperatura no Ártico é uma ameaça em vários aspetos, mas naquele que respeita a manutenção das infraestruturas existentes, o mesmo tem um efeito absolutamente devastador na sua rápida degradação (Melnikov et al., 2022). Os planos para o desenvolvimento económico da região preveem uma despesa pública na ordem das centenas biliões de euros, pelo que é esperada a entrada de capital privado estrangeiro para a sua execução (Heininen et al., 2014). Esta imputação de capital estrangeiro será alocada a sectores económicos regionais específicos como o sector energético, mineiro e das infraestruturas para transporte e comunicações (Medvedev, 2008; Putin, 2013).

A necessidade de melhorar a qualidade de vida na zona do Ártico Russo foi expressa na estratégia oficial mais recente publicada pelo Kremlin¹⁵ e reforçada em 2021 com a aprovação da alocação de 19.4 biliões de euros até 2035 (Kryuchkova, 2020). O anúncio deste investimento conta com um previsível aumento da participação privada em projetos no Ártico Russo. Ainda que a Rússia seja actualmente o Estado mais populoso no Ártico, sofre anualmente um êxodo de 18 000

petróleo, gás natural (quer no estado gasosos, quer no estado liquefeito), só o poderem fazer através de uma parceria com uma das empresas supramencionadas.

¹⁵ Basic Principles of the State Policy of the Russian Federation for the Arctic until 2035.

peças (Kluge & Paul, 2020). As baixas temperaturas (que podem chegar aos -40°C), ventos gelados que podem chegar aos 200 km/h e as noites polares que colocam cidades inteiras na escuridão por três meses consecutivos constituem um obstáculo para a fixação da população no Ártico. Para contrariar esta tendência e conseguir aumentar a população russa residente, o governo russo aumentou os salários na região que podem ser entre 30 a 50% superiores à média verificada no resto do país e oferece o aquecimento e eletricidade aos residentes. O aumento considerável dos salários e as condições oferecidas pelo governo funcionou inicialmente como um fator extremamente aliciante para a fixação de pessoas no Ártico. No entanto a falta de infraestruturas, de serviços e a escassez de bens mostraram a dura realidade de viver nesta região. A incapacidade total de produção agrícola, a dificuldade de abastecimento de energia e a degradação permanente das fracas infraestruturas civis existentes torna aquela região extremamente dependente dos envios de bens essenciais para sobrevivência da sua população. Durante o Inverno, os canais marítimos pelos quais circulam os navios de abastecimento civil estão totalmente congelados inviabilizando o abastecimento de alimentos, roupa, artigos de higiene ou outros bens essenciais por via marítima. Por isso o abastecimento é feito por aviões, o que torna o preço dos produtos muito mais elevado. Adicionalmente, a entrega de bens essenciais tem de estar perfeitamente coordenada para que não existam quaisquer atrasos ou imprevistos nas viagens, já que cidades inteiras dependem inteiramente da chegada dos navios e aviões de abastecimento. Com o aumento do custo de vida verificado no Ártico, começa a deixar de ser financeiramente atrativo uma mudança ou permanência na região.

Ao nível energético também houve a necessidade de otimizar a distribuição de eletricidade e aquecimento. Para tal, o governo russo concretizou um projeto tão insólito como excepcional e que pode provar ser uma vantagem competitiva e um ativo extremamente importante para a Federação Russa: uma central nuclear flutuante que permite o abastecimento de várias localidades ao longo da NSR. Quando, em 2019, foi oficialmente inaugurado o *Akademik Lomonosov*, a comunidade científica levantou questões relativamente à segurança de transportar um reator nuclear numa zona em que o vento, a força das ondas (que podem atingir os sete metros de altura), as condições de visibilidade e as temperaturas gélidas que propiciam a formação de *icebergs* podem facilmente causar um desastre nuclear com consequências devastadoras e permanentes nos ecossistemas ou na saúde das populações residentes no Ártico (não só a russa mas daquelas cuja a extensão das consequências do desastre pode alcançar). As principais organizações ambientalistas consideraram o *Akademik Lomonosov* uma “Chernobyl no gelo” ou o “Titanic nuclear” (DN, 2019). A viagem de inauguração compreendeu a jornada entre o porto de Murmansk, situado na península de Kola, e a cidade portuária de Pevek, na Sibéria Oriental. O *Akademik Lomonosov* percorreu uma distância de cerca de 4 700 km pela Northern Sea Route num período de 4 meses. A empresa por detrás do projeto é a Rosenergoatom, uma empresa subsidiária da Rosatom.¹⁶

¹⁶ Empresa russa especializada em energia nuclear e com participação pública do governo russo.

3.2.3 Proteção Ambiental do Ártico na Agenda Russa

O desaparecimento acelerado das extensas plataformas de gelo que anteriormente caracterizavam a paisagem do Ártico é uma das preocupações presentes nas agendas políticas dos Estados Árticos. O degelo e os efeitos das alterações climáticas são uma prioridade dos Estados-árticos, ainda que nem todos percecionem o degelo e a degradação ambiental da mesma forma. Como mencionado previamente, o Ártico é a zona do planeta que mais está a ser afetada pelo aquecimento global, aquecendo duas a três vezes mais do que a média do resto do mundo. O mecanismo de aquecimento global no Ártico é um processo autoalimentado, já que o aumento da temperatura da atmosfera e dos oceanos permite uma aceleração do degelo e consequentemente, havendo cada vez menos gelo ou plataformas de gelo cada vez menos espessas, não existe uma correta reflexão da radiação ultravioleta que é assim absorvida pelo solo, acelerando ainda mais o processo de aquecimento global. Este fenómeno é conhecido por “amplificação ártica” (European Space Agency, 2023).

Para a Federação Russa, o desaparecimento flagrante do gelo no Ártico, como pode ser observado no **ANEXO VI**, acarreta, para além das consequências ambientais desastrosas (não só ao nível regional, mas também ao nível global, uma vez que o Ártico é responsável pela autorregulação térmica do planeta), consequências geopolíticas que é importante considerar nesta investigação. Assim, o aquecimento global é considerado uma ameaça não-tradicional para a Rússia a vários níveis e uma questão que transitou da esfera ambiental para a esfera política. Historicamente, as condições extremas que se verificavam no Ártico permitiam a criação e manutenção de extensas colunas de gelo que serviam como barreiras naturais que protegiam a costa russa. Com o degelo verificado, estas barreiras naturais estão, gradualmente, a desaparecer, deixando o território mais acessível. Esta pode ser uma das explicações para o aumento da militarização russa na região do Ártico já que, a Rússia está a ganhar fronteiras físicas, que pretende proteger e que antes estavam protegidas por impenetráveis estruturas de gelo. Teoreticamente, uma ameaça militar podia provir a Este pelo Estreito de Bering ou a Oeste por bases localizadas na Gronelândia ou na Noruega. Contudo, não é apenas a proteção território que preocupa o Kremlin: para o governo russo, as estações de exploração de hidrocarbonetos podem igualmente ser alvo de ataque (Kluge & Paul, 2020). Na academia, são encontrados trabalhos que estudam o cenário no qual uma crescente facilidade no mapeamento, localização e extração de hidrocarbonetos no Ártico pode levar a tensões que não são verificadas no continente desde o final da Guerra Fria. A possibilidade de a riqueza de hidrocarbonetos no Ártico ficar, a curto/médio prazo, mais acessível e a sua exploração menos dispendiosa aumenta os receios da criação de um regime de competição entre Estados sobre o controlo dos depósitos. Em 2010, o presidente da Federação Russa, Dmitry Medvedev mencionou o seguinte:

“(…) climate change can give rise not only to physical changes, changes in the natural environment, but also to interstate contradictions related to energy extraction, the use of sea transport routes, bioresources, and a shortage of water and food resources”

(Kremlin, 2010).

Por outro lado, os impactos do aquecimento global mostram ter consequências graves na manutenção de infraestruturas civis e militares importantes para a região russa no Ártico. Segundo o Ministro russo para o Desenvolvimento do Ártico, o custo financeiro que a degradação das infraestruturas pode ter na economia russa em 2050 pode acender aos 90 bilhões de euros (TASS, 2020b). Anualmente, o território costeiro perde, em média, uma área de aproximadamente 7000 hectares, graças à erosão costeira sentida (MIR24, 2021). Em 2021, o Ministro russo dos Recursos Naturais e do Ambiente, Alexander Kozlov, mencionou que cerca de 65% do território russo assenta em *permafrost*, facto que constitui um obstáculo à construção e manutenção de edifícios. Prova disso mesmo é uma estatística que aponta para que 40% dos edifícios construídos sobre *permafrost* apresentem sinais claros de deformação ou degradação e que 23% das falhas técnicas em sistemas e 29% das perdas na produção de hidrocarbonetos devem-se à instabilidade do *permafrost* (Kireeva & Digges, 2021). Dezenas de prédios residenciais já colapsaram e centenas estão severamente degradados e em risco de colapso. Atendendo à ameaça que a degradação ambiental representa, não só para as atividades militares e extrativas, como para a própria população (residente ou indígena), o governo russo decidiu implementar um sistema de monitorização para avaliação da estabilidade do solo através da instalação de 140 estações de vigilância, apoiadas por satélites meteorológicos. O objetivo é conseguir atempadamente criar modelos de antevisão dos efeitos e consequências que as alterações climáticas de origem antropogénica têm no Ártico Russo, nomeadamente o movimento do *permafrost* (TASS, 2023a).

As alterações climáticas também acarretam o fator da imprevisibilidade associado à ocorrência, cada vez mais frequente, de desastres ambientais sem precedentes. Um exemplo de como a região do Ártico não é imune a desastres ambientais de grandes dimensões tem sido os incêndios florestais e as súbitas cheias que afetam a zona na Sibéria. Ainda que incêndios florestais na zona da Sibéria sejam considerados normais, a dimensão e duração que têm adquirido nos últimos anos tem sido motivo de preocupação pela tendência que aparentemente está a instalar-se neste tipo de ocorrência no Ártico. Em 2021, os incêndios na Sibéria tiveram início em Abril, intensificaram-se em junho mas só foram totalmente extintos em Outubro. Isto significa que durante sete meses, de forma mais ou menos permanente, o Ártico esteve a arder, emitindo para a atmosfera emissões de dióxido de carbono (e outros gases poluentes e com efeito de estufa). Entre 1 de Junho e 15 de Agosto, foram registadas emissões na ordem dos 800 m³ de CO₂, o equivalente às emissões que a Alemanha emitiu durante o mesmo ano inteiro (CAMs, 2021). A energia libertada pelas chamas aumenta de imediato a temperatura na região, mas as emissões de gases com efeito de estufa libertadas para a atmosfera são responsáveis pela aceleração do aquecimento na região ártica a médio/longo prazo. Um efeito secundário dos incêndios florestais registados no Ártico é a exposição das plataformas de *permafrost* ao calor produzido. Quando tal acontece, o material que constitui o *permafrost* descongela e acaba por secar totalmente, sendo matéria orgânica extremamente inflamável que permite que as chamas atinjam camadas mais profundas do solo e causem danos irreparáveis nos ecossistemas subterrâneos. Adicionalmente, uma terceira consequência dos incêndios florestais no Ártico é o facto de os microbiomas

presentes no solo, que se alimentam da matéria orgânica resultante do descongelamento do *permafrost*, proliferarem, dando origem à libertação de concentrações adicionais de dióxido de carbono (CO₂) e metano (CH₄), cujo efeito de estufa é 30 vezes superior ao CO₂, quando entram em fase de decomposição (Stone, 2021).

Atendendo à ameaça que desastres ambientais podem constituir, não só para os ecossistemas árticos como para a viabilidade das operações em decurso no Ártico, a preservação ambiental é uma das prioridades da agenda política russa para a região presente nos documentos oficiais divulgados. Após os incêndios florestais em 2021 que consumiram 1.4 milhões de hectares no Ártico Russo (previamente em 2020, 3 milhões de hectares), Alexander Kozlov alocou adicionalmente 42 milhões de euros na prevenção para o ano de 2022, aproximadamente um terço do seu orçamento (Devyatkin, 2022). Paradoxalmente, a Federação Russa é dos Estados que mais contribui para a poluição e contaminação da região do Ártico e o quarto Estado mais poluente do mundo devido à queima de combustíveis fósseis (Chernova, 2022). A dependência económica da extração de combustíveis fósseis e a vontade do Kremlin em aumentar a produção de hidrocarbonetos no Ártico torna difícil a regeneração ambiental dos ecossistemas e encarece a irreversibilidade das consequências ambientais causadas. Adicionalmente, a exploração de hidrocarbonetos é uma atividade cujo risco de desastre ambiental é extremamente elevado. Prova disso foi o acidente que envolveu o colapso do solo por baixo de um tanque que guardava material petrolífero a 29 de Maio de 2020. A construção deste tanque foi responsabilidade da empresa russa Nornickel que registou mais três acidentes no espaço de um mês (Cordell, 2020). O desastre foi responsável pela libertação de 21 mil toneladas de diesel no rio Ambarnaya, detetada num raio de 30 km.

Por fim, é importante mencionar o legado nuclear que ocupação soviética no Ártico durante a Guerra Fria deixou para futuras gerações. A região russa perto do Mar de Barents é conhecida por ser uma das regiões mais nuclearizadas do mundo graças a uma das maiores concentrações de instalações nucleares do mundo, quer militares quer civis. A certo momento, chegaram a ser contabilizados mais de 80 submarinos nucleares e 200 reatores nucleares (Heininen et al., 2014). O combustível nuclear usado e os resíduos radioativos deixados no Ártico também constituem uma preocupação, não só para o governo russo como também para a comunidade internacional (Heininen & Segerstahl, 2002). Armamento nuclear proveniente de fábricas localizadas em Krasnoyarsk, Tomsk e Chelyabinsk chegou a ser largado em rios na zona da Sibéria que desaguavam no Oceano Ártico. De 1964 a 1991, o despejo de resíduos nucleares em estado sólido ou líquido no Mar de Barents ou no Mar de Kara era uma prática recorrente, ainda que hoje seja vista como uma absoluta irresponsabilidade. De acordo com alguns relatórios dedicados ao estudo da presença de material radioativo no Ártico, a União Soviética largou no Mar de Kara, pelo menos, 13 reatores nucleares provenientes de centrais (destes, 6 com combustível nuclear no seu interior). Provenientes do quebra-gelo Lenin, foram largados 3 reatores e um contentor com resíduos nucleares, resultante das sucessivas reações de fissão nuclear ocorridas durante o tempo de atividade dos reatores. No total, é estimado que os resíduos nucleares no Mar de Kara possam ser na ordem dos 2 419 000 curie e no Mar de Barents, 319 000 curie (Gizewski, 1995). O Mar de

Kara foi o local mais afetado pela disposição de material radioativo devido ao fraco controlo marítimo e pelo facto de estar coberto por gelo grande parte do ano. Ambas as condições não se verificam hoje, já que o aquecimento global impede a formação de gelo em zonas que anteriormente o verificavam, assim como o aumento da atividade comercial no Mar de Kara graças aos projetos de produção de combustíveis fósseis faz com que seja das zonas mais ativas do Ártico. O governo russo está a par do elevado risco que a falta de gestão destes resíduos representa: os submarinos nucleares depositados no fundo do oceano ao largo do arquipélago de Novaya Zemlya foram realocados mais para Norte devido à constatação que todos eles sofreram acidentes e que continham ainda no seu interior material radioativo. Adicionalmente, o risco operacional dos reatores nucleares em atividade nas centrais russas no Ártico, que ainda pertencem ao modelo RBMK (eternamente conhecido por ter sido o modelo do reator nuclear número 4 responsável pelo acidente nuclear em Chernobyl) constituem um perigo para a população de grande parte do território russo e uma parte da Europa. Para o governo russo, o tratamento destes resíduos (principalmente os objetos com maior radioatividade) é uma urgência e seria um dos planos para a presidência do Conselho do Ártico¹⁷ (T. Nilsen, 2021b). Os restantes Estados Árticos reconhecem a importância de criar projetos conjuntos para o tratamento de resíduos nucleares no Ártico, sendo a Noruega um dos principais Estados interessados em participar nos mesmos. Até 2022, o governo norueguês investiu 200 milhões de euros ao longo de 27 anos, na ajuda para eliminação destes objetos. Contudo, no seguimento do ataque russo na Ucrânia, a Noruega retirou o financiamento que suportava estes empreendimentos. Em resposta, a Rosatom informou que a participação de Noruega deixou de ser bem-vinda (T. Nilsen, 2022a).

3.2.4 Desenvolvimento da Northern Sea Route (NSR)

Juntamente aos esforços na otimização dos processos de exploração de recursos naturais, nomeadamente petróleo e gás natural, o desenvolvimento da rota marítima polar que passa pelo lado Este do hemisfério é uma prioridade estratégica para a Federação Russa no Ártico. Efetivamente, a forma mais barata de transportar combustíveis fósseis é por via marítima. Desta forma, o controlo e usufruto da NSR é essencial para o Kremlin e vital para a economia russa. Esta rota é conhecida por Northern Sea Route (NSR). Decorrente da última análise relativamente aos efeitos que o aquecimento global tem no continente Ártico, é importante mencionar que o aquecimento particularmente acentuado nesta região, permite a transformação do Oceano Ártico num oceano progressivamente mais navegável, revelando o carácter estratégico desta rota.

A NSR é a travessia marítima mais curta que conecta a Ásia Oriental à Europa Ocidental. Factualmente, a NSR é 40% mais curta que o canal do Suez (aproximadamente 12 800 km quando comparada com os 21 000 km do Canal do Suez), poupando 10 a 15 dias de viagem (Arctic Review, n.d.). A título de exemplo, uma viagem do Japão para a Europa leva, em média, 29 dias pelo Cabo

¹⁷ A Rússia tinha a presidência do Conselho do Ártico entre 2021 e 2023 e assumiu a presidência até ao dia 1 de Março de 2022, data da suspensão de todas as atividades do Conselho pelos restantes sete Estados Árticos como forma de condenação pela operação militar na Ucrânia.

da Boa Esperança e 22 pelo Canal do Suez. Pela Northern Sea Route, a mesma viagem leva apenas 10 dias pelo Oceano Ártico. A distância entre o porto de Yokohama (Japão) e o porto de Roterdão (Holanda) é 20 000 km pelo Canal do Suez, mas de apenas 9 000 km pelo Ártico (Humpert, 2011). O **ANEXO VII** ilustra a diferença entre as rotas. Outra vantagem da NSR comparativamente ao Canal do Suez é a fiabilidade na travessia. Ainda que possam existir constrangimentos devido às condições climáticas, no Canal do Suez existe a possibilidade de um bloqueio físico ou paralisação da travessia. Este é um cenário que dificilmente se verificaria na NSR.

A intenção de desenvolver esta rota de acordo com os interesses económicos russos não é desconhecida e está presente em todos os documentos relativos às estratégias adotadas pelo Kremlin no Ártico (ainda que com algumas modificações entre si). Inclusive, no último documento, publicado em 2020, mas com um horizonte temporal até 2035, é mencionado um projeto para a digitalização da rota com recurso a fibra ótica (Putin, 2020). Este projeto é suposto estar concluído em 2026 e vai permitir ligar Murmansk a Vladivostok¹⁸. Atualmente, a NSR serve como rota primária para o transporte de combustíveis fósseis. A partir do relatório do tráfego marítimo anual é perceptível que grande parte dos navios que fazem a sua travessia pela NSR são russos (em 2022 dos 314 navios, 278 viajavam sob bandeira da Federação Russa e 36 sob outras bandeiras) (Northern Sea Route Information Office, 2023). A maior parte dos navios que faz a travessia pela NSR pertence a empresas russas cuja atividade assenta na exploração de hidrocarbonetos como a Norilsk Nickel, Gazprom, Lukoil e Rosneft. Estes navios transportam principalmente gás natural liquefeito, na sua maioria destinado ao mercado asiático que se encontra a fazer a transição do carvão para este tipo de energia fóssil. Durante muito tempo, a NSR esteve interdita à passagem de navios cuja bandeira hasteada não fosse a russa. Durante este período, a NSR estava inteiramente dedicada ao mercado interno e em ser o canal primário de comunicação entre a costa Oeste e a costa Este russa no Ártico. A partir de 1991, a NSR abriu-se para o mercado externo, ainda que sob condições específicas que garantissem sempre o controlo e soberania russa. 20 anos depois, na segunda edição do Fórum Internacional Ártico, Putin reforçou a ideia explorada primeiramente por Gorbachev em Murmansk (1987):

¹⁸ A este respeito, A jurisdição do controlo da NSR é alvo de debate já que entre os próprios Estados-árticos existem posições divergentes relativamente a quem possui o controlo desta rota. A Rússia apoia-se na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e evoca o artigo 234º para defender o seu direito de controlar a NSR. No artigo mencionado, os Estados Costeiros detêm o direito absoluto de adotar e aplicar normas não-discriminatórias para a prevenção, redução e controlo da poluição marinha proveniente de embarcações em zonas cobertas por gelo, dentro das limitações impostas pelas Zonas Económicas Exclusivas (ZEE) (UN General Assembly, 1982, p. 115). Por outro lado, à medida que esta rota vai ficando cada vez mais navegável começa a emergir a possibilidade do argumento defendido pela Rússia se tornar inválido porque a própria NSR está a ficar cada vez menos coberta por gelo. Atendo ao facto de se esperar que a tendência de aquecimento global se mantenha ou agrave, já se encontram previsões científicas que apontam para um Ártico sem gelo em 2030 (Hee Kim et al., 2023). Estados como os EUA que apoiam a liberalização da NSR, já questionam a validade do argumento defendido pela Rússia. Para este ponto é importante mencionar que os EUA não assinaram a Convenção das Nações Unidas e, como tal, não estão vinculados às normas impostas pelo documento. Esta pode ser uma situação em que a Rússia pode ser obrigada a usar força militar para defender a sua reivindicação territorial sobre a NSR e tal pode fazer escalar o nível de tensão político-militar no Ártico.

“We are planning to turn it into a key commercial route of global importance. I’d like to emphasise that we see its future as an international transport artery capable of competing with traditional sea routes in cost of services, safety and quality.”
(Putin, 2011).

A abertura da NSR é essencial para que o governo russo consiga receitas financeiras que possibilitem o investimento necessário e urgente em infraestruturas marítimas de apoio à própria rota. Estas infraestruturas vêm na forma de portos, centros de controlo, centros de assistência em operações de busca e salvamento ou em situações de derrame de produtos petrolíferos, estações de abastecimento e estações meteorológicas locais. Neste momento a gestão da NSR está entregue à Rosatom. Para rentabilização da abertura da NSR ao tráfego marítimo estrangeiro, a Rússia implementou a obrigatoriedade de qualquer navio que atravesse a NSR (seja russo ou estrangeiro) ser acompanhado por um *icebreaker* russo. Desta forma, não só é um serviço taxado a um valor superior ao de outras rotas mundiais (ainda que possa ser vantajoso do ponto de vista da poupança em dias de viagem), como permite o controlo sobre os navios que usam a NSR. A Rússia é o Estado com a maior frota de *icebreakers* do mundo com cerca de 40 navios, sendo que 3 são movidos a energia nuclear. Um navio *icebreaker* é um navio que graças à sua estrutura, dimensão e capacidade de locomoção no gelo é indispensável às atividades no Ártico já que permite criar um percurso navegável para outras embarcações que não são capazes de quebrar as espessas camadas de gelo que ainda cobrem o Oceano Ártico. Contudo, alguns destes *icebreakers* entrarão em fase de descomissionamento em breve. Neste sentido, e atendendo à importância que estes navios têm, não só no suporte de atividades no Ártico, como na projeção de poder na região, a Federação Russa alocou financiamento especialmente dedicado à construção de imponentes *icebreakers*. O primeiro foi o navio *Arktika*, concluído em 2022, o primeiro *icebreaker* construído em 30 anos movido a energia nuclear. O *Arktika* mede 173 metros de comprimento, 34 metros de largura e pesa 33 500 toneladas. Estas características fazem este navio maior do que a maior parte dos navios da NATO (com exceção dos porta-aviões e porta-helicópteros) (Paul & Swistek, 2022a). Neste momento existe o plano de construção de 7 *icebreakers* semelhantes, sendo que 2 já se encontram em construção e 3 estão finalizados (Humpert, 2022b). Até 2030, o Kremlin pretende criar uma frota de *icebreakers* nucleares com 9 navios em circulação na NSR.

De acordo com as previsões mais otimistas russas, o volume de transporte anual na NSR em 2024 devia aumentar para as 80 milhões de toneladas. De momento, atendendo aos registos das travessias na NSR, esse número aparenta estar longe da realidade já que em 2022, o volume total de carga transportado por esta rota foi de 34.03 milhões de toneladas e em 2021, 34.85 toneladas, tendo concretamente sido verificado um decréscimo (Northern Sea Route Information Office, 2023). Em 2021, Portugal era o 10º país com mais carga transitada pela NSR, imediatamente a seguir à China (260 533 e 279 706 toneladas, respetivamente). Sem surpresa, a maior parte das viagens concentra-se no período entre Julho e Outubro pela melhoria significativa das condições da viagem.

O dilema presente na questão do desenvolvimento da NSR é que o mesmo não acontece sem um crescimento na afluência de navios que optem por esta rota e este crescimento não ocorre por si, sem o desenvolvimento de infraestruturas necessárias de apoio à travessia (Paul & Swistek, 2022a). Na tentativa de contornar este dilema, a Federação Russa anunciou o investimento de 25.7 biliões de euros até 2035 (TASS, 2022). Numa altura em que a Rússia tem sido o alvo de duras sanções económicas, Alexander Novak, vice-primeiro ministro russo, acredita que o investimento previsto assegurará a prosperidade russa a longo prazo e proporcionará a garantia económica desejada pelo Kremlin. Pelas estimativas do governo russo, o aumento da carga transportada anualmente pela NRS pode passar as 34 milhões de toneladas em 2022, 80 milhões em 2024 e chegar às 150 milhões de toneladas em 2035 (Humpert, 2023c). Se este já era um objetivo ambicioso, Vladimir Panov, representante da Rosatom, atualizou o último objetivo e informou a comunidade internacional que era possível atingir um tráfego marítimo na NSR em 2035 de 270 milhões de toneladas:

“According to the agreements that have been signed with all major shippers to date, the plans for 2030 are 193 million tons, which exceeds the target of 150 million tons, and for 2035 we are already going beyond 270 million tons with a target of 220 million tons.”
(TASS, 2023b)

A razão desta atualização foi uma falha na contabilização de voos de carga, onde também é previsto um aumento significativo, após a construção de pistas de aterragem e outras infraestruturas de apoio ainda em falta e que contribuirão para a otimização das viagens. Ainda que pareçam, e possam realmente ser números longe da realidade, é esperado um aumento concreto no tráfego principalmente devido ao transporte de materiais e produtos da própria atividade russa no Ártico, que está a aumentar. De acordo com a previsão da Rosatom, já no próximo ano graças ao novo projeto de exploração de petróleo da Rosneft, é previsível um aumento do tráfego pela NSR em, pelo menos, 500 000 toneladas apenas em material de construção específico alocado àquele projeto (Humpert, 2023a).

A prova que a NSR continua a ser uma prioridade estratégica para a Rússia são as palavras de Alexei Likhachev, CEO da Rosatom (empresa russa responsável pela gestão da NRS). Likhachev garante que nenhum projeto no Ártico ficou suspenso devido à conjuntura política e económica resultante do conflito militar na Ucrânia. Pelo contrário, o contexto geopolítico realçou a importância da concretização dos projetos conduzidos no Ártico. O facto de esta rota se encontrar tão remota proporciona a segurança necessária para a continuação dos projetos mesmo com a insegurança e imprevisibilidade sentida fora do ambiente ártico (Northern Sea Route Information Office, 2022).

3.3 Estratégias da Federação Russa para o Ártico

A tendência de um Ártico mais quente, menos gelado e biologicamente alterado colocou o Ártico no centro das atenções políticas internacionais. O derretimento progressivo do Ártico obrigou os Estado a adaptar as suas estratégias de forma a configurar um carácter menos rígido e mais adequado à realidade geopolítica que se tem imposto na região. A Rússia, como visto anteriormente, é o Estado que está a aquecer mais depressa do que qualquer outro no mundo. As zonas russas situadas mais a norte verificaram, entre 2011 e 2021, um aquecimento médio de 0.51 °C em comparação com o aumento médio de 0.18° C do resto do planeta. Na realidade estas zonas têm verificado recentemente uma tendência de aquecimento de cinco vezes a média mundial (RBK Obshestvo, 2021). Atendendo às alterações morfológicas da paisagem e da subsequente perceção da vulnerabilidade acrescida para o território russo no Ártico, desde 2008 que o Kremlin tem publicado documentos oficiais para declarar os interesses e estratégias no Ártico com alguma periodicidade.

Foundations of State Policy of the Russian Federation in the Arctic in the period up to 2020 and Beyond (Setembro de 2008)

A crescente atenção política no território ártico e a progressiva inclusão do Ártico nas estratégias de segurança nacional da Federação Russa (The Russian Federation's 2009 Strategy for National Security Up to 2020 publicado em 2009 (Medvedev, 2009)) premeditaram a publicação do primeiro documento oficial com uma proposta estratégica específica para o Ártico. Este documento surge durante o mandato presidencial de Dmitry Medvedev a 18 de Setembro de 2008 com o título "Foundations of State Policy of the Russian Federation in the Arctic in the period up to 2020 and Beyond". Apesar de ter sido adotado em Setembro de 2008, o documento da estratégia foi publicado em Março de 2009. Nos anos seguintes foi observada a publicação de mais documentos relativos à estratégia russa no Ártico em várias dimensões. Alguns exemplos são a Estratégia Energética Russa para o período até 2030 (adotada em 2009), a Estratégia para o Desenvolvimento do Ártico e Segurança das Provisões Nacionais para o período até 2020 (adotada em 2013), a Doutrina Militar (atualizada em 2014), a Estratégia para os Transportes (adotada em 2014) e a Doutrina Marítima (adotada em 2015) (Foxall, 2017). A mensagem subjacente nestes documentos é comum e centra-se na importância que o Ártico tem para a Federação Russa e de que forma a o governo russo espera assegurar os recursos naturais localizados no Ártico Russo, assim como o acesso exclusivo à NSR , não sendo descartada a necessidade de recorrer a meios militares para os concretizar. Posto de outra forma, a preparação de uma estratégia específica para o Ártico coaduna-se com o desejo de asserção de poder e superioridade da Rússia na região. A estratégia energética e a estratégia para os transportes são documentos que se seguiram à publicação da política russa para o Ártico e serviram, essencialmente para especificar de que forma os objetivos traçados no documento de 2008 serão concretizados. Na estratégia energética é dado ênfase aos mares do Ártico pela sua riqueza em

hidrocarbonetos, em particular o Mar de Barents; o Mar de Kara, o Mar de Pechora e a zona da península do Yamal (Ministry of Energy of the Russian Federation, 2009). Já a estratégia dos transportes centra-se bastante na necessidade de desenvolvimento de infraestruturas de apoio à NSR de forma que esta possa servir da melhor forma os interesses do Kremlin (Ministry of Transports of the Russian Federation, 2009).

A estratégia de 2008 assenta principalmente na defesa de quatro interesses nacionais (Medvedev, 2008):

1. A utilização do Ártico-russo como uma reserva nacional de recursos naturais;
2. A preservação do Ártico como uma zona de paz e cooperação;
3. A proteção ambiental;
4. A utilização da NSR como uma artéria comercial essencial para a atividade russa no Ártico.

O documento torna claro que o Kremlin considera o Ártico uma peça central no desenvolvimento socioeconómico, não só para a sobrevivência económica do Estado russo como para a prosperidade e reafirmação da Rússia enquanto grande potência, se não global pelo menos regional. A estratégia foi dividida em 3 fases para facilitar a concretização dos objetivos. A primeira fase, compreendida entre 2008-2010, pretendia a recolha de elementos relevantes que permitissem a aprovação da proposta de alargamento da plataforma continental russa submetida à UNCLOS a 20 de Dezembro de 2001 e posteriormente estabelecer um plano de ação para o desenvolvimento económico e das infraestruturas do Ártico. A segunda fase (2011-2015), tomava como garantida a aprovação da proposta à UNCLOS (que acabou por não ser bem-sucedida) e, desta forma, procurava um reconhecimento legal pelo sistema internacional das novas fronteiras russas e subsequentemente um aumento na atividade de extração de recursos naturais, nomeadamente hidrocarbonetos. A última fase, compreendida entre 2016 e 2020, ambicionava essencialmente a transformação do Ártico na base estratégica idealizada aquando da elaboração da estratégia analisada. Em 2020, ano em que seria esperada a concretização dos objetivos citados neste documento foi concluído que apenas a primeira fase desta estratégia podia ser considerada atingida.

Strategy for the Development of the Arctic Zone of the Russian Federation towards 2030 (Fevereiro de 2013)

A 20 de Fevereiro de 2013, após a mudança de presidência, o documento aprovado por Medvedev foi atualizado e aprovado desta vez por Vladimir Putin, com o título “Strategy for the Development of the Arctic Zone of the Russian Federation towards 2030” (Putin, 2013). Ainda que este documento seja uma versão mais desenvolvida e atualizada do documento anterior, não se trata de uma estratégia da Federação Russa para a região do Ártico, mas sim para as zonas territoriais russas integradas na região, comparável a estratégias de outros Estados-árticos para as suas zonas territoriais situadas mais a norte. Assente nesta constatação, existe, contudo, neste documento

uma dimensão internacional, nomeadamente no texto que insiste na importância de submeter uma nova proposta para o alargamento da ZEE à UNCLOS e a clarificação da delimitação do território russo no Ártico (Heininen et al., 2014). A este respeito, esta nova estratégia confirmou que a Rússia não tinha sido capaz de reunir as evidências geofísicas necessárias para o suporte da sua reivindicação territorial relativamente zonas para além do limite das suas 200 milhas náuticas. Este objetivo foi adiado para 2015, ano em que efetivamente se confirmou a submissão destes dados à UNCLOS, não sendo ainda conhecida a decisão sobre o alargamento da plataforma continental russa (UNCLOS, 2023).

Não sendo a estratégia de 2013 um documento elaborado de raiz, mas sim um documento assente na estratégia já publicada em 2008, acaba por ser naturalmente mais detalhada do que a estratégia que lhe antecedeu. Este documento centra-se bastante na necessidade da prospeção geológica na plataforma continental, na implementação em larga escala de projetos de extração de recursos naturais assim como reforçou a vantagem estratégica assente na alocação de recursos financeiros para o desenvolvimento de infraestruturas de apoio à atividade extrativa (Klimeno, 2014), evidenciando que é um reforço e refinamento da estratégia de 2008. Em 2013 foi incorporada uma análise SWOT para a presença russa no Ártico. Curiosamente, nesta análise SWOT são ignoradas as secções das Oportunidades (*Opportunities*) e das Vantagens Competitivas (*Strengths*). Esta particularidade não é porque não as existam, mas sim porque a própria estratégia decidiu não as incluir. Uma diferença entre as duas estratégias é a inclusão da participação de entidades privadas em projetos no Ártico (preferencialmente russas) e a separação federal da zona russa do Ártico, conferindo maior autonomia à região (Putin, 2013). O documento está mais direcionado para a esfera doméstica do que para a esfera internacional e talvez por essa razão a atenção mediática e política que este documento teve relativamente à estratégia de 2008 ou à estratégia de 2020, posteriormente analisada, é categoricamente inferior.

Um ponto enfatizado nesta estratégia é a constatação dos constrangimentos verificados ao nível do sector energético e a necessidade de resolução dos problemas de abastecimento e distribuição de energia pelos centros populacionais do Ártico-russo. Pode parecer contraditório que uma das zonas russas mais afetadas pela falta de coordenação no abastecimento energético seja a que se encontra mais próxima das respetivas fontes. No documento de 2013 é feita referência ao projeto de criação de centrais nucleares flutuantes que, através da NSR, possam distribuir energia pelos centros populacionais russos árticos. Idealizado em 2013, este projeto não só foi concretizado como existem já planos para a construção de mais unidades (T. Nilsen, 2022c).

A estratégia de Putin para a zona russa no Ártico foi recebida com algum criticismo, devido à falta de rigor comparativamente à estratégia anterior. Relembrando que este documento recai sobre a zona russa do Ártico, estranhamente não existe uma definição clara dos limites geográficos que caracterizam a mesma (Heininen et al., 2013). Se a razão para tal possa ser o facto de esta definição estar presente na estratégia de 2008 ou se, a falta da discriminação das fronteiras da zona russa no Ártico é devido ao receito de condicionar a aceitação da proposta de alargamento da plataforma continental junto à UNCLOS foi alvo de debate na comunidade científica. Algumas críticas relativas ao documento também recaíram sobre o carácter vago de

alguma linguagem utilizada para caracterizar os atores envolvidos nas dinâmicas estratégicas do documento. Exemplos como a utilização de termos como “sub-ártico” ou “costeiro” para mencionar os Estados com um papel importante para a geopolítica da região mostrou um retrocesso relativamente à estratégia de 2008. Não obstante deste facto, a estratégia de 2013 viu um posicionamento mais assertivo da Rússia no Ártico. Este documento acompanhou uma era de discursos, em que se pode identificar uma índole mais agressiva. Exemplo desta agressividade foi o discurso de Vladimir Putin, 7 dias após a divulgação do documento, a 27 de Fevereiro de 2013 num congresso organizado pelo Ministro da Defesa (Kremlin, 2013).

Basic Principles of the State Policy of the Russian Federation for the Arctic until 2035 (Março de 2020)

No dia 5 de Março de 2020, o presidente Vladimir Putin publicou a estratégia mais recente para o Ártico, intitulada “Basic Principles of the State Policy of the Russian Federation for the Arctic until 2035”. Ainda que tenha um âmbito temporal de 15 anos, devido ao carácter dinâmico e à crescente atenção política verificada na região do Ártico esta política pode, e provavelmente será alvo de atualizações, retificações ou clarificações. Em seguimento à estratégia divulgada, em Março de 2020, o Ministério para o Desenvolvimento da Rússia Oriental e do Ártico submeteu uma proposta de implementação das políticas enumeradas no primeiro documento (TASS, 2020a), numa tentativa de descodificar o primeiro documento. Em Outubro do mesmo ano, um terceiro documento para o Ártico foi publicado com o âmbito de delinear os mecanismos concretos pelos quais os dois primeiros documentos serão concretizados (Bye, 2020).²⁰

Num Estado no qual o presidente adota uma postura e um discurso mais autoritário e em que o poder está centralizado, é relativamente fácil não encontrar obstáculos à aprovação de determinados documentos. Ao contrário do que acontece em democracias ocidentais, sem resistência ou interferência social que bloqueiem a aprovação de algumas políticas, Vladimir Putin e o seu governo não necessitam da aprovação pública, apenas da sua ilusão (Sukhankin et al., 2021). No que respeita a estratégia russa para o Ártico de 2020, alguns membros do governo não foram consultados ou informados da publicação do mesmo documento. Em Fevereiro de 2020, antes da divulgação da atual estratégia, Putin nomeou o Ministro responsável pelo Desenvolvimento da Rússia Oriental, o Ministro para o Desenvolvimento da Rússia Oriental e do Ártico (Lanteigne, 2020). A estratégia da Federação Russa para o Ártico até 2035 é o produto da crescente perceção de ameaça externa sentida pelo Kremlin e que define bem a relação da Rússia

²⁰ A política para o Ártico foi publicada numa fase em que a Europa e a América do Norte começaram a detetar os primeiros casos de COVID-19. A posterior declaração de pandemia pela OMS e a concentração de esforços dos Estados em conter a transmissão comunitária do vírus levou a que a receção deste documento não tivesse a atenção internacional devida nem a que teria se o contexto internacional fosse o considerado normal. Adicionalmente, o documento não foi inicialmente acompanhado por uma tradução em inglês.

com o resto do sistema internacional. O documento adotado em 2020 começa por descrever o “excepcionalíssimo” do Ártico pela perspectiva russa, enfatizando algumas características únicas que fazem desta região efetivamente “excepcional” relativamente a outras regiões do globo. Questões como as condições climáticas extremas; a vulnerabilidade dos ecossistemas árticos; o agravamento das alterações climáticas, particularmente sentidas no Ártico; a ligação geográfica, histórica e económica da Rússia à NSR; a intensidade da atividade extrativa de recursos naturais ou a predisposição da região a uma escalada de tensões políticas são alguns fatores que auferem ao Ártico este “excepcionalíssimo” (Putin, 2020). O documento expõe os seis interesses da Federação Russa no Ártico. Alguns destes interesses já estavam presentes no documento aprovado em 2008, enquanto outros são pela primeira vez anunciados em 2020. Desta forma, os interesses da Federação Russa para o Ártico até 2035 são os seguintes:

1. Assegurar a soberania e a integridade territorial do território russo no Ártico (2020);
2. Preservar o Ártico como património mundial, assegurando a paz, estabilidade e as relações bilaterais de cooperação mutualmente vantajosas (2008);
3. Garantir uma melhoria na qualidade de vida e prosperidade dos cidadãos russos com residência em território russo ártico (2020);
4. O desenvolvimento do Ártico-russo como base estratégica de recursos naturais e o uso dos mesmos racionalmente para aceleração do crescimento da economia russa (2008);
5. O desenvolvimento da NSR como uma artéria comercial competitiva no mercado global (2008)
6. A proteção ambiental do Ártico e as minorias indígenas (2008)

(Putin, 2020).

A preservação do Ártico como um território politicamente estável através da promoção de relações bilaterais mutualmente vantajosas, a alocação de recursos para a melhoria das condições de vida das populações russas residentes no Ártico e a proteção ambiental são objetivos complementares, ou seja, são objetivos que auxiliam ou que podem inviabilizar a concretização dos restantes três que efetivamente representam um valor estratégico acrescido para a Rússia, do ponto de vista da teoria realista. Assim, será feita uma análise detalhada das políticas mais relevantes para o âmbito temático desta dissertação contidas na estratégia da Federação Russa de 2020.

Proteção da Soberania e Integridade Territorial do território russo no Ártico

A afirmação do interesse nacional em “assegurar a soberania e a integridade territorial” no Ártico não surpreende uma vez que o Kremlin tem enfatizado a importância que a região ártica representa para a Rússia. Contudo, é a estratégia de 2035 que vincula a soberania e a integridade territorial russa ao Ártico (Meade, 2020). A responsabilidade da segurança do Ártico recai sobre a responsabilidade do exército russo. Assim, a principal prioridade na nova estratégia é “a prevenção do uso de força militar contra a Federação Russa, proteção da soberania e da

integridade territorial” (Putin, 2020). Sendo esta uma prioridade do Estado russo, a modernização da capacidade militar russa no Ártico torna-se imperativa aos olhos do Kremlin.

A este respeito, a estratégia de 2020 amplifica e exagera a ameaça securitária no Ártico ao ponto de incluir a necessidade de reforço militar para proteger os interesses e o território russo na região. As ameaças securitárias descritas na estratégia encontram-se na Secção II (ponto 8). Na ótica defensiva russa, as ameaças passam pela tentativa de outros Estados Árticos de reconsiderar tratados internacionais que regulam a atividade económica ou de outro tipo de atividade no Ártico; a incerteza derivada da falta de delimitação das áreas marítimas dos Estados; ações de outros Estados ou organizações internacionais para bloquear a legitimação económica da Federação Russa sobre os recursos que se localizam na sua ZEE; a desacreditação da atividade russa no Ártico e a crescente concentração militar internacional que aumenta consideravelmente o risco de conflito (Putin, 2013). Um exemplo de força militar que tem sido para a Federação Russa uma fonte de preocupação securitária é a recuperação das patrulhas navais da marinha norte-americana e da marinha britânica ao largo do Mar de Barents (M. Eckstein, 2020).

Uma forma eficaz de a Rússia exercer a sua soberania é através do controlo da NSR. No ano anterior à publicação da atual estratégia, a Rússia implementou uma nova política que impõe limitações ao tráfego marítimo na NSR. Esta decisão decorre após o episódio em que a marinha francesa usou a NSR sem a permissão da Rússia e sem escolta por um quebra-gelo russo como está estipulado (Maritime Executive, 2019). A soberania sobre a NSR pelo Estado russo é contestada por outros Estados, nomeadamente pelos EUA (tal como a Rússia um Estado Ártico Costeiro) que percecionam a NSR como um canal marítimo que devia ser aberto e acessível ao tráfego internacional. Os EUA contestam o abuso de poder da Rússia em estipular as regras de utilização da NSR, com base nas normas do Direito Internacional relacionado com a liberdade de navegação (Meade, 2020). Alinhado com este posicionamento, Washington receia o uso de força militar sobre navios comerciais internacionais que possam falhar no cumprimento das exigências russas. Se um dos objetivos estratégicos presentes no documento de 2020 é precisamente o desenvolvimento da NSR como “uma via de passagem nacional competitiva no mercado mundial”, quais os meios que a Rússia estaria disposta a utilizar para assegurar o domínio desta rota? Para os EUA, chegará o momento em que vai ser imperativo determinar a abertura da NSR ao tráfego internacional, em contraposição a uma rota inteiramente ao serviço dos interesses e preferências do Kremlin. Este poderá ser um ponto de tensão política no Ártico entre Washington e Moscovo.

O desenvolvimento da NSR enquanto um corredor marítimo nacional, globalmente competitivo

O objetivo de desenvolver e otimizar a NSR tem aparecido em todos os documentos estratégicos divulgados até ao momento. A necessidade de reafirmação da soberania da NSR pode ser interpretada, não só pela presença deste ponto em todos os documentos oficiais como na forma

assertiva como é tratada a gestão nacional da NSR e a necessidade de proteção da mesma como se de território russo se tratasse. Uma terceira razão para a insistência no desenvolvimento da NSR pelo Kremlin é a falta de concretização dos objetivos propostos anteriormente: o desenvolvimento de uma frota de *icebreakers* funcionais, navios de busca e salvamento, frota automóvel de apoio, portos e pistas aéreas adaptadas às condições geladas do Ártico não foram medidas completamente concretizadas, pelo que transitaram para a política atual (Grinyaev & Zhuravel, 2020). Muitos dos projetos relacionados com a NSR já foram adiados para o meio da década de 2020 e a razão para tal assenta na falta de financiamento necessário dedicado exclusivamente a esta matéria, recordando a condição nacionalista russa que dificulta a entrada de capital estrangeiro e a dimensão financeira que os próprios projetos implicam. Para além dos objetivos não concretizados que acabam por voltar a integrar a estratégia seguinte, o próprio ambiente geopolítico está em permanente mutação e este carácter de instabilidade tende a agravar-se à medida que tensões políticas dão lugar ao aumento da militarização. Isto leva a que novas abordagens sejam tomadas relativamente a objetivos previamente citados, mas que ganham uma nova importância à luz dos acontecimentos. A NSR tem-se revelado um projeto, que devido à sua ambição, dimensão e complexidade tem vindo a ser arrastado graças a um conjunto de constrangimentos. Não obstante, continua a ser das peças mais importantes do puzzle para a preservação da supremacia russa na região. No dia 15 de Março de 2013 foi estabelecida uma agência governamental completamente dedicada à gestão da NSR de acordo com os interesses levantados pelo Kremlin na estratégia divulgada sensivelmente um mês antes, a Federal State Budgetary Institution Northern Sea (Gustafsson, 2021). Segundo a versão em inglês do *website* oficial deste organismo governamental, o principal objetivo é “a segurança de navegação e a proteção dos ecossistemas marinhos da poluição presente na zona da NSR”. Assim para concretização deste propósito a Federal State Budgetary Institution Northern Sea Route ou Northern Sea Route Administration responsabiliza-se pela atribuição dos certificados de navegação necessários para condução da viagem pela NSR; fornecer informação sobre os requisitos necessários para a navegação em águas da NSR (por exemplo os requisitos da embarcação, os documentos necessários a serem submetidos...) e pela apresentação de recomendações diretamente ao Kremlin acerca do desenvolvimento de canais de navegação e da utilização de *icebreakers* na zona de circulação da NSR, assim como o fornecimento de informações sobre as condições climáticas e de navegação observadas (NSRA, n.d.). Na versão russa do mesmo *website*, ao objeto de atividade da Northern Sea Route Administration (NSRA) é acrescido um quarto ponto que passa pela obtenção de informações sobre os navios em circulação nas águas da NSR de acordo com as Regras de Navegação na Área Marítima da NSR. A versão em russo não contempla a preocupação ambiental presente na versão em inglês (FSA, n.d.).

O Ártico Russo como base estratégica de recursos para o crescimento da economia nacional

A política russa para o Ártico para 2035 identifica um outro objetivo estratégico com implicações diretas sobre o desenvolvimento da NSR. No ponto 5d) do documento em questão é especificado que um dos interesses nacionais da Federação Russa para o Ártico é “o desenvolvimento da zona ártica da Federação Russa como uma base estratégica de recursos naturais e o seu usufruto para aceleração do crescimento económico da Federação Russa” (Putin, 2020). A estratégia publicada em 2013 já colocava a exploração de recursos naturais do Ártico como uma garantia para a segurança nacional, mas foi a estratégia de 2020 que cimentou este ponto como um dos principais interesses da Rússia no Ártico. Para alguns investigadores, a tendência que poderá ser observada será uma menor preocupação com a mitigação dos efeitos das alterações climáticas e uma crescente atenção e investimento em projetos de exploração de hidrocarbonetos e outros recursos (Kluge & Paul, 2020).

O controlo e exploração exclusiva das reservas naturais de hidrocarbonetos e outros recursos naturais (minerais e recursos biológicos) no Ártico foi o objetivo primário e o catalisador para uma reorientação de prioridades estratégicas nacionais de forma a incluir o Ártico. Relembrando que existe efetivamente uma dependência da economia russa à capacidade de produção e exportação de combustíveis fósseis é compreensível o facto de esta ser uma prioridade presente nas estratégias divulgadas. A atividade desenvolvida ao nível da exploração de hidrocarbonetos é responsável por 17% do PIB russo e 65% do volume total de exportações (Cancian, 2021, p. 52). Tendo isto em consideração não é de estranhar a atenção política que é dada ao Ártico Russo nem à necessidade de assegurar a soberania russa sobre os recursos que estão aí localizados. A capacidade de promoção e estimulação da atividade extrativa de recursos naturais é uma questão de segurança nacional e sobrevivência da economia russa. A presença militar no Ártico está, segundo os documentos divulgados pelo Kremlin, totalmente relacionada com a proteção dos interesses russos na região, nomeadamente com as reservas naturais de petróleo e gás natural, sendo indiretamente uma forma de estabelecer a superioridade política regional.

A ambição russa em transformar o Ártico numa base estratégica de recursos naturais e uma fonte de estabilidade económica depende também da velocidade a que o gelo derrete, especialmente ao longo da NSR de forma a facilitar o transporte de recursos por esta via (Meade, 2020). Deste modo, quanto mais rápido o gelo derreter, mais fácil fica a localização e extração dos recursos que, até agora, se encontravam inacessíveis e, em alguns casos, desconhecidos. Contudo, se por um lado o aquecimento da região é vantajoso ao nível da logística das operações de exploração de recursos naturais, pode considerar-se que há um *sweet spot* entre a vantagem do aquecimento e a ameaça que representa para as infraestruturas de apoio à mesma atividade. Exemplo foi o colapso em 2020 da base do tanque de armazenamento de petróleo num centro de exploração na Sibéria, devido ao derretimento das camadas de *permafrost* adjacentes ao tanque, responsável pelo pior desastre ambiental na história do Ártico. Tal como o próprio nome indica, estes são estratos geológicos que estão permanentemente congelados, por isso o seu descongelamento mostra a gravidade do aumento da temperatura no Ártico.

Ao contrário das estratégias anteriores, a estratégia de 2035 reconhece a existência do aquecimento global, mas não o associa a causas antropogénicas. O Kremlin, suportado por alguns académicos que partilham a mesma visão, evitar conectar o aquecimento global à emissão de gases com efeito de estufa libertados ao serviço da atividade humana (Zysk, 2015). Efetivamente, a extração, produção e posterior consumo de combustíveis fósseis é um dos sectores mais poluentes e mais responsável pelo aquecimento global conhecidos. Putin alinha-se com um discurso que associa o aquecimento a um acontecimento com causas naturais e cíclicas. Este é um discurso que apoia indubitavelmente a continuação e aceleração da atividade desenvolvida no Ártico. A este propósito, em Janeiro de 2021, os gigantes energéticos russos como a Rosneft, Lukoil e a Gazprom pressionaram o governo para alterar a lei ambiental aprovada em 2020 que exige às empresas dedicadas à exploração de hidrocarbonetos um relatório periódico com a discriminação das emissões de gases com efeito de estufa libertadas (Reuters, 2021b). Os argumentos usados pelas empresas defendiam essencialmente que uma alteração à lei de 2020 iria simplificar o processo de extração de petróleo e gás natural no Ártico e que os constrangimentos verificados para o seu cumprimento estão a comprometer o próprio desenvolvimento da NSR (Sukhankin, 2021). Ainda que a proteção ambiental esteja presente na estratégia de 2020, Moscovo usa a preocupação ambiental como uma forma de se projetar como um ator responsável. A retórica política não se reflete numa atitude proativa no combate ao aquecimento global nem à degradação ambiental. Por outro lado, a produção de combustíveis fósseis é estimulada com benefícios fiscais e outros incentivos. Em 2021, o Estado russo aprovou retificações à lei fiscal de forma a beneficiar novos investidores a investir em projetos no Ártico Russo. A proposta prevê também uma facilitação da entrada de novos investidores através da atribuição do estatuto de residência a investidores particulares que estejam dispostos a injetar, pelo menos, 150 000€ (Devyatkin, 2020).

Capítulo IV - Militarização do Ártico e Desafios Futuros

O fim da Guerra Fria e o subsequente discurso de Gorbachev em Murmansk em 1987 determinaram o fim dos confrontos, tensões e ameaças nucleares na zona do Ártico e deram início a um período de “Paz Fria”. Este período iniciou a tese do *exceccionalismo ártico* para manter a paz e criar um ambiente de cooperação e paz. As preocupações securitárias dos Estados passaram a ser a segurança socioeconómica ou a segurança ambiental (*soft security*) ao invés das de índole militar, associadas a uma doutrina de *hard security*. Até 2007, o Ártico que anteriormente era das zonas mais militarizadas e nuclearizadas do mundo provou o seu exceccionalismo no sentido em que era uma região aparentemente imune às tensões verificadas entre os Estados. O *exceccionalismo ártico* defende que mesmo Estados Árticos que possam ter divergências entre si a respeito de matérias políticas, económicas, ambientais, militares ou outras, essas tensões não se repercutem no campo geopolítico do Ártico. Um exemplo deste *exceccionalismo* é ilustrado pelas tensões e divergências existentes entre a Federação Russa e o Ocidente (grupo em que se incluem na realidade os restantes sete Estados Árticos), não tinham expressão no Ártico devido a um esforço coletivo dos Estados em preservar a paz e a estabilidade na região, procurando sempre a via do diálogo e da cooperação internacional. Ainda que seja impressionante que o *exceccionalismo* do Ártico tenha sido preservado desde a década de 1990, esta condição de exceccionalidade tem sido recentemente desafiada por um contexto geopolítico mais reativo, mais exigente e por uma intensificação da competição estratégica entre grandes potências. Hoje constata-se que o Ártico não existe em isolamento do resto do sistema internacional ou completamente imune às pressões e tensões que têm marcado a relação da Rússia com o Ocidente.

Neste enquadramento político observa-se também a mudança gradual no posicionamento russo, verificada desde 2007 na região. Em Agosto de 2007, a Rússia autorizou a retoma de patrulhas aéreas no Ártico Russo e em parte do Ártico europeu. Esta decisão ocorre após a conferência de Segurança de Munique, em Fevereiro do mesmo ano, na qual Vladimir Putin proferiu um discurso assente na hostilidade que a NATO representa para a Rússia e os receios de uma expansão da Aliança para Este. O discurso primou pela afirmação da Rússia como grande potência regional (Putin, 2007). O ano de 2007 foi também o ano da polémica expedição Arktika, analisada com maior detalhe no capítulo anterior. As políticas russas para o Ártico têm assumido um carácter cada vez mais assertivo e, em alguns aspetos, a par com uma tendência revisionista. Esta transformação, ainda que discreta e gradual da política externa russa no Ártico, tem sido acompanhada por um investimento na reativação, modernização e sofisticação das capacidades militares do Ártico Russo. Esta recente abordagem russa tem um impacto direto na perceção securitária dos restantes Estados Árticos, antevendo-se uma reação que esteja alinhada com a garantia da segurança do seu território, caso interpretem os meios empreendidos pela Rússia, de facto, com carácter ofensivo. O reforço militar do Ártico continua a ser uma prioridade para a

Federação Russa mesmo com a “operação militar” na Ucrânia em decurso. Imagens capturadas por satélite revelam o nível de expansão e desenvolvimento da presença militar russa na região. Para o secretário-geral da NATO, Jens Stoltenberg, é incontestável “uma significativa militarização russa no Ártico”, que juntamente com tensões recentes obrigam a Aliança a aumentar a sua presença” na região como resposta (Walsh & Dean, 2022b).

A estratégia russa mais recente para o Ártico publicada em 2020, com um âmbito temporal até 2035, compreende uma dimensão securitária que é justificada, por um lado pela vulnerabilização do território e por outro pelas intenções maliciosas de outros Estados Ocidentais. No ponto 8º, o documento discrimina que as preocupações securitárias russas no Ártico passam por: “tentativas, por parte de um número de Estados, de revisão das provisões básicas acordadas em alguns tratados internacionais a respeito do controlo da atividade económica e outras atividades em decurso no Ártico”; “a incerteza na delimitação das áreas marinhas do Ártico”; “ações de Estados e organizações internacionais em condicionar a legitimação da atividade económica russa e outras atividades desenvolvidas pela Federação Russa no Ártico”; “pelo aumento da militarização por parte de outros Estados e o aumento da predisposição à ocorrência de um conflito na região” e “uma desacreditação das atividades russas no Ártico”. No ponto 19º, é feito um levantamento dos objetivos primários para a presença de meios militares no Ártico Russo. Assim, o Kremlin aposta na militarização do Ártico para “a implementação de um conjunto de medidas com vista à prevenção do uso de força militar externa contra a Federação Russa e a proteção da sua soberania e integridade territorial”; “o aumento das capacidades de combate das Forças Armadas da Federação Russa alocadas ao Ártico assim como o de outras unidades militares da zona do Ártico Russo, e o aumento da prontidão de combate e das capacidades defensivas a um nível que garanta a segurança da nação, no caso de serem necessárias medidas contra-ofensivas em resposta a qualquer agressão direcionada à Federação Russa”; “o desenvolvimento do sistema de controlo integrado por meio de atividades aéreas, terrestres e subaquáticas na zona do Ártico Russo” e, finalmente, pela “construção e modernização de infraestruturas militares que permitam a operacionalidade de forças militares da Força Armada russa e outras unidades militares” (Putin, 2020).

Uma análise à filosofia militar contemporânea russa mostra um vínculo profundo entre os interesses geoeconómicos russos e a sua estratégia militar (M. B. Petersen & Pincus, 2021). Os interesses militares russos no Ártico são ostensivamente defensivos, designados para a proteção dos investimentos económicos e securitários empreendidos na região. A necessidade de recorrer a meios militares para reforçar a capacidade de defesa no Ártico advém da crença histórica que os EUA e a NATO são uma ameaça real aos interesses e segurança nacional da Federação Russa. Dmitri Medvedev confirmou esta abordagem em 2020 no discurso de antecipação da presidência do Conselho do Ártico que a Rússia iria representar de 2021 a 2023 (Staalesen, 2020). Quer seja em discursos de representantes do Kremlin, quer seja em documentos oficiais, a narrativa mais utilizada é aquela que, recorrentemente, acusa o Ocidente e os representantes de alguns Estados do incumprimento de promessas importantes feitas à Rússia, nomeadamente no contexto da expansão da NATO para Este (Medvedev, 2010). Mais recentemente, a estratégia para a segurança

nacional russa identifica os EUA e a NATO como a maior ameaça ao Estado russo (Putin, 2021). A estratégia militar russa é o produto de uma profunda insegurança geopolítica que marca a escola realista das Relações Internacionais. A fonte desta insegurança e hostilidade que caracteriza a interação da Rússia com a NATO e alguns Estados em particular no Ártico, advém de três fatores: o próprio contexto geográfico da Rússia que levanta alguns desafios para a defesa territorial, a sua proximidade geográfica a grandes potências rivais (particularmente os EUA) e as próprias tendências expansionistas russas que, contrariamente ao esperado, tendem a enfraquecer a segurança nacional (Graham, 2016). Ocasionalmente, esta insegurança geopolítica é revelada através de discursos políticos de cariz mais obscuro e provocativo como foi o caso do discurso de Vladimir Putin a 20 de Maio de 2021 no qual ameaçou “partir os dentes a qualquer um que tente apoderar-se do território russo” (Diário de Notícias, 2021). No mesmo discurso, Putin mencionou que existe um esforço coletivo constante para impedir o desenvolvimento russo, condição que pode ser interpretada de uma forma geral, mas também facilmente aplicável ao contexto geopolítico do Ártico, lembrado que esta é uma região-chave, não só para a prosperidade económica como para a própria sobrevivência da economia russa que confia plenamente na exportação de hidrocarbonetos e outras matérias-primas para a economia nacional. Por fim, no mesmo discurso, o presidente russo congratulou o desenvolvimento tecnológico que permitiu a construção dos mísseis supersónicos *Avangard* que possuem a capacidade de ultrapassarem qualquer sistema anti-missil conhecido até ao momento.

Para os estrategistas russos, a militarização russa no Ártico encaixa três grandes objetivos. O primeiro é a recuperação da presença militar no Ártico. O fim da Guerra Fria levou a uma desmilitarização e desnuclearização parcial do Ártico, mas a partir de 2008 foi feito o compromisso de restaurar a presença militar perdida no fim do século XX. Em 2008 foram investidos 53 biliões de euros e em 2015 este valor superou os 82 biliões (Renz, 2018, p. 62). Tendo em conta a recente imprevisibilidade verificada no Ártico e a persistente desconfiança das intenções e movimentos do Ocidente, é espetável que a Federação Russa mantenha esta tendência de crescimento no investimento alocado na defesa da zona russa do Ártico através da instalação ou reabilitação de meios militares. Um segundo objetivo com o movimento de forças militares para o Ártico é a necessidade de substituição e modernização dos meios previamente localizados na área. Ainda assim, é importante realçar que o nível de robustez e desenvolvimento da militarização soviética durante a Guerra Fria é significativamente superior à militarização russa que neste momento está a ser desenhada no Ártico. Assim, ainda é incerto se a verdadeira razão para a presença militar no Ártico responde a um carácter defensivo ou ofensivo. Finalmente, o terceiro objetivo passa por usar a presença militar para a construção de uma defesa ativa que suporte as atividades económicas russas desenvolvidas no Ártico. A relevância da região para a economia e segurança nacional prova-se quando se verifica a necessidade de incluir capacidade militar defensiva para defender os empreendimentos económicos desenvolvidos no Ártico. O risco de apostar a estabilidade económica, social e política na capacidade de extração e exportação de hidrocarbonetos e outras matérias-primas, assim como no desenvolvimento da NSR, traz uma pressão adicional para a necessidade de proteger a todo o custo estas fontes económicas vitais

para a Federação Russa, observando-se uma crescente militarização da região, como ilustra o **ANEXO VIII**

Neste aspeto, não só o conhecimento que se tem do Ártico hoje é mais vasto, como o próprio desenvolvimento económico da região e o carácter ambicioso do projeto que envolve a NSR, é superior a qualquer sistema verificado na era soviética. Adicionalmente à necessidade constatada de proteger os ativos económicos russos do Ártico em prol da própria segurança nacional, o Kremlin tem mais uma preocupação securitária no Ártico. É no Ártico, mais precisamente no distrito militar da Northern Fleet situado na Península de Kola, que estão localizados dois terços da capacidade nuclear marítima, sendo que o restante está sob a responsabilidade da Pacific Fleet, sediada em Vilyuchinsk na Península de Kamchatka (M. B. Petersen & Pincus, 2021). Este dado é particularmente interessante porque a necessidade de proteger os ativos nucleares advém destes poderem ser usados como meio de retaliação e, por isso, serem meios de dissuasão nuclear extremamente eficazes. O armamento nuclear russo no Ártico beneficia do facto de estar localizado num local extremamente privilegiado, do ponto de vista da prontidão, precisão e eficácia. A este respeito ver o **ANEXO IX**, sobre o Bastião de Defesa russo.

4.1. A Northern Fleet: uma prioridade para a defesa e dissuasão nuclear da Federação Russa no Ártico

A Northern Fleet é, presentemente, o ativo estratégico defensivo mais importante para a Federação Russa, não só no contexto geopolítico do Ártico como para a própria nação. No ambiente ártico, a Northern Fleet adquire dois grandes propósitos: a capacidade de dissuasão nuclear e a capacidade de defesa da área da NSR assim como das infraestruturas de apoio às atividades económicas desenvolvidas na região. A principal base que acolhe a Northern Fleet é a que se situa na cidade de Severomorsk, próxima de Murmansk, mas na verdade há várias bases militares preparadas para receber a Northern Fleet no Ártico. A Federação Russa tem investido na reabilitação e reativação de bases militares deixadas pela União Soviética e também na construção de novas instalações militares para propósitos de defesa e suporte da Northern Fleet. Estas instalações variam no tamanho e na capacidade individual, mas de uma forma geral, o esforço para a reabilitação militar no Ártico Russo tem sido impressionante. Sucintamente é conhecida a existência de 3 bases militares centrais (*Arctic Shamrock* em Franz Josef Land, *Northern Clover* na Ilha da Nova Sibéria e a base *Rogachevo* em Novaya Zemlya), pelo menos 13 pistas aéreas, 10 estações de radar, 20 postos militares de menor dimensão e 10 estações de emergência para operações de busca e salvamento. Para além destas unidades, é importante considerar unidades militares que, embora não estejam localizadas em permanência no Ártico, estão treinadas e respondem diretamente às necessidades securitárias desta região, como a 76^a Divisão da Guarda Aérea para Assalto e a 98^a Divisão da Guarda Aérea, designadas para proteção da Península de Kola (Wall & Wegge, 2023). Pode observar-se a distribuição das capacidades militares russas no Ártico no **ANEXO VIII**

Capacidades Nucleares

Ao nível do equipamento nuclear, a Northern Fleet está equipada com mísseis balísticos, cujo lançamento é feito por submarinos (SLBM). Oito submarinos da classe Delta-IV, capazes de transportar individualmente 16 mísseis SS-N-23 Sineva ou 16 mísseis SS-N-15 Starfish fazem parte desta frota marítima, estão a ser gradualmente complementados com submarinos da classe Borei (H. M. Kristensen & Korda, 2020). Os últimos transportam 16 mísseis SS-N-32 Bulava. No seio da comunidade internacional existe a crença que a Northern Fleet tem adicionalmente outros 16 submarinos prontos para combate, incluindo 6 alimentados por energia nuclear das classes Akula, Victor III e Sierra III; 5 submarinos de mísseis cruzeiro da classe Severodvinsk e Oscar I e II; e 5 submarinos Kilo, os últimos movidos a diesel. Os submarinos da classe Akula mais recentes presumivelmente transportam mísseis cruzeiro da variante Kalibr (Kausha et al., 2022, p. 52). Os mísseis Kalibr são especialmente notáveis pela sua precisão em lançamentos de longas distâncias. Este tipo de míssil dá à marinha russa a capacidade de lançar um destes mísseis a uma distância compreendida entre 1 500 e 2 500 km, a partir de uma plataforma submarina, dificilmente detetada. Já os submarinos Severodvinsk transportam duas variantes dos misseis Kalibr (SS-N-30 para ataques cujo alvo esteja em terra e SS-N-27 para ataques a navios). Estes submarinos têm ainda a capacidade de transportar misseis cruzeiro da variante SS-N-26 Strobile. O submarino de classe Oscar II está armado com os mísseis SS-N-19 Shipwreck e SS-N-16 Stallion que, como o próprio nome indica, foram criados especificamente para o combate naval. Por fim, os submarinos Victor III e Sierra II transportam mísseis cruzeiro da variante SS-N-21 (International Institute for Strategic Studies, 2020, p. 197). Adicionalmente, é importante constatar que a mobilidade dos meios é cada vez mais um critério no planeamento militar russo e, neste sentido, pode existir a possibilidade da Northern Fleet ter acesso a submarinos e outros meios auxiliares.

No dia 26 de Março de 2021, imagens de três submarinos russos a emergir em simultâneo através de uma camada de gelo com uma espessura superior a 1.5 metros que cobria a superfície foram transmitidas pela televisão russa (Reuters, 2021a). Este gesto pode ser interpretado como uma demonstração de poder e prontidão de meios no Ártico, provando o seu verdadeiro valor estratégico na manutenção da capacidade de retaliação nuclear russa. A dimensão nuclear russa no Ártico ganhou uma nova proporção quando a imprensa internacional começou a especular que a “arma apocalíptica” de Vladimir Putin estava instalada na Península de Kola. Trata-se do torpedo nuclear autónomo *Poseidon*. A existência deste torpedo foi confirmada pelo próprio presidente em Março de 2018. Em Fevereiro do mesmo ano, estações de controlo de radioatividade atmosférica na Noruega e na Finlândia detetaram concentrações de isótopos radioativos superiores aos valores normais. Ainda que não apresentasse risco para a saúde humana, a matéria radioativa chegou a algumas regiões francesas e espanholas. O discurso de Putin no mês que se seguiu permitiu concluir que a concentração dos isótopos radioativos na atmosfera provinha provavelmente de testes nucleares conduzidos na região ártica que provocaram a libertação daqueles isótopos. O torpedo *Poseidon* é o maior torpedo conhecido com cerca de 24 metros de comprimento, equipado com uma ogiva nuclear de 100 megatons. Recordando que a maior bomba nuclear testada no ártico foi a *Tsar Bomba* em Novaya Zemlya

em 1961 e que, a uma capacidade de teste de 58 megatons ²¹, já era vezes mais devastadora que as bombas nucleares lançadas sobre Hiroxima e Nagasaki. O único submarino conhecido capaz de transportar o *Poseidon* é o *Belgorod*, capaz de carregar até 6 mísseis *Poseidon*. Devido ao elevado valor estratégico, não é surpresa que a Rússia, tendo o *know-how*, planeie a construção de mais unidades desta categoria de mísseis (Faulconbridge, 2023). Para o Instituto Naval norte-americano (U.S. Naval Institute), um risco adicional a este tipo de míssil é a capacidade de este ser um dispositivo completamente autónomo (Siu, 2022). Ao ser detonado, estima-se que o impacto e a área de libertação de material radioativo atinjam um raio de milhares de quilómetros e torne a área da explosão e áreas circundantes inabitáveis por décadas devido à elevada contaminação radioativa.

Capacidades Navais

A Northern Fleet é complementada por uma força de combate naval de superfície de 37 navios incluindo o único porta-aviões russo, o *Admiral Kuznetsov*. Neste momento o *Admiral Kuznetsov* está atracado em Severodvinsk para reparações, não sendo previsível que retome atividade antes de 2024 (International Institute for Strategic Studies, 2020). O navio-almirante da Northern Fleet é o navio Pyotr Velikiy, armado com mísseis da classe Kirov e movido a energia nuclear (Boulègue, 2019). Um segundo navio especificado para transportar mísseis Kirov está em construção com data prevista para entrar ao serviço da Northern Fleet em 2023²². Duas fragatas da classe Gorshov, que carregam ambas as variantes dos mísseis Kalibr, assim como mísseis Oniks estão também como reforço naval de superfície. Dois navios Udaloy com tecnologia anti-submarino e um *destroyer* equipado com mísseis SS-N-22 Sunburn destinados ao ataque a submarinos fazem também parte da Northern Fleet. Devido às temperaturas que se verificam na região, a Northern Fleet dispõe de dois quebra-gelo militares, sendo que os 46 destinados a propósitos civis estão também ao seu dispor se a necessidade assim o justificar (Wall & Wegge, 2023).

Capacidades Terrestres

As capacidades terrestres russas no Ártico são das dimensões mais deficitárias no seu quadro defensivo militar. A falta de diversificação de meios militares terrestres deve-se não só ao facto de as necessidades securitárias russas no Ártico recaírem para a defesa de ativos estratégicos que se encontram *offshore*, como as próprias exigirem um grau de defesa que mais facilmente se alcança com outros meio estratégicos. Um conflito no Ártico, como antecipado durante a Guerra Fria, seria um com características únicas e possivelmente com recurso a ataques de longa distância, pelo que o investimento em capacidades terrestres é inferior quando comparado com

²¹ Sendo a sua capacidade total de 100 megatons.

²² Ainda que, atendendo ao investimento necessário para manter a ofensiva militar na Ucrânia, este prazo possa não ser cumprido.

outras dimensões. Ainda assim, estão alocadas ao Ártico três brigadas, que cumulativamente contam com 50 tanques e 450 veículos blindados para transporte de militares. Para além destes veículos, acredita-se que possam existir mais unidades com propósitos diversificados e um volume de artilharia considerável, mas a exatidão da sua dimensão é incerta (Kausha et al., 2022). Neste momento, principais unidades terrestres que operam no território ártico são a 200^a e 80^a Brigada.

Capacidades Aéreas

As capacidades militares aéreas russas no Ártico passam essencialmente por quatro grandes bases aéreas. Duas estão em Severomorsk: o 279^o Regimento com, aproximadamente, 24 caças Su-33 e o 100^o Regimento com 24 caças MiG-29K. A terceira base situa-se em Monchegorsk e recebe o 98^o Regimento Misto com 12 caças MiG-31BM, 12 Su-24M e um número indeterminado de caças do modelo Su-24MR para reconhecimento e patrulha. Por fim, em Severomorsk existe o regimento dedicado a dispositivos aéreos não tripulados e aeronaves destinadas à patrulha marítima que envolvem as do modelo Il-38N e Tu-42 (Kausha et al., 2022). Tal como acontece com outras dimensões militares, devido à capacidade móbil dos meios militares em análise, verifica-se a presença de bombardeiros do modelo Tu-95 e Tu-160 em atividade no Ártico Russo ainda que estas aeronaves não estejam oficialmente alocadas à região (Kjellén, 2022).

Capacidades Balísticas

Em adição a um sistema de defesa aéreo, as três bases militares russas no Ártico supramencionadas estão equipadas com mísseis de longo alcance e elevada precisão como os S-300 e S-400, mísseis de médio alcance como os P-800 Oniks, os de curto alcance Pantsir e Tor M2DT e os mísseis de defesa costeira K-300P Bastion-P e os 4K51 Rubezh. Todos estão destinados a abater qualquer aeronave identificada como hostil, que se aproxime o suficiente para a ativação destes sistemas. Todas as bases têm acesso a todos os mísseis acima mencionados. O sistema S-300 foi recentemente usado no conflito na Ucrânia, e desta forma assume-se que existiu, mesmo que pequena, uma mobilização de meios militares árticos para o teatro de operações na Ucrânia (Newdick, 2022). Este não foi o único equipamento militar russo, tipicamente observado no contexto ártico, encontrado pelo exército ucraniano aquando recuo das tropas russas no terreno ²³. A Northern Fleet em tempo de paz recebe até 20% da capacidade militar de lançamento de

²³ A este respeito, as capacidades terrestres foram as mais mobilizadas e a 200^a Brigada a mais afetada. Num comunicado, um conselheiro do presidente ucraniano Volodymyr Zelenskyy anunciou a morte de 645 soldados dos 648 que acompanhavam a 200^a Brigada. Para além das perdas humanas, 18 tanques do tipo T-80BVM (um modelo que normalmente é usado pela Brigada em questão) foram destruídos (Wall & Wegge, 2023).

precisão, para além de possuir as plataformas de lançamento dos mísseis balísticos hipersônicos Kinzhal. Os mísseis Kinzhal têm estado na posse de bombardeiros e de MiG-31. Os mísseis hipersônicos Tsirkon também foram testados em submarinos. Tanto submarinos da classe Oscar II e Severodvinsk são capazes de transportar e lançar mísseis hipersônicos Tsirkon, assim como mísseis supersônicos P-800 Oniks, fazendo destes um instrumento extremamente letal, principalmente se considerarmos longas distâncias (Kausha et al., 2022, p. 44). Relativamente à base para abastecimento de munições destinadas a operações que envolvem o lançamento de mísseis balísticos através de submarinos, estima-se que possa estar na bacia de Okolnaya, na Península de Kola (T. Nilsen, 2021a).

Sistemas de Radar e Vigilância

A Northern Fleet dispõe também de um sistema de radares Rezonans-N nas bases de Novaya Zemlya, Shoina na Península de Kanin Nos e Indiga (TASS, 2021). Este sistema permite detetar mísseis hipersônicos, tal como a presença de aeronaves que adoptem uma trajetória suspeita no espaço aéreo russo coberto pelo radar em questão. Os radares Rezonans-N permitem a identificação de um objeto que viaje a uma velocidade de 20 900 km/h. Este sistema oferece a posição exata de um objeto a uma distância de cerca de 600 km (ou 1 200 km no caso de ser um objeto balístico) e a uma altura até 100 km (Ong, 2021). Não é claro se o próprio sistema é capaz de providenciar a localização dentro do intervalo de tempo desejado para uma interceção bem-sucedida. Paralelamente, é encontrada uma estação de sistema de radar de vigilância aérea em Graham Bell Island, situada no arquipélago de Franz Josef. Este sistema de radar (Sopka-2) está presente na base aérea de Temp, Nagurskoye e Rogachevo. Por fim, a Rússia também tem desenvolvido capacidades estratégicas relacionadas com a inteligência espacial. Nesta categoria podem incluir-se os satélites Meridian-M para efeitos de comunicação e Arktika-M para a previsão meteorológica, ambos de apoio à navegação marítima (Kjellén, 2022). A Federação Russa tem a intenção de construir e lançar mais três satélites Arktika-M a partir de 2025, sendo incerto se este objetivo se mantém devido à realocação de fundos financeiros para reforçar a operação militar em decurso na Ucrânia.

Equipamento eletrónico e eletromagnético

Por fim, é relevante mencionar a presença de sistemas eletrónicos e eletromagnéticos para efeitos defensivos. Estes sistemas estão maioritariamente presentes em Severomorsk, Kamchatka e Primorsky Krai (Kausha et al., 2022). O principal propósito para o desenvolvimento deste sistema é a sua capacidade de interferência com os sistemas de comunicação submarina ocidentais. A utilização destes sistemas está prevista pela doutrina militar russa (Christianson, 2022) e pode ser usada contra sistemas de comunicação, radares ou cadeias de transmissão de dados e, neste sentido, ser uma tremenda vantagem estratégica em cenário de conflito na região. Atendendo à operação militar russa na Ucrânia e da decorrente resposta dos Estados ocidentais,

profundamente reveladora da condenação moral da invasão não provocada da Federação Russa do território ucraniano, é previsível que o ritmo de desenvolvimento tecnológico e militar possa estagnar. Não só há uma maior concentração do investimento militar para a operação militar na Ucrânia (em detrimento de uma aceleração no desenvolvimento militar no Ártico), como a Rússia estava dependente de alguns fornecedores ocidentais para a aquisição de material, componentes, dispositivos tecnológicos e *know-how*. Internacionalmente existe o consenso que o departamento de defesa russo conseguirá continuar a produzir armamento, mas com um nível de sofisticação e rigor inferior (Wall & Wegge, 2023). O desenvolvimento tecnológico pode vir a ser o mais afetado, condição que pode revelar o nível de dependência tecnológica e o facto de que, ainda que a Rússia possa ter os meios, o *know-how* da produção deste tipo de tecnologia está no Ocidente.

4.2. Ameaças Híbridas russas no Ártico

A utilização de instrumentos de guerra híbridos pela Federação Russa é uma estratégia cada vez mais usada pelo Kremlin e já identificada pela NATO. Este tipo de estratégia tem sido observado no conflito russo-ucraniano, assim como começa a ser tenuemente identificado na abordagem chinesa relativamente a Taiwan e ao Mar do Sul da China (Ball, 2023). O conceito não reúne consenso na academia, mas está normalmente associado a um tipo de comportamento dos Estados para exercer domínio através de atividades hostis que se encontram numa zona cinzenta entre a guerra e a paz. A ameaça híbrida não encaixa na dicotomia tradicional entre guerra e paz e, por essa razão é tão difícil de definir. Não obstante, podem ser encontradas estratégias e comportamentos russos que respondem a esta zona cinzenta de eventos ou ameaças. Não só a sua classificação é complexa como a resposta dos Aliados tem de ser extremamente bem calculada para que a última não seja o gatilho para uma real escalada de tensões políticas e militares que podem conduzir a um real cenário de conflito. A regularidade com que estes instrumentos são utilizados pela Federação Russa é um elemento-chave para o aumento das suas capacidades militares e o crescente antagonismo com o Ocidente, nomeadamente com os EUA (Chivvis, 2017). Os instrumentos híbridos têm duas características distintivas. A primeira é a tenuidade da linha que separa o cenário de guerra e o cenário de paz, no sentido em que é extremamente complexo o discernimento de quando um determinado instrumento híbrido é realmente um instrumento ofensivo. A segunda característica deste tipo de instrumentos é a sua ambiguidade. O caráter vago e obscuro associado a este tipo de ameaças passa não só pelos meios utilizados, como pelos atores responsáveis pelos mesmos, complicando a respetiva atribuição e responsabilização (Bilal, 2021). Estratégias como (1) a manipulação dos serviços de informação²⁴; (2) ataques informáticos a sistemas de segurança ocidentais para recolha de informação confidencial e o uso das mesmas para controlo de eventos políticos como eleições, referendos e outros; (3) o envolvimento com organizações russas ultra-nacionalistas, com uma campanha em torno da oposição aos valores e

²⁴ Entre os canais de propaganda russa como o Russia Today e a Sputnik News, o suborno de algumas organizações de *think-tanks* europeias para promoção da narrativa russa e a criação e divulgação de fake-news que apelam a uma vitimização russa e uma condenação das ações do Ocidente.

doutrina ocidental, (4) o uso da sua vantagem económica para chantagear Estados cuja a economia depende do fornecimento de determinados recursos naturais (evidente nas ameaças recentes de corte de gás natural, suspensão das exportações de petróleo para os Estados que ajudassem militarmente a Ucrânia, ou a suspensão do acordo de exportação de cereais pelo Mar Negro) (5) medidas clandestinas, nomeadamente atividades de espionagem e (6) a influência nos resultados eleitorais em determinados Estados, em prol dos interesses russos (Chivvis, 2017).

Sem exceção, no Ártico também já foram identificados episódios em que a utilização de estratégias híbridas russas vulnerabilizaram a segurança dos Estados vizinhos e colocaram uma pressão adicional nas relações diplomáticas dos últimos com a Federação Russa. No Ártico, dentro da área que recai sob a responsabilidade da Aliança Atlântica, a Noruega, atendendo à sua localização geográfica e ao facto de ser o Estado Ártico Costeiro que partilha o mar de Barents com a Rússia, é o Estado que tem registado recentemente mais episódios que envolvem a utilização de instrumentos de ameaça híbridos. Durante o mês de Setembro e o mês de Outubro de 2022, os serviços de segurança noruegueses identificaram vários *drones* russos que sobrevoavam território norueguês e que se aproximaram de infraestruturas de comunicação, aeroportos e infraestruturas militares (Euronews, 2022^a). As autoridades norueguesas também reportaram que foram observados drones próximos de infraestruturas de extração de petróleo e gás natural, nomeadamente estações responsáveis pelo processamento e exportação de hidrocarbonetos. O primeiro-ministro norueguês, Jonas Gahr Støre, associou o voo dos drones russos diretamente ao uso de instrumentos de guerra híbridos, afirmando que ia seguir com atenção qualquer desenvolvimento que surgisse (Euronews, 2022b). O voo destes dispositivos chegou também ao arquipélago de Svalbard onde foram tiradas várias fotografias aéreas, assim como de outros territórios do Ártico Norueguês. Foram detidas várias pessoas que possuíam ilegalmente este material fotográfico confidencial, entre as quais o filho de um conselheiro próximo de Vladimir Putin (Rauhala, 2022). Um segundo episódio registado também na Noruega e sensivelmente na mesma altura foi a detenção de um investigador da Universidade de Tromsø que, assumindo a identidade de um investigador brasileiro, conduzia na realidade atividades de espionagem para os serviços secretos russos (Rauhala & Bennett, 2022). Este não foi um episódio de espionagem isolado. Em 2019 uma delegação representante da igreja ortodoxa, proveniente de Severomorsk, visitou a cidade norueguesa de Kirkenes onde, a um determinado momento da visita foi demonstrado um interesse particular no estudo do sistema de abastecimento de água na cidade de Kirkenes. A visita foi discretamente cancelada pelo presidente da câmara, aconselhado pelo Diretor dos Serviços Policiais de Finnmark (T. Nilsen, 2022d). Finnmark tem sido também a zona norueguesa mais afetada pela interferência exterior no sistema de GPS, interferência que afeta diretamente várias atividades militares, mas principalmente atividades civis como a aviação comercial que fica desta forma profundamente condicionada. As autoridades de aviação norueguesas relataram que estas interferências têm sido mais frequentes e estão ligadas a atividades de carácter dúbio da Federação Russa (T. Nilsen, 2022b). O receio do governo norueguês na ocorrência de um ato de sabotagem aos pipelines que transportam gás natural para a Europa é acompanhado por medidas de segurança reforçadas que envolvem o destacamento de

forças miliares (Buli, 2022). Ainda que atividade suspeita russa tenha sido reportada durante anos, a recente sabotagem dos pipelines russos Nord Strem 1 e 2 no Mar Báltico incrementou a preocupação securitária em torno de zonas marítimas de valor estratégico acrescentado para a Noruega no Ártico. A passagem repetitiva de embarcações pesqueiras russas por zonas onde se localizam os cabos de fibra ótica que ligam o território continental da Noruega ao arquipélago de Svalbard, como se pode confirmar pelo **ANEXO X** levam a crer que não é acidental, por outro lado intencional. O arquipélago de Svalbard tem um elevado potencial para o aparecimento de tensões diplomáticas, ainda que o Tratado de Spitsbergen imponha a desmilitarização total do arquipélago por parte de todos os Estados signatários do respetivo tratado.

4.3. Um retorno gradual da NATO e dos EUA ao Ártico?

As palavras de Winston Churchill, “a Rússia nunca é tão forte como parece, mas também nunca é tão fraca como parece” (Churchill, 1939), continuam a ecoar quando analisamos a postura russa no sistema internacional e, em particular, no ambiente geopolítico do Ártico. A reação da Aliança Atlântica ao reaparecimento da pertinência geopolítica do Ártico foi tardia²⁵. Durante este período, existiu uma promoção das relações de cooperação no Ártico entre a NATO e a Federação Russa, com o objetivo comum de manter o Ártico uma região onde prevalece a paz, a estabilidade e a cooperação. Alguns exemplos de medidas que contribuíram para a estabilidade e previsibilidade das relações entre a NATO e a Federação Russa foram o esforço diplomático para a institucionalização de organizações governamentais no Ártico ou a assinatura acordos como a Declaração de Ilulissat, assinado na Gronelândia, durante a Convenção sobre o Oceano Ártico em 2008. Esta declaração vincula os cinco Estados Costeiros do Ártico (Canadá, Dinamarca, EUA, Noruega e Rússia) ao compromisso pelo respeito da soberania dos Estados sobre o seu território e respetivas ZEE, assim como o reforço do compromisso previamente assumido em resolver qualquer disputa territorial sob a jurisdição assente na Convenção da Nações Unidas sobre o Lei do Mar (UNCLOS) (“The Ilulissat Declaration,” 2008).

A cooperação internacional no Ártico assentou, essencialmente, em operações de busca e salvamento, resposta coletiva para um cenário de derrame de petróleo, ajuda na gestão e eliminação de resíduos nucleares (maioritariamente soviéticos, deixados na região após o fim da Guerra Fria) e operações de patrulha aérea (Nordenman, 2019). Em 2007, altura em que pode ser identificada uma mudança na abordagem do Kremlin relativamente ao Ártico, a NATO continuava aparentemente indiferente, mesmo quando esta mudança de posicionamento da Rússia incluía uma dimensão militar (Foxall, 2017). Esta aparente indiferença pode estar também relacionada com questões internas à Aliança, em se colocava em causa a relevância da região no âmbito securitário da Aliança. Um dos Estados que publicamente se opôs a uma eventual

²⁵ Após o ataque terrorista às Torres Gémeas em Nova York a 11 de Setembro de 2001, a atenção dos EUA e da Aliança Atlântica direcionaram-se para a Guerra ao Terror, primeiro no Afeganistão e posteriormente no Iraque.

intervenção da Aliança na região do Ártico foi o Canadá, um dos cinco Estados Árticos Costeiros. A razão para a posição canadiana em resistir à elaboração, aprovação e implementação de uma estratégia comum da NATO para o Ártico prende-se com o receio de poder, não só comprometer os progressos feitos ao nível da cooperação e estabilidade política alcançados no Ártico como reverter esses mesmos progressos com a reativação de tensões políticas e o aumento transversal das capacidades militares na região (Depledge, 2021). Uma segunda razão para a resistência do Canadá em aceitar uma presença mais evidente da Aliança Atlântica no Ártico tem sido o receio que a mesma permita a Estados que não são árticos, mas ainda assim membros da NATO, uma participação e um grau de influência nos assuntos políticos da região não desejado pelos atores árticos (Coffey & Kochis, 2021). A ausência da NATO do ambiente geopolítico do Ártico permitiu, por um lado, o avanço de uma série de medidas para a resolução de preocupações comuns e algumas disputas territoriais. Um exemplo mencionado nesta investigação (**ANEXO X**) foi a disputa territorial de 40 anos entre a Federação Russa e a Noruega da zona marítima do Mar de Barents em 2010. Contudo, a ausência da NATO no Ártico criou uma lacuna significativa ao nível do desenvolvimento militar entre a Federação Russa e os restantes Estados Árticos. O receio que a presença da Aliança Atlântica no território ártico criasse uma forte resistência e reavivasse o sentimento de ameaça por parte da Federação Russa (que poderia ser canalizada para uma subsequente resposta militar), a falta de alinhamento e de coesão interna entre os Aliados relativamente à postura concreta a adotar no Ártico (inclusive a questão que se prende com a pertinência, relevância e com o risco associado a uma presença mais assídua da NATO no Ártico, mesmo que esta seja de carácter puramente defensivo ou de dissuasão) e a ausência de uma ameaça real e concreta no Ártico são as principais razões para o adiamento das discussões rumo à aprovação de uma estratégia sólida da Aliança para o Ártico.

A relação da NATO com a Federação Russa no Ártico é baseada essencialmente através de relações bilaterais estabelecidas individualmente com os Estados-Membros da Aliança. Estas relações bilaterais foram sempre tidas como previsíveis, seguras e dualmente vantajosas e, como tal, símbolo do sucesso dos esforços diplomáticos em manter a região excecionalmente estável ao nível político. Esta situação prevaleceu até 2014, quando pela primeira vez desde o fim da Guerra Fria, um conflito externo alterou as relações diplomáticas no Ártico. As relações entre Estados Árticos, membros da Aliança, e a Federação Russa colapsaram primeiro em 2014 e novamente em 2022 devido à ação ofensiva russa em território ucraniano. A crise securitária ucraniana também levantou a questão se não seria tempo de a NATO adotar uma postura mais clara e assertiva no Ártico²⁶ que, aliás, já tinha vindo a ser reclamada pela Noruega²⁷.

²⁶ Esta preocupação estratégica prende-se principalmente com a observação de uma postura mais ambiciosa por parte da Federação Russa e também pela China, a última que ao seu ritmo tem estabelecido uma presença cada vez mais assídua na região e adquirido um interesse especial na atividade governamental que regula algumas das decisões mais importantes para o Ártico. Recentemente, o interesse despertado nos EUA na região pode também ser um catalisador para uma atenção cada vez maior na importância estratégica que a região ártica tem para a NATO.

²⁷ A Noruega é considerada os olhos da NATO no Ártico e tem assumido um papel de liderança dentro da Aliança no que diz respeito à securitização da região e em providenciar uma compreensão das ameaças securitárias, nomeadamente atividades russas que envolvem a mobilização de meios militares, cujo

A construção de um cenário de ameaça militar pode ser equacionado na ótica horizontal se o conflito surgir fora do âmbito regional do Ártico, mas chega à região por via de uma expansão militar, um *spill-over* geopolítico ou pela ativação de capacidades militares já localizadas na região. Paralelamente, podemos assistir a uma construção vertical do conflito militar se o mesmo for o produto de uma escalada militar interna, por exemplo derivada da competição por recursos naturais, do controlo de rotas marítimas ou o agravamento de tensões políticas derivadas de disputas territoriais regionais (Paul & Swistek, 2022a). A título de exemplo, uma ameaça militar vertical pode surgir através do confronto entre Estados relativamente ao acesso a Svalbard. Já um conflito militar na região do Mar Báltico pode alastrar-se com alguma facilidade para o Ártico, tendo em conta a proximidade e os Estados presentes nos dois contextos geopolíticos e, se tal se concretizasse, apresentaria uma ameaça militar horizontal.

Concretamente, a presença da NATO no Ártico passa essencialmente pela execução de exercícios militares conjuntos no terreno, destacando a *Trident Juncture* em 2018 e a *Cold Response* em 2020; a criação de uma nova Joint Force Command dedicada às operações no Atlântico Norte e no Ártico com sede em Norfolk (Virginia) e a utilização do North Atlantic Council para monitorizar a atividade russa no Ártico (Depledge, 2021), como ilustra o **ANEXO XI**. Em Junho de 2019, o secretário-geral da NATO, Jens Stoltenberg, assumiu que o Ártico tem ganho uma importância crescente no âmbito defensivo da Aliança Atlântica. Praticamente um ano depois, Camille Grand, secretário-geral adjunto da NATO, refere o seguinte:

“Because of climate change and because of economic competition in the region, we see more of a great game of power, where the Russians and the Chinese are interested in access to the Arctic, to the sea routes and to the potential natural resources. So that is one

propósito é dúbio quando coloca em causa o carácter “defensivo” das mesmas. Em 2016, a Noruega publicou o seu plano de defesa, referindo-se à Rússia como o maior desafio para a estabilidade da região, graças à expansão e desenvolvimento das capacidades militares, à sua prontidão e à aquisição de uma postura gradualmente mais agressiva e imprevisível da Federação Russa no Ártico. No plano de defesa de 2016, a Noruega não identificava a Rússia como uma ameaça, embora enquanto membro da NATO reconhece que é importante monitorizar a atividade russa no Ártico e que existe um aumento de tensões políticas na região, assim como reforça a necessidade de aumentar a presença da NATO no Ártico (Norwegian Ministry of Defence, 2016). O governo norueguês reconhecia que o Ártico ainda é uma região onde a cooperação internacional prevalece, algo que a versão mais recente do plano, publicada em 2020, já não contempla (Norwegian Ministry of Defence, 2020). No documento mais recente é reforçada a evolução do ambiente geopolítico ártico para um onde é cada vez mais evidente o grau de competição e a crescente tensão política. O documento inclui uma avaliação do exercício militar que a Federação Russa executa anualmente (Ocean Shield) e envolve a participação da Northern Fleet, Baltic Fleet, Pacific Fleet e da Black Fleet. O exercício ambiciona a coordenação e intercalação das unidades acima mencionadas e implicou a mobilização de 70 navios e 58 aviões de várias classes, alguns que se aproximaram da fronteira que delimita as águas territoriais norueguesas. Os exercícios militares da Ocean Shield em 2020, incluíram o lançamento de mísseis, uma simulação de bloqueio do acesso ao Mar Báltico, ao Canal da Mancha e ao Mar do Norte (Sukhankin, 2020). Ainda que este exercício tenha sido mais direcionado para região do Báltico, atendendo que existem quatro Estados Árticos que também têm costa no Mar Báltico, o acompanhamento destes exercícios é fundamental para a estabilidade do Ártico essencialmente por duas razões. A primeira é a análise do comportamento russo no Báltico e perceber em que medida o mesmo pode ser traduzido para a realidade geopolítica do Ártico. A segunda razão prende-se com a constatação que um eventual conflito militar no Ártico não seria, em princípio, derivado de uma escalada militar vertical, mas sim horizontal.

element that we see as the long-term, overarching development, and therefore NATO has been paying more and more attention to what we prefer to call the “High North.” ”
(Sprengrer, 2020)

A primazia pela utilização de “High North” em detrimento da objetividade do termo geográfico “Ártico” pode ser encontrada em quase todos os discursos e documentos oficiais publicados pela Aliança. Este pormenor não deve ser menosprezado. O termo “High North” é uma definição política para as “regiões nórdicas acima do Círculo Polar Ártico”. Já “Ártico” é a definição geográfica da região circumpolar acima da linha geográfica imaginária do Círculo Polar Ártico. A preferência pelo carácter vago do primeiro relativamente à objetividade geográfica do segundo pode indicar uma abordagem ainda conservadora e cautelosa relativamente às intenções estratégicas da NATO para o Ártico (E. Buchanan, 2022). A imprevisibilidade na reação do Kremlin se, ou quando se, observar um retorno da NATO ao Ártico cria uma enorme reticência no seio da Aliança, que se reflete na forma define a região, passando pela ausência de um documento que contenha uma estratégia específica, objetiva e realista para o Ártico ou pela própria hesitação em destacar unidades militares defensivas permanentes que marquem uma presença firme da NATO no Ártico. Enquanto assim for, Moscovo continuará a desenvolver-se militarmente no Ártico e assegurar a sua superioridade militar, política e económica. Na realidade, tanto os Aliados como os seus parceiros, têm sido alvo de instrumentos de guerra híbridos russos e são confrontados com a expansão e com o desenvolvimento militar russo, assim como com a decorrente projeção de poder regional que a Federação Russa exhibe, não produzindo até ao momento qualquer tipo de resposta. O adiamento de uma presença mais assertiva da Aliança Atlântica no Ártico causou um desfazamento significativo no que respeita às capacidades militares *in situ* da NATO relativamente às da Federação Russa. Ou seja, no cenário de eclosão de um conflito militar no Ártico, a Federação Russa goza da vantagem de ter, neste momento, superioridade militar regional e dessa forma ser capaz de responder de forma mais violenta a curto prazo, até que sejam reunidas, destacadas e enviadas as forças militares dos Aliados e que as últimas cheguem ao local de destino.

As preocupações securitárias no Ártico para a NATO não são contempladas no Strategic Concept publicado em 2010 (NATO, 2010). Contudo, são brevemente mencionadas no ponto 8 do Strategic Concept de 2022:

“The Russian Federation is the most significant and direct threat to Allies’ security and to peace and stability in the Euro-Atlantic area. It seeks to establish spheres of influence and direct control through coercion, subversion, aggression and annexation. It uses conventional, cyber and hybrid means against us and our partners. Its coercive military posture, rhetoric and proven willingness to use force to pursue its political goals undermine the rules-based international order. The Russian Federation is modernising its nuclear forces and expanding its novel and disruptive dual-capable delivery systems, while employing coercive nuclear signalling. It aims to destabilise countries to our East and South. In the High North, its capability to disrupt Allied

reinforcements and freedom of navigation across the North Atlantic is a strategic challenge to the Alliance. (...).”

(NATO, 2022a)

No restante documento podem ser encontradas secções, cujas preocupações securitárias mencionadas ou as medidas contempladas podem ser implicitamente equacionadas para a região ártica. Sendo este um documento que contempla a estratégia da Aliança num espectro global, a introdução do Ártico como uma região que já tem a atenção da Aliança é feita de uma forma muito mais subtil do que seria verificado, por exemplo, se fosse criado neste momento, um documento exclusiva e integralmente dedicado à estratégia da NATO para o Ártico. Cabe a Estados como a Noruega, a Dinamarca, a Islândia e agora a Finlândia continuarem a criar uma consciencialização no seio da Aliança da importância da integração do Ártico no âmbito defensivo da NATO e da necessidade de unir os Estados em prol da resiliência regional (E. Buchanan, 2022). Para o sucesso de qualquer abordagem da NATO no Ártico é importante a consideração de três fatores. O primeiro prende-se com o carácter imperativo em qualquer abordagem da NATO de procurar a normalização da presença da Aliança no Ártico. Nenhum dos Estados-Membros da Aliança deve ficar com dúvidas que a transformação do Ártico ao nível ambiental, económico e geopolítico é motivo de preocupação e redirecção de atenção da Aliança para o Ártico. O facto de se ter evitado qualquer intervenção da NATO permitiu que a Federação Russa tivesse a liberdade para uma abordagem mais agressiva, assim como produziu um atraso da capacidade militar NATO na região, que será agora mais difícil de nivelar com aquela que a Federação Russa já possui, graças ao desenvolvimento da mesma durante vários anos. Uma normalização da presença da NATO na região não pode passar por uma profunda reconstrução militar sem que tal não seja percecionado pela Rússia como uma alteração ao *status quo* militar e uma ameaça aos seus interesses e à posição conquistada no sistema geopolítico regional. Uma percepção de ameaça pode começar por reativar o Bastião de Defesa e o seu reposicionamento na GIUK²⁸ de forma a bloquear a passagem de navios da NATO (Olsen, 2022).

O uso da narrativa da ameaça é uma estratégia para justificar determinadas medidas que, de outra forma seriam entendidas como puramente ofensivas, como a intensificação do perímetro de defesa ou o bloqueio da passagem da NATO pela GIUK. A normalização da presença da NATO na região deve ser executada de forma consistente, ou seja, de forma que não seja excecional, mas sim uma norma procedimental da Aliança. Por outro lado, deve existir transparência nas atividades conduzidas pela NATO e a distinção entre operações conduzidas pela Aliança e operações conduzidas individualmente por Estados-Membros (Depledge, 2021). Por exemplo, a utilização do porta-aviões norte-americano, USS Harry S. Truman, pode estar ao serviço de operações ao abrigo da NATO ou servir os interesses dos EUA e esta distinção é relevante. A este respeito ver o **ANEXO XII**, sobre o despertar dos EUA para a realidade securitária do Ártico.

²⁸ Greenland-Iceland-UK Gap

O segundo fator essencial para o sucesso da abordagem da NATO para o Ártico é a gestão da presença da China. Ainda que a presença e o interesse demonstrado pela China sejam motivos para monitorização, é um erro colocar a China no mesmo nível de ameaça para a estabilidade regional do que a Federação Russa. A hipótese do alargamento da cooperação económica para uma eventual aliança militar entre a Rússia e a China, ainda que possível pode ser considerada pouco provável, não só devido aos riscos que tal colocaria à estabilidade política do Ártico (algo que a Federação Russa não deseja), como pela perda de autonomia nas decisões que envolvem a defesa do território russo pelo próprio governo. A entrada e participação da China no regime governamental do Ártico, nomeadamente através de uma melhor integração no Conselho do Ártico, causa alguma resistência à própria Federação Russa que não procura o alargamento das decisões a outros atores que não pertencem geograficamente ao Ártico. Desta forma, o foco da Aliança deve estar concentrado na expansão e no desenvolvimento militar russo (este que pode efetivamente constituir uma ameaça securitária para os Estados-Membros presentes no Ártico e, conseqüentemente para a Aliança no seu todo), nas manobras com recurso a instrumentos de guerra híbridos e na intervenção da Federação Russa em atividades políticas no Ártico e na Europa que podem colocar em causa a união e solidariedade da Aliança. Por fim, o terceiro fator a ter em consideração é a constatação que a utilização recorrente do termo “High North” não deve inibir a Aliança de operar no Ártico. Como visto anteriormente, a preferência por este termo por ser mais vago e, como tal, menos problemático, pode criar a impressão de que a NATO não tem uma visão clara dos seus interesses e atividades na região do Ártico. Para além deste facto, uma definição pouco clara pode levar a constrangimentos na liberdade de manobra estratégica da NATO. Qualquer abordagem da NATO no Ártico deve ser capaz de evoluir e de se adaptar a novos cenários ou a novas ameaças, já que o próprio ambiente físico e geopolítico está envolto na incerteza que se prende com as transformações a que o Ártico é suscetível (Depledge, 2021). Como observado anteriormente, dentro da própria Aliança existem posições divergentes relativamente à entrada e ao papel específico da Aliança no Ártico. O Canadá e os EUA por exemplo apresentam visões totalmente distintas no que toca ao papel da NATO na região, sendo que o primeiro prefere que os assuntos relativos ao Ártico sejam mantidos fora da agenda da Aliança e Washington é a favor de uma agenda formal que incorpore o Ártico dentro da esfera securitária abrangida pela NATO.

4.4 China: Competidor Estratégico da Rússia no Ártico?

A posição russa relativamente à abertura do Ártico a Estados que não detêm oficialmente território na região é previsivelmente mais fechada e relutante, especialmente quando estes Estados são grandes potências mundiais e com um nível de poder e influência considerável. Atendendo a esta relutância, a China adotou uma postura mais discreta, mas, simultaneamente, atenta na procura de oportunidades assentes na vulnerabilidade geoestratégica e geoeconómica russa, de forma a apresentar-se como o melhor parceiro para o financiamento das operações de exploração de recursos naturais e desenvolvimento de infraestruturas de apoio à NSR. A melhor

estratégia para introduzir a China na corrida às oportunidades económico-estratégicas que o Ártico pode oferecer, não sendo a China um Estado Ártico, é em primeiro lugar a sua entrada nas dinâmicas governamentais da região, nomeadamente pelo Conselho Ártico que neste momento é a principal organização intergovernamental do Ártico e a aposta gradual nas relações bilaterais com cada Estado Ártico, demonstrando individualmente a vantagem para cada um da presença chinesa na região e o carácter pacífico da postura de Pequim.

A primeira participação política oficial da China no Ártico foi a assinatura do Tratado de Svalbard a 1 de Julho de 1925, cinco anos após a assinatura do mesmo tratado pelos Estados-signatários originais. Em Svalbard, a China desenvolveu a base científica Yellow River Station em 2004 declarando atividade no arquipélago. A primeira demonstração mais evidente de interesse chinês no Ártico aparece nos esforços de integração da China como membro do Conselho do Ártico enquanto Estado-observador. Em 2007, a China participou em algumas reuniões enquanto observador *had-oc* de forma a familiarizar-se com a estrutura e protocolo desta organização governamental. Em 2008, Pequim expressou a sua vontade clara em integrar o Conselho e ter uma participação mais ativa nas decisões que afetam a dinâmica política, económica e ambiental do Ártico. Em Maio de 2013, foi finalmente concedida a garantia de entrada da China, da Coreia do Sul, Japão, Índia e Singapura no Conselho do Ártico enquanto Estados-observadores, após a satisfação de todos os requisitos impostos pelo Conselho para a sua entrada. Enquanto membros-observadores, estes Estados não possuem o poder de decisão sobre matérias relacionadas com a governança regional, mas são convidados para reuniões ou eventos organizados pelo CA de forma a, como o próprio título indica, observar o trabalho desenvolvido pelo Conselho. Os membros observadores podem oferecer o seu contributo essencialmente ao nível dos Grupos de Trabalho em que estão envolvidos (The Arctic Council, n.d.).

A 26 de Janeiro de 2018, foi publicado no site oficial da República Popular da China um documento oficial intitulado “China's Arctic Policy”. Ainda que, um interesse estratégico da China no Ártico já tinha sido previamente identificado este documento veio confirmar que um Estado que não está presente geograficamente no Ártico desenvolveu interesses e uma política externa específica para a região. A segunda secção deste documento é particularmente interessante. Com o título “*China and the Arctic*”, é através da mesma que a China se tenta colocar em pé de igualdade com outros *stakeholders* e atores relevantes na configuração geopolítica da região:

“China is an important stakeholder in Arctic affairs. Geographically, China is a “Near-Arctic State”, one of the continental States that are closest to the Arctic Circle. The natural conditions of the Arctic and their changes have a direct impact on China’s climate system and ecological environment, and, in turn, on its economic interests in agriculture, forestry, fishery, marine industry and other sectors”

(The State Council Information Office of the People’s Republic of China, 2018).

A ousadia da China ao autointitular-se um “Estado próximo do Ártico” foi interpretada por alguns Estados como um sinal de alerta para o grau de influência crescente que a China começa a exercer no continente ártico. Na mais recente estratégia para o Ártico norte-americana, publicada no

último trimestre de 2022 e com um âmbito temporal de 10 anos (2022-2032), o próprio documento menciona:

“The People’s Republic of China (PRC) seeks to increase its influence in the Arctic through an expanded slate of economic, diplomatic, scientific, and military activities. It has also emphasized its intention to play a larger role in shaping regional governance. Over the last decade, the PRC has doubled its investments, with a focus on critical mineral extraction; expanded its scientific activities; and used these scientific engagements to conduct dual-use research with intelligence or military applications in the Arctic. The PRC has expanded its icebreaker fleet and sent naval vessels into the Arctic for the first time. Other non-Arctic countries have also increased their presence, investments, and activities in the Arctic.”

(US Government, 2022)

A resposta norte-americana ao *white paper* divulgado pela China foi bastante clara e incisiva, demonstrando desconfiança e apreensão relativamente ao aumento e diversificação de influência, atividade e investimento chinês no Ártico. Ainda que não de forma tão assertiva, alguns dos Estados-árticos mencionam a publicação da estratégia chinesa e constataam o crescente nível de interesse e atividade da China na região:

“China has increased its focus on the Arctic in recent years and published its first Arctic strategy in 2018 (...) The Government considers it important to ensure that Norway pursues a clear and consistent policy towards China in the Arctic as elsewhere. It is important to ensure a nuanced, fact-based debate on China’s role in the Arctic”

(Norwegian Government, 2021).

“China has also become increasingly active in the region and its actions more purposeful. For example, China’s 2018 Policy on the Arctic region sets out goals to realise a shipping route between China and Europe via the North Pole. Although such activities have mainly been based on commercial and scientific grounds, they can also have a security-political dimension and therefore there is reason to examine them specifically. Non-Arctic States must, in their activities in the Arctic region, respect international law and the status of the eight Arctic States and behave in a sustainable and peaceful manner”

(Government of Iceland, 2021).

O propósito inicial da publicação do *white paper* em 2018 acredita-se que possa ter sido a forma que o governo chinês encontrou de clarificar a posição chinesa no Ártico perante os restantes atores regionais e assegurar que os interesses da China não representam um elemento de ameaça ao ambiente geopolítico nem à estabilidade política da região, fomentando uma imagem positiva e geradora de confiança da sua presença no continente (Anthony et al., 2021). Com a divulgação desta estratégia, a China procura terminar com o escrutínio internacional sobre a sua presença no Ártico e mostrar transparência em todas as suas atividades.

Dentro das suas relações bilaterais, a relação com a Rússia no Ártico pode ser particularmente interessante e vantajosa para ambas as partes. A cooperação política, económica e estratégica entre estes dois Estados assenta em dois pontos: a exploração de recursos naturais e o desenvolvimento da NSR. A única forma que os Estados não-árticos têm de beneficiar da riqueza natural da região do Ártico é através de protocolos de cooperação económica bilaterais com Estados Árticos, e é precisamente aqui que se encaixa a relação da China com a Rússia no Ártico, no que toca à exploração dos recursos naturais. Para a China, este é um dos principais interesses económicos no Ártico, não só pela abundância e diversidade de combustíveis fósseis que é possível produzir no Ártico, como é de extrema importância para o governo chinês garantir uma alternativa viável e fiável à oferta encontrada no Médio Oriente. Adicionalmente, a riqueza mineral do Ártico capta o interesse chinês, não fosse a China o maior fornecedor de terras-raras do mundo (Kopra, 2013). Terras-raras pertencem aos minerais formados por elementos da tabela periódica do grupo dos Lantanídeos, fundamentais para o sector energético, tecnológico, industrial, medicina, defesa, dispositivos eletrónicos, nanotecnologia e para a construção das mais variadas infraestruturas que hoje fazem parte do nosso dia-a-dia enquanto sociedade moderna. Os maiores depósitos destes minerais encontram-se em território chinês (44 milhões de toneladas), sendo a Rússia um importante detentor deste tipo de elementos também (12 milhões de toneladas) (National Geographic, 2023). Do lado russo, atendendo às consequências políticas derivadas da operação militar especial na Ucrânia, a cooperação com a China pode aliviar alguns constrangimentos financeiros verificados com o recuo geral do investimento de capital estrangeiro ocidental nas atividades de extração e produção de combustíveis fósseis no Ártico Russo (Humpert, 2022a). Paralelamente, o conflito trouxe a necessidade de o Ocidente reavaliar alternativas ao petróleo e gás natural russo, como forma adicional de sancionar a Federação Russa pelo desrespeito pelo Direito Internacional e soberania do Estado ucraniano. Para ultrapassar a falta de investimento e a falta de receitas provenientes das exportações de petróleo e gás natural para o Ocidente, a Federação Russa redirecionou o seu mercado energético para os países asiáticos, com particular destaque para o mercado chinês e indiano. O mercado asiático não está tão desenvolvido como o mercado europeu. Em 2021, a Rússia forneceu 33 milhões de metros cúbicos de gás natural ao mercado asiático, em comparação com 200 metros cúbicos direcionados para o mercado europeu (Paul, 2022b). No entanto, num momento em que a procura de combustíveis fósseis na Europa está a estagnar, fruto da crescente procura por fontes energéticas renováveis e ecologicamente mais sustentáveis, a realidade verificada no mercado asiático é bastante diferente. Estados como a China ou a Índia encontram-se com uma maior procura por combustíveis fósseis de forma a satisfazer as crescentes necessidades energéticas nacionais (Lin et al., 2022). O contexto económico de abundância de recursos e diminuição do preço, torna-se uma oportunidade económica perfeita para o mercado asiático. A procura por outros mercados alternativos, fruto da necessidade, pode revelar-se uma oportunidade económica com ganhos a longo prazo para a Rússia.

Um segundo interesse económico chinês no Ártico é a abertura da NSR e a integração desta rota marítima no projeto global da Rota da Seda. Na perspetiva chinesa, a criação de uma Rota da Seda

Polar Ártica é um atalho comercial extremamente valioso, não só por ser uma rota mais rápida entre a China e a Europa Ocidental, mas também mais barata e muito menos dominada pelos EUA do que o Estreito do Suez ou o Estreito de Malaca (Goldstein, 2023). Do lado da Rússia, a participação da China oferece o financiamento necessário para a reabilitação infraestrutural alocada ao desenvolvimento da NSR. A Rússia pode não ter a real capacidade financeira de suportar sozinha um investimento desta magnitude, ainda que nos documentos estratégicos e nos discursos políticos seja projetada a ideia de existir o conforto financeiro para alocar bilhões de euros em projetos específicos para a NSR, mesmo com a operação militar especial ucraniana em curso. Nesta situação, um parceiro como a China permitiria a injeção do capital necessário para a modernização e otimização da NSR com maior celeridade. A integração da NSR no projeto chinês da Rota da Seda está a ser analisado por Putin e, no caso de o Kremlin avançar com a mesma, pode efetivamente trazer uma vasta promessa econômica para a Rússia. Para a China, a cooperação com a Rússia é essencial para a cimentação chinesa no panorama político e econômico do Ártico, assim como para a progressiva expansão no poder e grau de influência que exerce na tomada de decisões que influenciem o futuro da região.

A grande contrapartida para a Federação Russa para a viabilidade da relação de cooperação econômica com a China no Ártico será a perda de autonomia e do controlo absoluto sobre a condução das operações e a eventual cedência na utilização da NSR pela China para transporte de mercadorias para além de combustíveis fósseis. O controlo absoluto da NSR é previsível do ponto de vista político, uma vez que apela ao nacionalismo russo, mas do ponto de vista estratégico e econômico pode não ser rentável. Do lado chinês levantam-se essencialmente dois obstáculos. Numa perspetiva financeira, o receio de o retorno financeiro não ser o esperado, tendo em conta que a exploração de hidrocarbonetos no Ártico é uma atividade com uma elevada exigência financeira, tecnológica, científica e logística. Para o sistema internacional, a relação de cooperação entre a Federação Russa e a China para o desenvolvimento da NSR pode ser percebida como um sinal de apoio da China ao aperto das restrições russas ao livre acesso a esta rota do Ártico por outros Estados (Anthony et al., 2021). Tanto para a exploração de recursos naturais no Ártico como para o desenvolvimento da NSR, a Rússia precisa de criar um ato de balanceamento interno. Por um lado, a necessidade clara de investimento estrangeiro para a condução de processos mais eficientes na exploração de recursos naturais (nomeadamente de hidrocarbonetos) e para o desenvolvimento da NSR. Por outro, o nacionalismo russo associado ao Ártico e a consciencialização social da fragilidade do Ártico Russo permitirá a entrada de capital e influência externa na região sob condições muito específicas colocadas sempre em prol dos interesses russos na região. Moscovo recebe o investimento chinês na expansão e renovação de infraestruturas no Ártico e a abertura da NSR a navios chineses, desde que estas políticas favoreçam em primeiro lugar os interesses russos. Para a China, a parceria com a Rússia pode ser desenvolvida e, eventualmente, alargada a outras áreas desde que continuem a servir os interesses de ambos os atores de forma igualitária. (Paul & Swistek, 2022a). Tal não significa que os interesses sejam iguais, apenas que nenhum dos atores pretende sacrificar os seus interesses para que o outro veja os seus concretizados.

Conclusão

O Ártico, região outrora quase esquecida desde o fim da Guerra Fria, tem ganho desde 2007 um destaque particularmente relevante no panorama político e estratégico global. O Ártico é a região do planeta que mais depressa está a revelar as consequências do aquecimento global, sendo neste momento a região que está a aquecer mais depressa do planeta. Assim, o Ártico que conheceremos em 2030, 2040 ou 2050 será radicalmente diferente quando não existir gelo e todo o Oceano Ártico for navegável. A visão do Ártico como uma região excepcionalmente estável é uma forma bastante limitada de se entender esta região que embora particular nas suas características, não é excepcional ou imune a tensões políticas e militares que possam comprometer sua paz e a estabilidade. Se em 1990, esta poderia ser a visão que o sistema internacional tinha do Ártico, hoje a região é mutável, possivelmente reativa e vulnerável a uma escalada de tensões, e não pode ser separada das dinâmicas políticas exógenas (Käpylä & Mikkola, 2015b).

Atendendo à profunda desconfiança que a Federação Russa demonstra relativamente às intenções da NATO e ao receio do alargamento da Aliança para Este, é uma das maiores ironias que a guerra que a Federação Russa provocou na Ucrânia tenha efetivamente levado ao pedido de adesão conjunto da Suécia e da Finlândia, a última que partilha a sua fronteira de 1 340 km a Este com a Federação Russa, terminando com a política de neutralidade histórica que marcou a política externa de ambos os Estados. Em Janeiro de 2022, sensivelmente um mês antes da invasão russa em território ucraniano, um questionário feito pelo jornal diário *Helsingin Sanomat* mostrou que apenas 28% dos inquiridos eram a favor da adesão da Finlândia à NATO, 42% contra, sendo que os restantes 30% não adotaram nenhuma das respostas (Paul, 2022a). A 19 de Janeiro de 2022, Sanna Marin, afirmou categoricamente que seria “pouco provável” que a Finlândia pedisse adesão à NATO durante o termo do seu mandato enquanto primeira-ministra do Estado finlandês (Reuters, 2022). Imediatamente após o início da invasão russa, a estatística relativamente ao posicionamento dos cidadãos finlandeses relativamente à entrada da Finlândia na NATO mudou drasticamente, sendo agora 78% dos inquiridos a favor da adesão à Aliança Atlântica e 8% os que são contra a adesão (EVA, 2022). De forma semelhante na Suécia, o apoio para concretizar o pedido de adesão à NATO aumentou consideravelmente entre os cidadãos após o início do conflito. A neutralidade finlandesa surgiu como condição de paz imposta pela União Soviética após a assinatura de um Tratado de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua em 1948²⁹, que permitiria à Finlândia manter a sua independência. “A neutralidade da Suécia era uma questão de identidade e ideologia, enquanto na Finlândia era uma questão de existência”, disse o historiador finlandês Henrik Meinander numa entrevista à *BBC News* (Chatterjee, 2023). Para a Finlândia, a ousadia e a imprevisibilidade política e militar russa, a sua capacidade de mobilizar facilmente um corpo militar de centenas de milhares de soldados para a fronteira comum, a facilidade de recorrer à ameaça nuclear como forma de intimidação, entre outros fatores justificam a decisão de a

²⁹ Dissolvido em 1992 e substituído por um pacto de não agressão, assente no compromisso de preservar a independência de ambos os Estados através do respeito pela soberania e integridade territorial de ambas as partes.

Finlândia procurar na NATO a segurança necessária para gerir a Federação Russa como Estado vizinho.

A Finlândia, ao contrário da Suécia, apesar da sua neutralidade foi um Estado que nunca negligenciou o sector da defesa nem deixou de investir nas suas Forças Armadas. Recentemente, a Finlândia tem investido na sua requalificação e modernização. Assim, os requisitos formais para entrar na Aliança Atlântica já se encontravam concretizados. De facto, a Finlândia será um dos Estados-Membros da NATO cujo investimento ultrapassará efetivamente os 2% do PIB, sendo previsto que a Finlândia aloque 2.3% do seu PIB em 2024 na sua participação anual para a NATO (Reuters, 2023b). O principal fator para o incremento significativo no investimento finlandês no sector nacional da defesa é a operação de substituição de caças do modelo F/A-18 pelos caças de combate F-35³⁰ e a aquisição de mísseis AGM-158, ambos adquiridos dos EUA. Neste momento, apenas 11 Estados-Membros de um total de 31 ultrapassaram o investimento mínimo na NATO (Siza, 2023). O compromisso dos Estados em aumentar o nível de investimento individual na NATO prende-se essencialmente com as exigências securitárias atuais e com o clima de insegurança que se verifica no sistema internacional devido à invasão e à hostilidade russa na Ucrânia.

A adesão da Finlândia à NATO, entre outros meios, providenciará forças militares altamente treinadas que poderão ser alocadas ao Ártico. Na Finlândia ainda se encontra em vigor o serviço militar obrigatório, sendo este normalmente de quase 1 ano (345 dias), havendo a possibilidade de encurtar para 255 ou 165 de acordo com as atividades desempenhadas e do tipo de treino de cada recruta. Segundo a *Global Firepower Index* de 2022, índice que mede o poder militar de cada nação atendendo a uma série de indicadores (como recursos humanos, financeiros e naturais, a sua geografia, capacidade técnica, entre outros), a Finlândia ocupa o 53º lugar a nível global. Ao que respeita o número de cidadãos que se encontram em reserva, a Finlândia ocupa o 4º lugar atendendo aos quase 900 000 cidadãos em estado de reserva³¹ e aos 280 000 soldados que se encontram permanentemente num estado de prontidão para serem de imediato mobilizados em caso de conflito (Cruz, 2022). Os finlandeses passam diretamente para um estado de reserva aos 50 ou 60 anos, dependendo das suas funções e patentes. Assim, numa população de aproximadamente 5.5 milhões de habitantes, a Finlândia pode ter disponíveis quase 2 milhões de cidadãos prontos a servir e proteger os interesses do Estado. As Forças Armadas Finlandesas não possuem porta-aviões, contratorpedeiros ou submarinos, mas contam com 650 tanques (200 destes produzidos na Alemanha, do modelo Leopards 2A6 e 2A4), 2 090 veículos blindados e 63 lança-rockets. A Força Aérea Finlandesa, para além dos caças F-35 já mencionados, opera aeronaves de vigilância e de patrulha, assim como tem uma rede de radares de vigilância com alcance de aproximadamente 500 metros (Kauranen, 2023). A marinha finlandesa tem atualizado

³⁰ Que se espera que comecem a ser operacionalizados pela Força Aérea Finlandesa em 2026 (Kauranen, 2023).

³¹ “In case the security situation in Finland so requires, by decision of the President of the Republic, reservists can be ordered to attend a refresher training exercise at a shorter notice than three months. This enables raising military readiness when necessary” (Finnish Armed Forces, n.d.)

a sua frota de navios da classe Hamina e equipou-os com sistemas de sonar e torpedos (Cruz, 2022).

No documento oficial que reúne a estratégia adotada pela Suécia para o Ártico é identificada uma “nova dinâmica militar na região” (Government Offices of Sweden, 2020, p. 23). De seguida é identificado o ator responsável pela criação desta nova dinâmica: “What is particularly noticeable is increased Russian activity and military build-up to defend Russian territory”. Peter Hultqvist, antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros sueco, durante o seu mandato chegou a considerar uma possibilidade de um ataque ao território sueco, justificando o aumento do investimento no sector da defesa e o aumento da militarização sueca. De acordo com as previsões do governo sueco, o investimento na defesa é previsto que suba 30% em 2024, de forma a colocar a Suécia alinhada com o requisito estipulado pela NATO de comprometer todos os Estados-Membros a um investimento mínimo de 2% do PIB para financiamento da Aliança (The Financial Times, 2023). Na prática, estes 30% refletem-se em 700 milhões de coroas suecas (aproximadamente 59 milhões de euros³²), elevando o investimento sueco no sector da defesa para 2024 para 119 biliões de coroas suecas (aproximadamente 10 biliões de euros), 2.1% do valor previsto do PIB para 2024 (Reuters, 2023c).

O Kremlin tende a desvalorizar e subestimar a resposta nórdica a ameaças russas e à agressão militar russa verificada na região do Ártico. Os Estados Nórdicos mantêm uma atitude passiva, mas atenta aos movimentos, operações e intenções russas no Ártico. A este respeito, alguns comportamentos de cariz mais provocatório (alguns já mencionados ao longo desta dissertação) podem mostrar que a Federação Russa subestima a capacidade de resposta dos Estados Nórdicos que são, neste momento, os Estados mais atingidos pelas manobras militares dúbias ou pelos instrumentos de guerra híbridos russos (Paul, 2022a).

A entrada da Finlândia e da Suécia na NATO farão da Aliança a força militar dominante no Ártico, tal como na região do Báltico. O Ártico é uma região constituída por oito Estados soberanos. Destes, seis são oficialmente Estados-Membro da NATO, sendo que a Suécia se encontra de momento a aguardar a ratificação da Turquia e da Hungria para se tornar oficialmente o sétimo Estado Ártico pertencente à Aliança Atlântica. À exceção da Federação Russa, todos os Estados Árticos estrelecem um vínculo de ligação com a NATO. A Finlândia e a Suécia já detinham um elevado grau de interoperabilidade com a NATO, facilitando a sua entrada e integração na Aliança. A insistência do Kremlin em acusar o Ocidente de tentar encurralar a Rússia no Ártico tornou-se, em parte, verdade e assim a concretização de uma irónica profecia.

Do ponto de vista racional, não de todo é viável para os interesses russos a destabilização política no Ártico. A presença russa no Ártico pode assumir uma dualidade de abordagens: entre uma postura mais conservadora e alinhada com a preservação *status-quo* e, de forma contrastante, uma postura de natureza mais revisionista que se apoia no domínio militar e no desenvolvimento económico para projeção do estatuto da Rússia como uma irrevogável grande potência regional.

³² 1 EUR= 11.95 SEK

O conflito militar na Ucrânia mostra ser um desafio à manutenção das capacidades militares russas alocadas ao Ártico. O conflito já causou perdas graves em determinadas unidades militares russas previamente controladas pela Northern Fleet. De acordo com relatórios dos Serviços de Inteligência Noruegueses, estima-se que as capacidades terrestres da Northern Fleet tenham ficado reduzidas a 20% comparativamente à sua dimensão original (Norwegian Intelligence Service, 2023). Ainda que a Federação Russa continue a investir na modernização e expansão das capacidades militares no Ártico (mesmo com a operação na Ucrânia em curso), a perda de unidades militares árticas mobilizadas para o conflito ucraniano, apresenta-se como uma oportunidade única para os EUA e a NATO reforçarem a sua presença na região, reduzindo a lacuna comparativamente ao desenvolvimento militar russo.

Ainda que seja previsível a continuação do uso de uma retórica particularmente hostil e a adoção de medidas que visem a afirmação da supremacia russa, é fundamental para a estabilidade regional que tanto a NATO como cada Estado-Membro, nas suas relações bilaterais com a Rússia, mantenham uma política mais reservada, ainda que vigilante e atenta ao desenvolvimento da atividade militar russa no Ártico e no Báltico. A região do Báltico tem lugar nesta dissertação pela sua proximidade geográfica ao Ártico, inclusive pela partilha geográfica de alguns Estados que se enquadram em ambos os contextos geopolíticos. O acompanhamento do desenvolvimento das tensões políticas no Báltico, realçadas pela sua regularidade, dimensão e tipo de meios mobilizados em exercícios militares é importante para antever de que forma um conflito militar da região do Báltico pode transitar para a região do Ártico. Do ponto de vista geopolítico, pode ser facilmente equacionada a eclosão de um conflito no Ártico que resulte diretamente de tensões internas. Não obstante deste facto, um conflito militar no Ártico pode também ser provocado pelo alastramento das tensões adjacentes a um conflito militar no Báltico ³³.

As tentativas de intimidação por parte da Federação Russa através de vários meios no Ártico, torna precária a sua relação com os restantes Estados árticos e aumenta o nível de alerta dos últimos para possíveis ataques aos respetivos territórios. A intensificação das relações de cooperação militar dos restantes Estados Árticos, particularmente com os EUA, assim como o visionamento de um possível retorno da NATO ao Ártico, confirmam de certo modo as suspeitas de Moscovo e perpetuam o dilema de segurança na região. Sob o argumento de isolacionismo e proteção dos interesses russos no Ártico, a Federação Russa pode justificar a revisão e intensificação da militarização russa no Ártico, contribuindo para o dilema de segurança.

Uma forma de desacelerar a ativação do dilema de segurança poderá ser a promoção da comunicação e transparência relativamente às manobras militares no Ártico. A este respeito, a definição da plataforma governamental indicada para a discussão de assuntos de índole securitária é suscetível a debate. Uma opção seria a abertura do Concelho do Ártico (uma vez que reúne todos os Estados árticos) a assuntos militares. Esta reconfiguração implicaria um conflito ideológico com os fundamentos que cimentam esta organização governamental, já que a mesma

³³ Em ambos os casos, prova-se a inveracidade do excecionalismo do Ártico.

foi criada sob a condição imperativa de excluir assuntos de cariz securitário da agenda do Conselho. Uma segunda medida para atenuar o dilema de segurança seria a criação de um código de conduta militar. A criação de um fórum de diálogo que permitisse a discussão de quais as práticas militares aceites no âmbito regional do Ártico permitira a criação de alguma transparência e ajudaria a identificar a natureza ofensiva presente em determinados comportamentos que alegam ser puramente defensivos. No fim, fica sempre entregue aos Estados a decisão de cumprir qualquer regulamento formal eventualmente criado, mostrando que são verdadeiramente os únicos atores do sistema internacional responsáveis por controlar a narrativa e o curso de ações que moldarão o Mundo em que vivemos.

A presente dissertação pretendeu realçar a região do Ártico como uma que não pode ser considerada imune às tensões que regem a interação dos atores no sistema internacional, e na qual não deve ser menosprezada a possibilidade de tensões políticas evoluírem para um conflito militar concreto na região. O reaparecimento do Ártico nas respetivas agendas políticas dos Estados induz que será espetável que, no seio da academia, se reproduzam os estudos e investigações centradas na geopolítica e na vulnerabilidade securitária do Ártico. Tendo em consideração a natureza mutável da região (tanto ao nível físico como ao nível geopolítico) e a imprevisibilidade que tem caracterizado a postura russa na região, esta investigação não pode ter um carácter finito. Desta forma, esta investigação termina dando lugar a outras que acompanharão a evolução da militarização russa no Ártico e intercalarão a mesma com outras variáveis. Assim, algumas linhas de investigação futuras podem passar por analisar de que modo a operação militar na Ucrânia influenciou a presença militar russa no Ártico, no sentido de entender qual foi a extensão real da mobilização de meios militares do Ártico para o teatro de operações na Ucrânia, mas principalmente compreender de que modo a operação militar russa na Ucrânia responde aos apelos nacionalistas e imperialistas russos e de que forma os mesmos podem ser traduzidos para o contexto geopolítico do Ártico.

Como já mencionados, uma das consequências do conflito militar na Ucrânia foi o pedido de adesão da Finlândia e da Suécia à NATO, um gesto que mudou a configuração geopolítica do Ártico. Se a adesão sueca se concretizar, sete dos oito Estados Árticos serão Estados Aliados, deixando a Federação Russa isolada na região. Uma linha de investigação alternativa seria investigar o modo como este isolacionismo se pode refletir na política externa russa na região e perceber se a perceção de encurralamento pode levar o Kremlin a adotar uma postura mais reativa, através da intensificação da militarização da região, ou se levará à adoção de uma postura que revele um certo grau de conformismo, atendendo ao risco que um conflito militar com a NATO no Ártico teria para a Federação Russa. Neste último cenário, apesar de a Federação Russa beneficiar a curto prazo da superioridade de meios no Ártico, a ativação do Artigo 5º da NATO e a mobilização de meios militares da Aliança para a região pode rapidamente reverter esta vantagem.

Bibliografia

- Ackrén, M. (2019). From bilateral to trilateral agreement: The case of Thule Air Base. In L. Heininen, H. Exner-Piot, & J. Barnes (Eds.), *Arctic Yearbook 2019- Redefining Arctic Security* (pp. 33–43). Arctic Portal.
- AHDR. (2004). *Arctic Human Development Report*.
- AMAP. (1998). *AMAP Assessment Report: Arctic Pollution Issues* (pp 9-23).
- AMAP. (2021). *AMAP Arctic Climate Change Update 2021: Key Trends and Impacts*.
https://www.un.org/depts/los/clcs_new/submissions_files/rus01_rev15/2023RusRev1RccSum.pdf
- America's National Churchill Museum. (n.d.). *Give Us the Tools, 1941*. Speeches.
<https://www.nationalchurchillmuseum.org/give-us-the-tools.html>
- Anthony, I., Klimenko, E., & Su, F. (2021). *A Strategic Triangle in the Arctic? Implications of China-Russia-United States Power Dynamics for Regional Security* (3).
- Arctic Review. (n.d.). *Northern Sea Route*.
<https://arctic.review/future/northern-sea-route/>
- Argano, M. E. (2018, December 5). *Trident Juncture 18 "From the largest ship to the smallest drone": the implications of the largest NATO exercise*. EU-Logos Athéna
<https://www.eu-logos.org/2018/12/05/trident-juncture-18-from-the-largest-ship-to-the-smallest-drone-the-implications-of-the-largest-nato-exercise/>
- Armistice Agreement between the Union of Soviet Socialist Republics and the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland, on the one hand, and Finland on the other*. (1944).
http://heininen.net/sopimus/1944_e.htm
- Arnórsdóttir, A. (2019, September 4). *History of Iceland from 1944*. Nordics.Info.
<https://nordics.info/show/artikel/history-of-iceland-from-1944>
- Athey, P. (2020, August 13). Marine Corps Announces End to Year-Round Deployment to Norway. *Marine Corps Times*.
- Åtland, K. (2008). Mikhail Gorbachev, the Murmansk Initiative, and the Desecuritization of Interstate: Relations in the Arctic. *Cooperation and Conflict*, 43 (3), 289–311.
- Åtland, K. (2017). *The Building up of Russia's Military Potential in the Arctic Region And Possible Elements of its Deterrence*. Centre for Russian Studies
- Baev, P. K. (2019). Threat Assessments and Strategic Objectives in Russia's Arctic Policy. *The Journal of Slavic Military Studies*, 32 (1), 25–40.
- Balão, S. M. R. (2012). A PESC, a PESD, a PCSD e a Definição da Estratégia para o Ártico. *Debater a Europa*, 6, 169–270.
- Balão, S. M. R. (2015). O Ártico no século XXI, Geopolítica Crítica e guerra. In *Em Caso de Guerra* (pp. 39–88). Edições MGI.
- Balão, S. M. R. (2016). Geopolítica e Geoestratégia do Ártico no Século XXI: Inovação ou Recorrência? *Previsão e Mudança: Estudos Políticos e Internacionais*.
- Ball, J. (2023, July 12). *The Changing Face of Conflict: What Is Hybrid Warfare?* Global Security Review.

- <https://globalsecurityreview.com/hybrid-and-non-linear-warfare-systematically-erases-the-divide-between-war-peace/>
- Baptista, A. R. P. (2015). *O Ártico – Geopolítica e Desafios Transnacionais* [Master Dissertation]. Academia da Força Aérea.
- BBC. (2020, May 15). *Arctic convoys: ‘You only looked on them as an enemy.’* <https://www.bbc.com/news/uk-scotland-52632455>
- BBC Radio. (1941, June 22). *Full transcript of a speech by Winston Churchill broadcast on “The Home Service Programme” (BBC radio), 9pm, Sunday 22 June 1941 (BBK/C/87)*. The Home Service Programme.
- Bermudez, J. S., Conley, H. A., & Melino, M. (2020). *The Ice Curtain: Modernization on the Kola Peninsula*. Center for Strategic and International Studies.
- Bilal, A. (2021, November 30). *Hybrid Warfare – New Threats, Complexity, and ‘Trust’ as the Antidote*. NATO. <https://www.nato.int/docu/review/articles/2021/11/30/hybrid-warfare-new-threats-complexity-and-trust-as-the-antidote/index.html>
- Bird, K. J., Charpentier, R. R., Gautier, D. L., Houseknecht, D. W., Klett, T. R., Pitman, J. K., Moore, T. E., Schenk, C. J., Tennyson, M. E., & Wandrey, C. J. (2008). *Circum-Arctic Resource Appraisal: Estimates of Undiscovered Oil and Gas North of the Arctic Circle*. United States Geological Survey
- Bock, A. M., & Henneberg, I. (2013). *Why Balancing Fails: Theoretical reflections on Stephen Walt’s “Balance of Threat” Theory*. <http://ssrn.com/abstract=2409228><https://ssrn.com/abstract=2409228>
- Bock, A. M., Henneberg, I., & Plank, F. (2015). “If you compress the spring, it will snap back hard”: The Ukrainian crisis and the balance of threat theory. *International Journal*, 70(1), 101–109. <https://doi.org/10.1177/0020702014562593>
- Bogoyavlenskiy, D. (2004). Arctic Demography. In N. Einarsson, J. N. Larsen, A. Nilsson, & O. R. Young (Eds.), *AHDR (Arctic Human Development Report)* (pp. 27–43). Arctic Council.
- Boulègue, M. (2017). The Russia-NATO Relationship Between a Rock and a Hard Place: How the ‘Defensive Inferiority Syndrome’ Is Increasing the Potential for Error. *The Journal of Slavic Military Studies*, 30 (3), 361–380.
- Boulègue, M. (2019). *Russia’s Military Posture in the Arctic: Managing Hard Power in a ‘Low Tension’ Environment*. The Royal Institute of International Affairs.
- Boulègue, M. (2022). *The militarization of Russian polar politics*. Royal Institute of International Affairs.
- Broad, W. J. (1988, March 21). Secret Advance in Nuclear Fusion Spurs a Dispute Among Scientists. *New York Times*.
- Bryman, A. (2005). The Research Question in Social Research. *International Journal of Social Research Methodology*, 10 (1), 5–20.
- Buchanan, E. (2022). *Cool change ahead? NATO’s Strategic Concept and the High North* (7). NATO Defence College.
- Buchanan, E., & Boulègue, M. (2019, May 20). Russia’s Military Exercises in the Arctic Have More Bark Than Bite. *Foreign Policy*. <https://foreignpolicy.com/2019/05/20/russias-military-exercises-in-the-arctic-have-more-bark-than-bite/>

- Buchanan, E. K. (2017). *Putin's Arctic strategy: conflict or cooperation?* [Doctoral Dissertation]. Australian National University.
- Buli, N. (2022, September 27). Norway to strengthen security at oil, gas installations. *Reuters*. <https://www.reuters.com/business/energy/norway-strengthen-security-oil-gas-installations-2022-09-27/>
- Butterfield, H. (1950). *Christianity and History* (2nd ed.). Charles Scribner's Sons.
- Butterfield, H. (1951). *History and Human Nature*. Macmillan.
- Buzan, B. (1983). *People, States and Fear*. Wheatsheaf Books.
- Bye, H.-G. (2020, October 28). Russia's Updated Arctic Strategy: New Strategic Planning Document Approved. *The High North News*. <https://www.highnorthnews.com/en/russias-updated-arctic-strategy-new-strategic-planning-document-approved>
- Cancian, M. F. (2021). *Inflicting Surprise: Gaining Competitive Advantage in Great Power Conflicts*. Center for Strategic and International Studies.
- Center for Strategic and International Studies (CSIS). (2018, May 8). *The Arctic of the Future: Strategic Pursuit or Great Power Miscalculation?* <https://www.csis.org/analysis/arctic-future-strategic-pursuit-or-great-power-miscalculation-panel-ii>
- Chatterjee, P. (2023, July 11). How Sweden and Finland went from neutral to NATO. *BBC News*. <https://www.bbc.com/news/world-europe-61397478>
- Chernova, A. (2022, May 10). Putin tells local officials to do better on fighting Siberian fires. *CNN*. <https://edition.cnn.com/2022/05/10/europe/putin-russia-siberia-fires-climate-intl/index.html>
- Chivvis, C. S. (2017). *Understanding Russian "Hybrid Warfare" and What Can be Done About It*. RAND Corporation.
- Christianson, J. (2022, December 5). *Fighting and Winning in the Electromagnetics*. War on the Rocks. <https://warontherocks.com/2022/12/fighting-and-winning-in-the-electromagnetic-spectrum/>
- Churchill, W. (1939). *Quoteworthy*. Harvard Kennedy School. <https://www.russiamatters.org/quoteworthy>
- Churchill, W. (1950). *The Second World War: The Grand Alliance*. Houghton Mifflin Company.
- Cinq-Mars, M. (2020, November 5). *Canadians and the military occupation of Iceland (1940–1941): from squalls to the "black death."* Library and Archives Canada Blog. <https://thediscoverblog.com/2020/11/05/canadians-and-the-military-occupation-of-iceland-1940-1941-from-squalls-to-the-black-death/>
- Clark, E. F. (1965). *Camp Century: Evolution of Concept and History of Design, Construction and Performance*. U.S. Army Materiel Command - Cold Regions Research and Engineer Laboratory.
- Claudio, V. de C. (2016). *A Política Externa do Canadá para o Ártico no século XXI* [Master Dissertation]. Universidade de Lisboa.

- CNN. (2022, March 15). A NATO enviou 30 mil militares para exercícios na Noruega. Uma operação regular ou um alerta à Rússia? *CNN*.
<https://cnnportugal.iol.pt/guerra/ucrania/a-nato-enviou-30-mil-militares-em-exercicios-militares-para-a-noruega-uma-operacao-regular-ou-uma-provocacao-a-russia/20220315/622fa0400cf21847fob133e0>
- Coffey, L., & Kochis, D. (2021). *NATO Summit 2021: The Arctic Can No Longer Be an Afterthought* (6086). Kathryn and Shelby Cullom Institute for National Security and Foreign Policy.
- Colgan, J., & Colgan, W. (2016, October 3). *Melting Ice Threatens to Expose Former U.S. Nuclear Base in Greenland*. New Security Beat.
<https://www.newsecuritybeat.org/2016/10/melting-ice-threatens-expose-u-s-nuclear-base-greenland/>
- Colgan, W., Machguth, H., MacFerrin, M., Colgan, J. D., van As, D., & MacGregor, J. A. (2016). *The abandoned ice sheet base at Camp Century, Greenland, in a warming climate*. In *Geophysical Research Letters*, 43 (15), 8091-8096.
- Congressional Research Service. (2021). *Changes in the Arctic: Background and Issues for Congress*.
- Conley, H. A., Melino, M., Tsafos, N., & Williams, I. (2020). *America's Arctic Moment: Great Power Competition in the Arctic to 2050*. Center for Strategic and International Studies.
- Copernicus Atmosphere Monitoring Service (CAMS). (2021, December 6). *Wildfires wreaked havoc in 2021, CAMS tracked their impact*.
<https://atmosphere.copernicus.eu/wildfires-wreaked-havoc-2021-cams-tracked-their-impact>
- Cordell, J. (2020, November 26). Arctic Oil Spill: Nornickel Failures, Tank Flaws Caused Catastrophe – Report. *The Moscow Times*.
<https://www.themoscowtimes.com/2020/11/26/arctic-oil-spill-nornickel-failures-tank-flaws-caused-catastrophe-report-a72156>
- Corgan, M. T. (1992). *Franklin D. Roosevelt and the American Occupation of Iceland*. *Naval War College Review*, 45 (4), 34-54.
- Cruz, B. (2022, May 16). 900 mil na reserva, serviço militar obrigatório, exercícios de atualização. Porque é que a Finlândia nunca deixou de investir nas Forças Armadas. *CNN Portugal*.
<https://cnnportugal.iol.pt/finlandia/forcas-armadas/900-mil-na-reserva-servico-militar-obrigatorio-exercicios-de-atualizacao-porque-e-que-a-finlandia-nunca-deixou-de-investir-nas-forcas-armadas/20220516/62823fc80cf2f9a86ea42377>
- Culverwell, C. L. (2022). *Mosquitoes and Mosquito-Associated RNA Viruses of Finland*. University of Helsinki, The Natural History Museum.
- da Silva, C. S. N. (2018). *A Geopolítica do Ártico e a política externa da Rússia para a região (2007-2017)* [Master Dissertation]. Universidade de Lisboa.
- Dean, P. D., & Vasquez, J. A. (1976). From Power Politics to Issue Politics: Bipolarity and Multipolarity in Light of a New Paradigm. *The Western Political Quarterly*, 29 (1), 7-28
- Delegação Portuguesa para a NATO. (2018, October 18). *Exercise Trident Juncture 2018*. Portal Diplomático. <https://otan.missaoportugal.mne.gov.pt/pt/noticias/exercicio-trident-juncture-2018>
- Denfeld, D. C. (1996). The Cold War: Alaska, the Northern Bulwark. *Journal Of America's Military Past*, 23 (1), 38-52.

- Depledge, D. (2021). NATO and the Arctic: The Need for a New Approach. *The RUSI Journal*, 165 (5–6), 80–90.
- Devyatkin, P. (2020, February 19). Russian Government Supports Tax Breaks for Arctic Investments. *The High North News*. <https://www.highnorthnews.com/en/russian-government-supports-tax-breaks-arctic-investments>
- Devyatkin, P. (2022). How Is Climate Change Shaping Russia’s Arctic Policy and Activities? In A. Ferrari & E. T. Ambrosetti (Eds.), *Environment in times of war: climate and energy challenges in the post-Soviet region* (pp. 77–99). Ledizioni, LediPublishing.
- Diário de Notícias. (2021, May 20). Putin promete “partir os dentes” a quem ameaçar território da Rússia. *Diário de Notícias*. <https://www.dn.pt/internacional/putin-promete-partir-os-dentes-a-quem-ameacar-territorio-da-russia-13743156.html>
- Dicks, L., Almond, R., & McIvor, A. (2011). *Arctic Climate Issues 2011: Changes in Arctic Snow, Water, Ice and Permafrost*. Arctic Monitoring and Assessment Programme (AMAP)
- Diplomático, P. (n.d.). *História Diplomática: Finlândia*. Relações Bilaterais. <https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/historia-diplomatica?view=article&id=431:finlandia&catid=119:relacoes-diplomaticas>
- DN. (2019, August 23). “Titanic nuclear”. *Rússia lança central atômica flutuante no Ártico*. Diário de Notícias. <https://www.dn.pt/mundo/titanic-nuclear-russia-lanca-navio-reator-no-artico-11234282.html>
- DN. (2023, August 12). Ministro da Defesa russo inspeciona tropas no Ártico. *Diário de Notícias*. <https://www.dn.pt/internacional/ministro-da-defesa-russo-inspeciona-tropas-no-artico-16848850.html>
- Dobretsov, N. L., & Pokhilenko, N. P. (2010). Mineral resources and development in the Russian Arctic. *Russian Geology and Geophysics*, 51 (1), 98–111.
- Donnelly, Jack. (2000). *Realism and International Relations*. Cambridge University Press.
- Dowling, S. (2017, August 16). The monster atomic bomb that was too big to use. *BBC*.
- Dugin, A. (2015). *Last War of the World Island: The Geopolitics of Contemporary Russia Arktos* (J. B. Morgan, Ed.; English Edition). Arktos.
- Dugin, A. (2016, June 24). *The Arctic must be ours*. Izborsk Club. <https://izborsk-club.ru/9574>
- Duhaime, G., & Caron, A. (2008). Economic and social conditions of Arctic Region. In S. Glomsrod & I. Aslaksen (Eds.), *The Economy of the North* (pp. 11–23). Statistics Norway.
- Eckstein, A. M. (2003). Thucydides, the outbreak of the Peloponnesian War, and the foundation of international systems theory. *International History Review*, 25 (4), 757–774.
- Eckstein, M. (2020, May 4). U.S., U.K. Surface Warships Patrol Barents Sea For First Time Since the 1980s. *US Naval Institute News*. <https://news.usni.org/2020/05/04/u-s-u-k-surface-warships-patrol-barents-sea-for-first-time-since-the-1980s>
- Edvardsen, A. (2022a, January 18). Cold Response 2022: 35,000 Soldiers from 26 Countries in Northern Military Exercise. *The High North News*. <https://www.highnorthnews.com/en/cold-response-2022-35000-soldiers-26-countries-northern-military-exercise>

- Edvardsen, A. (2022b, May 5). Svalbard Gets Exemptions from New Sanctions against Russia. *The High North News*.
<https://www.highnorthnews.com/en/svalbard-gets-exemptions-new-sanctions-against-russia>
- Edwards, A., & Miner, K. (2021, September 30). *Rapidly warming Arctic could cause spread of nuclear waste, undiscovered viruses and dangerous chemicals*. Aberystwyth University News Archive.
- EIA. (2022). *Proved Reserves of Crude Oil and Natural Gas in the United States, Year-End 2021*. U.S Energy Information Administration.
- Embaixada Norte Americana em Moscovo. (2020, May 10). *World War II Allies: U.S. Lend-Lease to the Soviet Union, 1941-1945*.
<https://ru.usembassy.gov/world-war-ii-allies-u-s-lend-lease-to-the-soviet-union-1941-1945/>
- Euronews. (2022a, October 20). Norway on alert after drone sightings near key infrastructure. *Euronews*.
<https://www.euronews.com/2022/10/20/norway-on-alert-after-drone-sightings-near-key-infrastructure>
- Euronews. (2022b, October 23). Fears grow as more suspicious drones appear above Norway's offshore facilities. *Euronews*.
<https://www.euronews.com/2022/10/23/fears-grow-as-more-suspicious-drones-appear-above-norways-offshore-facilities>
- European Space Agency. (2023, May 24). *Satellites provide crucial insights into Arctic amplification*. European Space Agency Website.
https://www.esa.int/Applications/Observing_the_Earth/Space_for_our_climate/Satellites_provide_crucial_insights_into_Arctic_amplification
- EVA. (2022). *Finns join NATO united*. EVA's Values and Attitudes Survey.
<https://www.eva.fi/blog/2022/11/23/suomalaiset-liittyyvat-natoon-yhtenaaisina/>
- Ewing, J. (2021, October 1). The World Wants Greenland's Minerals, but Greenlanders Are Wary. *The New York Times*.
<https://www.nytimes.com/2021/10/01/business/greenland-minerals-mining.html>
- Farzan, A. N. (2019, August 16). Trump reportedly wants to buy Greenland. So did the Truman administration. *The Washington Post*.
<https://www.washingtonpost.com/nation/2019/08/16/trump-greenland-purchase-harry-truman-denmark/>
- Faulconbridge, G. (2023, January 16). Russia produces first set of Poseidon super torpedoes - TASS. *REUTERS*.
<https://www.reuters.com/world/europe/russia-produces-first-nuclear-warheads-poseidon-super-torpedo-tass-2023-01-16/>
- Ferrão, E. (2013). *A abertura da rota do Ártico (Northern Passage): Implicações Políticas, Diplomáticas e Comerciais*. Instituto Universitário Militar.
- Finnish Armed Forces. (n.d.). *Refresher training exercises*.
<https://intti.fi/en/refresher-training-exercises>
- Flick, U. (2005). *An Introduction to Qualitative Research* (3rd ed.). SAGE Publications Ltd.
- Foxall, A. (2017). *Russia's Policies towards a Changing Arctic: Implications for UK Security* (12).
- Freire, M. R. (2011). *A Rússia de Putin: Vectores Estruturantes de Política Externa*. Almedina.

- Fritz, P., & Sweeney, K. (2004). The (de)Limitations of Balance of Power Theory. *International Interactions*, 30 (4), 285–308.
- FSA. (n.d.). *Subject of activity and functions of the FSA (versão em russo)*. Federal State Budgetary Institution Northern Sea Route Website.
http://www.nsra.ru/ru/glavnaya/ceci_funksii.html
- German Arctic Office. (2020). *Arctic Governance*. Alfred Wegener Institute.
- Get.factual Channel. (2023, April 24). *Camp Century - The Hidden City Beneath the Ice*. Youtube.
<https://www.youtube.com/watch?v=EBeyAO1OHIg>
- Gilpin, R. G. (1986). The Richness of the Tradition of Political Realism. In R. O. Keohane (Ed.), *Neorealism and its Critics*. Columbia University Press.
- Gizewski, P. (1995). Military Activity and Environmental Security: The Case of Radioactivity in the Arctic. In J. DeBardleben & J. Hannigan (Eds.), *Environmental Security and Quality After Communism* (pp. 25–41). Routledge.
- Goble, P. (2021). Moscow Pushing Even More Expansive Claims on Arctic. *Eurasia Daily Monitor Volume*, 18 (65).
- Goble, P. (2023, July 2). *Fate Of Arctic Depends on Whether Russia Tilts Toward China or Towards Europe*. Eurasia Review.
- Goldstein, E. (2023, February 24). *Eclipsed, Again: Russia's Northern Sea Route Will Have to Wait*. Harvard International Review.
<https://hir.harvard.edu/eclipsed-again-russias-northern-sea-route-will-have-to-wait/>
- Gomes, T. R. (2022). *The transformation of Arctic geopolitics and its implications for the North Atlantic* (14). Atlantic Center.
- Government of Iceland. (2021). *Iceland's Policy on Matters Concerning the Arctic Region*. Ministry of Foreign Affairs Office.
https://www.government.is/library/01-Ministries/Ministry-for-Foreign-Affairs/PDF-skjol/Arctic%20Policy_WEB.pdf
- Government Offices of Sweden. (2020). *Sweden's Strategy for the Arctic Region*. Ministry for Foreign Affairs, Department for Eastern Europe and Central Asia, Arctic Secretariat.
- Graham, T. E. (2016, August 24). The Sources of Russian Conduct: Kennan's Long Telegram needs an update for Putin's Russia. *The National Interest*.
<https://nationalinterest.org/feature/the-sources-russian-conduct-17462>
- Gribanov, S. (1998). The role of US lend-lease aircraft in Russia in World War II. *International Journal of Phytoremediation*, 11(1), 96–115.
<https://doi.org/10.1080/13518049808430330>
- GRID - Arendal, AHDR, EPPR Working Group, National Snow and Ice Data Centre, University of Colorado Boulder, CO, AMAP, & CAFF. (n.d.). *Arctic Definitions Combined*. The Arctic Portal.
<https://arcticportal.org/maps/download/arctic-definitions/2426-arctic-definitions>
- Grinyaev, S. N., & Zhuravel, V. P. (2020). Integrated Security Issues in the Basic Principles of Russian Federation State Policy in the Arctic to 2035: Experience and Prospects for Implementation. *Arctic and the North*, 39 (39), 52–74.
- Gronholt-Pederson, J., & Fouche, G. (2020, November 16). Dark Arctic: NATO Allies Wake up to Russian Supremacy in the Region. *Reuters*.

- <https://www.reuters.com/world/europe/nato-allies-wake-up-russian-supremacy-arctic-2022-11-16/>
- Gunnlaugsson, D. (2020, May 10). *Iceland and the story of a very British invasion*. The Spectator.
<https://www.spectator.co.uk/article/iceland-and-the-story-of-a-very-british-invasion/>
- Gustafsson, P. (2021). *Russia's Ambitions in the Arctic Towards 2035*. Swedish Defence Research Agency.
- Hálfdanarson, G. (2006). Severing the ties - Iceland's journey from a union with Denmark to a nation-state. *Scandinavian Journal of History*, 31 (3-4), 237-254.
<https://doi.org/10.1080/03468750600930878>
- Halperin, E., Sharvit, K., & Gross, J. J. (2011). Emotion and Emotion Regulation in Intergroup Conflict: An Appraisal-Based Framework. In D. Bar-Tar (Ed.), *Intergroup Conflicts and Their Resolution - A Social Psychological Perspective*. Psychology Press by Taylor and Francis Group.
- Han, J.-M., Kim, J.-H., & Yi, J.-H. (2020). Definition of Arctic Spaces Based on Physical and Human Geographical Division. *KMI International Journal of Maritime Affairs and Fisheries*, 12 (1), 1-16.
- Hee Kim, Y., Ki Min, S., Gillett, N. P., Notz, D., & Malinina, E. (2023). Observationally constrained projections of an ice-free Arctic even under a low emission scenario. *Nature Communications*, 14 (3139).
- Heininen, L., Exner-Pirot, H., & Plouffe, J. (2015). Governance and Governing in the Arctic: An Introduction to the Arctic Yearbook 2015. In L. Heininen (Ed.), *Arctic Yearbook 2015- Arctic Governance and Governing* (pp. 13-25).
- Heininen, L., & Segerstahl, B. (2002). International Negotiations aiming at a Reduction of Nuclear Risks in the Barents Sea Region. In R. Avenhaus, V. Kremenyuk, & G. Sjöstedt (Eds.), *Containing the Atom. International Negotiations on Nuclear Security and Safety* (pp. 243-270). Lexington Books.
- Heininen, L., Sergunin, A., & Yarovoy, G. (2013). *New Russian Arctic Doctrine: From Idealism to Realism?* Valdai Discussion Club.
https://valdaiclub.com/a/highlights/new_russian_arctic_doctrine_from_idealism_to_realism/
- Heininen, L., Sergunin, A., & Yarovoy, G. (2014). *Russian Strategies in the Arctic: avoiding a new Cold War*. Valdai Discussion Club.
- Herz, J. (1951). *Political Realism and Political Idealism: A Study in Theories and Realities*. University of Chicago Press.
- Hobbes, T. (2009). *Leviathan*. Oxford University Press.
- Huebert, R. (1999). Canadian Arctic security issues: Transformation in the post-cold war era. *International Journal: Canada's Journal of Global Policy Analysis*, 54 (2), 203-229.
- Hummel, L. J. (2005). The U.S. Military as Geographical Agent: The Case of Cold War Alaska. *Geographical Review*, 95 (1), 47-72.
- Humpert, M. (2011, September 15). *The Future of the Northern Sea Route - A "Golden Waterway" or a Niche Trade Route*. The Arctic Institute.
- Humpert, M. (2022a, May 2). Total Announces \$4.1bn write-off placing Future of Russian Arctic LNG Projects in Further Doubt. *The High North News*.

- <https://www.highnorthnews.com/en/total-announces-41bn-write-placing-future-russian-arctic-lng-projects-further-doubt>
- Humpert, M. (2022b, November 23). Russia Launches New Nuclear Icebreaker as it Looks East for Northern Sea Route Shipping. *High North News*.
<https://www.highnorthnews.com/en/russia-launches-new-nuclear-icebreaker-it-looks-east-northern-sea-route-shipping>
- Humpert, M. (2023a, January 18). Russia's Northern Sea Route Sees More Traffic Despite War and Sanctions. *The High North News*.
<https://www.highnorthnews.com/en/russias-northern-sea-route-sees-more-traffic-despite-war-and-sanctions>
- Humpert, M. (2023b, February 9). New US Icebreaker Delayed Until 2027, Russia Orders 6th and 7th Nuclear Icebreaker. *The High North News*.
<https://www.highnorthnews.com/en/new-us-icebreaker-delayed-until-2027-russia-orders-6th-and-7th-nuclear-icebreaker>
- Humpert, M. (2023c, April 17). Russia Says Northern Sea Route To Transport 270m tons by 2035. *The High North News*.
<https://www.highnorthnews.com/en/russia-says-northern-sea-route-transport-270m-tons-2035>
- IAEA. (2004). *Nuclear Explosions in the URSS: The North Test Site Reference Material*. International Atomic Energy Agency.
- IEA. (2022). *Energy Fact Sheet: Why does Russian oil and gas matter?* International Energy Agency.
- International Institute for Strategic Studies. (2020). *The Military Balance 2020*.
- Ishiyama, J. T., & Breuning, M. (2011). *21st Century Political Science: a reference book*.
- Jervis, R. (2001). *Was the Cold War a Security Dilemma?* *Journal of Cold War Studies*, 3 (1), 36-60.
- Jervis, R. (2017). *Perception and Misperception in International Politics* (Paperback Edition). Princeton University Press.
- Jorgensen, T. J. (2018, January 17). 50 years ago, a US military jet crashed in Greenland – with 4 nuclear bombs on board. *The Conversation*.
- Käpylä, J., & Mikkola, H. (2015a). *On Arctic Exceptionalism: Critical Reflections in the Light of the Arctic Sunrise Case and the Crisis in Ukraine*. *The Finnish Institute of International Affairs* (85).
- Kauranen, A. (2023, April 4). What can Finland's armed forces and arsenal offer NATO? *Reuters*.
<https://www.reuters.com/world/europe/what-can-finlands-armed-forces-arsenal-offer-nato-2023-04-04/>
- Kausha, S., Byrne, J., Byrne, J., Pilli, G., & Somerville. (2022). *The Balance of Power Between Russia and NATO in the Arctic and High North* (M. Chalmers & E. De Angelis, Eds.). Whitehall Papers.
- Khan, F. A. (2020). On Tsar Bomba—the most powerful nuclear weapon ever tested. *Physics Education*, 56 (1).
<https://doi.org/10.1088/1361-6552/abbcbc>

- Khranchikhin, A. (2021, March 25). The Arctic as a battlefield: Battles are unlikely, provocations are possible. *Nezavisimaya Gazeta*.
https://nvo.ng.ru/realty/2021-03-25/1_1134_arctic.html
- Kindler, M. (2021). *The EU, Climate Change and Geopolitics of the Arctic: Great Power Strategies and European Response* [Master Dissertation]. ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa.
- Kireeva, A., & Digges, C. (2021, June 3). Permafrost melt caused by climate change could cost Russia billions, environmental minister says. *Bellona*.
<https://bellona.org/news/arctic/2021-06-permafrost-melt-caused-by-climate-change-could-cost-russia-billions-environmental-minister-says>
- Kjellén, J. (2022). The Russian Northern Fleet and the (Re)militarisation of the Arctic. *Arctic Review on Law and Politics*, 13, 34–52.
- Klimenko, E. (2016). *Russia's Arctic security policy. Still quiet in the high north?* Stockholm International Peace Research Institute, (45).
- Klimeno, E. (2014). Russia's Arctic strategy: ambitions and constraints. In *Russia's Evolving Arctic Strategy* (pp. 3–15). Stockholm International Peace Research Institute.
- Kluge, J., & Paul, M. (2020). *Russia's Arctic Strategy through 2035: Grand Plans and Pragmatic Constraints* Stiftung Wissenschaft und Politik -SWP- Deutsches Institut für Internationale Politik und Sicherheit (57).
- Koivurova, T. (2008, April). Alternatives for an Arctic Treaty. Evaluation and a New Proposal. *Review of European Community & International Environmental Law*, 14–26.
- Kopra, S. (2013). China's Arctic Interests. In L. Heininen, H. Exner-Pirot, J. Ploufle (Eds), 2013 *Arctic Yearbook- The Arctic of Regions vs. The Globalized Arctic*, 107–124.
- Koshovyi, D. (2019). *The status of Svalbard in relations between the Soviet Union and Norway during the Cold War*. University of Oslo.
- Kraska, J. (2009). International Security and International Law in the Northwest Passage. *Vanderbilt Journal of Transnational Law*, 42 (4).
- Krasner, S. D. (1999). Globalization and sovereignty. In D. A. Smith, D. J. Solinger, & S. C. Topik (Eds.), *States and Sovereignty in the Global Economy*. Routledge.
- Krebs, D. (2017). Greenland's Unique Kvanefjeld Multi-Element Rare Earth Project. *Johnson Matthey Technology Review*, 61 (2), 154–155.
- Kremlin. (2010, March 17). *Security Council meeting on climate change*. Kremlin Official Webpage.
<http://www.kremlin.ru/events/president/news/7125>
- Kremlin. (2013, February 27). *Expanded meeting of the Collegium of the Ministry of Defense*. Events.
<http://www.kremlin.ru/events/president/news/17588>
- Kristensen, H. M., & Korda, M. (2020). Russian Nuclear Forces, 2020. *Bulletin of the Atomic Scientists*, 76 (2), 102–117.
- Kristensen, K. S. (2004). *Greenland, Denmark and the Debate on Missile Defense: A Window of Opportunity for Increased Autonomy* (2004/14).

- Kryuchkova, E. (2020, September 25). The Arctic waits for a private investor: Ministry of Eastern Development announces a state programme for the development of the region. *Kommersant*.
<https://www.kommersant.ru/doc/4503376>
- Kuehnelt-Leddihn, E. von. (1944). The Petsamo Region. *American Geographical Society*, 34 (3), 405–417.
- Lake, D. A. (2009). Relational Authority and Legitimacy in International Relations. *American Behavioral Scientist*, 53 (3), 331–353.
- Lamont, C. (2022). *Research Methods in International Relations* (A. Malvern, Ed.; 2nd ed.). SAGE Publications Ltd.
- Lanteigne, M. (2020, March 12). The Best-Laid Plans? Russia's New Arctic Strategies Face Many Hurdles. *Over the Circle*.
<https://overthecircle.com/2020/03/12/the-best-laid-plans-russias-new-arctic-strategies-face-many-hurdles/>
- Laruelle, M. (2006). *Aleksandr Dugin: A Russian Version of the European Radical Right?* Woodrow Wilson International Center for Scholars, (294).
- Laruelle, M. (2012). Larger, higher, farther north... geographical metanarratives of the nation in Russia. *Eurasian Geography and Economics*, 53 (3), 557–574.
- Laruelle, M. (2020). *Russia's Arctic Policy: A Power Strategy and Its Limits* *Russie.Nei.Visions*, No. 117, Institut Français des Relations Internationales, March 2020 (117).
- Leal, J. L. R. (2012). *O Ártico como Espaço Geopolítico* [Doctoral Dissertation]. ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa.
- Lin, A., Reed, J., & Seddon, M. (2022, September 8). *India and China undercut Russia's oil sanctions pain*. The Financial Times.
<https://www.ft.com/content/b38d3ab5-ea57-400e-87e9-f48eaf3e0510>
- Malaver, L. (2021, June). *It is Time for the United States to Ratify UNCLOS*. US Naval Institute.
<https://www.usni.org/magazines/proceedings/2021/june/it-time-united-states-ratify-unclos>
- Maritime Executive. (2019, March 8). *Russia Tightens Control Over Northern Sea Route*.
<https://www.maritime-executive.com/article/russia-tightens-control-over-northern-sea-route>
- Marsh, W. M., & Kaufman, M. M. (2013). *Physical Geography: Great Systems and Global Environments*. Cambridge University Press.
- Mazharov, A. (2020, December 23). *Alexander Mazharov: Russia will grow with the Arctic*. Izborsk Club.
<https://izborsk-club.ru/20411>
- Meade, J. R. (2020). *Russia's New Arctic Policy 2035: Implications for Great Power Tension Over the Northern Sea Route*. National Intelligence University.
- Mearsheimer, J. J. (2013). Structural Realism. In T. Dunne, M. Kurki, & S. Smith (Eds.), *International Relations Theories: Discipline and Diversity* (3rd ed.). Oxford University Press.
- Medvedev, D. (2008). *Foundations of the Russian Federation national policy in the Arctic until 2020 and beyond* (P. Burgess, Trans). Arctic Portal

- Medvedev, D. (2009). *The Russian Federation's 2009 Strategy for National Security Up to 2020*. The Russian Government.
- Medvedev, D. (2010). *The Military Doctrine of the Russian Federation*. Kremlin.
https://carnegieendowment.org/files/2010russia_military_doctrine.pdf
- Melnikov, V. P., Osipov, V. I., Brouchkov, A. V., Falaleeva, A. A., Badina, S. V., Zheleznyak, M. N., Sadurtdinov, M. R., Ostrakov, N. A., Drozdov, D. S., Osokin, A. B., Sergeev, D. O., Dubrovin, V. A., & Fedorov, R. Yu. (2022). Climate warming and permafrost thaw in the Russian Arctic: potential economic impacts on public infrastructure by 2050. *Natural Hazards*, 112 (1), 231–251.
- Mikkola, H. (2019). *The Geostrategic Arctic Hard Security In The High North*. Finnish Institute of International Affairs.
- Ministry of Energy of the Russian Federation. (2009). *Energy Strategy for Russia for the period up to 2030*. Kremlin.
[http://www.energystrategy.ru/projects/docs/ES-2030_\(Eng\).pdf](http://www.energystrategy.ru/projects/docs/ES-2030_(Eng).pdf)
- Ministry of Transports of the Russian Federation. (2009). *Transport Strategy of the Russian Federation for the period up to 2030*. Kremlin.
http://www.mintrans.ru/upload/iblock/3cc/ts_proekt_16102008.pdf.
- MIR24. (2021, November 24). *The Arctic Under Threat: How Does Global Warming Affect Russia's North Coast?*
<https://news.rambler.ru/community/47640602-arktika-pod-ugrozoy-kak-globalnoe-poteplenie-vliyaet-na-severnoe-poberezhe-rossii/>
- Morgenthau, H. (1985). *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace* (K. W. Thompson, Ed.). Alfred A. Knopf.
- Morgunova, M., & Westphal, K. (2016). *Offshore Hydrocarbon Resources in the Arctic. From Cooperation to Confrontation in an Era of Geopolitical and Economic Turbulence?*
www.swp-berlin.org
- National Geographic. (2023, June 5). *Terras raras: a Europa importa 100% destes elementos críticos para a sustentabilidade, mas qual é o preço desta dependência?*
https://www.nationalgeographic.pt/ciencia/terras-raras-a-europa-importa-100-destes-elementos-criticos-para-a-sustentabilidade-mas-qual-e-o-preco-desta-dependencia_3038
- National Snow and Ice Data Center (NSIDC). (2023, September 25). *Arctic sea ice minimum at sixth lowest extent on record*. NSIDC Website.
<http://nsidc.org/arcticseaicenews/2023/09/arctic-sea-ice-minimum-at-sixth/>
- NATO. (2010). *2010 Strategic Concept*. NATO.
- NATO. (2018a). NATO Secretary General briefs on exercise Trident Juncture. NATO.
https://www.nato.int/cps/en/natohq/news_159663.htm#:~:text=NATO%20Secretary%20General%20Jens%20Stoltenberg,personnel%20from%20across%20the%20Alliance.
- NATO. (2018b). *Trident Juncture 2018*. NATO.
<https://www.nato.int/cps/en/natohq/157833.htm>
- NATO. (2022a). *2022 Strategic Concept*. NATO.
- NATO. (2022b, March 2). *Press point by Secretary General Jens Stoltenberg and Prime Minister Katrín Jakobsdóttir of Iceland*. Speeches and Transcripts.
https://www.nato.int/cps/en/natohq/opinions_192697.htm

- NATO. (2022c, March 7). *Exercise Cold Response 2022 – NATO and partner forces face the freeze in Norway*. NATO.
https://www.nato.int/cps/en/natohq/news_192351.htm
- NATO. (2023, July 27). *NATO Response Force*. NATO.
https://www.nato.int/cps/ie/natohq/topics_49755.htm
- New York Times. (2007, August 7). Arctic explorers return to hero's welcome in Moscow. *New York Times*.
<https://www.nytimes.com/2007/08/07/health/07iht-north.4.7023688.html>
- Newdick, T. (2022, July 8). *Russia Now Firing S-300 Surface-To-Air Missiles At Land Targets In Ukraine: Official*. The Drive.
<https://www.thedrive.com/the-war-zone/russia-now-firing-s-300-surface-to-air-missiles-at-land-targets-in-ukraine-official>
- Nielsen, K. H., & Nielsen, H. (2016). Camp Century—Cold War City Under the Ice. In M. Heymann, K. C. Harper, & R. E. Doel (Eds.), *Exploring Greenland: Cold War Science and Technology on Ice* (pp. 195–217). Palgrave Macmillan.
- Nilsen, E. (2022, March 14). The Willow Project has been approved. Here's what to know about the controversial oil-drilling venture. *CNN*.
<https://edition.cnn.com/2023/03/14/politics/willow-project-oil-alaska-explained-climate/index.html>
- Nilsen, T. (2021a, January 26). Is this Russia's new coastal base for the "doomsday nuke" drones? *The Barents Observer*.
<https://thebarentsobserver.com/en/security/2021/01/russias-new-coastal-base-doomsday-nuke-drone>
- Nilsen, T. (2021b, May 23). Tackling dumped nuclear waste gets priority in Russia's Arctic Council leadership. *The Independent Barents Observer*.
<https://thebarentsobserver.com/en/nuclear-safety/2021/05/lifting-nuclear-waste-kara-sea-gets-priority-russias-arctic-council>
- Nilsen, T. (2022a, June 1). Russia pauses nuclear safety cooperation with Norway in the north. *The Independent Barents Observer*.
<https://thebarentsobserver.com/en/nuclear-safety/2022/06/russia-pauses-nuclear-safety-cooperation-norway-north>
- Nilsen, T. (2022b, July 9). More Russian GPS jamming than ever across border to Norway. *The Barents Observer*.
<https://thebarentsobserver.com/en/security/2022/07/more-russian-gps-jamming-ever-across-border-norway>
- Nilsen, T. (2022c, August 30). Construction of second Arctic floating nuclear power plant is underway. *The Independent Barents Observer*.
<https://thebarentsobserver.com/en/nuclear-safety/2022/08/construction-second-arctic-floating-nuclear-power-plant-started>
- Nilsen, T. (2022d, October 5). Orthodox church from Severomorsk wanted to study Kirkenes water supply. *The Barents Observer*.
<https://thebarentsobserver.com/en/security/2022/10/orthodox-church-severomorsk-wanted-collaborate-drinking-wanter-kirkenes>
- Nilsen, T., Kudrik, I., & Nikitin, A. (1996). *The Russian Northern Fleet: Sources of Radioactive contamination*. The Bellona Foundation.
- Nilsson, A., & Christensen, M. (2019). *Narratives in the russian media of conflict and cooperation in the Arctic*. Stockholm International Peace Research Institute, (2019/5).

- Njølstad, O. (2006). Atomic intelligence in Norway during the Cold War. *Journal of Strategic Studies*, 29 (4), 653–673.
- Nordenman, M. (2019). *The New Battle for the Atlantic: Emerging Naval Competition with Russia in the Far North*. Naval Institute Press.
- Nordregio. (2019, January). *Resources in the Arctic 2019*. Nordregio.
<https://nordregio.org/maps/resources-in-the-arctic-2019/>
- Northern Sea Route Information Office. (2022, April 29). *Icebreakers to break the Northern Sea Route*.
<https://arctic-lio.com/icebreakers-to-break-the-northern-sea-route/>
- Northern Sea Route Information Office. (2023). *Shipping traffic at the NSR in 2022*.
<https://arctic-lio.com/nsr-2022-short-report/>
- Norwegian Armed Forces. (2022, November 17). *Cold Response 2022*. Forsvaret.
<https://www.forsvaret.no/en/exercises-and-operations/exercises/cr22>
- Norwegian Armed Forces. (2023, March). *Joint Viking 2023*. Forsvaret.
<https://www.forsvaret.no/en/exercises-and-operations/exercises/jv23>
- Norwegian Government. (2021). *The Norwegian Government's Arctic Policy*. Norwegian Government.
https://www.regjeringen.no/en/dokumenter/arctic_policy/id2830120/#tocNode_16
- Norwegian Intelligence Service. (2023). *Focus 2023: The Norwegian Intelligence Service's assessment of current security challenges*.
- Norwegian Ministry of Defence. (2016). *Capable and Sustainable: Long Term Defence Plan*. Norwegian Ministry of Defence.
- Norwegian Ministry of Defence. (2020). *The defence of Norway: Capability and readiness. Long Term Defence Plan 2020*. Norwegian Ministry of Defence.
- Norwegian Ministry of Foreign Affairs. (2006). *The Norwegian Government's High North Strategy*. Norwegian Ministry of Foreign Affairs.
- NSIDC - National Snow and Ice Data Center. (2023). *Frozen Ground & Permafrost*. NSIDC Website. NSIDC - National Snow and Ice Data Centre.
- NSRA. (n.d.). *Subject of activity and functions of the FSA (versão em inglês)*. Federal State Budgetary Institution Northern Sea Route Website.
http://www.nsra.ru/en/glavnaya/ceii_funktsii.html
- Offerdal, K. (2016). The 1920 Svalbard Treaty. In M. Melino & H.A. Conley (Ed), *History Lessons for the Arctic: What International Maritime Disputes Tell Us about a New Ocean* (pp. 13–23) by Centre for Strategic and International Studies.
- Office of the Under Secretary of Defense for Policy. (2019). *The 2019 Department of Defense Arctic Strategy*. U.S. Department of Defence.
- Olsen, J. A. (2022). Understanding NATO. *RUSI*, 165 (3), 60–70.
- Ong, T. (2021, April 15). *Russia's Anti-Hypersonic Missile Radar to Deploy in Arctic by June*. The Defence Post.
<https://www.thedefensepost.com/2021/04/15/russia-anti-missile-radar-arctic/>
- Oreshenkov, A. (2010). Arctic Square of Opportunities: North Pole and “Shelf” of Svalbard Can not Be Norwegian. *Russia in Global Affairs*, 4.

- O'Rourke, R. (2012). *Changes in the Arctic: Background and Issues for Congress*. Congressional Research Service.
- Østhagen, A. (2016). High North, Low Politics—Maritime Cooperation with Russia in the Arctic. *Arctic Review on Law and Politics*, 7 (1), 83–100.
- Østhagen, A. (2021). The Arctic security region: misconceptions and contradictions. *Polar Geography*, 41 (1), 55–74.
- Ottawa Declaration*. (1996). Arctic Council Archive.
<https://oaarchive.arctic-council.org/items/fb29e6d2-d60c-43ca-8e46-fa7a505033e0>
- Pashakhanlou, A. H. (2017). *Realism and Fear in International Relations*. Springer Nature.
- Paul, M. (2022b). *Arctic Repercussions of Russia's Invasion: Council on Pause, Research on Ice and Russia Frozen Out*. Stiftung Wissenschaft und Politik -SWP- Deutsches Institut für Internationale Politik und Sicherheit, (39).
- Paul, M. (2023). *U.S. Arctic Security Policy: North American Arctic strategies, Russian hubris and Chinese ambitions*. Stiftung Wissenschaft und Politik -SWP- Deutsches Institut für Internationale Politik und Sicherheit, (40).
- Paul, M., & Swistek, G. (2022a). *Russia in the Arctic: Development Plans, Military Potential, and Conflict Prevention*. Stiftung Wissenschaft und Politik -SWP- Deutsches Institut für Internationale Politik und Sicherheit, (3).
- Peacy Treaty between the Republic of Finland and the Russian Socialist Federal Republic. (1920). In *Treaty Series*. League of Nations.
https://histdoc.net/history/dorpat1920_en.html
- Pedersen, T. (2006). The Svalbard continental shelf controversy: Legal disputes and political rivalries. *Ocean Development and International Law*, 37(3–4), 339–358.
<https://doi.org/10.1080/00908320600800960>
- Pereira, R. M. de C. (2014). *A Geopolítica do Ártico e a Estratégia de Segurança Energética da União Europeia* [Master Dissertation]. Universidade de Lisboa.
- Person, R. (2017). Balance of threat: The domestic insecurity of Vladimir Putin. *Journal of Eurasian Studies*, 8(1), 44–59.
<https://doi.org/10.1016/j.euras.2016.11.001>
- Petersen, M. B., & Pincus, R. (2021). Arctic Militarization and Russian Military Theory. *Orbis*, 65 (3), 490–512.
- Petersen, N. (2008). The Iceman that never came: “Project Iceworm”, the search for a NATO deterrence, and Denmark, 1960-1962. *Scandinavian Journal of History*, 33 (1), 75–98.
- Petersen, N. (2011). SAC at Thule: Greenland in the U.S. polar strategy. *Journal of Cold War Studies*, 13 (2), 90–115.
- Pincus, R. (2020). The History of USA-Russia Relations in the Bering Strait. In K. S. Coates & C. Holroyd (Eds.), *The Palgrave Handbook of Arctic Policy and Politics* (pp. 333–349). Palgrave Macmillan.
- Portsel, A. K. (2012). Russia Remains on Spitsbergen. *Arctic and the North*, 9, 1–20.
- Poulsen, R. W. (2022, December 18). How Greenland's Mineral Wealth Made It a Geopolitical Battleground. *Foreign Policy*.
<https://foreignpolicy.com/2022/12/18/how-greenlands-mineral-wealth-made-it-a-geopolitical-battleground/>

- Prokhanov, A. (2013). Foundations of Russia's National Idea. In *Valdai Discussion Club Website*. Valdai Discussion Club.
https://valdaiclub.com/a/highlights/foundations_of_russia_s_national_idea/
- Prokhanov, A. (2017, March 18). *Alexander Prokhanov: The Arctic is a common cause*. Izborsk Club.
<https://izborsk-club.ru/12788>
- Puko, T. (2022, March 17). What is Willow? How an Alaska oil project could affect the environment. *The Washington Post*.
<https://www.washingtonpost.com/climate-environment/2023/03/17/willow-project-alaska-oil-drilling-explained/>
- Putin, V. (2007, February 10). *Speech and the Following Discussion at the Munich Conference on Security Policy*. Kremlin.
<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/copy/24034>
- Putin, V. (2011, September 22). *Vladimir Putin's speech at the International Arctic Forum*. Archive of the Official Site of the 2008-2012 Prime Minister of the Russian Federation Vladimir Putin.
<http://archive.premier.gov.ru/eng/events/news/16536/>
- Putin, V. (2013). *The Strategy for the Development of the Arctic Zone of the Russian Federation and Ensuring National Security for the Period up to 2020*. Kremlin
- Putin, V. (2020). *Foundations of the Russian Federation State Policy in the Arctic for the Period up to 2035*. Kremlin.
- Putin, V. (2021). *The National Security Strategy of the Russian Federation*. Kremlin.
- RACMP. (n.d.). *What were the Arctic Convoys? History and Learning*.
<https://racmp.co.uk/history-learning/what-were-the-arctic-convoys/>
- Rathbun, B. C. (2019). The Three "R"s of International Relations: Realism, Romanticism, and Rationality. In *Reasoning of State* (pp. 38–73). Cambridge University Press.
- Rauhala, E. (2022, October 20). Norway on edge over drone sightings, arrest of son of Putin confidant. *The Washington Post*.
<https://www.washingtonpost.com/world/2022/10/20/norway-drones-russia-arrests-gas/>
- Rauhala, E., & Bennett, D. (2022, October 27). Alleged Russian spy arrested by Norway attended seminar on hybrid attacks. *The Washington Post*.
<https://www.washingtonpost.com/world/2022/10/27/norway-russia-spy-hybrid-attack/>
- RBK Obshestvo. (2021, April 13). *Experts explained the hastening of climate change in Russia*.
<https://www.rbc.ru/rbcfreenews/6075a38a9a794708758c4d14>
- Renz, B. (2018). *Russia's Military Revival*. Polity.
- Reuters. (2021a, March 26). Three Russian submarines surface and break Arctic ice during drills. *Reuters*.
<https://www.reuters.com/article/us-russia-military-arctic-idUSKBN2BI2RZ>
- Reuters. (2021b, July 2). Russia's Putin signs law to curb greenhouse gas emissions. *Reuters*.
<https://www.reuters.com/business/environment/russias-putin-signs-law-curb-greenhouse-gas-emissions-2021-07-02/>
- Reuters. (2022, January 20). Finland's PM says NATO membership is "very unlikely" in her current term. *Reuters*.
<https://www.reuters.com/world/europe/finlands-pm-says-nato-membership-is-very-unlikely-her-watch-2022-01-19/>

- Reuters. (2023a, April 28). Kremlin plays down idea that Russia is preparing a nuclear weapons test. *Reuters*.
<https://www.reuters.com/world/europe/kremlin-plays-down-idea-that-russia-is-preparing-nuclear-weapons-test-2023-04-28/>
- Reuters. (2023b, August 28). Newest NATO member Finland to spend 2.3% of GDP on defence. *Reuters*.
<https://www.reuters.com/business/aerospace-defense/newest-nato-member-finland-spend-23-gdp-defence-2023-08-28/#:~:text=Finland%20joined%20the%20alliance%20in,than%20the%20estimate%20for%202023.>
- Reuters. (2023c, September 11). Sweden adds another 700 million crowns to its 2024 defence spending. *Reuters*.
<https://www.reuters.com/world/europe/sweden-adds-another-sek-700-mln-its-2024-defence-spending-2023-09-11/>
- Richard Crawley. (1982). *Thucydides, The History of the Peloponnesian War: Vol. Volume I* (revision edition). Dolphin Books.
- Roberts, K. (2010). Jets, flags, and a new Cold War? Demystifying Russia's Arctic intentions. *International Journal*, 65 (4).
- Roberts, K. (2015). Why Russia will play by the rules in the Arctic. *Canadian Foreign Policy Journal*, 21 (2), 112–128.
- Rodríguez, N. G. (2019). *A problemática do Ártico na atualidade: uma visão estratégica*. Universidade Católica Portuguesa.
- Roskill, C. S. W. (1962). *History of the Second World War: War at Sea 1939-1945* (3rd ed., Vol. 2). Naval and Military Press.
- Roucek, J. S. (1983). The Geopolitics of the Arctic. *The American Journal of Economics and Sociology*, 42 (4), 463-471.
- Rowe, E. W., & Blakkisrud, H. (2014). A New Kind of Arctic Power? Russia's Policy Discourses and Diplomatic Practices in the Circumpolar North. *Geopolitics*, 19 (1), 66–85.
- Rozanov, O. (2016, June 1). *Oleg Rozanov: The Arctic is the North Pole of the Russian World*. Izborsk Club.
<https://izborsk-club.ru/9745>
- RTP. (2023, August 28). Biden vai assinalar 22.º aniversário do 11 de Setembro no Alasca. *RTP*.
https://www.rtp.pt/noticias/mundo/biden-vai-assinalar-22-aniversario-do-11-de-setembro-no-alasca_n1510206
- Rumer, E., Sokolsky, R., & Stronski, P. (2021). *Russia in the Arctic: a critical examination*. Carnegie Endowment for International Peace
- Sagalevich, A. M. (2018). 30 years' experience of Mir submersibles for the ocean operations. *Deep-Sea Research Part II: Topical Studies in Oceanography*, 155, 83–95.
- Sandberg, E., Hunsinger, E., & Whitney, S. (2013). *A history of Alaska population settlement*. Alaska Department of Labor and Workforce Development
- Scheffran, J. (2009). The Gathering Storm: Is Climate Change a Security Threat? *Security Index: A Russian Journal on International Security*, 15 (2), 21–31.
- Schepp, M., & Traufetter, G. (2009a, January 29). Riches at the North Pole: Russia Unveils Aggressive Arctic Plans. *Spiegel International*, 1109–1132.

- <https://www.spiegel.de/international/world/riches-at-the-north-pole-russia-unveils-aggressive-arctic-plans-a-604338.html>
- Schepp, M., & Traufetter, G. (2009b, January 29). Ritches at the North Pole: Russia Unveils Aggressive Arctic Plans. *Spiegel International*.
<https://www.spiegel.de/international/world/riches-at-the-north-pole-russia-unveils-aggressive-arctic-plans-a-604338.html>
- Senate Armed Services. (2020). Statement of General J. O’Shaughnessy, United States Air Force Commander of United States Northern Command and North American Aerospace Defense Command before the Senate Armed Services Committee. In *Subcommittee on Readiness and Management Support*.
- Sergunin, A., & Konyshev, V. (2014). Russia in search of its Arctic strategy: between hard and soft power? *The Polar Journal*, 4 (1), 69–87.
- Sergunin, A., & Konyshev, V. (2015). *Russia in the Arctic: Hard or Soft Power?* ibidem-Verlag Press.
- Sheehan, M. (2005). *The Balance of Power: History and Meaning* (Digital Edition). Routledge.
- Shtyrov, V. (2018, February 8). *Vyacheslav Shtyrov: The Arctic. The greatness of the project*. Izborsk Club.
<https://izborsk-club.ru/14751>
- Siegel, E. (2020, March 28). *How Can a Nuclear Bomb Be Hotter Than Tthe Center Of Our Sun?* Forbes.
<https://www.forbes.com/sites/startswithabang/2020/03/28/ask-ethan-how-can-a-nuclear-bomb-be-hotter-than-the-center-of-our-sun/>
- Siu, L. T. L. (2022). Autonomous Nuclear Torpedoes Usher in a Dangerous Future. *U.S. Naval Institute*, 148/5(1431).
<https://www.usni.org/magazines/proceedings/2022/may/autonomous-nuclear-torpedoes-usher-dangerous-future>
- Siza, R. (2023, July 7). Já há 11 aliados da NATO a gastar mais de 2% do PIB na defesa. *Publico*.
<https://www.publico.pt/2023/07/07/mundo/noticia/ja-ha-11-aliados-nato-gastar-2-pib-defesa-2056055>
- Snyder, G. H. (1984). The Security Dilemma in Alliance Politics. *World Politics*, 36 (4), 461-495.
- Snyder, G. H. (1997). *Alliance Politics* (1st ed.). Cornell University Press.
- Solsvik, T., & Adomaitis, N. (2021, April 16). Norway to Allow U.S. Military to Build on Its Soil in New Accord. *REUTERS*.
<https://www.reuters.com/world/europe/norway-may-allow-us-military-build-its-soil-revised-cooperation-deal-2021-04-16/>
- Sørensen, C. T. N., & Klimenko, E. (2017). *Emerging Chinese-Russian cooperation in the Arctic*. *Stockholm International Peace Research Institute* (46).
- Spohr, A. P., Höring, J. da S., Cerioli, L. G., Lersch, B., & Soares, J. G. A. (2013). The Militarization of the Arctic: Political, Economic and Climate Challenges. *UFRGSMUN | UFRGS Model United Nations Journal*, 1, 11–70.
- Sprenger, S. (2020, May 12). NATO’s Camille Grand on the alliance’s Arctic tack. *The Defense News*.
<https://www.defensenews.com/global/europe/2020/05/11/natos-camille-grand-on-the-alliances-arctic-tack/>

- Staalesen, A. (2020, October 14). Moscow signals it will make national security a priority in Arctic Council. *The Barents Observer*.
<https://thebarentsobserver.com/en/security/2020/10/moscow-signals-it-will-make-security-situation-priority-arctic-council>
- Staalesen, A. (2022, April 29). Norway closes seaports and border to Russian traffic. *The Barents Observer*.
<https://thebarentsobserver.com/en/2022/04/norway-closes-seaports-and-border-russian-traffic>
- Stars and Stripes. (2021, January 8). *1,000 US Marines Arrive in Norway for Cold-Weather training*. Stars and Stripes.
<https://www.stripes.com/theaters/europe/1-000-us-marines-arrive-in-norway-for-cold-weather-training-1.657845#:~:text=More%20than%201%2C000%20Marines%20and,military%20and%20other%20NATO%20allies.>
- Staun, J. (2017). Russia's strategy in the Arctic: Cooperation, not confrontation. In *Polar Record* (Vol. 53, Issue 3, pp. 314–332). Cambridge University Press.
<https://doi.org/10.1017/S0032247417000158>
- Stone, M. (2009). *Security According to Buzan: A Comprehensive Security Analysis*. Security Discussion Paper, Spring (9).
- Stone, M. (2021, August 19). Siberia's massive wildfires are unlocking extreme carbon pollution. *BBC*.
<https://www.nationalgeographic.com/environment/article/siberias-massive-wildfires-are-unlocking-extreme-carbon-pollution>
- Sukhankin, S. (2020). The Northeastern Dimension of Russia's 'Ocean Shield 2020' Naval Exercises (Part One). *Eurasia Daily Monitor*, 17 (125).
- Sukhankin, S. (2021). Russia's New 'Arctic Offensive': Do the Benefits Outweigh the Costs? (Part Two). *Eurasia Daily Monitor*, 18 (35).
- Sukhankin, S., Bouffard, T., & Lackenbauer, P. W. (2021). Strategy, Competition, and Legitimization: Development of the Arctic Zone of the Russian Federation. In L. Heininen (Ed.), *2021 Arctic Yearbook- Defining and Mapping the Arctic: Sovereignties, Policies and Perceptions* (pp. 207–233).
- Taagholt, J., & Hansen, J. C. (2001). *Greenland: Security Perspectives*. Arctic Research Consortium of the United States
- Tang, S. (2009). The security dilemma: A conceptual analysis. *Security Studies*, 18 (3), 587–623.
- TASS. (2020a, May 13). *The Ministry for the Development of the Russian Far East has begun developing a new state program for the development of the Arctic*.
<https://tass.ru/ekonomika/8464809>
- TASS. (2020b, November 24). *The Ministry for the Development of the Russian Far East assessed the direct damage from global warming in the Arctic*.
https://tass.ru/ekonomika/10081799?utm_source=google.com&utm_medium=organic&utm_campaign=google.com&utm_referrer=google.com
- TASS. (2021, April 14). Russia's anti-hypersonic missile radar to enter combat duty in Arctic by July. *TASS*.
<https://tass.com/defense/1277677>

- TASS. (2022, December 8). *Development of Northern Sea Route will bring Russia trillions of dollars, says minister*.
<https://tass.com/economy/1547935>
- TASS. (2023a, March 22). Investments in state system to monitor permafrost in Arctic estimated at \$155 million. *The Arctic Today*.
<https://tass.com/science/1592735>
- TASS. (2023b, April 7). *Rosatom expects that the volume of cargo transportation along the NSR in 2035 will exceed 270 million tons*.
<https://tass.ru/ekonomika/17474429>
- TASS. (2023c, May 19). G7 concerned over Russia's readiness to resume nuclear tests. *TASS*.
<https://tass.com/world/1620361>
- The Arctic Council. (n.d.). *Arctic Council Observers*.
<https://arctic-council.org/about/observers/>
- The Arctic Council Secretariat. (2021). *The Arctic Council: a quick guide*. *The Arctic Council*
- The Arctic Institute. (2022, August). *Russia*. The Arctic Institute.
<https://www.thearcticinstitute.org/country-backgrounders/russia/>
- The Financial Times. (2023, September 11). Sweden to boost defence spending next year by almost 30%. *The Financial Times*.
<https://www.ft.com/content/d1afa268-a59b-4299-9b27-b8d716819417>
- The Guardian. (2019, May 6). US warns Beijing's Arctic activity risks creating "new South China Sea." *The Guardian*.
<https://www.theguardian.com/world/2019/may/06/pompeo-arctic-activity-new-south-china-sea>
- The Guardian. (2022, March 13). Biden approves controversial Willow oil drilling project in Alaska. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/us-news/2023/mar/13/alaska-willow-project-approved-oil-gas-biden>
- The Ilulissat Declaration. (2008). In *Arctic Ocean Conference*.
<https://arcticportal.org/images/stories/pdf/Ilulissat-declaration.pdf>
- The State Council Information Office of the People's Republic of China. (2018). China's Arctic Policy. In *The State Council Information Office of the People's Republic of China*.
https://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2018/01/26/content_281476026660336.htm
- The State Council of the People's Republic of China. (2018, January 26). *China's Arctic Policy*. China's Arctic Policy.
- The UK Parliamentary Office of Science and Technology. (2023). *Hypersonic missiles* (696).
<https://researchbriefings.files.parliament.uk/documents/POST-PN-0696/POST-PN-0696.pdf>
- The White House. (2020, June 9). *Memorandum on Safeguarding U.S. National Interests in the Arctic and Antarctic Regions*. Presidential Memoranda.
<https://trumpwhitehouse.archives.gov/presidential-actions/memorandum-safeguarding-u-s-national-interests-arctic-antarctic-regions/#:~:text=To%20help%20protect%20our%20national,fully%20deployable%20by%20Fiscal%20Year>
- The White House. (2022a). *National Security Strategy*. US Government.
- The White House. (2022b). *National Strategy for the Arctic Region*. U.S Government.

- Tømmerbakke, S. G. (2020, February 4). Russia to Test Missiles Off the North Norwegian Coast This Week. *The High North News*. <https://www.highnorthnews.com/en/russia-test-missiles-north-norwegian-coast-week>
- Townsend, J., & Kendall-Taylor, A. (2021). *The Origins of Great-Power Competition in the Arctic Report Title: Partners, Competitors, or a Little of Both? Report Subtitle: Russia and China in the Arctic*.
- Trenin, D. (2020, March 31). *Russia and China in the Arctic: Cooperation, Competition, and Consequences*. Carnegie Endowment for International Peace. <https://carnegiemoscow.org/commentary/81407>
- UN. (2010). *Treaty between the Kingdom of Norway and the Russian Federation concerning Maritime Delimitation and Cooperation in the Barents Sea and the Arctic Ocea*.
- UN General Assembly. (1982). *United Nations Convention on the Law of the Sea*. UN.
- UNCLOS. (2023). *Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in Regard to the Partial Revised Submission Made by the Russian Federation in Respect of the Arctic Ocean in 3 of August of 2015 with Adenda Submitted on 31 of March of 2021*.
- United States, D. of S. (n.d.). *A Guide to the United States' History of Recognition, Diplomatic, and Consular Relations, by Country, since 1776: Finland*. Office of the Historian. <https://history.state.gov/countries/finland#:~:text=Finland%20declared%20its%20independence%20from,Finnish%20Foreign%20Minister%20Rudolf%20Holsti>.
- U.S. Department of State. (2022, March 3). *Joint Statement on Arctic Council Cooperation Following Russia's Invasion of Ukraine*. Media Note. <https://www.state.gov/joint-statement-on-arctic-council-cooperation-following-russias-invasion-of-ukraine/>
- US Government. (2022). *National Strategy for the Arctic Region*. The White House. <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2022/10/National-Strategy-for-the-Arctic-Region.pdf>
- Vestergaard, C. (2014). Going non-nuclear in the nuclear alliance: the Danish experience in NATO. *European Security*, 23 (1), 106–117.
- Viotti Paul R, & Kauppi Mark V. (2010). *International Relations Theory* (4th ed.). Pearson Education.
- Wall, C., & Wegge, N. (2023). *The Russian Arctic Threat: Consequences of the Ukraine War*. Center for Strategic and International Studies
- Walling, M. G. (2012). *Forgotten Sacrifice: The Arctic Convoys of World War II*. Bloomsbury Publishing.
- Walsh, N. P., & Dean, S. (2022a, December 22). Russia's militarization of the Arctic shows no sign of slowing down. *CNN International*. <https://edition.cnn.com/2022/12/21/europe/russia-arctic-military-intl/index.html>
- Walsh, N. P., & Dean, S. (2022b, December 22). Russia's militarization of the Arctic shows no sign of slowing down. *CNN*. <https://edition.cnn.com/2022/12/21/europe/russia-arctic-military-intl/index.html>
- Walt, S. M. (1985). Alliance Formation and the Balance of World Power. *International Security*, 9 (4), 3–43.
- Walt, S. M. (1987). *The Origins of Alliances*. Cornell University Press.

- Walt, S. M. (1998). *International Relations: One World, Many Theories*. Foreign Policy, 110, 29-46.
- Waltz, K. (1979). *Theory of International Politics*. Addison-Weley Publishing Company.
- Warner, R. (1972). *Thucydides: History of the Peloponnesian War: Vol. Volume I* (revision edition). Penguin.
- Willett, L. (2009). The Navy in Russia's "Resurgence." *RUSI*, 154 (1), 50-55.
- Wither, J. K. (2018). Svalbard: NATO's Arctic 'Achilles' Heel. *RUSI*, 163 (5), 28-37.
- Wittmann, H.-J. (2020, September 2). *Russia wants to develop the Arctic economically*. GTAI-Germany Trade and Investment.
<https://www.gtai.de/de/trade/russland/branchen/russland-will-die-arktis-wirtschaftlich-erschliessen-539456>
- Wohlforth, W. C., Little, R., Kaufman, S. J., Kang, D., Jones, C. A., Hui, V. B., Eckstein, A., Deudney, D., & Brenner, W. L. (2007). Testing balance-of-power theory in world history. *European Journal of International Relations*, 13 (2), 155-185.
- Zagare, F. C., & Kilgour, D. M. (1998). Deterrence Theory and the Spiral Model Revisited. *Journal of Theoretical Politics*, 10 (1), 59-87.
- Zhuravel, V. (2020, June 28). Hot spots in the Arctic: Russia responds to external challenges to national security in the region. *Nezavisimaya Gazeta*.
https://www.ng.ru/dipkurer/2020-06-28/9_7896_arctic.html
- Zysk, K. (2015). Russia turns north, again: interests, policies and the search for coherence. In L. C. Jensen & G. Hønneland (Eds.), *Handbook of the Politics of the Arctic*. Edward Elgar Publishings.

ANEXOS

ANEXO I - A reconfiguração geopolítica do Ártico durante a I Guerra Mundial

Durante o rescaldo da I Guerra Mundial, a desintegração do império russo (provocada pela abdicação do czar Nicolas II) e a decorrente eclosão da Revolução Bolchevique em Outubro de 1917, viram o movimento Bolchevique liderado por Vladimir Lenine subir ao poder do governo soviético. A rutura do regime imperialista conduziria a uma era socialista, a qual culminaria no acordo entre a Rússia, a Bielorrússia, a Ucrânia e o Cáucaso do Sul³⁴ em 1922, acordo este que marcou a génese da União das Repúblicas Sociais Soviéticas (URSS), comumente designada União Soviética.

Finlândia

Até 1917, a Finlândia era considerada uma região autónoma do império russo, pese embora que tivesse um governo nacional, o último que respondia em última instância às diretivas imperialistas do czar. Quando o regime imperialista caiu, a Finlândia encontrou nesse momento de fragilidade e de incerteza a oportunidade para, a 6 de Dezembro de 1917, proclamar a sua independência e soberania (data essa que é celebrada anualmente como o dia da Independência e o feriado nacional finlandês mais importante). A Rússia, dominada pelos bolcheviques, aceitou a declaração de independência da Finlândia a 18 de Dezembro de 1917, sendo que apenas em 1920 ficou formalizada no Tratado de Tartu. Os EUA reconheceriam a Finlândia como território soberano e independente a 7 de Maio de 1919 (Department of State of the United States, n.d.) e Portugal a 19 de Dezembro de 1919 (Portal Diplomático, n.d.).

O tratado de Tartu, assinado a 14 de Outubro de 1920, foi um acordo de paz³⁵ e o resultado de demoradas negociações entre a Finlândia e a Rússia soviética. O tratado estipulou que o território finlandês englobaria a Carélia ocidental assim como o istmo da Carélia. Para além destes dois territórios, foi dada à Finlândia a liberdade de escolha entre a região de Petsamo (região situada no nordeste da fronteira e com acesso direto ao Oceano Ártico) e a região da Carélia oriental, no sudeste da fronteira. A Finlândia optou pela primeira, sendo que a principal razão da decisão foi a vantagem adquirida pela garantia no acesso direto ao Oceano Ártico. A escolha da Finlândia deixava a Carélia oriental como parte integrante da Rússia. No momento de assinatura do tratado de Tartu, a Rússia declarou a região da Carélia oriental uma região autónoma. Esta declaração não fez parte do tratado de Tartu mas consta de um anexo ao próprio Documento (“Peacy Treaty between the Republic of Finland and the Russian Socialist Federal Federal Republic” 1920, p. 76).

³⁴ Região que hoje englobaria o território da Arménia, do Azerbaijão e da Geórgia.

³⁵ Evidenciado pelo Artigo 1º do mesmo documento.

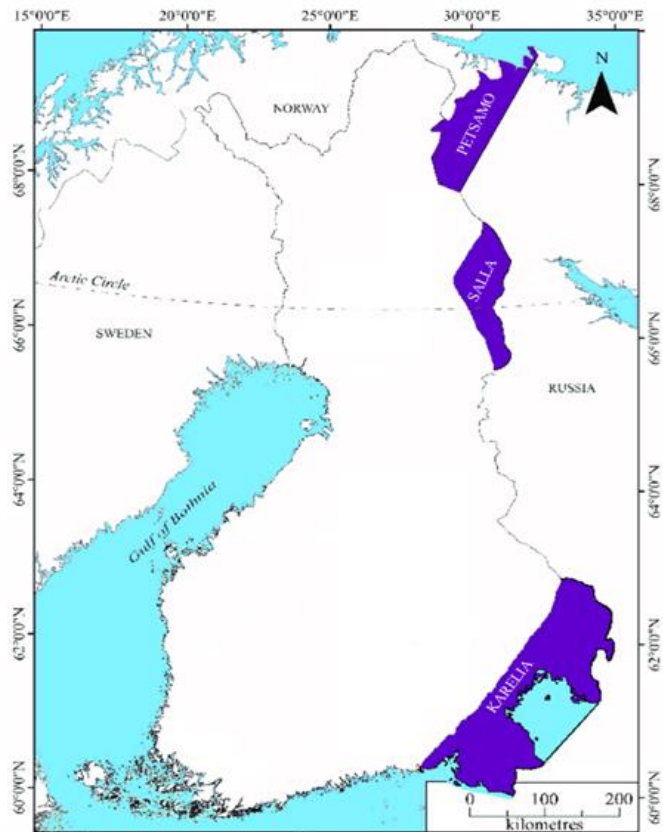


Figura 5: Regiões anexadas pela Finlândia após o Tratado de Tartu (1920)

Adaptado de: (Culverwell, 2022)

Quando a Rússia ofereceu a escolha entre Petsamo e a Carélia oriental, desconhecia o potencial económico de Petsamo. Mais tarde, esta zona revelou a sua enorme riqueza mineral pressionando o governo soviético a reintegrar Petsamo como território pertencente à União Soviética (Kuehnelt-Leddihn, 1944). Durante a II Guerra Mundial e após uma ofensiva soviética, a Finlândia acabaria por perder a região de Petsamo (em russo *Petschenga*) e a 19 de Setembro de 1944, a Finlândia e a União Soviética assinaram um armistício (Tratado de Moscovo), que no seu artigo 7º formaliza esta cedência (*Armistice Agreement between the Union of Soviet Socialist Republics and the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland, on the One Hand, and Finland on the Other*, 1944). Se Petsamo ainda pertencesse ao território finlandês, faria da Finlândia um Estado Ártico Costeiro e, desta forma, parte integrante de um grupo restrito de Estados que reúne cinco dos oito Estados Árticos, denominado *Artic Five* ou *A5*. Este grupo de Estados tem uma agenda própria para a discussão de assuntos relacionados com gestão das áreas marítimas do Oceano Ártico, entre outros. Neste grupo estão, pois, os EUA, a Federação Russa, o Canadá, a Noruega e a Dinamarca (através da Gronelândia).

Islândia

Paralelamente, com o fim da I Guerra Mundial, ocorre a declaração de soberania da Islândia, através do Ato de União celebrado a 1 de Dezembro de 1918³⁶. Durante a Segunda Guerra Mundial, a Islândia assumiu o controlo sobre as questões relativas aos seus assuntos internacionais. Quando, em 1941, o exército nazi invadiu a Dinamarca tornou-se flagrante a incapacidade de o rei continuar a ser capaz de desempenhar as funções monárquicas na Islândia, assim como na Gronelândia. Após um referendo que reuniu a participação de 98% da população islandesa, da qual 99.5% votou pela separação definitiva da Islândia e 95.04% pronunciou-se a favor da instauração de uma república (Arnórsdóttir, 2019) data, a 17 de Junho de 1944, a República da Islândia tornou-se oficialmente independente. A urgência pela independência surge também pelo facto de, durante a Segunda Guerra Mundial, a Islândia assumir uma posição de neutralidade que sugeria um alvo aliciante para uma eventual invasão por parte do exército nazi.

“It has been said ‘Whoever possesses Iceland holds a pistol firmly pointed at England, America and Canada.’” (Churchill, 1950)

Durante a II Guerra Mundial, após a confirmação da neutralidade da Islândia, a Dinamarca e a Noruega caíram sob o domínio do exército alemão. Antevendo uma invasão à Islândia, a 10 de Maio de 1940, Wilson Churchill ordenou um destacamento militar com a justificação de proteger o território islandês das intensões do exército nazi (Gunnlaugsson, 2020). Esta decisão foi seguida pelo Canadá a 18 de Maio de 1940, decorrente de um pedido de Churchill para a colocação de mais soldados no território (Cinq-Mars, 2020) e pelo exército norte-americano (sendo esta a primeira participação no conflito pelos EUA a 7 de Julho de 1941). No fim, os EUA substituíram a Inglaterra na proteção da integridade da Islândia (Corgan, 1992). O sentimento de impotência e vulnerabilidade relativamente ao controlo do próprio território pressionaram o governo islandês a requerer em 1944 o referendo com vista à independência. Hoje é sabido que o exército alemão nunca planeou invadir a Islândia, mas a perceção de ameaça por parte dos Aliados e a decisão decorrente dessa perceção foram responsáveis pelo aceleração do processo de independência da Islândia. Ainda que sem a Islândia, a Dinamarca possui a Gronelândia e as Ilhas Faroé, ambos estados constituintes autónomos e não pertencentes à União Europeia, ao contrário da Dinamarca. Ao contrário das Ilhas Faroé, a Gronelândia pertence ao Ártico e é o selo de entrada da Dinamarca nos assuntos relativos à região.

³⁶ O Ato de União permitiu que a Islândia se tornasse um Estado livre e soberano, mas vinculado à Dinamarca pela partilha do rei Christian X. Assim, o Ato de União dividiu o reino dinamarquês em dois Estados soberanos, ligados unicamente pelo monarca que os representava. Ainda que o Ato de União só tenha sido diluído em 1944 (data em que a Islândia se tornou uma república, totalmente independente da Dinamarca) o rei Christian X não interferia por norma nas políticas internas islandesas, fazendo da Islândia em 1918 praticamente independente (Hálfðanarson, 2006).

Svalbard

Como salvaguardado no início deste enquadramento histórico-legislativo, ainda que a I Guerra Mundial não tenha criado alterações significativas na geopolítica e estabilidade do Ártico, é após a mesma que se celebram alguns acordos e tratados de importância decisiva para a compreensão dos eventos que mais tarde se sucederam na região. Um dos tratados que merece destaque é o Tratado de Svalbard, celebrado a 9 de Fevereiro de 1920 com entrada em vigor em 1925. A disputa territorial neste caso centra-se não tanto no território terrestre do arquipélago, mas na área marítima que o circunda. Anteriormente a 1920, Svalbard³⁷ era *terra nullius*³⁸ e um convite aberto para Estados e entidades particulares usufruírem e explorarem o potencial económico destas ilhas. Os Estados mais ativos neste território eram a Noruega, a Rússia e a Suécia, sendo as atividades humanas mais frequentes aquelas que diziam respeito à caça ou extração de carvão (Offerdal, 2016). Após a sua independência da Suécia em 1905, a Noruega priorizou o estabelecimento de regras para o usufruto das ilhas, tendo em vista a agregação formal do arquipélago ao território norueguês. Com o desfecho da I Guerra Mundial, a temática da gestão territorial de Svalbard conduziu a discussão durante a Conferência de Paz de Paris, em 1919. Com efeito, a Noruega procurou obter a soberania do arquipélago não só com base numa lógica de compensação pelas perdas sofridas durante a guerra como também com base nos laços históricos que a Noruega estabelecia com Svalbard (Pedersen, 2006). Seguidamente, cinco grandes potências (EUA, França, Itália, Japão e Reino Unido) que mais tarde figuram como outorgantes do tratado de Svalbard, criam uma comissão específica para tratar esta questão e desenhar o rascunho daquele que viria a ser o tratado oficial celebrado entre as partes. A Comissão de Spitsbergen apresentou um tratado que incluía a Noruega como “Estado soberano” sobre as ilhas mas garantiu, simultaneamente, os interesses dos restantes Estados presentes no tratado. Esta característica muito particular faz deste tratado, um documento único na sua essência. O seu enquadramento legal prevê que num território soberano (Artigo 1º) seja permitida a residência a cidadãos de todos os Estados signatários (Artigo 2º, Artigo 3º, Artigo 7º), limita a capacidade de taxaço neste território por parte da Noruega (Artigo 8º), que também se vê limitada no uso de força militar para exercício da soberania, excluindo a atividade militar quando esta serve propósitos civis (Artigo 9º). Pelo Artigo 10º, ainda que a URSS não seja um signatário original do tratado, é concedido aos cidadãos russos os mesmos direitos dos cidadãos dos Estados que assinaram o tratado. Em 1920, a URSS não estava entre os Estados signatários, tendo ficado excluída do debate que levou à formalização das normas que incorporam o documento. Esta exclusão foi levada como um insulto para Moscovo que, em 1935 entrou oficialmente no tratado de Svalbard, mas que em 1944 propôs a sua dissolução e a conseqüente criação de um organismo

³⁷ O arquipélago de Svalbard, também conhecido como Spitsbergen (o nome da principal ilha do arquipélago) é um território situado a norte da Noruega, entre o Mar Barent e o Mar da Gronelândia, a cerca de 650 milhas do Pólo Norte.

³⁸ *Terra nullius* é uma expressão proveniente do latim que procura descrever um território que não pertence a ninguém. *Terra nullius* é frequentemente utilizado no Direito Internacional para descrever um espaço que pode ser habitado mas que não recai sob a soberania de nenhum Estado, ou seja é um território que não é ocupado ou controlado por ninguém.

administrativo, formado exclusivamente pelo Estado soberano do arquipélago, a Noruega, e a União Soviética. Para a União Soviética, o território de Svalbard representava um ativo estratégico e também económico, graças às reservas de carvão existentes em determinadas zonas do arquipélago. Adicionalmente, foi colocada a exigência de aquisição da total soberania soviética sobre ilha de Bjørnøya, a sul da ilha de Spitsbergen. O objetivo principal desta proposta era garantir o controlo sobre ao Mar de Barents, recordando que o mesmo é delimitado a Este pelas ilhas Novaya Zemlia (Rússia), a Norte pelo arquipélago Frank Joseph Land (Rússia) e a Sul pelo continente europeu, maioritariamente pelo território terrestre da Noruega e da Rússia. As negociações para o território de Svalbard foram tornadas públicas pelo jornal “The Times” a 17 de Janeiro de 1947 a partir de uma fuga de informação lamentada pelo governo norueguês. A partir deste momento, as negociações para a resolução de Svalbard tomaram um caminho distinto daquele que estava a ser tomado até então. Com a divulgação dos detalhes das negociações, os EUA e o Reino Unido intervieram e aconselharam a Noruega a não prosseguir com a criação de uma política de defesa comum com a União Soviética (Koshovyi, 2019, p. 18). O intervalo de tempo entre a fuga de informação e a assinatura do tratado foi suficiente para que a Noruega se reposicionasse relativamente à partilha do controlo de Svalbard e o acordo bilateral nunca foi assinado. Em 1947 a questão de Svalbard saiu da agenda política da relação entre a União Soviética e a Noruega. O resultado destas negociações direcionariam a Noruega para um posicionamento mais alinhado com o Ocidente entre 1947 e 1949. A 4 de Abril de 1949, doze Estados-fundadores assinam o tratado para a constituição da Organização do Tratado do Atlântico Norte, sendo um dos membros fundadores, a Noruega.

ANEXO II - A Disputa do Ártico durante a II Guerra Mundial

Durante a guerra, Svalbard foi um ativo estratégico essencial para a União Soviética que usava o arquipélago como um ponto de interceção com os Aliados, assim como um importante ponto de acesso ao Oceano Atlântico (Offerdal, 2016). Após a invasão da Noruega pelo exército nazi, em 1940, o arquipélago ficou vulnerável e, neste sentido, devido à incapacidade de ação para a proteção do território, a Noruega entregou Svalbard aos EUA e ao Reino Unido. A Noruega foi uma prioridade estratégica para Hitler, uma vez que este território representava o acesso direto ao Atlântico Norte, ao Mar Báltico e ao Oceano Ártico. A 22 de Junho de 1941, o exército nazi invadiu a União Soviética numa operação que ficou conhecida como Operação Barbarossa (ou Fritz). A invasão da União Soviética foi um alerta para os Aliados que ordenaram a evacuação total das ilhas habitadas e a destruição das minas de extração de carvão e minerais para que não pudessem ser usadas pelos alemães caso se verificasse a ocupação. Svalbard foi realmente ocupado pelos alemães que estabeleceram não só aqui, mas também noutros pontos do continente ártico, várias estações meteorológicas com o propósito de suportar com informações privilegiadas o planeamento e execução de várias operações, nomeadamente a localização e ataque a navios de carga que transitavam pelo Atlântico Norte e que eram de extrema importância para os Aliados e para a União Soviética no envio de alimentos, medicamentos e material militar.

Criação de rotas marítimas

O contributo mais relevante do Ártico para o conflito da II Guerra Mundial foi a capacidade de criar rotas marítimas alternativas, cuja utilização era inicialmente desconhecida pelos nazis. Ainda que arriscadas, estas rotas permitiram o transporte de mantimentos e munições para os países aliados assim como para a União Soviética durante o período de expansão territorial nazi na Europa. O papel dos EUA foi, indubitavelmente, essencial para a execução destas missões que incorporavam um nível de risco elevadíssimo para as tripulações dos navios que lhes estavam destinadas.

O Ato *Lend and Lease* foi proposto pelo presidente Franklin Roosevelt a 10 de Janeiro de 1941 ao congresso norte americano. O documento propunha o fornecimento de mantimentos e armas, a título de empréstimo, pelos EUA aos países aliados, cuja segurança era vital para a defesa dos próprios EUA. Ainda que o programa de *lend and lease* possa ser considerado uma forma de posicionamento dos EUA relativamente ao conflito, este é acima de tudo de natureza defensiva. Embora seja conhecido como *Ato Lend and Lease*, ficou oficialmente subintitulado como “The Act for the Common Defense of the United States” (Gribanov, 1998). O ato *Lend and Lease* foi posteriormente assinado a 11 de Março de 1941 e, inicialmente, serviu para ajudar o Reino Unido, vulnerável após ataques sucessivos do exército alemão. Anteriormente, à assinatura do ato, os EUA já tinham enviado material militar para o Reino Unido durante o Verão de 1940.

“Here is the answer I will give President Roosevelt: Put your confidence in us. Give us your faith and your blessing, and, under Providence, all will be well.

We shall not fail or falter; we shall not weaken or tire. Neither the sudden shock of battle nor the long-drawn trials of vigilance and exertion will wear us down. Give us the tools, and we will finish the job.”

Winston Churchill,
9 de Fevereiro de 1941 (Londres)
(America’s National Churchill Museum, n.d.)

Decorrente da invasão nazi do território da União Soviética a 22 de Junho de 1941, foi a vez da URSS pedir auxílio aos EUA e ao Reino Unido no envio de mantimentos e armas que permitissem a sobrevivência da população e a capacidade de defesa do exército vermelho contra a ofensiva nazi. Entre 1941 e 1945, os EUA enviaram para a União Soviética material militar, matérias-primas, alimentos e produtos derivados do petróleo no valor de 11.3 biliões de dólares americanos, quantia que hoje corresponderia a 180 biliões de dólares (Embaixada Norte Americana em Moscovo, 2020). Para concretizar o envio, existiam duas rotas marítimas possíveis: a primeira passava pelo Oceano Pacífico e Índico e a segunda pelo Atlântico Norte. A última passava pela Islândia (cujo potencial estratégico foi mencionado anteriormente), Mar do Norte, Mar da Noruega e Mar de Barents. Esta rota apresentava um risco muito elevado de os navios *convoy* serem intercetados pela inteligência alemã, tendo ocorrido perdas humanas e materiais muito significativas. A título de exemplo, em Julho de 1942, dos 35 navios que zarparam com origem ao porto de Murmansk apenas 12 chegaram ao destino. Os restantes foram alvo de ataque e afundaram nas águas geladas do Ártico, levando consigo 210 aviões, 430 tanques, 3350 veículos militares e aproximadamente 100.000 toneladas de material militar (Gribanov, 1998).

O Reino Unido, que anteriormente também tinha beneficiado da ajuda dos EUA para restabelecer a sua capacidade militar, ofereceu-se prontamente para enviar ajuda à população e ao exército soviético após invasão. No próprio dia da invasão, 22 de Junho de 1941, Winston Churchill dirigiu-se ao povo soviético através de uma emissão de rádio da BBC e assegurou o apoio do Reino Unido à União Soviética que, a partir daquele momento, partilhava consigo o principal inimigo.

“We shall give whatever help we can to Russia and to the Russian people. We shall appeal to all our friends and Allies in every part of the world to take the same course and pursue it as we shall, faithfully and steadfastly to the end. We have offered to the Government of Soviet Russia any technical or economic assistance, which is in our power and which is likely to be of service of them. (...) ”

Winston Churchill, 22 de Junho de 1941 (Londres)
(BBC Radio, 1941)

Este apoio foi dado, maioritariamente, através do envio de vários *convoys*. Os navios optavam pela rota mais curta para chegar à União Soviética, sendo esta aquela que passa pelo Ártico³⁹. Para entender melhor a complexidade inerente a uma missão que envolva o envio de *convoys*, a primeira viagem surgiu a 21 de Agosto de 1941 (sensivelmente dois meses após a operação Barbarossa) e consistiu em cinco navios de mercadorias, escoltados por três navios de guerra, três traineiras que transportavam armas antissubmarino e três navios equipados para detetar e desativar minas. Os últimos estavam localizados no porto de destino, Arkhangelsk, assim como a sua tripulação. Para além dos navios em circulação, toda a operação era controlada pelo navio-cruzeiro, *Shropshire*, e pelos navios de guerra *Matabele*, *Punjabi* e *Somali*. Adicionalmente, estava alocado à operação o porta-aviões *Argus*, que transportava 24 caças da força aérea real inglesa pertencentes à unidade militar do 134^o e 81^o esquadrão (Walling, 2012).

A primeira missão *convoy* pelo Ártico, *Dervish*, beneficiou da sorte de principiante não tendo sofrido qualquer perda. A incerteza associada ao risco de execução de uma missão desta natureza pela primeira vez era recompensada pelo facto de gozar do fator surpresa para o exército nazi que, simplesmente, não contava com esta manobra estratégica dos Aliados. A partir do momento em que os nazis detetaram o plano que decorria pelo Ártico, foram imputados esforços para criar a inteligência que permitisse a deteção e interceção destes navios com o objetivo primário de impedir que os mesmos chegassem ao seu destino. Ainda que possam existir várias estratégias para interceção de informação, destaco as quatro que foram mais utilizadas no Ártico durante o período da II Guerra Mundial: espionagem, localização a partir do sinal de rádio emitido pelos navios, decifração de código de rádio e observação visual. O uso da espionagem na II Guerra Mundial é incontornável e, no caso dos *convoys*, permitia transmitir a informação do momento exato em que os navios zarpavam ou atracavam nos portos, dando tempo ao exército alemão para planear o ataque. Do lado dos Aliados a espionagem permitia saber quando um barco nazi saía para patrulha. O uso de espiões rapidamente deu lugar à localização dos navios por sinal rádio⁴⁰. A terceira estratégia prende-se com a descodificação do código de rádio do inimigo. Neste aspeto, há um claro destaque para o desenvolvimento do sistema Enigma por parte da inteligência britânica que mostrou ser um trunfo e uma vantagem estratégica imensurável para os Aliados. No que respeita à decifração de código, os Aliados detinham algum avanço sobre o Eixo mas também existiu um esforço por parte dos alemães para criar um sistema equivalente ou mais sofisticado que permitisse descodificar o código de rádio dos Aliados de forma a antever a circulação de *convoys* pelo Ártico. *Beobachtungsdienst* era o sistema de decifração nazi que permitiu

³⁹ Ainda que fosse a rota mais curta era a mais perigosa, uma vez que se iniciava na Islândia (posteriormente na Escócia) e terminava no porto soviético de Murmansk (Península de Kola) ou *Arkhangelsk*. O risco desta travessia residia no facto de, para além da dificuldade de navegar sob condições meteorológicas extremamente adversas, ser uma rota que passa próximo da Noruega (dominada pelos nazis) e de onde era fácil detetar e abater os navios que passavam. Os navios de mercadoria eram escoltados por navios da marinha real britânica assim como outros navios de guerra dos países aliados.

⁴⁰ Nesta estratégia, destaca-se a tecnologia HF-DF (High Frequency Direction Finding) que permitia a localização de um submarino, mesmo que o último se encontrasse a uma distância elevada. Esta tecnologia mostrou-se extremamente valiosa porque não estava limitada ao campo visual e permitia a rápida localização e abate imediato do submarino em questão.

interceptar o sinal de rádio dos Aliados e prever o planeamento de um novo destaque de navios *convoy*. Do lado dos Aliados o sistema de decifração servia para antever uma patrulha que procurava encontrar sinais da travessia no Ártico. Já do lado do Eixo, este sistema tinha o propósito de conseguir obter informações sobre um possível destacamento e acompanhar em tempo real atualizações relativas à missão *convoy* em questão com o intuito de encontrar o melhor momento para atacar. Por fim, o último método de inteligência usada durante a II Guerra Mundial no Ártico era o mais simples e que se prendia com o envio de voos de reconhecimento, cuja função era o avistamento de qualquer indício que uma missão *convoy* pudesse estar em curso. Neste campo, o exército alemão dominava melhor do que os Aliados a capacidade de usar a força aérea no Ártico para reconhecimento e interceção dos navios britânicos com destino à União Soviética (Walling, 2012), não invalidando os esforços que os Aliados colocavam de, paralelamente, identificar movimentações, principalmente no Ártico norueguês (ponto geográfico de relevância estratégica extrema no controlo do Ártico para os alemães).

Como mencionado, as missões *convoy* foram conduzidas de 1941 a 1945, sendo de um risco inimaginável e implicavam uma bravura impressionante dos homens responsáveis por conduzir estas missões num território hostil e implacável. No período mencionado foram contabilizadas 78 missões, apelidadas na altura de “Corrida a Murmansk”, contabilizando a Operação FB. A última destaca-se das restantes por ter ocorrido numa fase do conflito em que a concentração de forças militares britânicas transitou para outras regiões, nomeadamente para o Norte de África, levando a um desinvestimento nas rotas árticas. Atendendo ao facto de a União Soviética ainda estar dependente do envio de mantimentos e armas por via do Ártico, foi estabelecido o envio de embarcações independentes num intervalo de 12 horas entre si. Sem escolta, algumas destas embarcações foram alvo de vários ataques. Nestas 78 missões foram destacados 1400 navios de carga dos quais 104 foram abatidos e 829 vidas perdidas. Estas operações custaram à marinha britânica 18 navios de guerra e levaram a vida de 1944 soldados que faziam parte das tripulações destes navios. Do lado alemão, as perdas mais significativas foram registadas no esforço de interceção dos navios *convoy* britânicos (5 navios de guerra, 31 submarinos e um número desconhecido de aviões de reconhecimento e perdas humanas). Finalmente, a União Soviética reporta ao mesmo período a perda de 29 navios de carga e um número desconhecido de aviões, navios de guerra e casualidades humanas (Roskill, 1962). As condições eram de tal forma adversas que no caso de abate de um navio, a tripulação que não morresse durante o ataque tinha uma esperança média de vida de 5 minutos a partir do momento em que entrassem nas águas do Oceano Ártico (RACMP, n.d.). No total, estima-se que tenham morrido aproximadamente 3000 soldados do grupo dos Aliados num esforço tão ambicioso quanto heroico, que resultou no transporte de quatro milhões de toneladas de alimentos, munições e equipamento militar (BBC, 2020)

Ainda que estes números estejam longe da realidade vivida noutras frentes de combate, é inegável a importância estratégica que o Ártico teve no conflito podendo ter tido um papel decisivo no seu desenvolvimento e no triunfo dos Aliados. As operações *convoy* não só permitiram o abastecimento e apoio vital à União Soviética, que se encontrava numa posição de extrema

vulnerabilidade, como fomentaram o diálogo, a cooperação e a confiança entre os dois blocos mostrando que para além de tudo o que já foi constatado anteriormente, as operações *convoy* no Ártico foram também um veículo para as relações diplomáticas entre os intervenientes.

A importância do Alasca e da Gronelândia para os EUA

O estado do Alasca teve também um papel relevante na defesa dos interesses norte-americanos no Ártico durante a II Guerra Mundial. O estado do Alasca foi comprado pelos EUA à Rússia em 1867 pelo valor de 7.2 milhões de dólares. Na altura da compra, houve alguma incompreensão por parte da população sobre o propósito da aquisição daquele que é hoje o maior estado norte americano. Mais tarde, o Alasca provou ser um território com uma riqueza natural extremamente aliciante, tanto ao nível da biodiversidade como ao nível dos recursos naturais (por exemplo, no que respeita aos hidrocarbonetos, relatórios geológicos apontam para que o Alasca seja detentor de reservas de petróleo na ordem dos 3.2 biliões barris e de gás natural próximas dos 100 triliões de metros cúbicos) (EIA, 2022).

Ainda que os recursos naturais e o potencial económico do Alasca sejam de um enorme interesse, foi o valor geopolítico deste território que mais beneficiou os EUA durante a II Guerra Mundial, e posteriormente na Guerra Fria. O momento que mais ameaçou a segurança do Alasca e, por seguimento, a segurança nacional dos EUA durante a II Guerra Mundial foi a invasão das Ilhas Aleutas. As Ilhas Aleutas fazem parte de um arquipélago de 69 ilhas que delimitam a Norte a zona do Anel do Fogo do Pacífico. A maior parte das ilhas pertence ao estado do Alasca, e desta forma, parte do território dos EUA. A exceção é a Commander Island que cai sob a jurisdição de Petropavlovsk-Kamchatskye (Rússia). Após o ataque à base naval Pearl Harbour a 7 de Dezembro de 1941, a 3 de Junho de 1942 o exército japonês invadiu a ilha de Unalaska e atacou severamente a base naval norte americana Dutch. O objetivo do ataque seria controlar o arquipélago e usar as ilhas para estabelecer várias bases militares com vista ao empreendimento de sucessivos ataques aos EUA. Em Agosto do mesmo ano, os EUA começaram uma batalha cujo objetivo era recuperar cada metro quadrado perdido para os japoneses. A batalha das Aleutas foi o único confronto militar direto que ocorreu em solo norte americano durante o conflito e ficou marcada pelas condições meteorológicas extremamente adversas. Um fator que vulnerabilizou o Alasca e proporcionou o ataque às Ilhas Aleutas foi a sua flagrante falta de militarização, resultado da falta de investimento geral por parte do governo norte-americano que, inclusive, levou a uma dificuldade de fixação da população, principalmente após a I Guerra Mundial (Sandberg et al., 2013). Ainda que não se possa considerar que o arquipélago das Ilhas Aleutas pertença ao Ártico serviu, em última instância, para tornar evidente a necessidade de investimento militar no Alasca assim como o valor estratégico que este território representa para os EUA. Entre 1941 e 1945, os EUA investiram 1 bilião de dólares na defesa e militarização do estado do Alasca. Em Agosto de 1943, quando a campanha das Aleutas terminou, a presença militar norte americana no Alasca desenvolveu-se exponencialmente. A construção de várias bases militares e aeroportos assim

como a alocação de forças militares no terreno na ordem das centenas de milhares, colocaram o Alasca na agenda política e estratégica dos EUA (Pincus, 2020).

A presença norte americana na Gronelândia

Como visto anteriormente, a Gronelândia é atualmente uma região semi-autónoma dinamarquesa mas durante o período em que decorreu a II Guerra Mundial, quando a Dinamarca perdeu o vínculo com a Gronelândia devido à invasão do exército nazi em 1940, este território no Ártico ficou abandonado. Os EUA, que na altura ainda não eram um Estado interveniente no conflito, mostraram interesse em estabelecer bases militares na Gronelândia. O estabelecimento destas bases não é um acaso, já que por detrás desta iniciativa estaria o potencial estratégico que a Gronelândia oferecia. Num momento de enorme incerteza perante o desenvolvimento e agravamento do conflito, os EUA estabeleceram um consulado em Nuuk e usavam os navios de guarda costeiros para patrulhar as águas gronelandesas. Em 1941, os EUA e a Dinamarca (graças ao embaixador dinamarquês em Washington, Henrik Kauffmann) celebraram o Tratado da Gronelândia que reconhece a soberania dinamarquesa sobre o território gronelandês mas, evidenciando as circunstâncias extraordinárias impostas pelo conflito e a decorrente incapacidade de exercício do direito de soberania e controlo territorial pelo rei dinamarquês, Christian X, o documento permite que os EUA intervenham na proteção do território (Artigo 1º). Em troca, a Dinamarca permite que os EUA usem o território para construção, manutenção e operacionalização de bases militares e estações meteorológicas (Artigo 2º). Para a Dinamarca, a fragilidade do tratado reside no Artigo 10º que prevê as situações em que o tratado pode ser anulado. As mesmas implicam cumulativamente um acordo entre ambas as partes e o desaparecimento total de ameaça à segurança norte americana, um cenário de alguma subjetividade (Taagholt & Hansen, 2001) .

No final da guerra, os EUA já tinham construído 13 bases militares e 4 bases navais na Gronelândia. O potencial estratégico do território, que é considerado a maior ilha do mundo, reside em quatro fatores:

1. Permite o controlo e prevenção no acesso ao espaço norte-americano pelo Atlântico Norte;
2. É um ponto geográfico privilegiado nas rotas comerciais para a Europa;
3. É essencial para recolher informações meteorológicas essenciais para o planeamento e execução de operações militares durante um conflito;
4. A Gronelândia apresenta uma riqueza mineral ímpar, nomeadamente na costa oeste, rica em criolite (mineral essencial para a construção de aviões de combate).

Relativamente a este último facto cumpre sublinhar que a riqueza mineral da Gronelândia é motivo de interesse por muitos. O território é rico em depósitos minerais de elementos pertencentes ao grupo dos lantanídeos da tabela periódica, também conhecidos “elementos terrestres raros”, com diversas utilizações (desde equipamentos tecnológicos, construção de

turbinas, painéis solares, motores elétricos, entre outros)⁴¹ (Poulsen, 2022). Estudos geológicos recentes estimam que a Gronelândia possa deter o potencial geológico suficiente para satisfazer 25% da procura mundial deste tipo de minerais, entre os quais neodímio e disprósio (Krebs, 2017). Para além destes minerais, acredita-se que a Gronelândia detenha depósitos consideráveis de urânio, cuja exploração levanta questões de ordem ética e ambiental e tem levado a uma divisão de opinião relativamente à criação de uma mina a céu aberto para a sua exploração, projeto liderado por uma multinacional australiana financiada por capital chinês (Ewing, 2021)

⁴¹ A proposta feita por Donald Trump em 2019 em adquirir o território gronelandês, teria também por detrás o objetivo de controlar a exploração de minerais raros que aqui se encontram em, relativamente, grande quantidade, representando uma alternativa à dependência da China, que neste momento controla o monopólio do mercado neste tipo de minerais.

ANEXO III - A Guerra Fria e a Consolidação da Disputa no Ártico

A polarização do sistema internacional durante o período de 1947 a 1991, ano da desintegração da União Soviética, em duas superpotências rivais (Estados Unidos da América de um lado e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas do outro, ambos vitoriosos da II Guerra Mundial) mudou drasticamente a forma como o mundo olhava para o continente ártico. A chave-mestra que garantiu ao Ártico o interesse e a atenção do sistema internacional (e principalmente das potências em confronto) é o facto de ser o único continente em que os EUA e a União Soviética partilham território. De facto, estes dois blocos políticos estão unicamente separados por um estreito marítimo, o estreito de Bering, que divide o Oceano Pacífico e o Oceano Ártico, fazendo destas superpotências antagónicas e em confronto praticamente vizinhas. Para além da proximidade geográfica entre o Alasca e a União Soviética, Estados Árticos como a Dinamarca (através da Gronelândia), a Noruega ou Canadá, também pertencentes ao continente, consideravam-se aliados dos EUA e por isso uma representação de ameaça para a URSS.

Um local privilegiado para a dissuasão nuclear

O Ártico é igualmente o espaço que oferece a trajetória mais curta e mais eficaz para uso de armas nucleares cujo lançamento seria feito remotamente a partir do continente ártico (Mikkola, 2019). Desde o início da Guerra Fria que o Ártico permaneceu um elemento central na estratégia nacional, quer da URSS, quer dos EUA. Nos estágios iniciais do conflito, a atenção estava no céu uma vez que se considerava que a maior ameaça viria na forma de um ataque aéreo com origem em bombardeiros soviéticos que, pelo Pólo Norte, conseguiriam chegar e abater território norte-americano. Posteriormente, durante a década de 1960, e à medida que a tecnologia ia avançando, a ameaça transitou do envio de aviões bombardeiros para o lançamento de mísseis balísticos intercontinentais (ICBM's), que seriam lançados diretamente de uma base militar russa no Ártico, pelo Pólo Norte em direção ao alvo norte-americano a abater, evitando incorrer no risco associado à interceção de um ataque aéreo. A ameaça dos ICBM's foi rapidamente complementada por SLBM's, mísseis balísticos lançados por via submarina. Na perspetiva da marinha soviética a vantagem de poder usar armas nucleares através do lançamento a partir de um submarino era que, uma vez lançadas pela costa do Atlântico Norte, chegariam a Washington D.C em 30 minutos (Townsend & Kendall-Taylor, 2021), sem a possibilidade de serem intercetadas. Contudo, a União Soviética estava limitada no que respeita aos portos que tinha disponíveis para suportar este tipo de operações, evidenciando a necessidade de desenvolver o porto de Murmansk como a base operacional central para os submarinos que navegavam no Ártico. Atendendo a este facto, os EUA desenvolveram de forma equiparada a sua estratégia militar no uso de submarinos no Ártico. Com a utilização de submarinos, surgiu a necessidade e os fazer circular pelo Oceano Ártico, essencialmente com dois propósitos. O primeiro era a patrulha constante das águas geladas do Ártico, num ato de espionagem usado por ambas as partes. O segundo propósito da circulação de submarinos pelo Ártico relaciona-se com o facto de, na eventualidade de um ataque em que fosse

necessária a intervenção de submarinos nucleares, aqueles que transportavam mísseis cruzado com ogiva nuclear precisavam de estar mais próximos do alvo para que o lançamento do míssil fosse bem-sucedido. Assim, tanto os EUA como a União Soviética entenderam necessário que os submarinos circulassem pelo Oceano Ártico, particularmente próximo das zonas costeiras do adversário, exercendo uma pressão adicional ao contexto geopolítico do Ártico, que já era uma das regiões mais militarizadas durante o conflito da Guerra Fria (Huebert, 1999).

Uma manobra defensiva usada pelos EUA no Ártico foi a instalação de um sistema de estações de radares, de forma a obter o sinal mais precoce possível de movimentos do lado adversário que pudessem indicar a intenção de ataque. Este sistema foi denominado “linha DEW” (Distant Early Warning) e compreendeu a ligação de cadeias de radares no Atlântico Norte em permanente contacto. Estas redes expandiam o sinal pela Gronelândia, Islândia e pela costa ártica americana através da instalação de estações no Canadá, Alasca e Ilhas Aleutas. O sistema DEW implicou o custo de 1.5 biliões de dólares, tendo sido dos empreendimentos mais caros feitos durante a guerra (Roucek, 1983). Este sistema foi posteriormente atualizado para a linha BMEWS (Ballistic Missile Early Warning System). Neste segundo sistema de radares, a primeira estação foi instalada na base militar de Thule (Gronelândia) em 1961, posteriormente na base de força aérea de Clear (Alasca) no mesmo ano e finalmente em Flyingdales Moor, Yorkshire, Inglaterra (1963). As três estações comunicavam entre si e cada uma comunicava individual e diretamente com a base operacional central em Colorado Springs. Este segundo sistema de deteção (que oferecia uma vantagem de 15 minutos anteriores a um ataque soviético (N. Petersen, 2011)), juntamente com a capacidade nuclear de retaliação definiram a estratégia de dissuasão dos EUA durante a Guerra Fria no Ártico.

A Gronelândia como vantagem estratégica para os Aliados

Para os EUA, o interesse estratégico no território dinamarquês da Gronelândia demonstrado durante a II Guerra Mundial perpetuou-se para o período da Guerra Fria. Na verdade, no pós-guerra foi feita uma proposta pela administração Truman para a aquisição da Gronelândia por 100 milhões de dólares em ouro (The Washington Post, 2019). Os EUA tinham um enorme interesse em usar o território gronelandês como uma peça fundamental do seu puzzle estratégico durante a Guerra Fria. De facto, a Gronelândia geograficamente situa-se perfeitamente entre Washington e Moscovo, oferecendo o local ideal para a instalação de bases militares e para o lançamento de mísseis com um grau de precisão muito mais elevado. Ainda que o cenário ideal para os EUA fosse o controlo absoluto da ilha, a última pertence ao reino dinamarquês que nunca aceitou as propostas feitas para entrega deste território. Ainda assim, a Dinamarca e os EUA reforçaram a capacidade militar na ilha através do Acordo de Defesa a 27 de Abril de 1951. O tratado foi uma proposta da NATO (organização em que tanto a Dinamarca como os EUA são membros fundadores) para defesa coletiva e preservação da paz e segurança do território da Gronelândia, assim como para o desenvolvimento da capacidade militar coletiva para resistir a um ataque. O tratado carrega um valor simbólico elevado para os EUA já que marca o início oficial

da participação norte americana na ilha durante a Guerra Fria (K. S. Kristensen, 2004). Ao abrigo deste acordo, aos EUA era permitido o uso de zonas específicas do território para fins militares e científicos, satisfazendo os requisitos do alinhamento e da aliança entre os dois Estados. O governo norte-americano ordenou a construção de várias bases militares (sendo a de maior importância a base aérea localizada em Thule), a aldeia militar e científica subterrânea de Camp Century, assim como várias instalações científicas de menor dimensão e estações meteorológicas. As áreas destinadas à atuação militar americana eram zonas nas quais o exército exercia uma autoridade quase ilimitada, sendo a mesma autoridade alargada para as redondezas das bases militares e científicas. Ainda assim, estava estipulado que os EUA teriam sempre de pedir a autorização do governo dinamarquês para o exercício de atividades no âmbito da pesquisa científica, condução de operações ou exercícios militares ou quando se verificasse a necessidade de construção de novas instalações fora da zona de defesa (Nielsen & Nielsen, 2016).

A base aérea norte americana em Thule, no noroeste da ilha e a cerca de 910 milhas do Pólo Norte implicou um custo financeiro de 300 milhões de dólares e iniciou a sua construção em 1951, terminando em 1955 (Ackrén, 2019). Esta base aérea mostrou ser a de maior importância na estratégia militar norte-americana na Gronelândia. As principais funções desta base eram a de servir como base de estágio e processamento de bombardeiros (os B-36 e os B37) que seriam posteriormente enviados para missões no Ártico, assim como servir de base de rotação para aviões de reconhecimento (RB-47) e de reabastecimento aéreo (RC-49) (N. Petersen, 2008).

A deslocação forçada de várias localidades assim como a degradação ambiental associada à ocupação norte-americana na Groenlândia mostram como os interesses da população gronelandesa foram colocados para segundo plano, de forma a não comprometer o plano estratégico conduzido pelos EUA. No dia 21 de Janeiro de 1968, o bombardeiro americano B-52 despenhou-se ao largo do fiorde de Wolstenholme, no noroeste da Gronelândia. A gravidade particular deste acidente prende-se com o tipo de carga que este avião transportava: quatro bombas de hidrogénio (bombas nucleares de fusão), cada uma com uma capacidade de destruição 100 vezes superior à bomba nuclear de fissão lançada sobre Hiroxima (Jorgensen, 2018). O acidente foi resultado de erro humano quando um membro da tripulação deixou um acento de tecido próximo de uma fonte de calor, desencadeando um incêndio no interior do bombardeiro que obrigou a tripulação a acionar o mecanismo de ejeção. O acidente complicou as relações bilaterais com a Dinamarca já que uma das condições para a ocupação norte-americana era precisamente respeitar a política nuclear de não utilização de material radioativo de qualquer tipo em território dinamarquês (Vestergaard, 2014). O acidente revelou ao governo dinamarquês o transporte aéreo ilícito de armas nucleares americanas para o território gronelandês o que fragilizou a confiança da Dinamarca na relação bilateral com os EUA, particularmente no que respeita a ocupação militar norte-americana na Groenlândia. Ainda que, surpreendentemente, não tenha ocorrido uma detonação nuclear, a segurança das ogivas foi comprometida pelo impacto da queda e pelo incêndio que posteriormente se deflagrou, tendo existido radioatividade decorrente do acidente. No seu rescaldo, houve uma divergência clara na resolução e mitigação das consequências. Ainda que os EUA optassem pelo abandono dos destroços, que ficariam para

sempre perdidos no fiorde, a Dinamarca exigiu que todo o material (nuclear e não nuclear) fosse recuperado. A operação para recuperação dos destroços ficou codificada com o nome “Crested Ice” e conseguiu recuperar todo o material, exceto um cilindro de urânio e lítio que compunha o núcleo de uma das bombas. Até hoje a sua localização é um mistério.

Camp Century: uma aldeia militar debaixo de gelo

Camp Century foi das construções mais ambiciosas e inacreditáveis decorrentes da Guerra Fria no Ártico. A construção de uma base militar e científica debaixo do gelo ártico da Gronelândia parece algo retirado de um filme, mas foi concretizado à luz da ambição norte-americana de tentar garantir vantagem estratégica sobre os progressos militares da União Soviética. Hoje é conhecido que os EUA não aguardaram a aprovação do projeto pela Dinamarca para construir Camp Century, sendo que após submissão da proposta em 1959 a ausência de resposta por parte do governo dinamarquês foi ignorada pelos responsáveis norte-americanos que deram luz verde para o início do transporte de materiais de construção para Camp Century em Junho de 1959, cujas instalações estariam finalizadas em 1960 (Get.factual Channel, 2023). Para o ministro dos negócios estrangeiros dinamarquês, Jens Otto Krag, a construção de Camp Century desafiava o acordo de defesa assinado em 1951 por duas razões: os EUA não aguardaram a autorização para construção das instalações (algo que era imperativo para que pudessem usar o território gronelandês para fins científicos e de defesa) e ser uma instalação com um reator nuclear, algo que ia absolutamente contra a doutrina não nuclear defendida pela Dinamarca. Ainda assim, a Dinamarca não interferiu na construção de Camp Century nem com a utilização do reator nuclear durante todo o período em que Camp Century esteve em atividade.

Camp Century foi contruído a cerca de 200 km da base aérea de Thule e era, precisamente, através da mesma que eram recebidos os mantimentos e material necessário para a viabilidade da base e sobrevivência dos soldados, cientistas e funcionários que viviam neste campo militar subterrâneo. O propósito oficial de Camp Century apresentado ao governo dinamarquês era testar construções sob as condições meteorológicas do Ártico assim como explorar problemas e imprevistos que só podem ser encontrados e solucionados *in loco*, e desenvolver experiências científicas relacionadas com as condições únicas que apenas o ambiente natural da Gronelândia pode oferecer. Na realidade, Camp Century é a história fascinante de como o esforço para o avanço científico e tecnológico pode encobrir um empreendimento militar sem precedentes (N. Petersen, 2008). A extensão e sofisticação de Camp Century era desconhecida para Jens Otto Krag. Camp Century era uma enorme estrutura militar enterrada no gelo, composta por túneis interligados e com uma linha férrea no centro. Camp Century estava preparado para receber até 225 pessoas, com vários quartéis para acomodação, cozinha, biblioteca, laboratórios, salas de armazenamento, um teatro, uma capela e até uma barbearia (Get.factual Channel, 2023). Uma das componentes mais importantes era a sala onde se encontrava o reator nuclear semi-portátil que produzia a energia suficiente para fornecer eletricidade e calor a toda a estrutura do campo. Em 1960 a natureza militar do campo ainda não era perceptível para o governo dinamarquês e a maior preocupação era

a presença do reator nuclear e o risco de um acidente nuclear entre as camadas de gelo móveis da Gronelândia.

Esta obra de construção impressionante era mais do que uma aldeia militar debaixo do gelo. Camp Century detinha o potencial estratégico de incorporar estações de aprovisionamento de mísseis balísticos intercontinentais num projeto ultrassecreto do governo norte-americano codificado como *Project Iceworm*. O mesmo previa a instalação de 600 mísseis em Camp Century numa área de 135 000 km², que potencialmente poderiam ser lançados de 2100 pontos diferentes (W. Colgan et al., 2016). Aquando planeamento da construção de infraestruturas na Gronelândia, a equipa de engenheiros e cientistas (tanto do sector militar como do sector privado) constatou que era possível instalar uma base militar debaixo da superfície do gelo, revelando que o carácter de Camp Century foi, desde sempre, militar (Nielsen & Nielsen, 2016). Em 1961, no início do seu mandato como presidente, John F. Kennedy iniciou uma revisão de projetos relacionado com a forte política de dissuasão e retaliação desenhada por Eisenhower. Um dos projetos que foi para revisão foi o projeto Iceworm que, apesar de ter recebido uma apreciação positiva no que respeitava aos custos, foi a sua viabilidade e segurança que reprovaram a continuação do projeto. Aquando da mesma revisão, acreditava-se que a resistência dinamarquesa em estabelecer uma base militar desta dimensão seria um dos principais obstáculos ao seguimento do projeto. A equipa de avaliação levantou também questões acerca da capacidade de assegurar a segurança no manuseamento de mísseis balísticos intercontinentais às temperaturas gélidas que se verificavam em Camp Century. Adicionalmente as condições de segurança em Camp Century eram cada vez mais precárias devido a um problema que não foi previsto no planeamento da base: o gelo é um material viscoelástico que se deforma devido a alterações de temperatura e de pressão. Apesar de parecer relativamente estável, devido à ação da gravidade, o gelo desloca-se gradualmente no sentido de encontrar o Oceano levando consigo qualquer objeto ou estrutura. O movimento natural do gelo, tão simples como possa parecer, foi a causa do encerramento definitivo e abandono de Camp Century. Até à sua desativação, os túneis foram cedendo e deformando com o tempo, sendo que a maior preocupação era a sala onde estava o reator nuclear que, de forma nenhuma, podia contactar com o teto. Em 1962, o teto da sala teve de ser manualmente levantado para evitar o contacto com o reator (Clark, 1965). Em 1963 foi anunciado a descontinuação de atividades anuais, cingindo as mesmas aos meses de Verão. Em 1964, Camp Century foi permanentemente encerrado dando-se início às operações de evacuação que consistiram na desinstalação do reator nuclear e no seu transporte para os EUA (operação essa que foi supervisionada pelo Comité de Energia Atómica dinamarquês) (Nielsen & Nielsen, 2016). Tudo o resto ficou para trás num desastre ambiental de dimensão desconhecida para já, mas que se estima ser o verdadeiro legado de Camp Century. A dimensão dos resíduos e a sua localização é imprecisa, mas neste momento é a principal preocupação da comunidade científica. A identificação, mensuração e monitorização da deslocação natural dos resíduos é fundamental para que não exista libertação e contaminação dos ecossistemas que pode provocar inclusive a entrada acidental de produtos altamente tóxicos na cadeia alimentar humana (J. Colgan & Colgan,

2016). Neste momento, estudos criosféricos indicam que os resíduos sólidos de Camp Century podem estar localizados a 67 metros de profundidade e os resíduos em estado líquido a 93 metros.

Os resíduos decorrentes do abandono de Camp Century podem dividir-se em quatro categorias: resíduos físicos, químicos, biológicos e radiológicos. Os primeiros encerram toda a estrutura física da base militar, incluindo os túneis e os caminhos de ferro ($9.2 \cdot 10^3$ toneladas). Os resíduos químicos são os mais preocupantes e podem chegar aos $2.0 \cdot 10^5$ litros de diesel assim como uma quantidade desconhecida de policlorobifenilos, um produto químico usado em transformadores, condensadores e equipamentos hidráulicos, e um conhecido poluente orgânico persistente cuja eliminação tem de ser controlada. De uma forma geral, um ambiente com temperaturas baixas favorece a permanência de poluentes orgânicos persistentes, que desta forma ficam retidos nos glaciares e na criosfera até que temperaturas mais favoráveis (cada vez mais prováveis devido ao agravamento do aquecimento global, especialmente sentido no continente ártico) permitam a sua libertação e reentrada para o ecossistema. Por resíduos biológicos entendem-se esgotos e águas residuais provenientes do campo ($2.4 \cdot 10^7$ litros). Uma vez que o reator nuclear foi retirado em segurança, os resíduos radiológicos cingem-se ao líquido refrigerante do reator ($1.2 \cdot 10^9$ becquerel). Os autores do relatório mencionam que, ainda que seja uma quantidade relevante e preocupante, atendendo às consequências da libertação de material radiológico para o ecossistema ártico, é inferior à quantidade de material radiológico libertado no acidente aéreo em Thule (superior a $4.6 \cdot 10^{12}$) (W. Colgan et al., 2016).

A presença da Northern Fleet

Ainda que durante Guerra Fria tenham existido conflitos armados convencionais, que envolveram a participação das duas superpotências na forma de *proxy-wars* (ou guerras por procuração), aquilo que o caracterizou advém essencialmente de uma competição voraz por armamento nuclear estratégico, fomentada pelo rápido desenvolvimento militar de ambos os blocos que se iniciou com a resposta soviética ao possível destacamento de bombardeiros U.S. B29 (Hummel, 2005). Um ativo estratégico soviético usado para dissuasão e demonstração de poder da União Soviética enquanto superpotência durante a Guerra Fria foi a construção da Northern Fleet. A última depende particularmente do Ártico já que o quartel de apoio à Northern fleet está em Severomorsk, Península de Kola (zona de extraordinário interesse estratégico para a Rússia e para a precedente União Soviética). Fundada em 1931, a Northern Fleet teve como propósito inicial a patrulha e defesa da região Nordeste russa, e a manutenção das linhas de comunicação marítimas (rotas marítimas primárias para transporte de mercadorias e navios militares). No entanto rapidamente adquiriu uma vertente militar e constituiu um forte instrumento de dissuasão. A Northern Fleet comunicava diretamente com a Pacific Fleet, sediada no porto de Vladivostok na costa Este da Rússia, através de rotas estabelecidas no Oceano Ártico (Spohr et al., 2013). Estas duas frotas receberam, respetivamente dois terços e um terço da totalidade dos submarinos nucleares soviéticos fabricados, facto que demonstra a sua importância para defesa soviética (T. Nilsen et al., 1996).

Atividade nuclear

Neste contexto, e com a União Soviética como principal inimigo, o governo norte-americano colocou imediatamente o Alasca como prioridade estratégica nacional (Denfeld, 1996). A proximidade geográfica do Alasca para a União Soviética e a crescente tensão diplomática entre ambos os blocos, por via da ameaça militar e nuclear, trouxe a necessidade de olhar para o Alasca, mais do que a representação dos EUA no Ártico, como um ativo estratégico excepcional no contexto da Guerra Fria. Neste sentido o governo norte-americano concentrou-se no desenvolvimento tecnológico, militar e económico do Alasca (Hummel, 2005). Adicionalmente, a proximidade dos dois blocos no Ártico permitiu a monitorização de testes nucleares soviéticos na região através de uma contínua análise sísmica a partir de bases militares estabelecidas no Alasca. Por outro lado, a condição inóspita do estado do Alasca e a sua distância ao restante território dos EUA, permitiu, por sua vez, a condução de testes químicos e nucleares e incluiu a execução de detonações não-defensivas, justificadas ao abrigo do programa Plowshare da Comissão para a Energia Atómica dos EUA. Do lado soviético foram registados oficialmente 130 testes nucleares entre 21 de Setembro de 1955 e 24 de Outubro de 1990. Os testes nucleares concentraram-se na região do Ártico Russo, nomeadamente no arquipélago Novaya Zemlya, a Norte da Rússia e em pleno Oceano Ártico. Os testes estavam distribuídos por três zonas do arquipélago, consoante o tipo de teste e o meio em que este iria ser realizado:

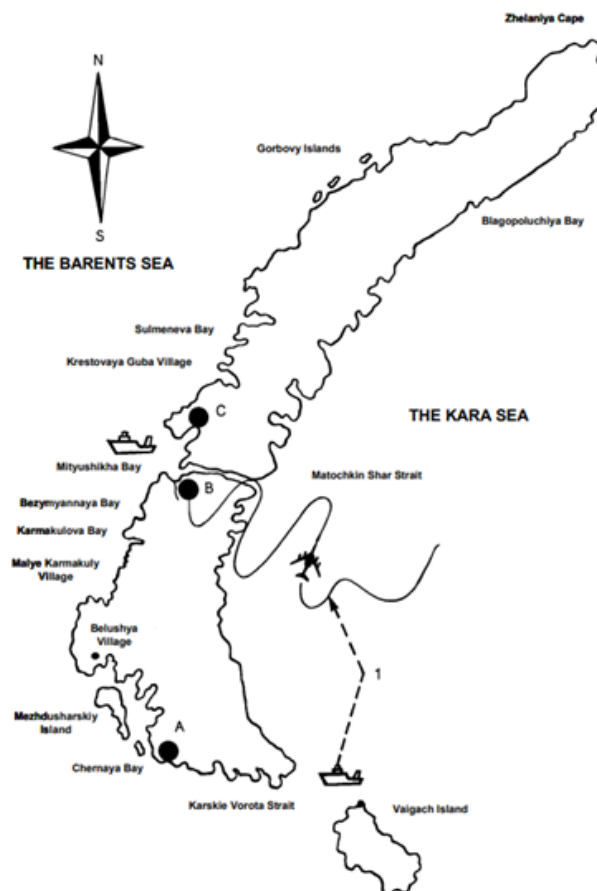


Figura 6: North Test Site (Arquipélago Novaya Zemlya)

A: Zona para testes nucleares maioritariamente realizados debaixo e à superfície de água (1955-1962)

B: Zona para testes nucleares subterrâneos em tuneis horizontais (1964-1990)

C: Zona para testes nucleares aéreos (1957-1962)

Fonte: (IAEA, 2004)

A primeira detonação nuclear soviética foi, precisamente, a 21 de Setembro de 1955 e realizada debaixo de água. Quando realizada, os EUA já tinham realizado dois testes semelhantes: um a 24 de Julho de 1946 e o segundo a 14 de Maio de 1955 (IAEA, 2004). Durante o período da Guerra Fria foi também testada a bomba de hidrogénio. A última é uma bomba termonuclear que se alimenta do processo de fusão nuclear de isótopos de hidrogénio a temperaturas que podem chegar aos 100 000 000 °C nos instantes iniciais da explosão, já que em muito pouco espaço se reúne uma quantidade enorme de energia (Broad, 1988; Siegel, 2020). O produto desta reação é hélio e uma quantidade de energia irreplicável por mais nenhuma bomba nuclear. A bomba de hidrogénio foi testada por ambos os blocos. Do lado soviético, o teste da Tsar Bomba ocorreu a 30 de Outubro de 1961 a uma capacidade de 50 megatons. Esta foi a capacidade que se encontrou segura para a realização de um teste, já que esta bomba de hidrogénio tem uma capacidade de destruição de 100 megatons. A Tsar Bomba é a bomba com maior capacidade de destruição conhecida e 1500 vezes mais destrutiva do que as bombas lançadas em Hiroxima e Nagasaki durante a II Guerra Mundial (Dowling, 2017). A detonação da bomba foi realizada a 4200 metros de altitude e apesar do perigo associado à detonação e libertação de material radioativo, foi considerado um dos testes mais “limpos” devido à substituição de urânio por chumbo, reduzindo a libertação de isótopos radioativos em 97% (Khan, 2020). Pela altura em que este teste estava a ser conduzido, do lado dos EUA já tinham sido realizados quatro testes com bombas de hidrogénio, mas a uma capacidade muito inferior (entre 10 a 15 megatons individualmente) no atol de Bikini e Enewetak a 28 de Fevereiro, 26 de Março, 4 de Maio e 31 de Outubro de 1954 (IAEA, 2004). Estima-se que, decorrente dos testes nucleares soviéticos realizados no Ártico, tenham sido utilizados cerca de 224 explosivos, libertando energia nuclear na casa dos 265 megatons e material radioativo. Este material radioativo, embora tenha ficado retido por uma extensa camada de gelo, considerando o ritmo de degelo sentido no Ártico, existe o risco de se verificar uma libertação gradual para a atmosfera (Edwards & Miner, 2021).

A vertente nuclear da Guerra Fria permitiu o desenvolvimento da doutrina MAD (Mutually Assured Destruction). A capacidade nuclear é a forma mais eficaz de dissuasão já que um ataque nuclear conduzido por uma superpotência pode esperar um contra-ataque na mesma medida, assegurando a destruição e aniquilação total de ambos. O efeito de dissuasão que a doutrina MAD conseguiu implementar na dimensão psicológica da estratégia militar de ambos os blocos evitou aquela que seria a guerra mais destrutiva alguma vez observada. Para a capacidade de dissuasão ser eficaz, ambos os intervenientes têm de sentir que o opositor detém e pode a qualquer momento usar armamento nuclear, assim como estarem convencidos que não podem lançar um ataque

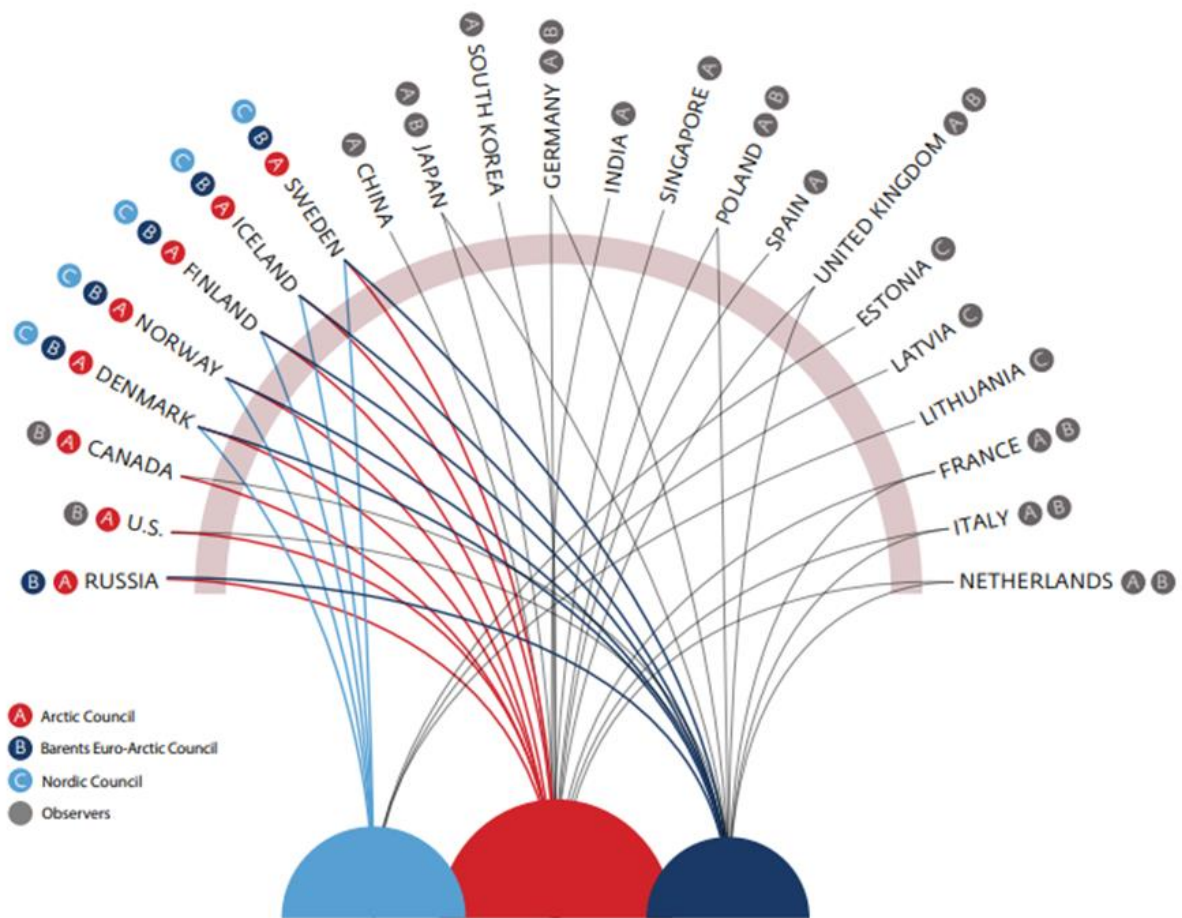
surpresa ao inimigo e ser bem-sucedidos pois a probabilidade de antecipação e interceção do ataque é elevada. Tanto os EUA como a União Soviética sabiam que, quanto mais a Norte colocassem o seu equipamento militar e nuclear, maior a capacidade de dissuasão, atendo à facilidade de destacamento e precisão de lançamento obtidas pela localização geográfica do Ártico. Como já mencionado, a vertente nuclear marcou a Guerra Fria e foi o fator de dissuasão mais pertinente durante o conflito. A inteligência atômica foi um elemento crucial durante o período da Guerra Fria e a Noruega, Estado Aliado dos EUA, forneceu informações extremamente importantes da realização de testes nucleares soviéticos ou preparação de um ataque surpresa aos EUA. A inteligência atômica norueguesa conseguiu enviar registos obtidos a partir de análises sísmicas, eletrónicas e acústicas recolhidos em solo norueguês assim como de equipamentos instalados no fundo do mar ou de plataformas à sua superfície (Njølstad, 2006).

Evidentemente que, devido ao facto de nenhuma das partes estar disposta a comprometer as suas capacidades militares nem a sua posição no conflito, durante a Guerra Fria o diálogo e a cooperação internacional na região do Ártico foram totalmente suspensos. O primeiro sinal de uma tentativa de apaziguamento das tensões diplomáticas no continente Ártico veio do lado soviético, quando a 1 de Outubro de 1987, Mikhail Gorbachev numa visita oficial à cidade de Murmansk apelou à paz no Ártico:

“The Soviet Union is in favor of a radical lowering of the level of military confrontation in the region. Let the North of the globe, the Arctic, become a zone of peace. Let the North Pole be a pole of peace. We suggest that all interested states start talks on the limitation and scaling down of military activity in the North as a whole, in both the Eastern and Western Hemispheres” (Åtland, 2008)

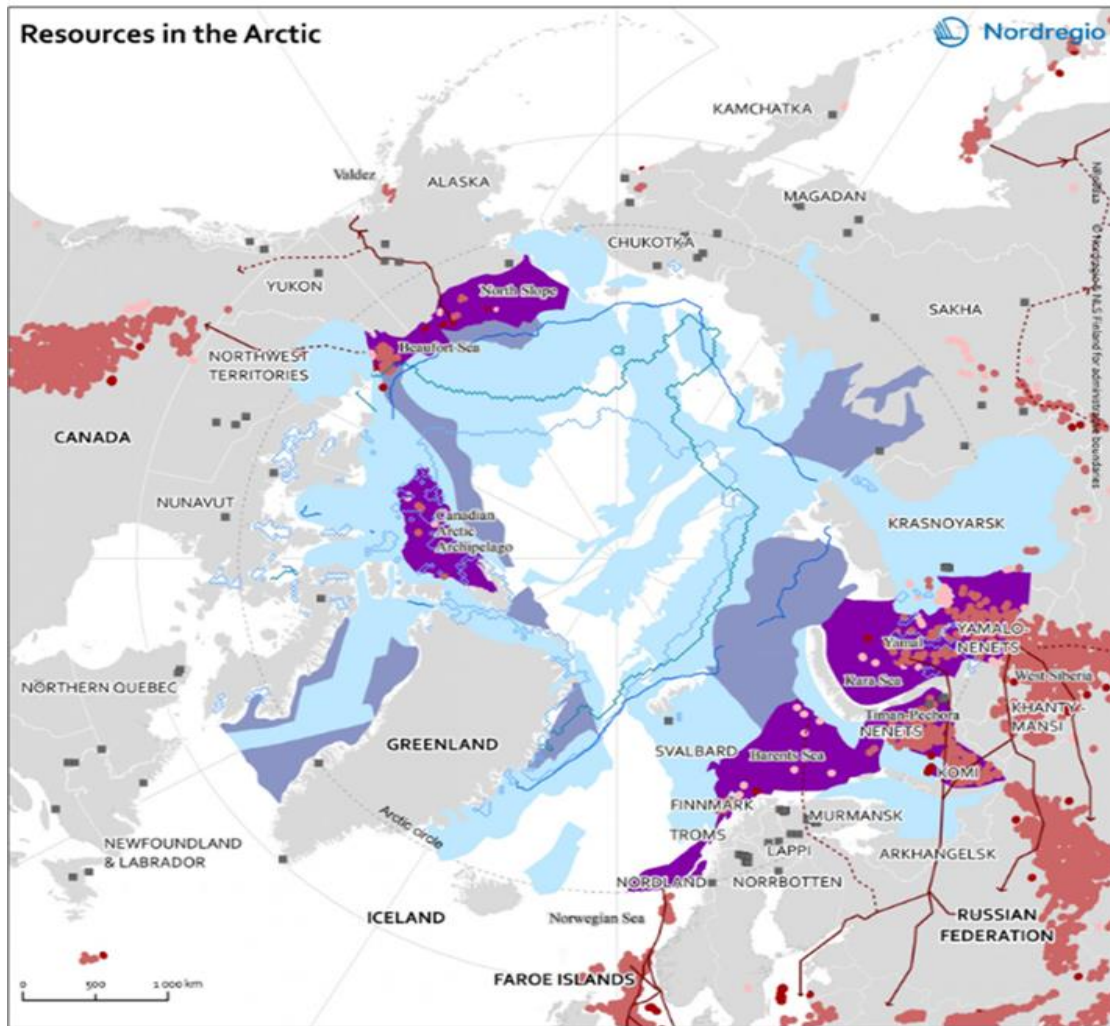
O discurso de Mikhail Gorbachev marcou o ponto de viragem no posicionamento soviético na região e iniciou um conjunto de políticas radicalmente diferentes daquelas que foram adotadas pela União Soviética no Ártico até então. As políticas regionais anunciadas ficaram conhecidas como a “iniciativa de Murmansk” e são parte integrante da reforma soviética *perestroika*. O discurso de Gorbachev foi um convite ao Ocidente de desmilitarizar o Ártico e iniciar um caminho de relações diplomáticas que visava o diálogo e a cooperação internacional. Inicialmente o discurso foi tomado com alguma desconfiança e apreensão pelo bloco Ocidental, uma vez que a zona de desmilitarização proposta por Gorbachev terminava pouco depois do porto de Murmansk. O fim da Guerra Fria no Ártico só se deu após a desintegração da União Soviética, cuja causa pode ser apontada para a pressão interna e contestação social geradas pelas políticas acima mencionadas.

ANEXO IV - Sistema De Governação do Ártico



Fonte: Valdai Discussion Club (Heininen et al., 2014, p. 23)

ANEXO V – Recursos Minerais e Energéticos no Ártico



Main oil and gas resources & mining activities in the Arctic

Oil/gas: exploration and production

- Gas
- Oil
- Oil and gas

Oil/gas: prospective areas and reserves

- <50% Probability that at least one accumulation of more than 50 million barrels of oil or oil-equivalent gas exists after USGS
- 50–99%
- 100% (including areas north of Arctic Circle)

- Main existing oil/gas pipeline (indicative direction)
- Main proposed oil/gas pipeline (indicative direction)
- Main mining site

Sea ice extent in September 2012

Sea ice extent in September 2018

Average sea ice extent for September in 1981–2010

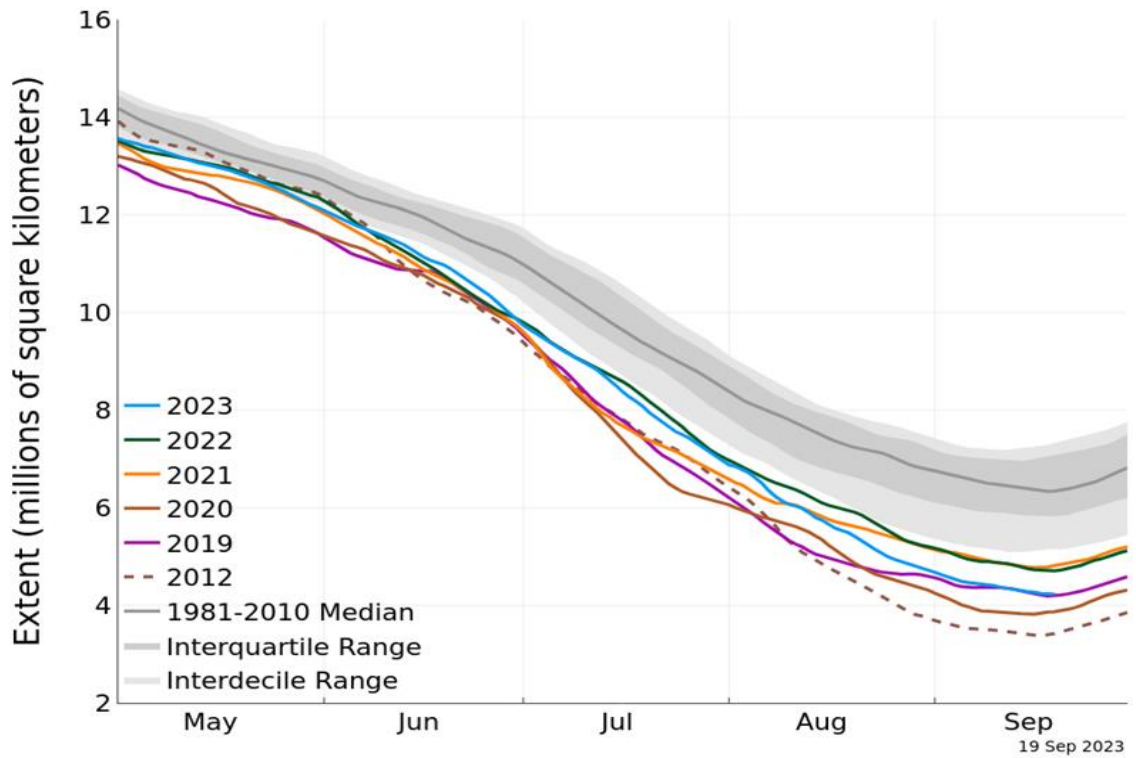
Regions included:

US - Alaska; CA - Yukon, Northwest Territories, Nunavut, Northern Quebec, Newfoundland & Labrador; GL; IS; FO; NO - Nordland, Troms, Finnmark, Svalbard; SE - Norrbotten; FI - Lappi; RU - Murmansk, Arkhangelsk, Komi, Nenets, Khanty-Mansi, Yamalo-Nenets, Krasnoyarsk, Sakha, Kamchatka, Magadan, Chukotka.

Data source: Nordregio, NSIDC, PRIO, United States Geological Survey USGS and several homepages for oil, gas and mining companies.

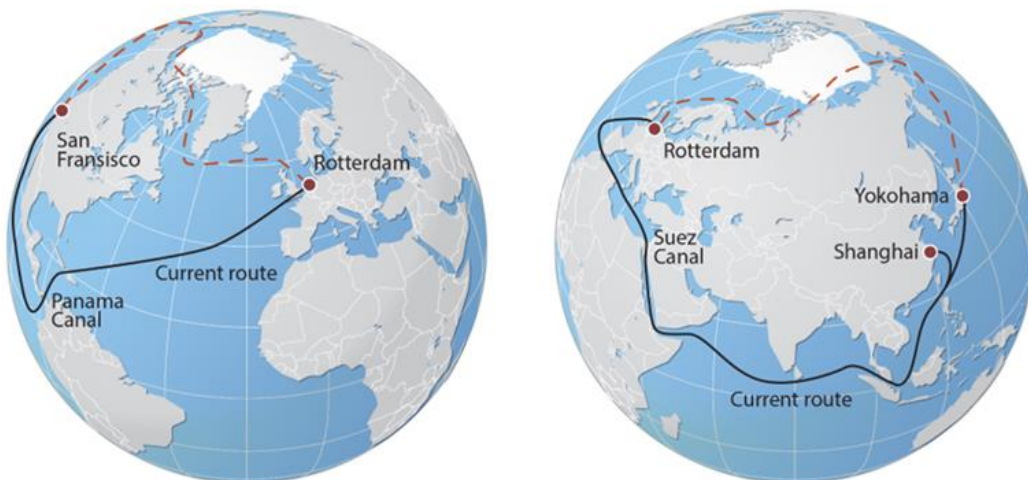
Fonte: Nordregio, NSIDC, PRIO, United States Geological Survey USGS e várias páginas online de empresas dedicadas à extração de petróleo, gás natural e minérios (Nordregio, 2019)

ANEXO VI – Extensão de gelo marítimo no Ártico



Fonte: National Snow and Ice Data Center (NSIDC)
(NSIDC, 2023)

ANEXO VII – Comparação do trajeto da rota marítima pelo Canal do Suez e pela NSR



Fonte: Arctic Monitoring and Assessment Programme (AMAP, 2011)

ANEXO IX - Bastion of Defense

Com o agravamento do aquecimento global e o subsequente derretimento do gelo, verifica-se uma gradual exposição dos cerca de 24 000 km de costa russa ártica, o que vulnerabiliza em muito o território e, aos olhos do Kremlin, ameaça os interesses russos na região. A transformação do ambiente físico, mesmo que gradual, é suficiente para causar uma crescente preocupação securitária associada não só a uma eventual tentativa de ataque ao território do russo, como também uma ameaça direta aos interesses russos na região. Isto porque, uma NSR mais navegável coloca em causa o aumento no tráfego internacional e uma progressiva perda de controlo por parte das autoridades russas. Por outro lado, um ato de sabotagem ou ataque a estações e infraestruturas de apoio à atividade extrativa não é descabida nem descartada das preocupações securitárias do Kremlin. Durante séculos, a Federação Russa confiou nas temperaturas gélidas do Ártico para manter as espessas e impenetráveis camadas de gelo que separavam o território russo de potenciais agressores. Contudo, neste momento existe a real preocupação do aparecimento de novas vulnerabilidades, flancos e potenciais rotas invasivas que colocam em causa a defesa da área marítima compreendida entre a Península de Kola (no Mar de Barents) e o Mar de Chukchil. Neste sentido, foi reativado um conceito de defesa militar que tinha sido institucionalizado pela primeira vez pela União Soviética durante a fase final da Guerra Fria.

O conceito de Bastião da Defesa surgiu com o propósito de assegurar a sobrevivência dos submarinos que transportavam mísseis balísticos estratégicos, assim como de todas as infraestruturas de apoio, criando um perímetro defensivo fechado e extremamente bem equipado. Esta área é denominada *bastião*. Atualmente, o gelo que ainda existe continua a funcionar como barreira securitária natural para a fronteira russa geograficamente situada mais a Norte, mas é agora complementado pelo destacamento de sistemas defensivos que encaixam variadas capacidades militares, nas quais se incluem sensores, minas, bases com plataformas de lançamento de mísseis costeiros e mísseis *surface-to-air*, assim como um reforço transversal de capacidades militares marítimas e aéreas (Mikkola, 2019). A decisão de levantar o Bastião de Defesa advém de uma atitude preventiva, antecipando qualquer ameaça securitária que possa surgir. A visão russa do sistema internacional implica um receio permanente de que grandes potências com intenções hostis possam a qualquer altura cercar a Federação Russa no Ártico. Um cerco implicaria o constrangimento no curso de ações que a Rússia pode tomar para se defender. O contexto geopolítico no Ártico pode ser a situação ideal em que a Rússia se encontra mais vulnerável devido ao seu progressivo isolamento relativamente aos restantes Estados-vizinhos e onde mais facilmente podia ver a concretização deste cerco. A entrada da Finlândia para a NATO e a provável adesão sueca vêm, do ponto de vista russo, comprovar este receio do encurralamento da Federação Russa, dependendo exclusivamente de si e das suas capacidades militares para se defender. Neste sentido, reforçar qualquer fronteira russa que fique mais exposta é uma prioridade do Kremlin no Ártico, não só junto da NSR como também perto do Mar de Barents, onde é previsto um aumento considerável de tráfego e atividade marítima nos próximos anos, atividade essa que se pode aproximar demasiado das ilhas da Nova Sibéria ou de outros territórios

russos que, assim podem ficar expostos às intensões hostis de potenciais agressores. Algo que o Kremlin quer evitar a todo o custo.

O Bastião de Defesa implica a construção e expansão de capacidades e instalações militares, nas zonas que são entendidas como mais vulneráveis. A defesa destes potenciais pontos de entrada é considerada uma prioridade para a segurança nacional da Federação Russa. A instalação de radares para monitorização de atividade suspeita ao largo da área marítima *offshore* russa, a extensão de postos de vigilância e defesa, a reativação de algumas bases soviéticas deixadas no Ártico Russo após a Guerra Fria e a construção de novas bases tecnologicamente mais avançadas são instrumentos defensivos que encaixam no conceito de Bastião de Defesa. Adicionalmente, o Bastião de Defesa conta com 16 portos de águas profundas, preparados para acomodar navios de grandes dimensões, 10 novos aeroportos (perfazendo 14 no total) e 10 estações de radar permanentemente ativas (Boulègue, 2019). A partir de 2007/2008 foram restabelecidas as patrulhas aéreas russas no Ártico como parte integrante da estratégia do Bastião de Defesa. Por outro lado, a demonstração da coesão e coordenação naval tem sido conseguida através de vários exercícios navais, quer no Ártico quer na região do Báltico.

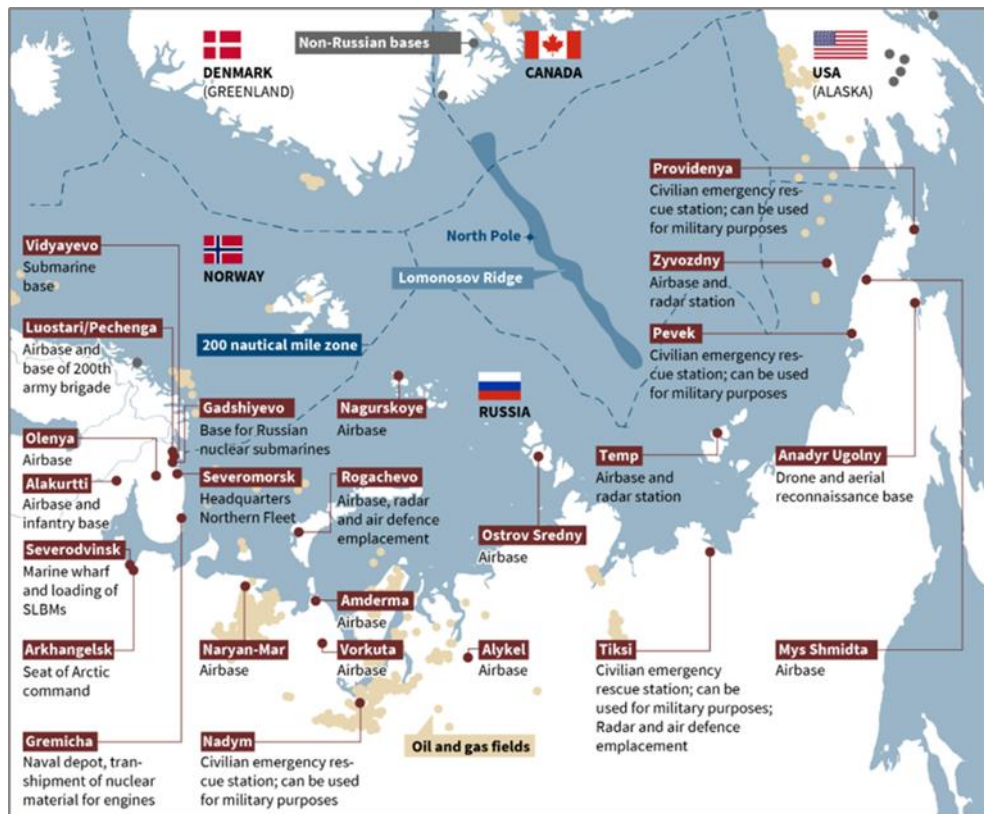
Neste enquadramento, pragmaticamente, as medidas militares no âmbito do Bastião de Defesa não são consideradas ofensivas *per se*, assumindo que o seu único propósito é exclusivamente a defesa da integridade territorial e soberania russa, assegurar a vigilância marítima sobre rotas marítimas vitais para a Federação Russa ou a identificação e resposta a ameaças de hipotéticos ataques com recurso a mísseis balísticos ou outro tipo de armamento (Paul & Swistek, 2022a). Não obstante deste argumento, é plausível a hipótese de a Rússia evocar a necessidade de defesa e do desenvolvimento do Bastião da Defesa no Ártico para expandir a sua capacidade militar e aumentar a sua esfera de influência, de modo a controlar a narrativa de acontecimentos no Ártico. Moscovo vê a sua influência no sistema internacional intrinsecamente ligada à sua capacidade militar. Ainda que não esteja explícito em nenhum documento oficial, a forma como a Federação Russa percebe o Ártico pode indicar que vê na região a oportunidade de reafirmar confortavelmente o estatuto de grande potência. Este é um objetivo que apela bastante à vertente nacionalista presente em parte da academia e elite política russa, havendo uma especial atenção dada à competição entre a Federação Russa e o Ocidente, nomeadamente com os EUA. O estatuto de grande potência advém não só da sua superioridade militar como também da capacidade económica, evidente nos vários projetos de desenvolvimento, superiores a qualquer outro Estado Ártico (tanto em número como em dimensão), e particularmente assente na força de dissuasão nuclear demonstrada, não só como um elemento central da estratégia militar russa como também um símbolo da garantia do estatuto de grande potência nuclear (Sergunin & Konyshchev, 2015). A contabilização das capacidades nucleares coloca a Rússia e os EUA quase em pé de igualdade. Contudo, a forte militarização russa no Ártico e o progressivo derretimento do gelo, têm colocado os EUA e a NATO numa posição mais desvantajosa na região. Mísseis balísticos russos com o nível de alcance apropriado, lançados de submarinos localizados no Mar de Beaufort, conseguem alcançar solo norte-americano, nomeadamente a cidade de Washington. Se os mísseis utilizados

forem hipersônicos⁴², não só a tarefa de identificação destes objetos se torna extremamente difícil como o tempo de reação e a respetiva capacidade de interceção do míssil pelos sistemas norte-americanos é reduzida drasticamente. Moscovo também tem conduzido testes militares de grandes dimensões com alguma regularidade, envolvendo capacidades militares diversas e enviando subtilmente uma mensagem de prontidão e coordenação, não apenas dos meios existentes no Ártico como também o rápido destacamento de forças militares provenientes da Rússia central e ocidental (Mikkola, 2019)

O ministro da defesa russo, Sergey Shoygu, revelou que existe o plano de enviar para o Ártico mais equipamento militar tal como submarinos, navios, veículos de infantaria adaptados para o gelo, entre outros (Conley et al., 2020). Shoygu fez recentemente uma visita oficial ao Ártico em Agosto de 2023 (DN, 2023). Esta visita previa a inspeção das instalações militares de apoio à Northern Fleet assim como o nível de preparação dos soldados para defender zonas de cariz particularmente importante para a Rússia no Ártico. Esta visita incluiu também uma visita ao campo de testes nucleares russos, em Novaya Zemlya, onde o ministro foi acompanhado pelo presidente da Rosatom, Alexei Likachev. Esta visita foi a primeira após o pedido de Vladimir Putin a 21 de Fevereiro de 2023 para que fossem tomadas providências para o retorno de testes nucleares russos no Ártico, caso o contexto securitário assim o exigisse (Reuters, 2023a). Em resposta a este pedido, os líderes do G7 realçaram de imediato a importância de haver transparência na partilha de dados relativamente à discriminação do arsenal nuclear individual dos Estados e à dimensão exata do armamento nuclear detido por cada Estado (TASS, 2023c).

⁴² Mísseis capazes de atingir uma velocidade de cinco vezes a velocidade do som (6 100 km/h) e com a capacidade de alterarem em qualquer momento a sua trajetória (The UK Parliamentary Office of Science and Technology, 2023)

ANEXO X – Distribuição das capacidades militares russas no Ártico



Fonte: (Dicks et al., 2011; Paul & Swistek, 2022b)

ANEXO XI - Svalbard

Svalbard, é um arquipélago de nove ilhas situado entre o Pólo Norte e o território continental da Noruega, com o Mar da Groenlândia e o Mar da Noruega e Este, o Mar de Barents a Oeste e o Oceano Ártico a Norte. A maior ilha do arquipélago é Spitsbergen, tendo sido este o nome usado para definir todo o arquipélago até 1925. Como analisado no **ANEXO I** O estatuto e a soberania de Svalbard ficaram definido num tratado assinado em Paris, a 9 de Fevereiro de 1920, reconhecendo por um lado a soberania ao Estado norueguês mas com a garantia de determinados direitos aos restantes Estados signatários. A União Soviética reconheceu formalmente a validade do Tratado de Paris em 1924 e em 1935 tornou-se parte do grupo de Estados que assinaram o mesmo documento, que hoje conta com 40 Estados participantes (Sergunin & Konyshv, 2015).

A 15 de Setembro de 2010, o primeiro-ministro norueguês, Jens Stoltenberg, e o presidente russo Dmitry Medvedev assinaram em Murmansk um acordo que pretendia terminar com 40 anos de tensão diplomática associada a uma disputa territorial no Mar de Barents, partilhado por ambos os Estados Costeiros. Ainda que na Noruega, a assinatura deste tratado tenha sido recebida com algum alívio e satisfação, o mesmo não foi verificado na Rússia onde foram levantadas algumas questões sobre as consequências negativas que podiam advir para o Estado russo com a assinatura deste acordo. A primeira questão sujeita a debate foi uma cedência injustificada de território soberano russo para a Noruega⁴³. A segunda questão que originou alguma insatisfação por parte do corpo político e académico russo foi a falta de carácter objetivo do tratado, já que este não engloba o regime das áreas marítimas e das plataformas continentais adjacentes a Svalbard (Heininen et al., 2014). Desta forma foi perdida uma oportunidade de formalizar o estatuto de Svalbard entre a Noruega e a Federação Russa, continuando a ser um assunto diplomático complexo e extremamente relevante para a construção da estabilidade política da região ártica deixado por resolver.

O primeiro problema associado a Svalbard prende-se com a decisão da Noruega em estabelecer uma Zona de Pesca Protegida. O estabelecimento desta área (cuja dimensão é precisamente 200 milhas náuticas) surgiu a 3 de Junho de 1977. Desta forma, o Estado norueguês optou por tornar as 200 milhas marítimas de ZEE de Svalbard numa zona de proteção ecológica. A posição da Noruega pretende assegurar a proteção e a gestão sustentável dos recursos biológicos, atendendo ao facto de a região do Mar de Barents ser particularmente rica neste tipo de recursos, nomeadamente pela diversidade de espécies marinhas, algumas de particular interesse para as economias russa e norueguesa. Aquando do anúncio desta decisão, o governo norueguês fez questão de salvaguardar que o estabelecimento desta Zona de Pesca Protegida em Svalbard não entra em conflito com nenhuma cláusula do Tratado de Paris de 1920. Moscovo, por outro lado, não reconhece esta exclusividade e respetiva interdição da exploração da zona marítima em causa e considera a mesma área, uma que se encontra aberta para o desenvolvimento de atividades

⁴³ O acordo de 2010 prevê o levantamento das reivindicações territoriais da Noruega se o governo russo concordasse com a alteração da linha geográfica, estabelecida em 1926, que divide a área marítima em disputa (UN, 2010).

económicas para os Estados signatários do tratado de 1920 (Portsel, 2012). A divergência entre a Federação Russa e a Noruega nesta matéria levou a várias apreensões de embarcações pesqueiras russas por autoridades de segurança marítima norueguesas, sob a alegação de que a atividade russa era entendida como pesca ilegal e por isso sujeita a intervenção pelas autoridades competentes. A partir de 2004, navios pertencentes à Northern Fleet começaram a acompanhar as embarcações pesqueiras quando estas navegavam pela área interdita, de forma a proteger estas embarcações de serem apreendidas ou atacadas. No mesmo ano, a Northern Fleet começou a navegar por áreas marítimas próximas de Svalbard com alguma regularidade, alegadamente como parte das operações de patrulha. Esta presença cada vez mais próxima, alimenta o debate nacional na Noruega sobre a segurança do arquipélago da potencial ameaça russa e da possibilidade de ativação do Artigo 5º da NATO em caso de ataque ao território soberano norueguês (Boulègue, 2019).

Um segundo aspeto que contribui para a tensão diplomática entre a Noruega e a Federação Russa a respeito de Svalbard é o sistema fiscal em vigor para a taxação da atividade relativa à exploração de hidrocarbonetos. O Tratado de Svalbard, no seu Artigo 8º, prevê uma taxa até 1% sobre a produção de hidrocarbonetos ou minerais exportados. Contudo, para reservatórios que, mesmo que tenham o seu ponto de extração dentro dos limites territoriais do arquipélago, tenham uma área que se estenda para fora destes, entram já no domínio fiscal do território continental norueguês, e estão sujeitos à taxa aplicada pela legislação fiscal petrolífera norueguesa, equivalente a 78% do valor da produção (Oreshenkov, 2010).

Um último aspeto que ativamente contribui para o aumento das tensões políticas verificadas relativamente à gestão do território de Svalbard e da respetiva área marinha que lhe está associada, é a própria natureza da presença russa no território. O Tratado de Svalbard permite que os Estados envolvidos estabeleçam atividades relacionadas com a pesca ou caça, tendo a Noruega o poder suprajacente de tomar medidas de controlo destas atividades em prol da preservação ambiental. A intenção da Federação Russa em instalar uma fábrica de processamento de peixe, que compete diretamente com empresas norueguesas não foi bem recebida e, tendo em conta o local em que isto acontece, pode ser entendido como uma provocação ou um jogo de poder por parte da Federação Russa.

O território de Svalbard é, para já, um território dispensado das sanções político-económicas que o Ocidente tem aplicado à Federação Russa como condenação pelos atos cometidos na guerra na Ucrânia. A decisão de isentar Svalbard relaciona-se com a não-violação dos princípios enunciados no Tratado de Paris (Edvardsen, 2022b). Desta forma, a Federação Russa continua a ter autorização para atracar as suas embarcações em portos noruegueses no arquipélago, ao contrário do que acontece noutros portos noruegueses em território continental ou noutras ilhas. Bjørnar Skjæran, ministro da Pesca e dos Oceanos, a respeito da aplicação das sanções, mencionou o seguinte:

“We close our ports for vessels under the Russian flag, however, we keep them open to fishing vessels. It is important for Norway to protect the fisheries cooperation in the Barents Sea for operative bilateral cooperation about search and rescue. We also make an

exemption for Svalbard as Svalbard holds a special position.”
(Staalesen, 2022)

A resolução do regime de Svalbard é uma prioridade para Oslo e para Moscovo. No entanto, a divergência de posicionamento relativamente a algumas questões (algumas que ainda se prendem com o próprio tratado e das suas ramificações em determinadas atividades) e a eventual falta de cedências por ambas as partes, podem dificultar as negociações. Esta inflexibilidade pode ser amplificada se as partes envolvidas não forem capazes de separar Svalbard de outras tensões que se verificam no sistema internacional entre a Rússia e o Ocidente. A postura que a Federação Russa tem adotado em determinados momentos pode revelar alguma hostilidade e prontidão de meios com possíveis intenções ofensivas. Exercícios militares recentes têm demonstrado o desenvolvimento militar russo e a prontidão das mesmas capacidades, algo que tem alertado o Ocidente. Os exercícios militares conjuntos entre a Rússia e a Bielorrússia, Zapad, em 2017 demonstraram a prontidão e coordenação de meios militares perto de Svalbard. Durante estes exercícios militares, foi observada uma simulação de ataque a Svalbard com recurso a um navio anfíbio (Wither, 2018).

ANEXO XII – Exercícios Militares da Aliança Atlântica no Ártico

Joint Viking 2023

A Noruega também é o local preferencial para a execução de exercícios militares da NATO. O mais recente foi a operação Joint Viking 2023 que reuniu entre o dia 6 e o dia 16 de Março de 2023 cerca de 20 000 militares provenientes de nove Estados (Alemanha, Canadá, EUA, Finlândia, França, Holanda, Noruega, Suécia e Reino Unido). Os exercícios foram essencialmente conduzidos na região de Troms, perto da fronteira a norte com a Finlândia e cuja costa já encara o Oceano Ártico. Dos 20 000 militares, cerca de 12 000 participaram nas manobras da Joint Viking enquanto os restantes 8 000 foram convocados para os exercícios navais britânicos, Joint Warrior. A Joint Warrior concentra as atividades próximo da costa norte da Noruega e, como tal, próximo da localização em que decorre a Joint Viking. Para todas as operações foram mobilizadas 50 aeronaves e 40 navios. De igual modo, também foram incluídas organizações civis que, no caso de uma crise securitária na Noruega teriam um papel fundamental para o apoio das manobras militares. Na descrição sumária das operações Joint Viking e Joint Warrior, é mencionado que as mesmas têm em consideração a degradação das relações diplomáticas entre a Federação Russa e o Ocidente (Norwegian Armed Forces, 2023). De seguida, será feita uma análise aos dois maiores exercícios executados pela NATO no Ártico: A Cold Response de 2022 e a Trident Juncture em 2018.

Cold Response 2022

A Cold Response é um exercício militar, organizado bianualmente, liderado pelo exército norueguês e que conta com a participação da Aliança Atlântica. Atendendo a constrangimentos relacionados com a pandemia provocada pelo vírus SARS-CoV-2, os exercícios ao abrigo da Cold Response em 2020 foram suspensos devido ao risco de propagação do vírus e adiados para 2021, ano em que toda a operação foi cancelada pelas mesmas razões. Desta forma, apenas em 2022 foram retomados os exercícios que adquiriram uma dimensão e complexidade expressivamente superior, comparativamente a edições anteriores. A Cold Response 2022 ocorreu entre o dia 14 de Março e o dia 1 de Abril de 2022 e foi o maior exercício militar conduzido pela Aliança Atlântica em 2022. O exercício contou com a participação de 27 dos 30 Aliados, contabilizando-se também a participação da Suécia e da Finlândia que no momento dos exercícios militares da Cold Response ainda não eram membros da NATO⁴⁴. No total foram mobilizados 30 000 militares provenientes de 31 Estados, entre Membros e Parceiros da Aliança. O principal âmbito dos

⁴⁴ Salienta-se o facto de, no momento de escrita desta dissertação, a Finlândia já ser membro da Aliança Atlântica e a Suécia aguardar a ratificação por parte da Turquia e da Hungria para se tornar oficialmente Estado-Membro da NATO.

exercícios da Cold Response é perceber a capacidade de operacionalidade das capacidades militares da NATO no ambiente ártico, sob condições climáticas extremamente adversas e distintas de qualquer outro cenário em que a NATO opera, tal como testar a coordenação dos meios disponibilizados pelos Estado-Membros. A Cold Response testou meios terrestres, marítimos e aéreos e para tal mobilizou 200 aeronaves e cerca de 50 navios para os exercícios. A escolha da Noruega para a implementação destes exercícios, segundo Martins da Cruz, antigo embaixador da NATO, prende-se com o facto de ser o Estado que mais investe na defesa do respetivo território ártico e por isso possui centros de observação para monitorização da atividade russa, nomeadamente a movimentação da frota marítima e submarina russa nas áreas próximas do território norueguês (CNN, 2022). A Cold Response de 2022 ocorreu extremamente próxima do início da guerra na Ucrânia, obrigando a NATO a emitir um esclarecimento que frisava que o agendamento deste exercício bianual estava marcado desde Junho de 2021 e, que de forma nenhuma se relacionava com a operação militar da Rússia na Ucrânia. Segundo a Aliança Atlântica, estes exercícios são de natureza defensiva, de dimensão proporcional e anunciados com a devida antecedência (NATO, 2022c). Quanto à dimensão do exercício, o porta-voz do Quartel-General de Operações Conjuntas norueguês, Preben Aursand justifica que a escala do último é um produto do interesse crescente que, tanto Aliados como Parceiros da NATO têm demonstrado no Ártico (Edvardsen, 2022a). Dentro dos 30 000 soldados mobilizados, 14 000 estavam em operações terrestres, 8 000 em operações marítimas e a maioria dos restantes 8 000 militares conduziram as operações aéreas (contabilizando-se alguns militares distribuídos por funções administrativas e de apoio em bases militares norueguesas) (Norwegian Armed Forces, 2022).

Trident Juncture

Ainda que tenha sido em 2022 que os exercícios da Cold Response tenham atingido uma dimensão e complexidade superior a qualquer edição anterior, este não foi o maior exercício da NATO no Ártico. Em 2018, a Trident Juncture reuniu todos os Estados-Membros da NATO, assim como a Suécia e a Finlândia, num exercício militar conjunto na Noruega. A Trident Juncture não só foi o maior exercício militar da NATO em 2018, como foi o maior exercício militar operacionalizado pela Aliança na região do Ártico. As operações decorreram entre 25 de Outubro e 7 de Novembro de 2018 e envolveram a mobilização de 50 000 militares, 250 aeronaves, 65 navios e 10 000 veículos que começaram a deslocar-se para o local a partir de Agosto do mesmo ano. A participação de Portugal passou pelo envio de 200 militares da fragata *Corte-Real* da Marinha Portuguesa (Delegação Portuguesa para a NATO, 2018). A Trident Juncture contou também com a presença do porta-aviões norte-americano USS Harry S. Truman e do porta-aviões da marinha britânica HMS Prince of Wales ⁴⁵. Os exercícios militares ocorreram na zona central e oriental da Noruega, assim como em zonas marítimas e no espaço aéreo da Suécia e da Finlândia, abrangendo também áreas marítimas pertencentes ao Atlântico Norte e Mar Báltico. A

⁴⁵ Ambos estiveram também presentes em 2022 nos exercícios da Cold Response.

Trident Juncture pretendeu testar o nível de operacionalidade, coordenação e prontidão dos meios disponíveis num eventual cenário de ameaça. O exercício permitiu treinar e testar toda a cadeia militar da NATO, assim como testar e otimizar as capacidades da NATO Response Force (NRF)⁴⁶. O facto de estes exercícios serem na Noruega permitiu, por outro lado, testar a capacidade das Forças Armadas norueguesas de receber e gerir os meios militares da NATO enviados para o território. Devido à sua dimensão e complexidade, a coordenação dos exercícios foi dividida em três fases. A primeira decorreu entre Agosto e Outubro e visava a mobilização dos meios militares provenientes dos Estados de origem e a sua organização e distribuição no território norueguês. Os exercícios em si iniciaram-se a 25 de Outubro e decorreram até ao dia 7 de Novembro. Entre o dia 13 e o dia 24 de Novembro foi executado um exercício de posto de comando no NATO Joint Warfare Center em Stavanger (Argano, 2018). O último assenta numa simulação digital, não envolvendo a participação física de meios militares da Aliança. A Trident Juncture é considerada o maior exercício militar da NATO no Ártico desde a Guerra Fria e no mesmo foram testados diversos cenários e respostas.

O exercício terrestre passou pela simulação de um confronto hipotético entre uma força militar do Norte e uma força militar do Sul. Neste exercício, a força do Norte era comandada pelo Allied Land Command e envolvia brigadas norueguesas, suecas e canadianas. Já a força militar do Sul era constituída pela brigada alemã, italiana e britânica. A escolha da Noruega para ser o palco destes exercícios e o próprio período em que a operação decorreu pode indicar também que a NATO intendeu demonstrar a sua capacidade de operar em ambientes de baixas temperaturas e sob condições do solo particularmente adversas.

O planeamento das operações aéreas ficou sob a responsabilidade do Allied Air Command, sediado na base aérea da NATO em Ramstein, enquanto o Norway's National Air Operations Center planeou e coordenou a participação norueguesa em cooperação com o Norwegian Joint Headquarters.

Por fim, a dimensão das forças militares marítimas da Aliança Atlântica foi a que envolveu a participação de mais Estados. As forças militares marítimas disponíveis foram divididas em dois grupos criados para o contexto do exercício. O primeiro consistia nas forças marítimas situadas a Norte e envolveu unidades do Canadá, Dinamarca, Noruega, Polónia, Reino Unido e EUA. O segundo grupo era considerado o que estava localizado mais a Sul e neste estavam presentes meios militares da Standing NATO Maritime Group 1 e 2, da Standing NATO Mine Countermeasures Group One, unidades anfíbias lideradas pela marinha holandesa, assim como embarcações provenientes dos seguintes Estados: Alemanha, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Lituânia, Holanda, Noruega, Portugal, Reino Unido, Suécia e

⁴⁶ A NRF é uma força militar multinacional e multidisciplinar, que envolve meios terrestres, marítimos e aéreos, e que se distingue de outras unidades da NATO pelo seu elevado nível de prontidão. A NATO Response Force é um dos sinais mais fortes de coesão, união e coordenação da NATO (NATO, 2023)

Turquia. As operações marítimas da Trident Juncture foram concentradas na área do Mar da Noruega, estendendo-se da costa da cidade norueguesa de Bergen até Vestfjorden (Argano, 2018).

A Trident Juncture foi executada com base na transparência mútua e no respeito pela partilha antecipada de informações pertinentes aos exercícios, de forma a evitar uma má interpretação das operações conduzidas. O exercício foi anunciado a 31 de Maio de 2018, numa reunião do Conselho entre a NATO e a Rússia, ao embaixador russo que, da mesma forma informou a delegação da Aliança do exercício militar que a Rússia iria executar em Setembro do mesmo ano na Sibéria Oriental em cooperação com forças militares chinesas e mongólicas ⁴⁷. Adicionalmente, todos os membros da OSCE, incluindo a Rússia e a Bielorrússia, foram convidados a enviar observadores para acompanharem as operações em decurso. Este foi um convite que tanto a Rússia como a Bielorrússia aceitaram prontamente. A NATO realçou que a Trident Juncture não era uma preparação para um ataque militar, nem foi concebida ou direcionada para atacar nenhum Estado em particular. A Trident Juncture responde a um interesse estratégico e securitário crescente por parte da Aliança no Ártico, uma preocupação crescente com o comportamento errático e com a imprevisibilidade de ação da Federação Russa no cumprimento das normas do Direito Internacional mas acima de tudo a reiteração da natureza defensiva que caracteriza o âmbito de ação da Aliança Atlântica. A este respeito, Jens Stoltenberg no encerramento formal da Trident Juncture mencionou o seguinte:

“Trident Juncture sends a clear message, to our nations and to any potential adversary: NATO does not seek confrontation, but we stand ready to defend all Allies against any threat (...)” (NATO, 2018a)

Uma figura que teve um destaque especial nas operações que acompanharam a Trident Juncture foi o Almirante James G. Foggo, comandante da Allied Joint Force Command Naples. A respeito da importância da Trident Juncture na reafirmação da NATO na região, menciona o seguinte:

“Trident Juncture will show the world that NATO is relevant, united and ready to defend itself in this Article 5 scenario, testing our collective defence” (NATO, 2018b)

Ainda que esteja aberto a discussão, alguns especialistas colocam a hipótese de os exercícios militares russos da Ocean Shield em 2019, maioritariamente concentrados no Báltico mas também com alguma representação no Ártico, possam ter sido uma resposta russa aos exercícios da Trident Juncture (Tømmerbakke, 2020). Esta possibilidade foi equacionada pela abordagem pouco convencional e os cenários táticos operacionalizados pelas forças militares russas. Uma nova abordagem russa que tem sido também observada passa pela notificação a curto prazo dos exercícios ou testes militares. Esta manobra tática permite, não só surpreender os restantes atores como demonstrar e enfatizar a mobilidade e prontidão das forças militares russas junto do flanco mais a Norte da NATO (E. Buchanan & Boulègue, 2019). Estes exercícios planeados no curto prazo

⁴⁷ A operação Vostok 18 ocorreu entre o dia 11 de Setembro e o dia 17 de Setembro de 2018.

e que incluem uma vertente de surpresa são cada vez mais frequentes no Ártico, sendo que o seu real propósito não é o treino *per si* mas a mensagem que subtilmente enviam ao restante sistema.

A postura russa no Ártico, incluindo a utilização de uma retórica mais agressiva, a militarização do Ártico Russo ou a insistência em reclamar formalmente vastas áreas de território ártico, não facilita o estabelecimento de boas relações diplomáticas com os restantes Estados Árticos. Pelo contrário, a necessidade de afirmação da sua superioridade política, económica e militar na região antagoniza os restantes Estados, isolando a Federação Russa que interpreta este isolamento como um encurralamento. O único verdadeiro parceiro político russo na região é, na verdade a China, que se autointitula como um Estado próximo do Ártico, título rejeitado veemente pelos EUA e que também é percecionado com alguma cautela e desconfiança pelos restantes Estados Árticos. Considerando a degradação das relações diplomáticas entre a Federação Russa e o Ocidente, é espectável que o clima geopolítico de paz e estabilidade que se esperava da região do Ártico no início da década de 1990 seja neste momento um cenário pouco provável. Tendo em conta este enquadramento, a NATO e os EUA observam alguns constrangimentos no posicionamento e ação a adotar no Ártico, sob o risco de uma ação de natureza defensiva possa ser facilmente mal interpretada como ofensiva. Assim, as linhas de ação mais prováveis de ser adotadas são a via da diplomacia e a via da dissuasão. Ainda que a Federação Russa não se mostre recetiva ou cooperante, os EUA e a NATO devem tentar encontrar áreas de interesse comum de forma a estimular a cooperação internacional e integrar a Federação Russa em dinâmicas que beneficiem a estabilidade da região do Ártico. Adicionalmente podem existir esforços diplomáticos de implementar um código de conduta adaptado às exigências e características do Ártico. Este código de conduta normalizaria as ações que os Estados poderiam ou não adotar, clarificando quais as ações que saem do padrão do comportamento previsto. O objetivo seria reduzir eventuais tensões existentes entre a Federação Russa e outros Estados Árticos, evitar futuras crises securitárias e mitigar o risco de conflito por má interpretação ou acidente. A via da dissuasão é uma abordagem já incorporada nos documentos mais recentes da NATO e dos EUA e visa o reforço das capacidades defensivas de modo a enviar um sinal de não tolerância a comportamentos hostis ou alinhados com uma postura expansiva da Federação Russa no Ártico. A principal intenção é desencorajar qualquer comportamento da Federação Russa que ameace tanto o território dos Estados como as suas infraestruturas ou que intimide aeronaves e navios, sejam civis ou militares, no Ártico (Rumer et al., 2021).

ANEXO XIII - O despertar dos EUA para a realidade securitária do Ártico

Para Washington, a ameaça militar e nuclear russa juntamente com a crescente competição com a China levaram a um retorno gradual ao Ártico, algo especialmente verificado durante a administração de Donald Trump. O ano de 2016 foi o ano em que foi perceptível que o Ártico tinha entrado novamente nas prioridades estratégicas norte-americanas. O retorno dos EUA foi perceptível através do destacamento militar de unidades norte-americanas para a Islândia e para a Noruega, com rotação consecutiva permitindo assim uma presença permanente no território; da reativação da 2nd Fleet da marinha norte-americana, que partilha com a Joint Force Command a missão de patrulhar e assegurar a segurança no Atlântico Norte e no Ártico Europeu; do aprofundamento das ligações diplomáticas entre os EUA, a Suécia e a Finlândia e de um aumento da atividade diplomática entre os EUA e os Estados árticos, principalmente com a Islândia e com a Gronelândia. Os últimos são Estados que também estabelecem relações comerciais importantes com a China. A Gronelândia, como analisado no **ANEXO I**, pela sua riqueza mineral atrai naturalmente o interesse económico chinês. A Islândia, para além da sua riqueza natural, é um Estado Ártico que tem demonstrado uma grande proatividade nas dinâmicas governamentais da região, assim como tem demonstrado uma posição mais flexível no que respeita o reconhecimento do papel e capacidade de participação de Estados não-árticos nas dinâmicas governamentais internas da região (Sørensen & Klimenko, 2017). Este último ponto seria algo que facilitaria a entrada da China e o seu acesso a um nível de influência nas decisões que impactam diretamente o futuro do Ártico.

A presença da 2nd Fleet no Ártico, seja como um ativo norte-americano ou como um ativo estratégico da NATO, é espetável que perdue na região para defesa do território norte-americano ou de qualquer Aliado. Para a Federação Russa, a presença da 2nd Fleet causa sérias dúvidas se a mesma é o reflexo da presença dos EUA ou, pelo contrário, é um símbolo do retorno da Aliança Atlântica ao Ártico. Para a NATO, o despertar do interesse dos EUA pelo Ártico pode significar que Washington assuma a liderança na estratégia da Aliança para a região ártica, algo que, a acontecer, marcaria o regresso do Ártico como prioridade estratégica e securitária na agenda política dos EUA, após décadas de esquecimento. A principal questão para a Aliança Atlântica é o próprio rumo que os EUA podem tomar relativamente a uma posição mais assertiva no Ártico. Em alguns momentos, a própria natureza dos interesses norte-americanos no Ártico pode parecer errática, relembrando a proposta da compra da Gronelândia pela administração Trump ao governo dinamarquês em 2019. Apenas o facto de ter sido considerada a compra de um território autónomo, sem nenhuma consideração pela população residente levanta algumas dúvidas relativamente à forma como a presença norte-americana no Ártico pode ser contemplada.

Até à administração de Donald Trump, o Alasca não era uma prioridade estratégica e/ou securitária para a Casa Branca. Devido à crença no excecionalíssimo ártico (suportado por esforços multilaterais para manutenção da paz, estabilidade e cooperação) e da própria localização remota do estado do Alasca, este entrava na agenda política do governo norte-

americano como uma preocupação securitária marginal (Paul, 2023). O derretimento do gelo induzido pelo aquecimento global, a consequente abertura de novas rotas marítimas e o aparecimento de novas vulnerabilidades securitárias, juntamente com uma intensificação da rivalidade por poder mudou gradualmente a perspectiva que Washington tinha do Ártico. Esta mudança foi especialmente sentida durante o mandato de Donald Trump. Em Junho de 2020, Donald Trump anunciou o projeto de construção de uma frota marítima constituída por *ice-breakers* e anunciou a vontade de estabelecer uma presença militar polar permanente, ficando a dúvida se a mesma se referia ao Ártico ou à Antártida sendo que, atendendo aos desafios securitários e geopolíticos verificados no Ártico seria plausível que um destacamento militar permanente no Ártico pudesse ser concebido. Relativamente à frota de *ice-breakers*, esta seria contruída, testada e estaria disponível para servir os interesses norte-americanos até 2029 (The White House, 2020). Sensivelmente um ano antes, o secretário de estado, Mike Pompeo caracterizou o Ártico como uma “arena” por poder e competição (The Guardian, 2019). Pompeo realçou a necessidade de se repensar o Ártico, identificando a China e a Rússia como os principais atores capazes de alterar o *status quo* da região:

“(…) Do we want the Arctic Ocean to transform into a new South China Sea, fraught with militarisation and competing territorial claims? (...) There are only Arctic states and non-Arctic states. No third category exists, and claiming otherwise entitles China to exactly nothing.” (The Guardian, 2019)

“(…) Russia is already leaving snow prints in the form of army boots.” (The Guardian, 2019)

O carácter provocativo e virulento das declarações de Pompeo foi particularmente arriscado, atendendo ao facto de as mesmas terem sido feitas antes de uma reunião bilateral com Sergei Lavrov. Durante o mandato de Donald Trump algumas unidades das Forças Armadas norte-americanas produziram documentos estratégicos que incluíam o Ártico, embora estes sejam muito abrangentes e sem medidas de atuação concretas. O documento mais relevante foi a elaboração de um relatório estratégico específico para o Ártico pelo próprio Departamento da Defesa em Junho de 2019, no qual o Ártico é referenciado como “um potencial vetor para um ataque ao território norte-americano” (Office of the Under Secretary of Defense for Policy, 2019).

A entrada da administração Biden previa uma abordagem mais discreta, concentrada na mitigação dos efeitos do aquecimento global e na promoção das relações de cooperação internacional que contribuam ativamente para a manutenção da paz e da estabilidade da região. Podia até ser antevisto um desinteresse progressivo no regresso da presença norte-americana ao Ártico. Ainda que a desaceleração do aquecimento global e a promoção da cooperação sejam algumas prioridades para o Ártico, as questões securitárias que envolvem os EUA no Ártico não foram esquecidas. Ao contrário do seu antecessor, Joe Biden planeou com antecedência algumas decisões que dizem respeito ao Ártico, permitindo um nível de coordenação superior. Em Setembro de 2021, a administração deu ordem para a reativação do Comité Executivo para o

Ártico, sob a liderança de David Balton mas supervisionada pela Casa Branca. Biden também nomeou seis pessoas para integrar a comissão dedicada à atividade científica norte-americana no Ártico, nomeando Mike Sfraga para presidir a comissão. Em Setembro de 2022, foi finalmente criada no Pentágono uma divisão exclusiva para a discussão de assuntos relacionados com o Ártico. Esta divisão é presidida por Iris Ferguson, que partilha com Pompeo algumas considerações sobre o Ártico, nomeadamente o facto de a região estar progressivamente a transitar para uma arena de competição por poder e supremacia (Paul, 2023).

Apesar das tensões políticas verificadas entre os EUA e a Rússia, a estratégia nacional para o Ártico rege-se pela paz, estabilidade, prosperidade e cooperação (The White House, 2022b). Neste sentido, os EUA seguem uma dupla estratégia no Ártico: por um lado a determinação em conter a expansão e o comportamento da Federação Russa e evitar o crescimento da presença da China no Ártico; por outro a manutenção da estabilidade regional (Paul, 2023). Esta foi a principal linha condutora que orientou a ação norte-americana no Ártico até Fevereiro de 2022. A operação militar russa na Ucrânia colocou alguma dificuldade na dissociação da atitude agressiva de Moscovo em território ucraniano de uma política russa mais expansiva no Ártico. De igual modo, a zona ártica da Federação Russa gera alguma controvérsia e preocupação para Washington já que a mesma é uma zona na qual pode ser identificada alguma conveniência na relação de proximidade entre Moscovo e Pequim.

O documento ilustrativo da estratégia nacional para o Ártico mostra os quatro pilares que orientarão a ação norte-americana no Ártico:

1. A Segurança;
2. As Alterações Climáticas e a Proteção Ambiental;
3. O Desenvolvimento Económico Sustentável;
4. A Cooperação Internacional e a Governança Regional.

(The White House, 2022b).

O mesmo documento também identifica o conflito na Ucrânia como um elemento de potencial destabilização política no Ártico. Para a presente dissertação, o 1º e 4º pilar mostram-se os mais relevantes. Assim, o documento da estratégia para o Ártico realça o seguinte:

“Pillar 1—Security: We will deter threats to the U.S. homeland and our allies by enhancing the capabilities required to defend our interests in the Arctic, while coordinating shared approaches with allies and partners and mitigating risks of unintended escalation. We will exercise U.S. government presence in the Arctic region as required to protect the American people and defend our sovereign territory.” (The White House, 2022b)

“Pillar 4—International Cooperation and Governance: Despite the challenges to Arctic cooperation resulting from Russia’s aggression in Ukraine, the United States will work to sustain institutions for Arctic cooperation, including the Arctic Council, and position these institutions to manage the impacts of increasing activity in the region. We also seek to uphold international law, rules, norms, and standards in the Arctic.” (The White House, 2022b)

Atividades de vigilância, a melhoria no conhecimento do domínio marítimo e um investimento na construção de *icebreakers* são meios discriminados na estratégia norte-americana para o alcance dos objetivos traçados para o Ártico, ainda que de forma muito vaga. A escassez de navios *icebreaker* no Ártico é uma manifestação da falta de interesse político e estratégico no Ártico durante décadas. No total, os EUA detêm dois *icebreakers*, o USCGC Polar Star que se encontra maioritariamente em expedições científicas na Antártida e o USCGC Healy, este sim encontra-se desde 1999 disponível para operações no Ártico. O USCGC Healy já efetuou três viagens ao Pólo Norte, tendo sido a mais recente em 2022. O governo norte-americano aprovou o projeto para construção de seis novos navios de apoio a atividades no Ártico, sendo três destes pertencentes à classe *icebreaker*. O primeiro *icebreaker* está previsto entrar em funcionamento entre 2026 e 2027 e vai substituir o USCGC Healy que se encontra na sua fase final de utilização (Humpert, 2023b). Como analisado previamente, a detenção e presença física de *icebreakers* no Ártico ultrapassa o cariz prático das embarcações, sendo um símbolo do poder regional. Com a adição dos três novos *icebreakers*, os EUA vai igualar o número de *icebreakers* da China (assumindo que o número de *icebreakers* chineses se mantém nos três) mas significativamente aquém dos 48 *icebreakers* russos, assim como dos 9 canadianos, 8 finlandeses e 4 suecos (Paul, 2023). Através da contabilização individual dos *icebreakers* por Estado Ártico, conclui-se que enquanto a NATO confia na capacidade militar dos EUA para defender a região Euro-atlântica, no Ártico são os EUA que contam com os *icebreakers* dos seus aliados europeus para defender os seus interesses na região. Os *icebreakers* são os principais instrumentos pelos quais os Estados marcam indiretamente a sua presença e, proporcionalmente, o investimento no Ártico. Numa região particularmente suscetível, presença é definitivamente influência e por isso de extrema importância para a afirmação dos interesses e domínio geopolítico.

Desde o descobrimento da Prudhoe Bay Oil Field em 1968, a produção de petróleo através de reservas encontradas no Alasca tem sido uma fonte de importantes receitas económicas. Tendo sido este o maior reservatório de petróleo encontrado na América do Norte, a sua exploração representou uma garantia para a segurança económica do Alasca, assim como um grande contributo económico para o PIB norte-americano. Ainda que não de uma forma tão evidente como o que se verifica com a Federação Russa, a exploração de recursos naturais existentes no Ártico, nomeadamente de hidrocarbonetos, é um dos interesses de Washington para a região. A exploração de hidrocarbonetos no Ártico foi liberalizada durante o mandato de Donald Trump quando foi autorizada a exploração de petróleo por entidades privadas mesmo em áreas protegidas do estado do Alasca, destinadas à preservação ambiental e à conservação das espécies. No primeiro dia na Casa Branca, Biden reverteu as medidas aprovadas por Donald Trump e ordenou a suspensão de todos os projetos de exploração de petróleo no Alaska's Arctic National Wildlife Refuge. Esta decisão permitiria antecipar uma mudança na abordagem política relativamente ao estado do Alasca, já que o mesmo território é alvo de grande discordância entre democratas e republicanos no que diz respeito à indústria petrolífera. Surpreendentemente, contra algumas expectativas que associavam a administração Biden a uma abordagem ecologicamente mais consciente, Joe Biden aprovou a 13 de Março de 2022 o maior projeto

conhecido na história dos EUA de exploração de petróleo. O projeto Willow, nome da própria reserva que é controlada pelo grupo ConocoPhillips, implica um investimento entre 8 e 10 biliões de dólares (Puko, 2022). O projeto Willow prevê a possibilidade de extração de 576 milhões de barris de petróleo com um pico de produção nos 180 000 barris por dia (The Guardian, 2022). O projeto conta com um espectro temporal de aproximadamente 30 anos. Devido à complexidade associada a projetos de extração de hidrocarbonetos e ao facto de os mesmos implicarem uma extensa investigação científica prévia, desde o momento que marca o início da construção das infraestruturas de apoio à atividade extrativa e a chegada ao mercado do primeiro barril proveniente desta reserva podem ser necessários vários anos (Nilsen, 2022).

Numa leitura dos eventos recentes, é relevante mencionar o episódio que evoluiu o abate do balão chinês que chegou a sobrevoar o estado do Alasca. Abatido a 17 de Fevereiro de 2023 perto da costa do estado da Carolina do Sul, o balão cruzou pela primeira vez o espaço aéreo norte-americano em Janeiro do mesmo ano no Alasca. Ainda que Pequim afirme que o objeto não era mais do que um balão meteorológico que se afastou acidentalmente da rota prevista, Washington acredita que o balão teria como objetivo a recolha de informações confidenciais, nomeadamente informações de bases militares de extrema importância estratégica para os EUA. Adicionalmente, é pertinente realçar o facto de Joe Biden ter assinalado o 11 de Setembro diretamente a partir de uma base militar norte-americana localizada no Alasca (RTP, 2023). Esta foi a primeira vez que um presidente norte-americano não assinalou a data em nenhuma das cerimónias organizadas em memória do aniversário do pior atentado terrorista verificado em solo norte-americano. Joe Biden fez uma escala no Alasca, no regresso a Washington após um encontro com outros chefes de Estados em Nova Deli e uma visita de Estado ao Vietname. Foi anunciado pela Casa Branca que seria na base militar conjunta de Elmendorf-Richardson, junto dos militares e das respetivas famílias que seria assinalada a data pelo presidente. Ainda que de forma subtil, esta decisão pode ser interpretada como uma reafirmação da importância e do interesse dos EUA no estado do Alasca e no Ártico.

Washington manteve o Ártico como uma região não-prioritária por várias décadas por não ser identificada qualquer ameaça securitária relevante que justificasse uma mobilização militar para a região. As extensas e espessas camadas de gelo protegiam o território do Alasca e a própria posição geográfica dava aos EUA uma vantagem estratégica sob a Rússia ou a China. O Oceano Atlântico e o Oceano Pacífico serviam como uma barreira natural que apenas seria transposta por um Estado competidor que se elevasse ao nível dos EUA e representasse uma verdadeira ameaça securitária. Tal não aconteceu e manteve o interesse pelo Ártico a um nível simbólico. Contudo, ainda que tardiamente detetada, a atividade russa no território ártico justificou a reorganização da 6th Fleet em Outubro de 2018, como um instrumento de demonstração de força por parte dos EUA e de não-resignação relativamente à natureza das atividades russas que se verificavam no Ártico e que demonstravam um carácter mais expansivo. Importante mencionar que esta foi a primeira vez que a 6th Fleet foi usada para fins defensivos após 1991. A 6th Fleet foi novamente usada em Maio de 2020 à luz de exercícios militares que decorreram no Mar da Noruega e no Mar de Barents. O destacamento da 2nd Fleet em Agosto de 2018 foi também uma resposta à atividade

russa na região e à crescente presença de meios militares que podem ameaçar a segurança dos EUA no Ártico. A 2nd Fleet estava suspensa desde a Guerra Fria, altura em que serviu como força de detenção para as tentativas de intimidação da União Soviética (Paul, 2023)

Ainda que discreta e residual, principalmente quando comparando com a presença militar russa na região, o aumento da presença norte-americana no Ártico é previsível que perdure e que se adapte às alterações do ambiente físico, assim como a alterações no campo geopolítico e securitário da região. Quando falou para o Congresso, o comandante da NORAD⁴⁸, o general Terrence O’Shaughnessy menciona que “o Ártico não é mais uma barreira de fortificação, e os nossos oceanos não são mais fossos defensivos” (Senate Armed Services, 2020), justificando o argumento de que uma presença mais assertiva e mais assídua no Ártico é fundamental para assegurar a defesa dos interesses de Washington na região. A este aspeto, a estratégia para o Ártico da Força Aérea norte-americana percebe o Ártico na interseção geográfica de dois domínios aéreos com cobertura militar norte-americana: a América do Norte, ao abrigo do U.S. Northern Command, e o Indo-Pacífico, entregue à responsabilidade do U.S. Indo-Pacific Command. Assim, é possível que os caças de última geração possam ficar estacionados no Ártico. Atendendo ao facto que já existem 54 caças do modelo F-35s localizados na base militar de Elmendorf-Richardson e na Eielson Air Force Base, ambas situadas no Alasca, este poderá ser o local que pode vir a receber mais unidades deste tipo de caças militares. Decorrente da análise histórico-legislativa presente no **ANEXO III** desta dissertação, é importante destacar o valor estratégico da Base Aérea de Thule⁴⁹, na Gronelândia. Aqui, o exército e a inteligência norte-americana estabeleceram a maior estação de satélites, direcionados para a vigilância espacial e para a deteção antecipada de um ataque com recurso a mísseis balísticos. A realidade de um ataque com mísseis proveniente da Rússia ou da China é uma ameaça presente para Washington já que o Ártico é efetivamente a via mais rápida para que um míssil russo ou chinês, lançado a partir de um ponto geográfico na região, atinja um alvo norte-americano em relativamente pouco tempo e com uma margem para interceção muito curta. A ameaça que um ataque através do lançamento de mísseis balísticos lançados por submarinos russos, cuja deteção é dificultada pelas camadas de gelo que ainda cobrem uma parte significativa da área marítima do Oceano Ártico, é também uma razão para o desenvolvimento deste sistema de satélites em Thule, estação esta que cumpre novamente o propósito de responder às preocupações securitárias e interesses norte-americanos.

A parceria entre os EUA e a Noruega ao nível da convergência dos meios defensivos para o Ártico foi também uma forma de os EUA aumentarem a sua presença militar na região. A 16 de Abril de 2021, ambos os Estados assinaram o Supplementary Defense Cooperation Agreement, documento que permite aos EUA estabelecer infraestruturas adicionais nas bases aéreas de Sola e Rygge no Sul da Noruega mas também na base aérea de Evenes e na base naval de Ramsund, estas últimas localizadas no Círculo Polar Ártico (Coffey & Kochis, 2021). A estação de Evenes é

⁴⁸ North American Aerospace Defence.

⁴⁹ Recentemente apelidada Pituffik Space Base.

especialmente direcionada para a monitorização da atividade submarina russa e responde diretamente às necessidades das unidades de patrulha aérea norueguesas, assim como às da NATO. O acordo estabelecido entre os EUA e a Noruega ao nível da defesa do Ártico é, segundo o ministro dos Negócios Estrangeiros norueguês, Ine Eriksen Soereide, “uma reafirmação da relação próxima com os EUA e a confirmação da posição-chave da Noruega no flanco Norte da Aliança Atlântica” (Solsvik & Adomaitis, 2021). Em Agosto de 2020, o Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA anunciaram o fim da rotação permanente de militares norte-americanos na Noruega⁵⁰ em prol de um regime de destacamento esporádico (Athey, 2020). Após este anúncio, o primeiro destacamento foi verificado em Outubro do mesmo ano e consistiu na mobilização de 400 militares. O segundo destacamento ocorreu entre Janeiro e Março de 2021 e contou com a chegada de 1000 soldados ao território do Ártico Norueguês (Stars and Stripes, 2021). Durante o período de destacamento, estes militares receberam treino e orientações específicas para a condução de operações militares em condições climatéricas específicas do ambiente ártico.

⁵⁰ Presença que se assinalava desde 2017.